

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO E DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

MARIA APARECIDA RODRIGUES DE SOUZA

**A/O BIBLIOTECÁRIA(O)-DOCUMENTALISTA ANTE AS NOVAS
TECNOLOGIAS E A FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO NO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DE GOIÁS (IFG): 2009-2012**

GOIÂNIA

2013

Maria Aparecida Rodrigues de Souza

**A/O BIBLIOTECÁRIA(O)-DOCUMENTALISTA ANTE AS NOVAS
TECNOLOGIAS E A FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO NO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DE GOIÁS (IFG): 2009-2012**

Dissertação submetida à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Mestrado e Doutorado em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Estado, Políticas e Instituições Educacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Lúcia Helena Rincón Afonso

Goiânia

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Atena/Câmpus Inhumas-IFG

S728b

Souza, Maria Aparecida Rodrigues de.

A/O bibliotecária(o)-documentalista ante as novas tecnologias e a flexibilização do trabalho no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG): 2009 a 2012 [manuscrito] / Maria Aparecida Rodrigues de Souza. – 2013.
196 f. : il. grafs.

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Educação, 2013.

“Orientadora: Profa. Dra. Lúcia Helena Rincón Afonso”.

1. Políticas educacionais – Brasil. 2. Bibliotecário-documentalista. 3. Gênero. 4. Tecnologias. 5. Trabalho – Flexibilização. I. Título.

CDD 379

Maria Aparecida Rodrigues de Souza

A/O BIBLIOTECÁRIA(O)-DOCUMENTALISTA ANTE AS NOVAS TECNOLOGIAS E A
FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS (IFG): 2009-2012

Dissertação de Mestrado apresentada para obtenção de título de mestre em Educação no Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação da PUC Goiás, na linha de pesquisa Estado, Políticas e Instituições Educacionais, defendida 05 de agosto de 2013.

Aprovada:

Sim (x)

Não ()

Banca Examinadora:

Orientadora: Profa. Dra. Lúcia Helena Rincón Afonso
Presidenta da Banca

Avaliadora: Profa. Dra. Flomar Ambrosina Oliveira Chagas
IFG/Câmpus Jataí

Avaliadora: Profa. Dra. Maria Esperança Fernandes Carneiro
PUC Goiás

Avaliadora (Suplente): Profa. Dra. Eline Jonas
PUC Goiás

AGRADECIMENTOS

À professora Lúcia Helena Rincón Afonso, que mostrou-me outros caminhos para uma linguagem não sexista, pelo convívio intelectual enriquecedor e pela orientação na escolha dos “tecidos” e da “linha” para construção dessa “colcha de retalhos”, sem imposição e sem pressão.

Às colegas Alessandra, Ana Júlia, Ana Rita, Andrea, Fabíola, Gilda, Lázara, Lívia Daniela, Maria José, Marizeth, Patrícia, Renata, Shirley Carmem, Silvania, Stefane e Zélia, e aos colegas Adão, Carlos Augusto, Carlos Marcelo e Cláudio, da turma 2011 de Mestrado em Educação da PUC Goiás, pela troca de experiências e conhecimentos.

Às professoras doutoras Breatriz, Glacy, Iria Brzezinski, Joana Peixoto, Lúcia Rincón, Maria Araújo, Maria Canesin, Maria Esperança, Maria Francisca, Maria Raquel, e aos professores José Carlos Libâneo e José Ternes, que me ajudaram a pensar tanto a “forma” como o “conteúdo” da dissertação durante o curso de mestrado.

À secretária do Programa do curso de mestrado em Educação, Alessandra Carvalho Lima, pelas informações prestadas.

Às professoras avaliadoras Flomar Chagas, Maria Esperança e Eline Jonas, pelas primeiras leituras críticas deste trabalho.

Às mulheres e aos homens bibliotecárias(os)-documentalistas do Instituto Federal de Educação, Ciência Tecnologia de Goiás (IFG) que me cederam um tempo valioso de suas vidas para participarem desta pesquisa.

À direção do Câmpus Inhumas/IFG, pela flexibilização de meu horário de trabalho, o que me possibilitou frequentar as aulas do curso de mestrado, dedicar-me à leitura e à escrita dos trabalhos solicitados durante o curso, participar de eventos científicos e redigir esta dissertação. À Reitoria do IFG por me ter concedido três meses de licença para capacitação, possibilitando a conclusão do mestrado.

Às amigas Fabíola Takayama, Heloísa Helena, Kamila Pacheco, Maria Angélica, Maria Aparecida Castro, Marlene Cintra, Riquelma, Rita Rodrigues, e aos amigos Alcides, Alex Barra, Cleiton Alves, Érison, Flávio Alberto, Olinto, Tomil e Walker, pela motivação e disponibilidade para conversar, refletir e (des)construir saberes rumo à elaboração deste trabalho.

A minha mãe, Abadia (analfabeta), e a meu pai, Francisco (autodidata), por oportunizar a mim e a minhas irmãs e irmãos acesso à educação escolar.

As minhas irmãs Rita, Magna, Maria Alice, Benedita, Ilda, Maria e Irani (*in memoriam*), e a meus irmãos Iraídes (*in memoriam*), Paulo e Ideni, pessoas que contribuíram para minha formação humana.

A meu querido esposo, Sebastião, peça fundamental para que eu conseguisse atingir meu objetivo.

À amada filha, Amanda, motivo da minha lucidez.

A minha sogra, Nita, e ao meu sogro, Antônio, por cuidarem da minha filha durante o período que eu dedicava ao estudo.

A Deus pela vida, saúde e condições econômicas que me proporcionou durante minha caminhada no curso de mestrado.

Às/Aos bibliotecárias(os)-documentalistas do IFG, profissionais em educação.

As máquinas, como extensão dos braços e agora também do cérebro humano, não são mais do que instrumentos através dos quais o homem [e a mulher] realiza[m] aquela atividade, ainda que se trate de instrumentos capazes de pôr em movimento operações complexas, múltiplas, amplas e por tempo prolongado. Portanto, o criador desse processo, aquele que o domina plenamente e que o controla em última instância, continua sendo o homem [e a mulher].

(SAVIANI, 2011a, p. 165)

RESUMO

O estudo teve como objeto de pesquisa o exercício profissional das/dos bibliotecárias(os)-documentalistas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) visando compreender, interpretar e analisar como acontece a materialização da força de trabalho da trabalhadora e do trabalhador, em tempos de produção flexível, no ambiente da biblioteca escolar, na era tecnológica. Considerando que a educação é historicamente influenciada pelas transformações ocorridas no mundo do trabalho, à luz das concepções marxiana e marxistas, torna-se pertinente investigar como se desenvolvem as relações de trabalho da/do profissional de biblioteconomia e da ciência da informação em instituições educacionais. A pesquisa de campo foi realizada nos dez câmpus do IFG com levantamento de dados empíricos por meio de questionários, entrevistas semiestruturadas e análise de documentos. Os dados foram analisados seguindo os princípios do materialismo histórico dialético, fundamentados sobretudo nas obras de Marx, Antunes, Manacorda, Frigotto, Hirata e Nogueira, buscando articular o objeto de pesquisa e seus múltiplos determinantes históricos, políticos e econômicos, sociais e culturais. Pelos dados analisados, de acordo com os referenciais teóricos adotados, entendeu-se que a superação dos limites existentes para que as/os bibliotecárias(os)-documentalistas possam conquistar condições dignas de trabalho passa pela constituição de uma identidade política, capaz de desvendar os processos de alienação do modo de produção capitalista, partindo da compreensão de que a educação *omnilateral* da trabalhadora e do trabalhador é o caminho para a humanização da mulher e do homem. Verificou-se que as novas tecnologias no exercício profissional das/dos bibliotecárias(os)-documentalistas no IFG são essenciais e contraditórias, embora sejam fundamentais para facilitar o trabalho, elas também o são para extração da mais-valia relativa ainda que não reconhecidas pelas/pelos profissionais. A/O bibliotecária(o)-documentalista se faz multifuncional para atender as políticas institucionais que diversificam seu trabalho com uma variedade de tecnologias, complexidade de cursos e de usuárias(os) que buscam mais autonomia de uso dos serviços e, conseqüentemente, controle sobre o trabalho da/do profissional da biblioteca. Essas ferramentas também servem como mecanismo de controle do fluxo de produção e de qualidade de serviços realizados pelas/pelos bibliotecárias(os)-documentalistas. Percebeu-se três diferenças no exercício do trabalho entre mulher e homem: (1) no modo de utilizar as novas tecnologias por mulheres e homens; (2) a dupla jornada realizada pelas mulheres conciliando vida profissional com a doméstica, fato que ocorre em menor intensidade com os homens; (3) maior interesse das mulheres em qualificação permanente para lidar com as novas tecnologias no exercício profissional.

Palavras-chave: Bibliotecária(o)-documentalista. Políticas educacionais. Novas tecnologias. Flexibilização do processo de trabalho. Gênero.

ABSTRACT

The purpose of this study was to research on the professional practice of the librarian-archivists from Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), intending to understand how the materialization of men and women workforce happens, in times of flexible accumulation, in the environment of school library in the technological age. The practice of the librarian-archivist is here understood as a social and historical construction, permeated by contradictions between capital and labor. Considering that education is historically influenced by changes occurring in the world of work, according to Marxian and Marxist conceptions, it is pertinent to research on how labor relationships librarian professionals develop. Field research was conducted in the ten IFG campuses, with survey on empirical data, through questionnaires, semi-structured interviews and analysis of documents. The data were analyzed according to the principles of dialectical and historical materialism, mainly based on Marx, Antunes, Manacorda Frigotto, Hirata and Nogueira, with the purpose of articulating the object of research and its multiple historical, political, economic, social and cultural determinants. According to data analyzed, based on the theoretical frameworks adopted, we have understood that overcoming the existing limits, so as the librarian-archivists may reach decent working conditions, concerns the formation of a political identity, able to reveal the processes of alienation of capitalist mode of production, based on the understanding that omnilateral education of workmen and workwomen is the way towards some humanization of men and women. We have gotten to the conclusion that new technologies concerning professional practice of librarian-archivists at IFG are, at once, essential and contradictory: although they are crucial to facilitate work, they are also essential to promote extraction of relative surplus value, though not recognized by the professionals involved. The librarian-archivist plays a multifunctional role so as to perform institutional policies which diversify his/her practice with a variety of technologies, complexity of courses and users who wish having more autonomy on what concerns the use of services and, consequently, control over the librarian practice. Such tools also serve as a mechanism for flow control of production and quality of services performed by librarian-archivists. Besides, we have come across three differences in the performance of men and women: (1) in the way men and women deal with new technologies; (2) double shift performed by women, conciliating professional and domestic life, fact that happens at a lesser extent among men and (3) women are more interested in permanent qualification so as to deal with new technologies in their professional practice.

Key words: Librarian-archivist. Educational policies. New technologies. Flexibilization of working process. Gender.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Linha do tempo: de Escola de Aprendizes e Artífices a Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás	70
Figura 2 –	Ano de implantação dos câmpus que fizeram parte da expansão do IFG: 2008 a 2012	82
Gráfico 1 –	Faixa etária das/dos bibliotecárias(os)-documentalistas	116
Gráfico 2 –	Grau de concordância de impacto das tecnologias no exercício profissional da/do bibliotecária(o)-documentalista	129
Gráfico 3 –	Em que serviços são utilizadas tecnologias por bibliotecárias e por bibliotecários	131
Gráfico 4 –	Ano de inauguração das unidades de ensino e início das atividades na biblioteca com presença de bibliotecária(o)	132
Gráfico 5 –	Trabalho na biblioteca sem o uso de tecnologias	134
Gráfico 6 –	Horas diárias destinadas ao trabalho doméstico por mulheres e por homens	144
Gráfico 7 –	Estão as mulheres mais preparadas para exercer a atividade de bibliotecária?	147
Gráfico 8 –	Trabalho desenvolvido por bibliotecárias(os) com uso de tecnologias	148
Tabela 1 –	Cursos ofertados pelo IFG em 2013	72
Tabela 2 –	Dimensão das bibliotecas no final de 2008, antes da transição Cefet-GO/IFG	120
Tabela 3 –	Dimensão das bibliotecas do IFG 2009 a 2012: acervo, servidores e usuárias(os)	120
Tabela 4 –	Levantamento bibliográfico sobre o tema	181
Tabela 5 –	Grau de concordância de uso das tecnologias pelas/pelos bibliotecárias(os)	194
Tabela 6 –	Frequência de uso das tecnologias no trabalho da/do bibliotecária(o)	195

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
Anped	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
Cefet-GO	Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Conae	Conferência Nacional de Educação
ETF	Escolas Técnicas Federais
ETFG	Escola Técnica Federal de Goiás
Ibge	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
IF Goiano	Instituto Federal Goiano
Ifla	Federação Internacional de Associações de Bibliotecas
Inep	Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MTE	Ministério do Trabalho
NBR	Norma Brasileira de Regulamentação
PCCTAE	Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNE	Plano Nacional de Educação
Proeja	Programa Nacional de Integração de Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos
Profucionário	Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação
Pronatec	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PUC Goiás	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Remav	Rede Metropolitana de Alta Velocidade
Setec	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SIB	Sistema Integrado de Bibliotecas
Sinaes	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

Suap	Sistema Unificado de Administração Pública
TAE	Técnico-administrativo em Educação
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UFG	Universidade Federal de Goiás
Uned	Unidade de Ensino Descentralizada
Unesco	Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1 – APORTES TEÓRICOS.....	24
1.1 Políticas públicas educacionais e o exercício profissional da/do bibliotecária(o)- documentalista.....	25
1.2 Omnilateralidade	31
1.3 Tecnologias: um fetiche?	34
1.3.1 <i>As novas tecnologias e a flexibilização da força de trabalho</i>	39
1.3.2 <i>As novas tecnologias no processo de trabalho em bibliotecas de instituições de ensino</i>	42
1.4 Trabalho alienado em tempos de produção flexível	47
1.5 Gênero	51
1.5.1 <i>A feminização do mundo do trabalho e o prolongamento do fazer doméstico</i>	53
1.5.2 <i>Flexibilização do processo de trabalho das/dos bibliotecárias(os)- documentalistas com o uso das novas tecnologias</i>	58
CAPITULO 2 – A/O BIBLIOTECÁRIA(O)-DOCUMENTALISTA NO IFG	61
2.1 As políticas de criação e expansão da educação profissional no Brasil	61
2.2 Políticas de transição e expansão do IFG	67
2.3 As bibliotecas do IFG, as funções da/do bibliotecária(o)-documentalista e as políticas de expansão institucional	77
2.3.1 <i>Bibliotecária(o)-documentalista: profissional em educação</i>	77
2.3.2 <i>Políticas de estruturação das bibliotecas e de inserção da/do bibliotecária(o)-documentalista no IFG</i>	80
2.3.3 <i>Políticas de inserção de novas tecnologias para o trabalho da/do bibliotecária(o)-documentalista no IFG</i>	86
2.4 A/O bibliotecária(o)-documentalista como mulher e como homem	97
CAPÍTULO 3 – A REALIDADE DO TRABALHO DA/DO BIBLIOTECÁRIA(O)- DOCUMENTALISTA NO IFG	103
3.1 Percurso teórico-metodológico da investigação	103
3.1.1 <i>Instrumentos de coleta e análise de dados</i>	106
3.2 Contexto da pesquisa de campo: características da população.....	113
3.3 O trabalho da/do bibliotecária(o)-documentalista nas falas das/dos participantes.....	117

3.3.1 A dimensão do trabalho da/do bibliotecária(o)-documentalista	117
3.3.2 A flexibilização do processo de trabalho da/do bibliotecária(o)- documentalista.....	124
3.3.3 A formação profissional da/do bibliotecária(o)-documentalista do IFG.....	135
3.4 Entre o trabalho e o descanso	139
3.5 As tecnologias no trabalho da/do bibliotecária(o)-documentalista: possibilidades de uso e desafios	149
3.6 Considerações da/do bibliotecária(o)-documentalista sobre ser profissional em educação	154
CONSIDERAÇÕES FINAIS	158
REFERÊNCIAS	168
APÊNDICE A – Levantamento bibliográfico	181
APÊNDICE B – Questionário	185
APÊNDICE C – Roteiro da entrevista	189
APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	190
APÊNDICE E – Consentimento de participação da pesquisa.....	193
APÊNDICE F – Tabela 5 - Grau de concordância de uso das tecnologias pelas/pelos bibliotecárias(os)	194
APÊNDICE G – Tabela 6 – Frequência de uso das tecnologias no trabalho da/do bibliotecária(o).....	195

INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa, ambicionamos fazer avançar o processo de construção histórica, social e política da inserção das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) no exercício profissional da/do bibliotecária(o)-documentalista no Instituto Federal de Educação, Ciência, e Tecnologia de Goiás (IFG).

Denominamos novas tecnologias nesta pesquisa não somente os equipamentos de base microeletrônica, mas também o novo processo de trabalho inspirados no modelo da produção flexível, conforme Holzmann (2000). E ainda, com base no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), consideramos as TIC recursos didáticos constituídos por diferentes mídias e tecnologias, síncronas e assíncronas, tais como ambientes virtuais, redes sociais e programas específicos de computadores (BRASIL, 2012b).

A educação do ser humano tem sido, historicamente, influenciada pelas transformações ocorridas no mundo do trabalho, que, na contemporaneidade, é influenciado pelas políticas educacionais que corroboram com o avanço e com o emprego das tecnologias. Segundo Antunes (2011), por meio do avanço tecnológico e da constituição das formas de acumulação flexível – categoria formulada por Harvey (2007, p. 140), que “se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados [...], dos produtos e padrões de consumo” – intensificaram-se as transformações no próprio processo produtivo. Assim, quando se quer conhecer a realidade dos ambientes de trabalho, é pertinente investigar as relações sociais trabalhadoras estabelecidas diretamente com as tecnologias.

A escolha pela problemática, o impacto das tecnologias no exercício profissional da/do bibliotecária(o)-documentalista no IFG, deu-se pelo nosso envolvimento com a educação profissional, como servidora da instituição, na expectativa de interpretar e de analisar o fenômeno. As inquietações suscitadas no cotidiano profissional levaram-nos a investigar as políticas educacionais, que interferem e formatam a profissão da/do bibliotecária(o)-documentalista no IFG. A pertinência do trabalho dá-se também pelo momento transitório da instituição e pelo crescimento grande em pouco tempo afetando as relações de trabalho.

Ao iniciar a pesquisa, identificamos poucas produções científicas sobre o tema, fato percebido durante o levantamento bibliográfico, conforme tabela 6 (Apêndice A) realizado no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em bibliotecas digitais de teses e de dissertações e em anais de eventos científicos na área de educação publicados no período de 2005 a 2011.

Na investigação bibliográfica, constatamos um número pequeno (sete referências em um total de 39) de produção científica sobre o trabalho da/do profissional bibliotecária(o) no campo da educação. Uma hipótese para este resultado pode dever-se à promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (CURY, 2002), alterada pela Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009, a qual, recentemente reconheceu a/o bibliotecária(o) e outros trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação (TAE), como profissionais da área de educação.

Já no campo da biblioteconomia e da ciência da informação, identificamos a existência de um número maior de produções sobre o tema (dezesseis referências). Esse dado é decorrente de eventos científicos, no formato de congressos, de seminários e de fóruns de discussão internacionais, nacionais e regionais, realizados por instituições nas áreas de biblioteconomia e de ciência da informação: programas de pós-graduação, faculdades, conselhos federal e regional de biblioteconomia, de associações e de sindicatos de bibliotecários e por grupos de estudos e pesquisa em bibliotecas escolares e universitárias. Mesmo no campo da biblioteconomia e da ciência da informação, quando se verticaliza a pesquisa para o trabalho da/do bibliotecária(o) e a inserção das tecnologias, com recorte de gênero, apenas um documento foi encontrado na literatura: a dissertação de mestrado de Pena (2007), o que, por si só, justifica um estudo mais aprofundado sobre o tema.

Outra preocupação que surgiu, ao realizar o levantamento nos catálogos de teses da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), foi a inexistência de publicações sobre as relações sociais no trabalho da/do bibliotecária(o), no período de 2005 a 2011. Os anais de congressos de biblioteconomia e em outras publicações bibliográficas (livros e artigos de revistas) privilegiam as ferramentas tecnológicas de disponibilização da informação e raramente abordam “tecnologias” e “condições sociais de trabalho” do homem e da mulher, o que evidenciou a importância de objetivar indagações com recorte de gênero.

Os estudos realizados mostraram que, em um cenário de crise, o capitalismo redimensiona a qualificação dos trabalhadores em virtude das implicações econômicas do mercado¹ na busca de maior produtividade do trabalho, sendo uma das alternativas a implantação de novas tecnologias informacionais. E, sendo a tecnologia instrumento de ensino e de aprendizagem bastante utilizado no IFG e presente no trabalho da/do profissional

¹ Quando fizermos referência aos objetivos do capital ou modificações econômicas, utilizaremos “mercado de trabalho”, já no tocante à força de trabalho da trabalhadora e/ou do trabalhador, empregaremos a expressão “mundo do trabalho”.

bibliotecária(o)-documentalista, consideramos importante o estudo sobre a apropriação desta ferramenta por essas e esses profissionais em educação, analisando suas interferências nas condições de trabalho.

O trabalho da/do bibliotecária(o)-documentalista em ambientes educacionais é relevante, pois essa e esse profissional tem por atribuição principal a disponibilização da informação (física e virtual) de maneira organizada para o trabalho de pesquisadores, intervindo diretamente na formação da pessoa humana e na aceleração do desenvolvimento científico, econômico, político e social.

Para o mercado de trabalho trabalhadores são mercadorias, força de trabalho que atende ao capital independente das condições sociais. Já para alguns educadores, como Frigotto (1989), Hirata (2002), Manacorda (2010), Saviani (2011a), com os quais concordamos, no mundo do trabalho trabalhadores são seres humanos que se relacionam socialmente, que têm desejos, dificuldades e necessidades. Assim, tudo que interfere nas condições de trabalho, as tecnologias, por exemplo, devem ser compreendidas dessa maneira.

Partimos do pressuposto de que as contradições do trabalho da/do bibliotecária(o)-documentalista, nos espaços de educação, de ciência e de tecnologia, face ao fetichismo da cultura científica e tecnológica no contexto da produção flexível – forma produtiva flexibilizada e desregulamentada, da qual a chamada acumulação flexível e o modelo japonês ou toyotismo são exemplos (ANTUNES, 2011) –, leva-nos à compreensão de como se articulam, na prática, o exercício profissional da/do bibliotecária(o) com as políticas educacionais. Nesse contexto a/o bibliotecária(o) são meros cumpridores de metas.

Ao referenciar a/o profissional bibliotecária(o)-documentalista dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia², nesta pesquisa, optamos por seguir as diretrizes da Organização das Nações Unidas (Unesco) para uma linguagem não sexista adequando a profissão à linguagem (DICK, 1996). A justificativa do emprego do gênero feminino primeiro, ao tratar da/do bibliotecária(o)-documentalista, deve-se ao reconhecimento de que a bibliotecária sempre esteve nessa profissão em maior número. Conforme informações obtidas no Ministério da Educação (MEC), mediante correio eletrônico (*e-mail*)³, no ano de 2012, estima-se que 2/3 das/dos profissionais bibliotecárias(os)-documentalistas nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são do sexo feminino.

² A identidade visual do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia foi construída sobre a ideia do homem, “integrado” e “funcional” (BRASIL, 2013a).

³ Mensagem enviada e/ou recebida mediante meios de comunicação eletrônica, especialmente por computadores ligado a rede (HOUAISS; VILLAR, 2009).

Segundo Dick (1996), a participação social e econômica da mulher faz por merecer adequação dos usos linguísticos às atividades ou às profissões. Tentamos usar com parcimônia as formas duplas de identificação e gênero conforme recomenda o manual da Unesco, mas em alguns casos, que consideramos pertinentes, fugimos à regra.

Em um primeiro momento, com o trabalho, propomos contribuir para estudos sobre o exercício profissional da/do bibliotecária(o)-documentalista nos espaços das bibliotecas do Instituto Federal de Goiás. Procuramos fazer avançar o referencial teórico para compreender o impacto das tecnologias nas relações de trabalho da/do bibliotecária(o)-documentalista.

A partir dos anos 1990, segundo Antunes (2011), surgiram intensos debates sobre as modificações nas relações de trabalho oriundas dos novos modelos gerenciais e tecnológicos produtivos. As modificações ocorridas no setor produtivo traduziram-se na exigência de um novo perfil profissional postulado pelo advento do toyotismo. Este modelo de produção reformulou técnicas e procedimentos de trabalho que alguns estudiosos, como Antunes (2011), Harvey (2007), Hirata (2002) e Nogueira (2004; 2008) consideram que levam à dominação e à subordinação da classe trabalhadora à lógica produtivista do capitalismo.

Nesse sentido, questionamos se a inserção das novas tecnologias pode alterar as condições de trabalho e as relações sociais nos espaços laborais da/do bibliotecária(o)-documentalista em ambientes educacionais, dando ênfase à possibilidade de flexibilização do processo de trabalho com desfecho na multifuncionalidade, bem como, na busca de uma profissionalização *omnilateral*. Chagas (2010) enfatiza que as mudanças sociais não acontecem somente por decretos. É preciso que os profissionais rompam o silêncio com preparo e com disposição.

Conforme Antunes (2011), a sociedade do capital valoriza o aparato tecnológico por possibilitar uma exploração mais intensa e sofisticada da força de trabalho. Para “atender às exigências mais individualizadas de mercado, no menor tempo e com melhor 'qualidade', é preciso que a produção se sustente num processo produtivo flexível” (ANTUNES, 2011, p. 33) que permita à trabalhadora e ao trabalhador manusear mais de uma máquina. Essa capacidade dupla, na lógica da acumulação flexível, desespecializa e dá polivalência ao profissional transformando-o em trabalhador “multifuncional”, segundo Castells (2008). Assim, a readequação do trabalho às novas técnicas de produção, de organização e de gestão do processo produtivo acarreta alterações no exercício profissional da trabalhadora e do trabalhador. O mercado passou a exigir trabalhadores multifuncionais, o que significa “diminuir seu poder sobre a produção e aumentar a intensidade do trabalho” (ANTUNES, 2011, p. 57).

O objetivo geral dessa pesquisa foi conhecer quem é a/o bibliotecária(o)-documentalista do IFG, compreendendo como ocorre a materialização de sua força de trabalho no contexto da acumulação flexível, uma vez que as tecnologias estão incorporadas ao processo de trabalho. Dessa forma, analisamos as contradições surgidas entre a inserção das novas tecnologias e as possibilidades de um exercício profissional fundamentado na omnilateralidade⁴. Com esse objetivo, surgiram algumas questões norteadoras:

- a) das políticas educacionais que regem o IFG, quais são as que intervêm e/ou orientam a atuação da/do profissional bibliotecária(o)?
- b) como as novas tecnologias (computadores, internet⁵, *software*, multimídias) são apropriadas pelas bibliotecárias e pelos bibliotecários no IFG no exercício de sua profissão?
- c) o uso das tecnologias interfere diferentemente no trabalho de mulheres e de homens?
- d) o uso das novas tecnologias, como ferramenta de trabalho da/do bibliotecária(o)-documentalista, contribui para levar esse profissional à alienação, à perda de controle sobre sua produção?

Assim, os objetivos específicos da pesquisa foram descritos como sendo:

- a) identificar as políticas institucionais que determinam a inserção das tecnologias no exercício profissional das/dos bibliotecárias(os)-documentalistas no IFG e sua relação com o sistema de produção flexível;
- b) verificar como acontece o processo de introdução das novas tecnologias no trabalho das/dos bibliotecárias(os)-documentalistas e como ele interfere nas relações de trabalho;
- c) investigar e analisar a possível existência da relação do trabalho da/do bibliotecária(o) com o trabalho doméstico;
- d) investigar se a introdução das novas tecnologias, em tempos de acumulação flexível, implica em alienação da/do bibliotecária(o)-documentalista;
- e) interpretar se as tecnologias são apropriadas diferentemente por mulheres e por homens.

⁴ Na literatura contemporânea, há duas formas de escrever o termo “omnilateralidade”, uma abreviada, “onilateralidade”, conforme tradução de Newton Ramos-de-Oliveira (2010), do livro *Marx e a pedagogia moderna*, de Mario Alighiero Manacorda, e outra, que mantém sua origem latina “omnilateralidade”. Optamos, nesta pesquisa, por utilizar a escrita latina porque ainda não é recorrente o termo “onilateralidade” na academia. Segundo o vernáculo, *oni* (do latim *omnis*) significa tudo, todo, e *lateralidade*, qualidade ou estado de lateral, que está ao lado, (FERREIRA, 2004).

⁵ A palavra internet é o nome dado a rede mundial de computadores.

A investigação foi desenvolvida por meio de estudos bibliográficos, análises documentais e pesquisa de campo, com a aplicação de questionário e realização de entrevistas com as/os profissionais bibliotecárias(os)-documentalistas dos dez câmpus do IFG.

A pesquisa foi fundamentada no significado conferido por Frigotto (1989), Hirata (2002), Nogueira (2004), Harvey (2007), Saviani (2011a; 2011b) e Antunes (2011) à introdução das novas tecnologias no mundo do trabalho. Para as autoras e os autores, as transformações incorporadas e sistematizadas pelas políticas educacionais (antes pragmáticas e utilitaristas na concepção taylorista-fordista e na década de 2010 flexíveis), são marcadas pela desumanização causada por uma valorização acrítica que determinadas instituições atribuem às tecnologias, forçando os trabalhadores a usarem certas ferramentas como forma de propiciar maior produção, independentemente das condições de trabalho (informação verbal)⁶.

Para realizar este estudo, optamos pelo materialismo histórico dialético, destacando os aspectos históricos, políticos, econômicos e sociais do objeto pesquisado. A escolha por esta abordagem deveu-se à possibilidade de desvelar os aspectos da realidade não passíveis de apreensão imediata, o que coincide com a afirmação de que “um dos grandes desafios do trabalho científico é que a realidade não está à mostra” (CANEZIN; NEPOMUCENO, 2009, p. 100).

Com base no princípio da materialização das coisas, da contradição e da totalidade dos fenômenos possíveis de conhecer serão consideradas as categorias “políticas educacionais”, “trabalho alienado”, “tecnologias”, “omnilateralidade” e “gênero”. O método dialético ajudou-nos a compreender o dinamismo interno da realidade investigada, privilegiando a contradição e o conflito predominantes, bem como o movimento histórico, a totalidade e a singularidade do objeto, conforme Marx (1988; 2003).

Entendemos que a análise do objeto deve ser realizada em uma “perspectiva dialética que, além de procurar estabelecer as leis de mudança que regem os fenômenos, esteja fundada no estudo dos fatos concretos, a fim de expor o movimento real em seu conjunto”, segundo Oliveira e Quintaneiro (2011, p. 30). E ainda, que o movimento histórico do objeto pela ótica dos pressupostos teóricos possibilitaram-nos perceber a realidade para além das condições objetivas.

⁶ Conferência proferida por Ricardo Antunes, intitulada *Trabalho, educação, tempo e espaço: da pragmática da especialização taylorizada à lógica da flexibilidade*, no XX Simpósio da Faculdade de Educação, em 17 de outubro de 2011, promovido pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Na dialética marxiana, a vida prática tem um papel educativo e a atividade humana é um processo de totalização que nunca alcança uma etapa definitiva e acabada. Por isso, para investigar um problema, é preciso ter a visão do conjunto (da política, da história, da economia, das contradições) para descobrir a estrutura significativa da realidade com que se defronta, em uma dada situação. “Qualquer objeto que o homem possa perceber ou criar é parte de um todo” (KONDER, 2011b, p. 35). Essa noção de conjunto orientou-nos a adoção do referencial teórico que passou a ser construído no decorrer do processo de investigação do objeto em análise.

Para o estudo da inserção das tecnologias no mundo de trabalho, no início do século XXI, reportamo-nos aos pressupostos teóricos apresentados por Harvey (2007) e Antunes (2011). De acordo com esses teóricos, as tecnologias são instrumentos de produção que mudaram o mundo do trabalho. Com a sua utilização, surgem novos setores de serviço que empregam mão de obra feminina (ANTUNES, 2011). Nessa perspectiva, investigamos como são apropriadas as tecnologias pelas mulheres e pelos homens no contexto da profissão de bibliotecária(o), no IFG.

A respeito da feminização do mundo do trabalho, nesta pesquisa, as fontes basilares utilizadas são obras de Martucci (1996), Holzmann (2000), Hirata (2002), Louro (2003) e Nogueira (2004; 2008), em razão da ênfase conferida ao setor educacional, às categorias flexibilização do processo de trabalho e da tecnologia, esta última, passível de absorver mão de obra feminina.

As autoras citadas realizaram estudos significativos sobre a feminização e a precarização do trabalho, apresentando, com dados da realidade, reflexões sobre o movimento da inserção da tecnologia no contexto mundial do trabalho e os impactos na situação da mulher e nas relações de gênero. Para compreender a história da feminização da profissão de bibliotecária(o), utilizamos estudos de Martucci (1996), que fez mediações dessa profissão com docência. Acerca da influência da tecnologia na profissão de bibliotecária(o), o aporte teórico é o proposto por Ramos (2004) e Pena (2007).

Ressaltamos a utilização da obra de Louro (2003), um dos referenciais teóricos marxistas, por focar a questão de gênero em seus estudos de maneira dialética, rompendo com o pensamento dicotômico de oposição entre homem e mulher e, em certa medida, por trazer à baila a concepção de que o masculino e o feminino são construídos socialmente, bem como é construída e reconstruída a igualdade de condições na relação estabelecida no movimento. A escolha dos referenciais bibliográficos deu-se por possibilitarem a construção e a análise do estado atual do problema na área. Por meio deles, segundo Alves-Mazzotti e

Guewandsznadjder (1999), é possível comparar e confrontar os processos e abordagens teórico-metodológicos realizados em outras pesquisas.

Em suma, a pesquisa foi conduzida por meio de revisão bibliográfica sobre as tecnologias no tocante ao trabalho alienado e à emancipação dos trabalhadores, com recorte de gênero. A abordagem utilizada por esta pesquisa foi qualitativa imbricada pela dimensão quantitativa. Segundo Minayo (1998), os dois tipos de abordagem (qualitativa e quantitativa), e os dados deles advindos são complementares e produzem riqueza de informações, maior aprofundamento e fidedignidade interpretativa. Não há metodologias “boas” ou “más” (ALVES-MAZZOTTI; GUEWANDSZNADJDER, 1999, p. 160), mas metodologias adequadas ou inadequadas para tratar um determinado problema.

Para a análise de conteúdo, seguimos as orientações de Bardin (2004). Segundo ela, a análise de conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico que se aplica em pesquisas qualitativas. O referencial, neste tipo de análise, permite verificar a presença ou a ausência de características de um dado. Por meio da linguagem, procuramos conhecer aquilo que está por trás do significado das palavras.

Para conseguir respostas acerca do problema recorreremos à pesquisa de campo devido nosso objeto ser da área das Ciências Sociais. Segundo Ruiz (1991, p. 50), esse tipo de pesquisa “consiste na observação de fatos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados e no registro de variáveis presumivelmente relevantes para ulteriores análises”. Rey (2002) situa a pesquisa de campo como algo além da coleta de dados, na qual teoria e prática são articuladas para a compreensão da realidade. Para tanto, o objeto, também, deve estar bem definido. Triviños (2009, p. 137) reitera que “o processo de pesquisa qualitativa não admite visões isoladas, parceladas, estanques. Ela se desenvolve em interação dinâmica se retroalimentado, reformulando-se constantemente”.

Assim, apontamos como objeto de estudo o “impacto das tecnologias no trabalho da/do bibliotecária(o)-documentalista que atuam nos câmpus⁷ do IFG em tempos de produção flexível”. Como os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia espalham-se por todo o Brasil e cada um possui suas especificidades, escolhemos como campo de investigação o IFG pela acessibilidade ao material informativo em virtude de a pesquisadora trabalhar em um das unidades da instituição. No entanto, o determinante maior para a escolha do lócus da pesquisa foi a instituição ser educacional, pública e tecnológica, com predominância do sexo feminino (2/3 do universo) nos espaços das bibliotecas.

⁷ “Conforme parecer do Ministério da Educação adotou-se no Brasil a forma 'Câmpus' para designar singular e plural” (IFSULDEMINAS, 2012).

Feitas essas considerações sobre o objeto de estudo passamos aos procedimentos utilizados para caracterizar e para analisar as especificidades do trabalho da/do bibliotecária(o)-documentalista no IFG. Utilizamos questionários de autoaplicação construídos com auxílio da ferramenta tecnológica *LimeSurvey*⁸, um *software* de elaboração e administração de questionários eletrônicos. O *software* foi utilizado por possibilitar o envio das questões por correio eletrônico, barateando o processo de coleta de dados, agilizando a aplicação do questionário e facilitando a sistematização dos dados obtidos na fase quantitativa da investigação.

Outro procedimento que ajudou a compreensão do objeto foi a análise de documentos institucionais, pois eles

constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador [...]. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto (LUDKE; ANDRÉ, 2004, p. 39).

As autoras reafirmam a concepção marxiana de que o fenômeno deve ser percebido em suas especificidades, relacionando-as com algo maior, pois ele faz parte de um conjunto social e histórico.

O método dialético foi fundamental para “relacionar o particular (o singular, o dado empírico) com o geral, isto é, com a totalidade social”, segundo Nosella e Buffa (2005, p. 362), o que permite compreender o fenômeno além da sua aparência.

A dissertação estrutura-se em três capítulos. No primeiro, fundamentamos as categorias “políticas educacionais”, “omnilateralidade”, “tecnologia”, “trabalho alienado”, “flexibilização” e “gênero”, analisando a especificidade e a contribuição de cada uma delas para a compreensão do objeto.

O segundo capítulo trata da historicidade do objeto pesquisado, buscando evidenciar as interferências das políticas educacionais (MANFREDI, 2002; KUENZER, 2010) na inserção e no exercício profissional da/do bibliotecária(o)-documentalista no IFG. Nesse capítulo, discutimos também como as tecnologias alteram as relações sociais e as condições de trabalho da bibliotecária e do bibliotecário nos ambientes das bibliotecas.

No terceiro e último capítulo, apresentamos e discutimos os dados empíricos apoiados na fundamentação teórica. Foram considerados os processos e mediações constituídos e constituintes do trabalho da/do bibliotecária(o)-documentalista, em relação às condições, à diferenciação e à intensificação do uso das tecnologias nos espaços das bibliotecas do IFG.

⁸ *LimeSurvey* (termo sem tradução para a língua portuguesa) é um *software* livre para aplicação de questionário *online* (AMBIENTE LIVRE TECNOLOGIA, 2013). O *software* foi desenvolvido com o objetivo de preparar, de publicar e de coletar respostas de questionários.

Ao longo da pesquisa, buscamos, conforme objetivos propostos, compreender as implicações da inserção das tecnologias no trabalho da/do bibliotecária(o)-documentalista determinadas pelas políticas educacionais e pela possibilidade de um exercício profissional fundamentado na omnilateralidade.

CAPÍTULO 1 – APORTES TEÓRICOS

Neste capítulo tratamos especificamente dos conceitos de “políticas educacionais”, “omnilateralidade”, “tecnologia”, “trabalho alienado” e “gênero”. Os conceitos funcionaram como fundamentos para os capítulos 2 e 3. Os aportes teóricos foram escolhidos para compreender o movimento do objeto desta pesquisa como possibilidade de revelar como acontece a materialização do trabalho da/do bibliotecária(o)-documentalista no contexto educacional, com a inserção das novas tecnologias.

A concepção de educação profissional que adotamos nesta pesquisa apoia-se no pensamento do alemão Karl Marx (1818-1883), materialista, investigador da mecânica do capitalismo, defensor de uma educação participativa, possibilitadora da emancipação dos trabalhadores, mesmo condicionada pelo processo social (KONDER, 2011a).

Assim, entendemos “combater a alienação e a desumanização era, para Marx, a função social da educação” (KARL..., 2006, p. 44). Este combate é possível quando o trabalho se desenvolve sem ignorar o seu lado negativo que leva à exploração da força de trabalho e aos problemas ligados à alienação. Nesse sentido, o trabalho na escola não deve ensinar apenas o estritamente necessário para o exercício profissional, mas deve prover ao discente uma educação *omnilateral* (múltipla), que desenvolva, ao mesmo tempo, o intelectual, o físico e a técnica.

Para alguns educadores contemporâneos, a educação formal pode possibilitar ao trabalhador e à trabalhadora a superação dos condicionantes que limitam sua potencialidade intelectual e condicionam o enfrentamento do mundo do trabalho de maneira crítica.

Na concepção de Frigotto (1989), um(a) trabalhador(a) que se conceba como ser social precisa superar a educação universal recebida, o que é possível por meio da articulação entre teoria e prática, entre conhecimento técnico e científico. Para Manacorda (2010), o conceito que melhor exprime a educação múltipla pensada por Marx seria o que dá condições ao ser humano de superar as desigualdades sociais, possibilitando uma vida digna com liberdade e igualdade de direitos.

No próximo item, analisaremos alguns recortes das políticas educacionais que refletem no trabalho das/dos profissionais em educação. Tais políticas foram construídas no cerne de um Estado liberal que tem como meta a mercadorização do conhecimento, das relações

sociais, do ensino-aprendizagem, enfim, das relações engendradas em um determinado contexto histórico.

1.1 Políticas públicas educacionais e o exercício profissional da/do bibliotecária(o)-documentalista

A geração de trabalho, o direcionamento, o exercício profissional e a exclusão de profissão fazem-se em sociedade, e por sua vez, a sociedade é regida por políticas públicas que atendem a um sistema de governo (AZEVEDO, 2003). Assim, uma instituição educacional, pública ou não, é subordinada às políticas públicas, pois a

educação, enquanto instituição produtiva de cultura, não busca somente preparar uma força de trabalho qualificada, como tem também o reconhecimento do conjunto dos organismos da sociedade civil de sua mediação no interior da esfera da superestrutura, como entre esta e o setor privado (ALMEIDA, 2010a, p. 13).

Nesse sentido, a educação é um instrumento de apropriação material e espiritual nas mãos da classe dominante, que a usa, também, como meio de extorsão de mais-valia – “o excedente sobre o valor original” (MARX, 1988, p. 124) – e alienação da força de trabalho. Mas as políticas educacionais podem ser uma “arma” nas mãos da trabalhadora e do trabalhador no sentido de possibilitar uma formação que lhes dê condições de exercer os poderes e as funções inerentes a sua atividade, de forma emancipatória.

Sobre a mais-valia Antunes (2011) diz que no sistema capitalista o trabalho é constituído da relação entre pessoas que exploram (os que pensam) e os explorados (força de trabalho), tendo por objetivo a produção de valores de troca. Nessa relação o explorado não recebe totalmente pela sua produção, há a exploração da mais-valia, o lucro é para o dono do capital.

Marx (1988, p. 239) nomeia a mais-valia em dois tipos: a mais-valia absoluta “produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho”; e a mais-valia relativa que, “ao contrário, decorre da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança da proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho” – quantitativo de trabalho e duração do processo de trabalho. O tempo de trabalho excedente e trabalho despendido na produção geram “mais-trabalho” (MARX, 1988, p. 168).

A mais-valia relativa foi verticalizada no capítulo 3 quando tratamos da intensificação do trabalho da/do bibliotecária(o)-documentalista no IFG. Enfatizamos que em um setor de serviços, no caso a biblioteca, em transição há uma predominância do agravamento da

exploração por meio dos mecanismos da mais-valia absoluta que leva os trabalhadores há uma ausência de tempo, ocasionando um fenômeno conhecido que é o da estagnação ou até mesmo o decréscimo da qualificação de segmentos cada vez maiores das novas gerações de trabalhadores. Nas instituições onde o número de trabalhadores está no limite não há investimento na formação da classe trabalhadora, quando há é seletiva. Dessas instituições que passam por essa situação entram em processo de alienação sustentado pelo mecanismo da mais-valia absoluta.

Separados dos meios de produção da vida material, os trabalhadores em educação produzem um saber descolado da realidade social, pois as instituições educacionais nas quais atuam reproduzem as necessidades da sociedade que as engendrou, e não o desenvolvimento *omnilateral* do ser humano, conforme enunciado na Lei nº 5.154, de 23 de julho de 2004 (BRASIL, 2004), que substituiu a Lei nº 2.208, de 17 de abril de 1997 (BRASIL, 1997). Essas duas leis serão analisadas em detalhes no capítulo 2.

A divisão do trabalho (manual e intelectual) na sociedade capitalista produz a separação da atividade, do produto. Já no século XIX, Karl Marx dizia que os homens e as mulheres são produtos das circunstâncias e da educação e, portanto, homens modificados são produtos de circunstâncias diferentes e de educação, modificada precisamente pelos homens que precisam ser educados (ALMEIDA, 2010b).

Convém destacar que o Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, o Plano Nacional de Educação (PNE)⁹ para o decênio de 2011-2020, aprovado pela Câmara dos Deputados, em 15 de junho de 2012, e encaminhado no mesmo ano para o Senado Federal para aprovação da redação final, define dentre suas dez diretrizes gerais, a superação das desigualdades educacionais, discutidas por Almeida (2010b), com proposta de melhoria da qualidade do ensino e da formação para o trabalho.

As diretrizes do PNE 2011-2020 apontam a permanência de problemas educacionais já constatados na “primeira tentativa de elaboração de um plano de educação para o País” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2011b, p. 153). A tentativa de elaboração do primeiro PNE, documento conhecido como *Manifesto dos Pioneiros em Educação*, ocorreu em 1932, sob a influência dos pensamentos liberal e católico. A Constituição de 1934 absorveu parte do conteúdo do manifesto, definindo como principal função do Conselho Nacional de Educação a elaboração do PNE. Porém, o *Manifesto dos Pioneiros em Educação*, encaminhado à

⁹ O PNE 2011-2020 entrou em vigor parcialmente aprovado, aspecto em que imita outras legislações, que, em razão do grande tempo de trâmite nas instâncias competentes, quando aprovadas e publicadas, apresentam descompasso entre texto legal e sua aplicação prática.

Presidência da República em 18 de maio de 1937, não chegou a ser discutido no Congresso Nacional, em virtude de novas transformações políticas e a instauração do Estado Novo. O tema somente voltou a entrar na pauta governamental na década de 1960 (DOCUMENTAÇÃO..., 1949)¹⁰.

Na análise de Azanha (1998 *apud* LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2011b, p. 155), o “primeiro Plano Nacional de Educação, de 1962, teve suas coordenadas estabelecidas pela LDB de 1961”. Com a promulgação da Constituição de 1988, fica determinada a “instituição do Plano Nacional de Educação por lei, sendo, portanto, autônomo em relação ao que estabelece a nova LDB” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2011b, p. 156). De acordo com os autores, o segundo PNE do País, com duração de dez anos, 2001-2010, foi aprovado por meio da Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, pelo Congresso Nacional, por exigência tanto da Constituição Federal de 1988 como da LDB/1996.

A continuidade de metas no segundo PNE, com periodicidade de 2011-2020, indica o propósito das políticas educacionais de atender a um “conjunto de intenções e ações dos poderes públicos, que procuram responder às demandas da sociedade” (MONLEVADE, 2008, p. 84). As necessidades sociais levam os poderes públicos à elaboração de leis para assegurar direitos nem sempre alcançados.

Ao contrário da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, que defende que “todos” os profissionais da escola exerçam uma função educativa, independentemente de seu cargo, tanto o PNE 2011-2020, como a LDB/1996, apresentam assertivas pouco claras sobre o exercício profissional dos técnico-administrativos.

Para Monlevade (2008, p. 3), é preciso mudar a concepção de que somente o “professor é educador, os outros são seus auxiliares”. A educação escolar acontece em sua totalidade, e todos os servidores que atuam na área de educação são educadores, com funções distintas. Monlevade (2008) acrescenta, ainda, que qualquer pessoa que trabalha em escola tem em comum a responsabilidade de garantir o aprendizado dos discentes. Dessa forma, compreende-se que a/o profissional bibliotecária(o)-documentalista que atua em escolas, de qualquer nível de ensino, também é um educador.

*O Manifesto Unesco/Ifla*¹¹ para bibliotecas escolares reforça a função educativa da/do bibliotecária(o) no cenário educacional, que influenciam

¹⁰ Documento estudado pelas mestrandas Livia Daniela Pinto Cardoso, Maria Aparecida Rodrigues de Souza, Shirley Carmem da Silva e Stefane Barbosa, e pelo mestrando Cláudio Rodrigues de Oliveira para a disciplina Políticas Educacionais, ministrada pela profa. Dra. Iria Brzezinski, em 2011.

¹¹ O *Manifesto* foi preparado pela *International Federation of Library Associations* (Ifla) e aprovado pela Unesco em sua Conferência Geral em novembro de 1999 (MACEDO, 2005).

o desempenho dos estudantes para o alcance de maior nível de literacia na leitura e escrita, aprendizagem, resolução de problemas, uso de informação e das tecnologias de comunicação e informação (MANIFESTO..., 2005, p. 426).

Além disso, o desenvolvimento tecnológico nas últimas décadas, responsável pelo início da revolução digital e pela emergência da sociedade da informação e do conhecimento tornou-se atualmente, mais do que no passado, um dos principais fatores de superação de desigualdades. A universalização da biblioteca escolar pode ajudar a garantir a todos o acesso equitativo à informação e aos benefícios que podem advir da inserção do país na sociedade da informação.

Com essas considerações, a função educativa da/do bibliotecária(o) estabelecida no *Manifesto* pressupõe a concepção de que a sociedade da informação e a educação para o século XXI demandam tecnologia, pessoal e recursos de informação e comunicação que proporcionem a todos acesso local, regional, nacional e global.

A função educativa da/do bibliotecária(o) expressa no *Manifesto Unesco/Ifla para bibliotecas escolares*, segundo Macedo (2005) ainda é um trabalho a ser conquistado, em virtude das condições precárias em que se encontram as bibliotecas (poucos recursos humano e equipamentos). O *Manifesto* parte do princípio de que uma biblioteca escolar deve ser um organismo vivo com princípios técnicos e educativos, isto é, organizado, informatizado, com objetivos definidos, tendo como alvo principal a/o usuária(o).

Nesse sentido, Silva (1997, p. 106) defende a ideia que a biblioteca é movida por três elementos, num processo de interação: “bibliotecário, livro (ou outro tipo de veículo da cultura) e usuário”. E esses elementos devem estar em equilíbrio para o desenvolvimento da leitura. Com a fusão dos três elementos, a função da/do bibliotecária(o) pode ser encarada numa perspectiva humanística, libertando a/o profissional do tecnicismo. Diante disso, Silva (1997) alerta, se a função de bibliotecária(o) for eminentemente técnica, não envolvendo aspectos pedagógicos de formação e ensino de leitores e nem de relações humanas, a existência desses três elementos sem dinamização, a biblioteca permanecerá como apêndice secundário da instituição. Assim, as/os bibliotecárias(os) deveriam se preocupar mais incisivamente com a problemática da educação da usuária e do usuário. Educar a usuária e o usuário para Silva (1997, p. 109) seria “travar encontros significativos com [ela e com] ele, tendo como motivo os referenciais inscritos nos veículos de cultura”.

Uma biblioteca inserida no campo educacional pode enquadrar-se nas categorias escolar, universitária ou especializada, dependendo do nível educacional a que atende. Essas três especificidades encontram-se nas bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência

e Tecnologia tornando-as híbridas. O gerenciamento desse tipo de biblioteca implica que a/o bibliotecária(o)-documentalista seja mediador(a) da informação e apresentar múltiplas especialidades para a consecução de objetivos curriculares de cada curso (MACEDO, 2005). Para que a mediação da informação ocorra não basta o profissional saber operacionalizar a biblioteca, é necessário, também, integrar-se aos propósitos da instituição e estar a par das políticas educacionais que a regem. É notório que as funções (educativa, administrativa e técnica) da/do bibliotecária(o) de instituições de ensino público está condicionada a orçamentos, a currículos e a metodologias de ensino, a áreas de conhecimento de cada instituição, de acordo com o quadro legal e financeiro do país. Segundo o *Manifesto* (MACEDO, 2005, p. 428), porém, há áreas de conhecimento vitais ao trabalho das/dos bibliotecárias(os) escolares: “gestão da biblioteca, dos recursos, da informação e do ensino”.

Conforme dispõe a alínea (i) do Eixo I da Conferência Nacional de Educação (Conae), de 2010, a função educativa da/do profissional bibliotecária(o) consiste em possibilitar o acesso aos recursos informacionais. Para tanto, segundo o documento final da Conae, no Eixo I, intitulado “Papel do Estado na garantia do direito à educação de qualidade: organização e regulação da educação nacional”, o Sistema Nacional de Educação deve prover:

- i) Biblioteca com profissional qualificado/a (bibliotecário/a)¹², espaço físico apropriado para leitura, consulta ao acervo, estudo individual e/ou em grupo, pesquisa on-line; acervo com quantidade e qualidade para atender o trabalho pedagógico e o número de estudantes existentes na escola (BRASIL, 2010b, p. 32).

O documento estabelece a obrigatoriedade de a instituição educacional prover biblioteca com estrutura física e tecnológica e, conseqüentemente, com pessoal qualificado e atualizado em seu ambiente. Entende-se que essa seja uma indicação de que as políticas educacionais devem contemplar a formação e a valorização de “todos” os profissionais em educação com igualdade de direitos. Contraditoriamente, a/o usuária(o) fim do trabalho realizado nos espaços das bibliotecas de instituições de ensino restringe-se a docentes e a discentes, ignorando servidores técnico-administrativos e comunidade externa.

A Lei nº 11.091/2005 dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação (PCCTAE), no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao MEC. Nesse documento, são considerados profissionais da educação todos auxiliares, assistentes e técnico-administrativos que atuam na rede federal de ensino, diferentemente dos termos da LDB de 1996. A LDB passa a considerar “todas” as pessoas

¹² Notamos na redação do documento da Conae/2010 a atenção dada à linguagem não sexista ao empregar “o/a” diferenciando os gêneros.

que trabalham na educação são consideradas agentes de formação nas redes de ensino somente com a promulgação da Lei nº 12.014/2009 (BRASIL, 2009).

Portanto, no Eixo III do documento final da Conae/2010, dentre as bases para a democratização do acesso, da permanência e do sucesso escolar, em todos os níveis e as modalidades de educação, como instrumentos na construção da qualidade social da educação como direito social, destaca-se um indicativo da necessidade do trabalho da/do bibliotecária(o):

1) O estímulo e apoio à **formação de leitores/as e de mediadores/as**, na educação básica, como sistemáticas a serem implementadas e desenvolvidas pelos sistemas de ensino e escolas, realizando a renovação e manutenção das bibliotecas, com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, profissionais qualificados, e a devida previsão orçamentária e recursos financeiros, pelos municípios, estados, DF e União, como condição para a melhoria do processo ensino-aprendizagem dos atores envolvidos (BRASIL, 2010b, p. 71-72, grifos do autor).

Ainda o Eixo III do documento da Conae/2010, reforça a necessária qualificação da/do bibliotecária(o) na educação, como forma de auxiliar a promoção da qualidade do ensino por meio do conhecimento organizado no espaço das bibliotecas, e reafirma a inserção de tecnologias como ferramenta de trabalho dos profissionais em educação. Devemos lembrar, porém, que o uso acrítico de tecnologias no trabalho significa fazer as “coisas de uma maneira reproduzível” (CASTELLS, 2008, p. 67), eliminando processos e, conseqüentemente, reduzindo mão de obra.

Dentre as diretrizes do PNE 2011-2020 que influenciam o trabalho da/do bibliotecária(o), há o inciso “VII – promoção humanística, científica e tecnológica do país” (BRASIL, 2011c, p. 318), que indica o estabelecimento de políticas que promovam a inserção mais intensa das ferramentas tecnológicas nos espaços educacionais. Como é uma indicação e não uma obrigatoriedade das instituições de ensino oferecer recursos tecnológicos modernos que auxiliam discentes na sua aprendizagem há uma demora na sua efetivação ou, às vezes, nem acontece. Para efetivação desse inciso, há necessidade de profissionais em educação articularem técnica e ciência por meio da tecnologia.

Se o mundo do trabalho emergente exige profissionais em educação capazes de atuar em diferentes áreas com utilização de tecnologias, não é uma formação aligeirada, pragmática, que assegura uma atuação de qualidade, é justamente o contrário: só uma formação sólida, *omnilateral* será capaz de garantir a consecução dessa proposta.

1.2 Omnilateralidade

Será discutido, neste item, o objetivo da educação: formar um trabalhador *omnilateral* ou um trabalhador unilateral?

Iniciamos a discussão sobre educação *omnilateral* apresentando o conceito de trabalho educativo, proposta por Saviani (2011b). Para ele, o trabalho educativo alcança sua finalidade por meio do processo de produção material ou imaterial, isso demanda das pessoas conhecimento, habilidade e atitude (competências) para obtenção de resultados no trabalho para satisfação de suas necessidades. Isso é possível a partir do momento que o homem se predispõe a aprender com fim na aplicabilidade desse conhecimento na produção de capital no ambiente de trabalho. Outro princípio educativo do trabalho seria quando o indivíduo se apropria dos elementos culturais necessários à sua formação como ser humano, necessários à sua humanização. A educação é uma “exigência do e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho” (SAVIANI, 2011b, p. 11). O trabalho educativo é, portanto, uma atividade intencionalmente dirigida por fins.

A concepção mercadológica de educação não atende aos princípios da omnilateralidade que, antes de tudo, visa a um ser humano que transcende a natureza e o domínio da necessidade (MANACORDA, 2010). Na educação *omnilateral*, trabalhadores são seres de valor, que criam, estabelecem objetivos e se realizam no trabalho. A centralidade na educação *omnilateral* situa-se no ser humano e não no trabalho.

Por outro lado, na sociedade do capital, o processo é inverso. A educação para o capital tem seu valor como provedora da possibilidade de exercício do trabalho do homem e da mulher como forma de garantir apenas a sua subsistência, em vez de uma educação de sujeitos em condições sociais e políticas de desfrutar de sua produção.

A educação, em tempos de acumulação flexível, segundo Antunes (2011), prepara trabalhadores competitivos para atender à lógica da sociedade mercadológica. Esse tipo de educação não atende à perspectiva de uma formação *omnilateral*. O papel social da educação é bem mais amplo, é o de possibilitar a formação de trabalhadores para uma atuação autônoma, como sujeitos.

A ideia de uma educação que visa a omnilateralidade dos trabalhadores, surgida no século XIX, com Marx, constitui uma forma de superação da alienação do trabalhador, característica própria do sistema capitalista e da divisão sexual e social do trabalho. No século XXI, a concepção burguesa de trabalho ainda nega o papel de tal atividade na humanização do homem, em descompasso com a indissociabilidade entre trabalho e educação *omnilateral*

(SILVA, 2007). A educação deve ser vista para além de instrumentalizadora de indivíduos, pois deve possibilitar o controle total do processo de produção pelo trabalhador (MARX, 1988).

Ao analisar nas obras de Marx a implicação da divisão do trabalho nas relações sociais, o pedagogo italiano, Mario Manacorda (2011) aponta o surgimento da alienação própria do homem dividido e, ao mesmo tempo, confronta essa realidade negativa com a possibilidade de transformação do homem unilateral em um homem reintegrado a si mesmo, completo, *omnilateral*. Segundo o autor, ante a

realidade da alienação humana, na qual todo homem, alienado por outro, está alienado da própria natureza e o desenvolvimento positivo está alienado a uma esfera restrita, está a exigência da onilateralidade, de um desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e das capacidades de sua satisfação (MANACORDA, 2010, p. 94).

Com efeito, embora a omnilateralidade seja um objetivo da práxis revolucionária contra a divisão do trabalho e da educação na sociedade presente, sua realização plena está condicionada à superação política das determinações históricas da própria sociedade do capital. Assim, para o completo desenvolvimento de um trabalho *omnilateral*, não alienado, é necessária a criação de novas bases sociais, que permitam o livre desenvolvimento das potencialidades humanas.

A unilateralidade no trabalho revela-se de diversas formas: na própria divisão do trabalho, base na qual se desenvolvem modos diferentes de apropriação e explicação do real, também, por meio do desenvolvimento dos indivíduos em direções específicas, pelo quase exclusivo desenvolvimento no plano intelectual ou no plano manual e, ainda, pela internalização de valores relacionados à competitividade, ao individualismo, ao egoísmo (SOUSA JUNIOR, 2008).

O trabalhador e a trabalhadora com formação *omnilateral* não se definem pelo que sabem, dominam ou conhecem, muito menos pelo que possuem, mas, pela sua ampla abertura e disponibilidade para saber, dominar, refletir sobre seu trabalho e pessoas. Logo, a trabalhadora e o trabalhador *omnilateral* são aquela e aquele que se definem não propriamente pela riqueza daquilo que o preenche, todavia pela riqueza daquilo que lhe falta e se torna absolutamente indispensável e imprescindível para o seu ser: a realidade exterior, natural e social criada pelo trabalho humano como manifestação humana livre.

Conforme esse enfoque, entende-se que, em sua ação sobre o mundo, trabalhadores se afirmam como força de trabalho. Desta maneira, eles precisam atuar como um todo sobre o real, com todas as suas faculdades, todo seu potencial e não apenas como seres fragmentados,

controlados pelo sistema, limitados em suas competências e em suas habilidades. Assim, eles poderão sentir-se seres totais na sociedade e, sobretudo, para eles mesmos.

Para Manacorda (2010), a formação *omnilateral* representa uma formação mais ampla e avançada do homem como trabalhador e, por conseguinte, como cidadão. A concepção de omnilateralidade, para o pensador italiano, significa uma maneira de ver o homem em sua total integridade, o que não é possível no sistema capitalista, em que não há oportunidade de direitos iguais. É necessário, portanto, uma educação promotora de uma atuação profissional oposta à atuação unilateral, provocada pelo trabalho alienado e por sua divisão, para romper com o ser humano limitado pela sociedade capitalista.

Um exemplo de educação que foge aos princípios da omnilateralidade é a que se desenvolve na lógica da acumulação flexível. Conforme a lógica inserida ao processo de apropriação das novas tecnologias, de maneira abstrata, o indivíduo é o único responsável pelo seu desenvolvimento como profissional (ALMEIDA, 2010b) para garantir a qualidade dos serviços oferecidos, de maneira a universalizá-los. Segundo Antunes (2011), o indivíduo impelido a “capacitar-se” para melhor “competir” no mercado de trabalho atende aos interesses do capital, que converte o “tempo livre” em tempo de consumo, da produção. Nesses moldes, a possibilidade de um trabalho que busca a omnilateralidade é afastada da realidade humana se não houver um valor de uso para a trabalhadora e para o trabalhador.

Para Frigotto (1989), o emprego do termo “polivalência” nega a dimensão da omnilateralidade do homem e da mulher trabalhadora no interior das relações sociais. Ser polivalente, conforme a lógica universalizante, na sociedade flexível é ser um trabalhador ou trabalhadora que aceite as condições do trabalho produtivo e improdutivo.

Para Marx (1988), trabalho produtivo (vivo) é o tempo gasto pelos trabalhadores para produzirem para atender ao sistema capitalista. A trabalhadora e o trabalhador não consome o tempo para ela e para ele mesmo. Já o trabalho improdutivo (morto) é gerado pela máquina e comprado pelo capitalista (MARX, 1988). “O capital é o trabalho morto, que apenas se reanima, à maneira dos vampiros, chupando trabalho vivo e que vive tanto mais quanto mais trabalho vivo chupa” (MARX, p. 180), o trabalho vivo e o trabalho morto coexistindo. O trabalho é necessário não apenas porque produz, mais também porque consome. Qualquer produto criado pelo capital não são outra coisa senão mercadoria que resulta da interação entre trabalho vivo e trabalho morto. Segundo Antunes (2011), mesmo num processo produtivo, tecnologicamente avançado o valor de troca resulta da articulação entre trabalhos vivo e morto.

O conceito de omnilateralidade como referência para refletir sobre o exercício dos profissionais em educação com o avanço tecnológico e em tempos de acumulação flexível contribuiu para orientar a busca dos determinantes sociais e políticos para introdução de novas tecnologias como forma de flexibilizar o processo de trabalho, particularmente, nas bibliotecas.

1.3 Tecnologias: um fetiche?

Estudar o conceito de tecnologia e seus avanços nos espaços educacionais, como ferramenta de trabalho, justifica-se pela necessidade de interpretar como o paradigma tecnológico ora é positividade, ora é negatividade para alguns teóricos, e quais suas implicações no processo de trabalho em bibliotecas.

O processo de reestruturação produtiva em curso comporta uma série de estratégias em resposta à situação de crise do capitalismo, delineada a partir dos anos 1970. Para Holzmann (2000, p. 263),

o acirramento da competição internacional e a crescente resistência dos trabalhadores à organização da produção estão na raiz dessa crise. A resposta do capital aparece na forma de uma nova onda de inovações tecnológicas, de base microeletrônica, associada à descentralização produtiva e à desregulamentação das relações laborais.

Formas mais flexíveis de contratação e uso da força de trabalho expandem-se, como a subcontratação, o trabalho temporário, o trabalho em tempo parcial, criando condições favoráveis à exploração da mão de obra. A utilização de novas tecnologias é entendida não só como equipamentos de base microeletrônica, mas também, como novos métodos de gerenciamento da produção e do processo de trabalho. Uma nova organização do trabalho, “diferente”. No entanto, as relações sociais continuam em sua base o capitalismo, só que flexível que agrega uma nova característica.

Em instituições de setor de serviço a caracterização da produção flexível é percebida na geração de novos empregos, por exemplo na área educacional, o governo investe em pequenas quantidades em grandes escalas em recursos humanos e também em capital fixo (máquinas), para suprir o trabalho humano. A inserção de novas tecnologias permite a intensificação de velhas formas de exploração em nome de uma expansão educacional.

Johnson (1997, p. 230), alerta que não se deve confundir o termo tecnologia com ciência, pois

tecnologia consiste de conhecimentos práticos sobre como usar recursos materiais, ao passo que a ciência consiste de conhecimento abstrato e teorias sobre como as

coisas funcionam. É por certo verdade que o desenvolvimento tecnológico e científico com frequência andam de mãos dadas, mas este não é sempre necessariamente o caso.

Percebe-se uma confusão no emprego do termo tecnologia quando se o considera uma forma de representar o desenvolvimento científico e cognitivo pelo manuseio de novas ferramentas e não a sua aplicabilidade.

Frigotto (2008) pondera que o conceito de tecnologia é empregado como uma ferramenta que não está vinculada a juízos de valor, como bondade e maldade. A tecnologia só pode ser compreendida no seu uso nas relações sociais em que se enquadra. O ser humano é o responsável por sua utilização e, por consequência, por transformar a realidade e a história.

Duarte (2008, p. 25) ressalta a representação de um instrumento tecnológico alegando que ele

não é apenas algo que o homem utiliza em sua ação, mas algo que passa a ter uma função cuja significação é dada pela atividade social. O instrumento é, portanto, um objeto que é transformado para servir a determinadas finalidades no interior da prática social. O homem cria novo significado para o objeto. Mas essa criação não se realiza de forma arbitrária.

A adequação do objeto pelas pessoas à sua finalidade e à prática social não deveria acontecer somente mediante os parametrizadores econômicos, políticos e sociais, mas também a partir da atividade social do cidadão e da cidadã.

Nos tempos atuais, o conhecimento transforma-se em algo não material e fluido, por meio dos suportes digitalizados, provocando rupturas nos modelos convencionais de suportes. Em um cenário de mutação tecnológica, a biblioteca de instituição de ensino não se exime de sofrer os efeitos das mudanças. Concordamos com Macedo (2005), para quem a biblioteca não está sendo apenas solapada pelas inovações tecnológicas, mas pelas demandas (inovadas) de ações, que se estruturam nos meios eletrônicos e que são geradas por seus usuários, à medida que eles se acostumam ao uso de recursos tecnológicos.

Nesse aspecto, é necessário que as instituições de ensino assumam, também, a corresponsabilidade em aparelhar as bibliotecas com tecnologias para seu público e consequentemente, preparar as/os bibliotecárias(os) para lidar com a massa crescente de informações em meios eletrônicos. Por outro lado, segundo Modesto (2005), as bibliotecas de instituições de ensino dispõem de quantidades limitadas de máquinas destinadas aos usuários, e precisam controlar o tempo de uso, obrigando-os a serem objetivos e eficientes na suas consultas.

Assim, para Frigotto (2008), a tecnologia sofre influências históricas, políticas, relacionais e culturais. Logo, ela não pode ser positiva nela mesma, o que, inclusive, não é verdade, porque “a promessa iluminista do poder da ciência, da técnica e da tecnologia – para libertar o gênero humano da fome, do sofrimento e da miséria – não se cumpriu para grande parte da humanidade” (FRIGOTTO, 2008, p. 377). Atualmente, o que se observa é uma tendência à desumanização.

Há uma demanda maior de trabalho, segundo Frigotto (2008), surgida pela crença no determinismo tecnológico. Para esse educador, há um

fetichismo do determinismo tecnológico como força autônoma das relações sociais, portanto, de poder e de classe. A forma mais apologética deste fetichismo aparece, atualmente, sob as noções [...] “era tecnológica”, que expressam a tese de que a ciência, a técnica e as “novas tecnologias” nos conduziram ao fim do proletariado e a emergência do “cognitariado”, e, conseqüentemente, à superação da sociedade de classes sem acabar com o sistema capital, mas, pelo contrário, tornando-o um sistema eterno (FRIGOTTO, 2008, p. 379).

Saviani (2011a) reafirma as palavras de Frigotto (2008) dizendo que pode acontecer, com o uso de novas tecnologias a eliminação da divisão do trabalho manual e intelectual, mas o trabalho continuaria sendo o definidor da educação, e a educação, definidora do trabalho. No entanto, há uma “pseudo ideia” de que os grandes problemas são resolvidos com a aplicação de novas tecnologias, e que, para gozar a vida, o trabalhador só precisa apertar diversos botões ou manejar as ferramentas tecnológicas, afirma Frigotto (2008).

Em contrapartida, definir tecnologia talvez não seja o mais importante para compreendê-la, conforme afirma o professor Valter Filé em entrevista (TECNOLOGIA..., 2011, p. 23), “mas sim, o sentido que a tecnologia tem para as pessoas e para o mundo de forma geral”.

Quando o trabalho é alienado, por exemplo, a trabalhadora e o trabalhador não são capazes de perceber que a tecnologia inibe sua autonomia, na perspectiva das relações sociais. No processo de trabalho da/do bibliotecária(o), o uso das tecnologias para intensificar sua ação técnica pode prejudicar a função educativa em razão do tempo, próprio daqueles que trabalham em condições precárias, como demonstramos no capítulo 3.

Em educação, a tecnologia deve integrar-se à ciência como possibilidade de desenvolvimento do ser humano em todas as suas dimensões e suas potencialidades, conforme entendimento de educação como processo *omnilateral* (MANACORDA, 2010; 2011). É pela união coerente e concisa da ciência com a tecnologia que a divisão do trabalho pode ser eliminada.

A partir do momento que as trabalhadoras e os trabalhadores adquirem consciência crítica e política de que, pelo trabalho, são produtores e também consumidores, governantes e governados, aprendizes e educadores, cria-se a possibilidade de eliminar a prática individualista de disputa por cargos, por chefias e por gratificações.

Manacorda (2010) questiona se o processo educacional consegue formar um sujeito emancipado, preparado para acompanhar os avanços tecnológicos sem divisão do trabalho e diferenças. Caso o processo tenha sucesso, quando os cenários de alienação, se não extintos, pelo menos, poderão ser minimizados nas relações sociais.

Políticas apoiadas somente em concepções liberais objetivam tornar os trabalhadores multifuncionais, preparados para mudanças e, conseqüentemente, para a “introdução de novas máquinas ou mudanças na divisão do trabalho” (MANACORDA, 2011, p. 9), mas não para a omnilateralidade do exercício profissional. Manacorda (2011) recusa a ideia do desenvolvimento do ser humano atender exclusivamente ao capital. Para ele, o trabalhador precisa sentir-se parte do processo, ter controle sobre sua produção e sua vida, portanto, faz-se necessário excluir “todo adestramento (treino) subalterno à produção e projetar uma formação do homem completo” (MANACORDA, 2011, p. 9).

Frigotto (2008, p. 377) assinala que a tecnologia se tornou, “nas atuais condições do capitalismo, cada vez mais privativa pelo capital e, conseqüentemente, mais excludente e destrutiva”, mas isso não significa que ela seja responsável pelas ações humanas que delas fazem uso, ou seja, a tecnologia não pode ser responsabilizada pelas mazelas do capitalismo.

Ainda a esse respeito, Valter Filé, na mesma linha de pensamento de Frigotto (2008) afirma que

a tecnologia, sozinha, não leva a lado nenhum. Ela pode ajudar a ampliar desigualdades, é claro, mas não é a tecnologia em si que serve a determinado modelo de relação social, ou modelo econômico ou político. O que faz isso é a forma como determinados grupos se apropriam dela para exacerbar as desigualdades que já existem (TECNOLOGIA..., 2011, p. 24).

Segundo essa concepção, a tecnologia não é nem solução para todos os problemas, nem causa de todos os males, e muito menos fetiche ou negatividade tecnológica. Para pesquisadores dessa temática, é importante concentrar a crítica não na tecnologia, mas nas relações sociais que a permeiam como resultado das políticas estabelecidas na organização do trabalho.

Estes dois vieses – o fetiche do determinismo tecnológico e a sua pura negatividade sob a égide do capitalismo – decorrem de uma análise que oculta o fato de a atividade humana

produzir tecnologia e, em decorrência disso, estabelecer vínculos (i)mediatos com os processos produtivos.

O discurso histórico dominante da tecnologia constitui uma força alienadora do trabalho e, conseqüentemente, dos trabalhadores (FRIGOTTO, 2008). No entanto, a tecnologia pode ser apropriada de uma maneira positiva, de modo a promover a libertação da trabalhadora e do trabalhador em suas interações sociais, redirecionando a dinâmica do trabalho e a socialização para minimizar as relações “não coisificadas” ocasionadas por elas em ambientes de serviço. Neste sentido, tecnologia pode significar

não um meio de ampliação da exploração do trabalho, de mutilação de direitos, de vidas [...], mas se constituir efetivamente em extensão de sentidos e membros humanos para dilatar o tempo livre. Vale dizer, tempo para desenvolvimento das qualidades propriamente humanas para todos os humanos (FRIGOTTO, 2008, p. 381).

A contradição situa-se entre os que produzem a riqueza com seu trabalho e aqueles que usufruem dessas riquezas, e os produtores estão excluídos do direito de usufruir os bens que produzem (CHAUÍ, 2006).

Conforme Saviani (2011a) a inserção da tecnologia no trabalho não proporciona melhores condições de trabalho nem tempo livre de lazer e socialização do conhecimento, somente acelera a realização de serviços ofertados à sociedade. A inserção da tecnologia no processo de trabalho não promove o ócio¹³ para o desenvolvimento de atividades dignas, e sim, alienação dos trabalhadores no tocante ao trabalho.

O tempo livre para trabalhadores não se concretiza de forma igualitária na sociedade de classes, pois quem tem o controle administrativo dispõe de mais tempo livre do que aqueles que executam o trabalho. Antunes (2011, p. 85) aponta uma saída para essa dupla dimensão: suprimir “a distinção entre trabalho manual/trabalho intelectual que fundamenta a divisão social do trabalho sob o capital”. Uma vez o trabalho desprovido desta dupla dimensão, resta identificar o trabalho alienado.

Para Marx (1988), a alienação tem sua origem no processo de trabalho. Ela surge porque quem controla o processo é o empregador, pois os trabalhadores perderam o controle

¹³ Domênico De Masi, em entrevista no programa *Roda Viva* da TV Cultura, exibido em 4 de janeiro de 1999, defendeu uma nova sociologia do trabalho, baseada na criatividade, que classificou como ócio criativo. Para ele, na sociedade pós-industrial, é importante o tempo do ócio criativo, do direito ao lazer para trabalhadores. A criatividade e a estética, e não a burocracia ser o fundamento do mundo pós-industrial. Para chegar à criatividade, é preciso preparação para a obtenção de resultados. A preparação da trabalhadora e do trabalhador para o tempo livre motiva a produção criativa e, conseqüentemente, a felicidade do ser humano. Para De Masi, nas empresas, há pessoas estressadas que atuam seguindo um emaranhado de normas, sem direito à felicidade e à emotividade (MARKUN, 1999).

de sua atividade passando a ser controlado por outrem. No trabalho alienado, o processo e a produção do trabalhador é pensado e controlado por um “superior”.

Antunes (2011) esclarece que a redução de jornada de trabalho não implica necessariamente redução do tempo de trabalho se ocorre uma duplicação da intensidade das operações anteriormente realizadas pelo mesmo trabalho. Desse modo, lutar pela redução da jornada de trabalho significa buscar a eliminação do controle (e da redução) do tempo opressivo de trabalho, pois a redução formal do horário de trabalho pode corresponder a um aumento real do tempo de trabalho despendido.

Desta maneira, de um lado, persiste a desumanização do trabalho, fragmentado em face de uma tecnologia alienante e, de outro, a presença de expectativas sobre a emergência de novas qualificações, de forma integral e libertadora. Para Modesto (2005, p. 296-297),

na cibercultura, conceituada como interação da sociedade com as tecnologias emergentes de informação e comunicação, o bibliotecário pode ser substituído caso adote postura de mero intermediário no acesso a fontes de conteúdos; mantenha apego à aplicação de tecnologias para continuidade de modelos convencionais de tratamento e organização de informações; ou persista na construção de sistemas informatizados baseados em estruturas desprovidas do contexto.

No cenário educacional tecnológico, a atuação da bibliotecária e do bibliotecário de instituição de ensino não é algo simples: envolve questões políticas que repercutem no processo de trabalho, levando à flexibilização profissional.

1.3.1 As novas tecnologias e a flexibilização da força de trabalho

As tecnologias, como forma de flexibilizar o exercício profissional de trabalhadores em educação, têm sua fundamentação no sistema econômico que precariza as condições de trabalho. Antunes (2011) situa como marco importante do percurso da exploração da força de trabalho a introdução do taylorismo, em 1911, pelo engenheiro norte-americano, Frederick W. Taylor. Com o taylorismo, há uma maior divisão do trabalho, com intenso fracionamento das etapas do processo produtivo. Nesse sistema a trabalhadora e o trabalhador desenvolvem tarefas ultraespecializadas e repetitivas, em um curto espaço de tempo, e com a maior eficácia possível.

Ainda para este mesmo autor, a divisão do trabalho é central no processo de modernização do sistema produtivo e característica essencial das organizações no período posterior à revolução industrial. Esse conceito, empregado de forma mais sistemática por Taylor, foi aprimorado por Henry Ford (1863-1947) na produção de automóveis, em combinação com o uso da linha de montagem. O taylorismo tornou-se um modelo para o

fordismo, sistema desenvolvido por Henry Ford, por acelerar o processo produtivo. Mais tarde, Ford inovou o processo de produção de carros, tornando-o um sistema de produção em massa com máxima alienação. Simultaneamente aos modelos taylorismo/fordismo surgiu a produção flexível.

Nesse cenário, com a inserção de novas tecnologias, segundo Cattaneo e Hirata (2009), surge a ruptura do espaço de trabalho (domicílio, terceirização, virtualização) concorrendo para o desenvolvimento da acumulação flexível, apoiada na divisão sexual do trabalho e regulamentada por políticas que favoreçam o processo de flexibilização.

A acumulação flexível caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas pela inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços” (ANTUNES, 2011).

Harvey (2007) desenvolve sua tese de que a acumulação flexível, na medida em que ainda é uma forma própria do capitalismo, mantém três características essenciais desse modo de produção. A primeira está voltada para o crescimento da produção. A segunda característica é que esse crescimento está apoiado na exploração do trabalho vivo em combinação com o trabalho morto possibilitado pelo desenvolvimento de novas tecnologias gerando excedentes de força de trabalho. A dinâmica tecnológica e organizacional do capitalismo é sua terceira característica.

Para atender às exigências mais individualizadas de mercado, no melhor tempo e com melhor qualidade, é preciso que a produção se sustente num processo produtivo flexível, que permita o/a trabalhador(a) a realizar várias coisas ao mesmo tempo, combinando várias tarefas simples, transformando-se em trabalhadores multifuncionais (ANTUNES, 2011).

No trabalho em que as novas tecnologias estão presentes, há possibilidade de flexibilização do processo de trabalho expresso na polivalência, na integração de tarefas e em horários flexíveis da trabalhadora e do trabalhador que podem beneficiar o ser humano se sua ação não for fragmentada e em condições precárias. Conforme Frigotto (2008), as tecnologias requisitam trabalhadores polivalentes, que atuem em equipe, e ao mesmo tempo, as mesmas tecnologias fragmentam, precarizam a ação humana. Por isso, Frigotto (2008), alerta-nos para o sentido que damos à apropriação das tecnologias nas relações sociais.

A flexibilização do processo de trabalho envolve as dimensões emprego, conteúdo do trabalho, jornada de trabalho e remuneração (NEVES, 2006). Então, como deve ser a educação dos trabalhadores no contexto da produção flexível com presença de novas tecnologias? A resposta é uma educação que flexibilize a formação, o volume de trabalho e a relação social dos trabalhadores. Nesta pesquisa, a flexibilidade será analisada com base na necessária formação teórico-prática, assumindo o “significado da polivalência, da capacidade de aprender permanentemente e de ajustar-se à dinamicidade de uma planta que se adapta continuamente para atender às demandas do mercado”, conforme aponta Kuenzer (2010, p. 255). As práticas flexíveis são perceptíveis pelas atividades multitarefas em trabalho polivalente.

No mundo do trabalho globalizado, é inegável o uso indispensável das tecnologias como ferramentas para o desenvolvimento da força de trabalho, e microeletrônica não cessa de proporcionar aparelhos para o aceleração da produção. As TIC são força de trabalho (energia) para a revolução atual (CASTELLS, 2008). O paradigma das TIC é baseado na flexibilidade, na capacidade de reconfiguração. Trata-se de processos reversíveis e instituições modificadas, “isso porque a flexibilidade tanto pode ser uma força libertadora como também uma tendência repressiva, se os redefinidores das regras sempre forem os poderes constituídos” (CASTELLS, 2008, p. 109).

Nesse contexto tecnológico, a preocupação com o modo como os trabalhadores realizam suas atividades para cumprir metas resvala nas relações sociais, tendo em vista que, para o capitalismo, interessa o recrutamento de mulheres e de homens “dóceis” para atender ao objetivo econômico, ao lucro (ENGUIITA, 1989). A submissão dos trabalhadores ao sistema produtivo torna as relações sociais coercitivas e inquestionáveis.

Com o processo de reestruturação produtiva, caracterizado pela utilização crescente das novas tecnologias informatizadas, há implicações no trabalho em escritório e no trabalho em bibliotecas, segundo Ramos (2004). O processo de trabalho em bibliotecas tem passado por transformações importantes nos últimos anos. As bibliotecas brasileiras passaram por um processo de informatização, que modificou a forma de executar o trabalho de bibliotecárias(os), eliminando tarefas relacionadas às tecnologias mecânicas utilizadas anteriormente e criando novas tarefas. As/Os bibliotecárias(os) sofrem a influência das novas tecnologias em seu processo de trabalho e buscam adaptar-se a essa nova realidade, ao mesmo tempo que adaptam as tecnologias à sua forma de trabalhar. Com base nos estudos de Ramos (2004), apresentamos no próximo item uma caracterização do processo de trabalho em bibliotecas e sua localização nas relações capitalistas de produção.

1.3.2 As novas tecnologias no processo de trabalho em bibliotecas de instituições de ensino

Investigar sobre o processo de trabalho em bibliotecas exige que se faça uma caracterização desse trabalho, uma vez que ele apresenta características diferentes do trabalho na fábrica, no qual se concentra a maioria dos estudos sobre processo de trabalho. A própria conceituação de processo de trabalho em Marx (1988) está muito ligada ao trabalho produtivo, à transformação da natureza por meio de uma atividade humana, tendo, como resultado, um produto.

Hypólito (1991) destaca que o trabalho em escolas apresenta características semelhantes ao do setor terciário (escritório, por exemplo), temática pouco pesquisada por autores dedicados aos estudos acerca do trabalho, mas ganha importância crescente com o desenvolvimento do capitalismo. Para o capital a “circulação de mercadorias faz parte do ciclo de produção do capital. Não é porque um setor (terciário no caso) faz ‘circular’ mercadorias produzidas em outras instâncias que não há produção de mais-valia” (HYPÓLITO, 1991, p. 6). A questão é como a/o profissional em educação está submetido à forma capitalista de organização do trabalho, independente do resultado ser uma produção material ou imaterial. Por isso, o trabalho da/do bibliotecária(o) em escola pública é considerado produtivo enquanto participe da acumulação mediada do capital.

Apesar das possíveis distinções entre biblioteca escolar pública e privada, os procedimentos de trabalho são idênticos na escola capitalista, ou seja, é possível pormenorizar o trabalho na escola, dividindo funções para quem idealiza e para quem executa. Na história das bibliotecas,

a partir de meados do século XIX, o Estado reconhece o bibliotecário como representante de uma profissão socialmente indispensável. Nesta segunda fase, surge a necessidade de fazer do bibliotecário um funcionário especificamente treinado para as suas funções (MARTINS, 1998, p.332).

Em consequência, a/o bibliotecária(o) tornou-se um técnico, resultado histórico da educação capitalista, com todos os inconvenientes e virtudes dessa condição. Dentre as virtudes, Martins (1998, p. 332), aponta “a sua maior eficiência, garantida pela organização racional do trabalho; a exclusividade da atenção que consagra ao seu ofício, o que evita as sempre deploráveis dispersões de interesse; a sua consciência profissional cada vez mais desenvolvida”.

No entanto, a imposição de uma modelo de educação tecnicista, segundo Saviani (2007), leva a educação ao caos. Para o autor, o tecnicismo gera a descontinuidade e fragmentação do processo educativo pela natureza e especificidade da educação – ser uma

produção imaterial onde o produto não é separável do ato de produção – o tecnicismo não é generalizável e sua aplicação significaria a impossibilidade da educação. Diante da discussão técnica *versus* humanismo, algumas bibliotecárias e alguns bibliotecários de escolas julgam mais pertinente privilegiarem uma ou outra vertente, e há aquelas(es) que não concebem a separação de ambas. Para estas últimas, a/o bibliotecária(o) deve ser um misto de técnico e intelectual (CASTRO, 2000a).

No entendimento de Ramos (2004), o tecnicismo acabou por ocupar maior espaço na formação e na prática profissional da bibliotecária e do bibliotecário. Apesar de trabalhar em instituições públicas com finalidades humanistas, a fragmentação do trabalho, as novas tecnologias da informação e as mudanças na organização do trabalho nas bibliotecas levaram à vitória do tecnicismo.

A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)¹⁴ define bibliotecário aquele formado em biblioteconomia e documentação, com a formação complementada com aprendizado tácito no local de trabalho e cursos de extensão. A CBO indica como local de exercício profissional da/do bibliotecária(o) bibliotecas e centros de documentação e informação na administração pública e variadas atividades no comércio, indústria e serviços, com predominância nas áreas de educação e de pesquisa.

A CBO descreve sumariamente as atividades comuns às duas profissões, as de bibliotecária(o) e documentalista (BRASIL, 2010d, p. 380):

Disponibilizam informação em qualquer suporte; gerenciam unidades como bibliotecas, centros de documentação, centros de informação e correlatos, além de redes e sistemas de informação. Tratam tecnicamente e desenvolvem recursos informacionais; disseminam informação com o objetivo de facilitar o acesso e geração do conhecimento; desenvolvem estudos e pesquisas; realizam difusão cultural; desenvolvem ações educativas.

O documento do MTE deixa claro que para o exercício dessas profissões são necessárias a formação e a experiência em biblioteconomia e em documentação.

Observando as atividades a serem executadas pelas/pelos bibliotecárias(os)-documentalistas, conforme a CBO, podemos verificar atividades de cunho técnico e outras mais ligadas à cultura e a educação, que remetem à discussão anterior, entre humanismo e tecnicismo. Apesar de identificar diferenças no processo de trabalho em distintos espaços,

¹⁴ A CBO é um documento do Ministério do Trabalho (MTE) que reconhece, nomeia, codifica os títulos e descreve as características das ocupações do mercado de trabalho no Brasil (BRASIL, 2010). Esse documento não regulamenta profissões nem cria cargos, somente faz a descrição de atividades de diferentes profissões, e não constitui garantia de que as profissões descritas sejam regulamentadas e nem é esse o seu objetivo. Trata-se de um documento normalizador da nomeação e da colocação dos títulos e conteúdos das ocupações no mundo do trabalho. É um reconhecimento para fins classificatórios sem função de regulamentação profissional.

podemos considerar que a lógica capitalista, presente na fábrica e no escritório, também ocorre nas bibliotecas, com base em conceitos desenvolvidos por Marx (1988) referentes à questão do trabalho produtivo/trabalho improdutivo. Marx (1988) vale-se de vários exemplos para distinguir um trabalho do outro: casos do cantor, do professor, do médico. Para ele, o que importa é a forma como e por quem o trabalho é apropriado. Se um cantor pratica a sua arte em público, sem ser contratado por um empresário da arte, recebendo o total arrecadado, seu trabalho é improdutivo. No entanto, se esse trabalho é realizado por troca de salário, ficando o excedente com o capitalista, seu trabalho é produtivo.

De acordo com esse raciocínio, segundo Ramos (2004), as bibliotecárias e bibliotecários que atuam na rede privada são trabalhadores produtivos, pois o dono da empresa acumula capital por meio da exploração de mais-valia. E as bibliotecárias e bibliotecários do setor público que tipo de trabalhadores são? Hypólito (1991, p. 6) destaca que “a natureza do trabalho em nada modifica o problema; a questão é como este trabalho está submetido à forma capitalista de organização do trabalho, independentemente de seu resultado ser uma produção material ou não-material”. As regras do trabalho submissas aos ditames do capital define o tipo de trabalhador(a), não importa se é trabalho vivo ou morto, a extração da mais-valia está presente.

Segundo Hypólito (1991), as mudanças ocorridas na organização do trabalho escolar dentro da sociedade capitalista foram sustentadas pela transformação histórica do sistema educacional, movimento esse determinado pelas modificações no modo de produção. Essas mudanças na organização do trabalho são constatadas no espaço da biblioteca escolar com a introdução de tecnologia. A mudança no processo de trabalho é a separação entre o produto e o processo de produção. O acesso a informação torna-se independente da/do bibliotecária(o) podendo ser alienada como qualquer outra mercadoria no mercado: a biblioteca digital é um dos exemplos.

O trabalho em bibliotecas, desde a seleção e a aquisição dos materiais até a sua disponibilização e disseminação para o usuário, caracteriza-se por ser um trabalho que culmina em um serviço com valor de uso, que pode ser vendido ou não, de acordo com a característica da instituição à qual a biblioteca pertença. Se for uma biblioteca de instituição pública, não há a busca de valorização do capital, mas há o interesse em redução de custos, que leva à racionalização do trabalho de acordo com os moldes do mercado em geral.

A intervenção no processo de trabalho em bibliotecas, por meio de inovações tecnológicas, consideramos como práticas de produção flexível que servem para dar continuidade à acumulação capitalista e às políticas econômicas neoliberais. As estratégias

utilizadas pelos empregadores, com o objetivo de obter o controle sobre o trabalho, garantindo maior produtividade e, por consequência, maior apropriação de trabalho excedente (RAMOS, 2004).

As bibliotecárias e bibliotecários trabalham com a informação registrada em vários tipos de suportes, seja ela impressa em livros, periódicos ou digitalizadas em uma plataforma microeletrônica. Ao manusear esses suportes, realizando uma série de operações de seleção, aquisição, registro, catalogação, organização, armazenamento, recuperação, controle das transações de empréstimo e devolução de documentos, as bibliotecárias e bibliotecários fazem a disseminação de informação ou de documentos. Para realizar suas atividades, a bibliotecária e o bibliotecário pode usar diversas ferramentas de base microeletrônica, tais como: bases de dados, internet, telefone, leitor de códigos de barras, correio eletrônico, listas de discussão da área, microcomputador e *softwares* diversos.

Ao utilizar todas as ferramentas eletrônicas citadas, a biblioteca tem por objetivo principal atender às demandas das usuárias e usuários, relativos aos registros do conhecimento, ou seja, ao conteúdo informativo dos suportes do conhecimento. Em termos simples, podemos dizer que o público usuário deseja ter acesso a alguma informação, registrada em um suporte qualquer, cabendo, às bibliotecárias e aos bibliotecários, possibilitar que a informação seja acessada, de acordo com a demanda da usuária e do usuário.

Assim, para atingir esse objetivo maior, a bibliotecária e o bibliotecário deve selecionar, adquirir, analisar e tratar os materiais bibliográficos, preparando-os com vista a seu uso. Em síntese, a bibliotecária e o bibliotecário criam representações e condições com uso de instrumentos tecnológicos, de acordo com as características da biblioteca, do público e do próprio suporte da informação, de modo a permitir que a usuária e o usuário encontrem sua informação.

Até a usuária e o usuário terem acesso à informação, há vários processos de trabalho a serem desenvolvidos pelas bibliotecárias e pelos bibliotecários. De modo geral, os processos são compreendidos em quatro etapas: seleção e aquisição dos materiais, catalogação do material, disponibilização e atendimento aos usuários.

Cada uma dessas atividades compreende etapas, métodos e técnicas próprias. De forma genérica, as grandes bibliotecas organizam o seu trabalho dividindo essas atividades por setores. Nestes setores, por sua vez, as atividades são divididas de forma a tornar mais simples a sua realização, visando ao aumento da produtividade do trabalho no setor (RAMOS, 2004).

Nos casos em que as bibliotecas funcionam em condições mínimas, no qual o trabalho é realizado por um número mínimo de bibliotecária(o), esses contam com a ajuda de alguns auxiliares. Quando a/o bibliotecária(o) não tem com quem dividir os serviços torna-se responsável pelas múltiplas atividades da biblioteca, realizando o processo de trabalho desde a seleção até a disseminação do material à usuárias e aos usuários. Nessas condições é extraído do trabalho da bibliotecária e do bibliotecário a mais-valia relativa. No entanto, essa exploração possibilita obter uma visão de todo o funcionamento da biblioteca, de todas as etapas do processo de trabalho, mas de maneira fatigante. No entanto, se as atividades são divididas cabendo a cada bibliotecária e bibliotecário a realização de uma tarefa específica, a apreensão do todo torna-se impossível, como acontece em grandes sistemas de bibliotecas, as quais as atividades são decompostas, em nome da racionalização do processo de trabalho. As atividades mais complexas ficam, então, a cargo das bibliotecárias e dos bibliotecários coordenadores que, muitas vezes, se especializam em alguma função, e as atividades mais simples são passadas aos demais bibliotecárias(os) ou aos auxiliares ou assistentes administrativos.

A divisão de tarefas em bibliotecas obedece à organização racional do trabalho capitalista, que visa ao aumento da produtividade do trabalho e a redução de custos com pessoal, embora a biblioteca não seja um setor diretamente responsável pela acumulação do capital.

A organização racional do trabalho, em bibliotecas, é potencializada pela utilização de novas tecnologias da informação. Ramos (2004) destaca que, nos últimos quinze anos, as bibliotecas têm passado por um intenso processo de automatização, com a utilização de *softwares* que integram todos os seus setores. O uso dessas tecnologias propicia elevação da produtividade e transformações no processo de trabalho das/dos bibliotecárias(os), influenciando as condições, a qualificação, a intensidade e o controle do trabalho desses profissionais.

Assim como no setor econômico a tecnologia foi considerada a forma mais simples e mais abstrata de produzir mais, imediatamente considerada uma ferramenta que auxilia e acelera o processo de trabalho, com essência alienante, no setor de serviços ela é absorvida como ferramenta que possibilita a multifunção, ao mesmo tempo que separa os trabalhadores daquilo que é resultado de seu próprio esforço, produzindo a alienação, conceito desenvolvido a seguir.

1.4 Trabalho alienado em tempos de produção flexível

Em uma manhã igual a tantas outras, o servidor público Gregório Samsa acorda em sua casa modesta e descobre que se transformou em uma enorme barata. Não há explicações nem causa aparentes para o fenômeno. Sem espanto ou revolta, apenas um pouco intrigado, ele trata de acomodar-se à nova condição (KAFKA, 1988). Este é o enredo da obra *Metamorfose*, que celebrizou o tcheco Franz Kafka e serve de metáfora e alegoria para inúmeras situações bizarras enfrentadas no mundo do trabalho.

Alienado, o sujeito é o espectador do processo de sua própria metamorfose. Ele reage de forma semelhante à do personagem barata Gregório Samsa, de Kafka: acomoda-se à nova situação a descreve para o leitor, como se analisasse com lupa o avançar do processo que pouco a pouco mina seu ser.

A transformação do trabalhador pode ser acionada por causas naturais: uma doença, um episódio traumático, fatos que deixam sequelas no físico ou na mente. Pode, também, ser planejada, por meio da busca por resposta a situações-problema.

Quanto ao momento da eclosão da metamorfose, conforme descrito, o sujeito, às vezes, parece obedecer à materialidade, isto é, uma força predeterminada que sobre ele atua e se caracteriza por ser mais vigorosa do que ele. O trabalho alienado é, assim, uma forma que deve ser entendida por meio da ação desempenhada e controlada em uma rede de inter-relações de sujeitos, de ações e de respostas que não têm essência.

Marx (1988; 2003) afirma que, no método histórico dialético, deve-se partir do que se oferece à observação, percorrendo o processo contraditório de sua constituição real para atingir as mediações e relações mais complexas, ou seja, partir do observável para chegar ao invisível (CHAUÍ, 2006). Seguindo o percurso do dizível ao indizível, parte-se para a análise do conceito de trabalho alienado, unidade particular deste estudo.

A alienação, para Marx (1983), é consequência da expropriação do trabalho pelo capital. A trabalhadora e o trabalhador com possibilidade de alienação não têm controle do que fazem, não concebem sua ação, somente executam, obedecem à hierarquia. Por causa da divisão do trabalho, característica da industrialização, em que cabe a cada um apenas uma pequena etapa da produção, o empregado se aliena do processo total. Assim, a contradição estabelece-se entre homens reais em condições históricas e sociais reais (CHAUÍ, 2006).

As relações sociais são entendidas por Marx (2003) como relações de produção, ou seja, o modo pelo qual os trabalhadores produzem e reproduzem suas condições materiais de

existência. No capitalismo, o sujeito produz e reproduz em condições determinadas pelo sistema econômico e organiza sua vida a partir de então.

Por outro lado, esse processo se dá à custa da concentração da propriedade por aqueles que empregam a mão de obra em troca de salário. As necessidades dos trabalhadores levam-nos a buscar produtos fora de seu alcance, o que os pressionam a desejarem romper com a própria alienação (MARX, 2003).

Nesta perspectiva, Marx (*apud* MANACORDA, 2011), defende uma formação *omnilateral* (completa), gratuita e obrigatória, que integre a ciência e a técnica ao desenvolvimento do ser humano independentemente de classe social, raça ou gênero, em todas as suas dimensões e potencialidades, superando as contradições e os antagonismos de classe.

Para Marx, é o “desenvolvimento *omnilateral* das capacidades de todos os membros da sociedade” eliminará a divisão do trabalho (MANACORDA, 2011, p. 8). O filósofo recusa uma educação unilateral, pluriprofissional, com ideais capitalistas, que prepare pessoas para necessidades e especificidades do capital.

O sistema econômico, por meio do desenvolvimento tecnológico, busca diminuir a mão de obra, substituindo trabalhadores por máquinas. A sociedade do capital valoriza a tecnologia por ela possibilitar uma exploração mais intensa e sofisticada da força de trabalho, que necessita ser multifuncional e polivalente (ANTUNES, 2011). Assim, a readequação do trabalho às novas técnicas de produção, de organização e de gestão do processo produtivo tem acarretado alterações na função da trabalhadora e do trabalhador.

Com o avanço tecnológico, os trabalhadores veem-se pressionados a se qualificarem para a permanência no trabalho e para terem condições de atender às novas demandas. A trabalhadora e o trabalhador são os principais responsáveis pela qualificação que lhe dê condições de permanecer no trabalho.

Em relação à produtividade, Marx (*apud* FROMM, 1983, p. 57) afirma que “quanto mais o homem produz, mais alienado se torna. [...] homem alienado, vida alienada, e homem separado”. O processo de alienação manifesta-se no trabalho fragmentado e na expansão da propriedade privada.

Com a inovação tecnológica, o desenvolvimento econômico intensifica-se com as mesmas apropriações de antes, e a produção continua com uma existência à parte da trabalhadora e do trabalhador, de sua vontade e seu planejamento.

Segundo Karl Marx e Engels (1987) a verdadeira essência do ser humano, sua liberdade e independência, não se realizam quando há alienação, quando os trabalhadores não

consideram o trabalho uma parte de sua vida, mas uma mercadoria por ele transferida a um terceiro. Conforme esse entendimento, pelo viés da valorização da tecnologia, com a subordinação do trabalho humano a ela, a alienação está presente no processo produtivo.

Assim, entende-se que o exercício profissional deve ultrapassar os interesses do capital de uso de ferramentas tecnológicas como mera aceleração do processo para atingir metas. É preciso compreender as condições nas quais o trabalho humano sofre influências políticas e econômicas com a inserção de novas tecnologias no sistema de produção flexível.

Se as tecnologias empregadas no mercado de trabalho a partir da década de 1990, objetivavam somente acelerar o processo produtivo, esse tipo de tecnologia não ser percebido como ciência da atividade humana, e sim, como uma ferramenta de deformação e de alienação das habilidades humanas. Para que se compreenda a inserção das tecnologias como ferramentas de trabalho, faz-se necessário ater-se a um percurso histórico dos modelos de produção capitalista, bem como ao processo de trabalho que leva à alienação.

Para Fromm (1983, p. 53),

o trabalho humano é alienado porque trabalhar deixou de fazer parte da natureza do trabalhador e, conseqüentemente, ele não se realiza em seu trabalho mas nega-se a si mesmo, tem uma impressão de sofrimento em vez de bem estar, não desenvolve livremente suas energias mentais e físicas [...].

Afastado de seu objeto de produção, o homem, alienado sofre (FROMM, 1983). Desta forma, podemos afirmar que os processos de trabalho na acumulação flexível levam à alienação do trabalho e ao sofrimento.

O trabalho alienado constituiu-se, segundo Marx (1988), no alienamento dos trabalhadores por meio das atividades desenvolvidas, levando-os à especialização e à fragmentação do trabalho. Quando isso ocorre, o trabalhador e a trabalhadora perdem a noção da totalidade do processo/produto, desconhecem sua origem, seus componentes, nem a finalidade do objeto.

No sistema capitalista, essa fragmentação acentuou-se a partir da crise de 1970, marcada, particularmente pelo desemprego estrutural, que objetiva a obtenção de maiores lucros, com um significativo investimento em inovação tecnológica e em novos mecanismos gerenciais para diminuição dos custos, com fechamento de postos de trabalho e retração do consumo (ANTUNES, 2011).

A acumulação flexível surgiu no contexto de crise estrutural quando se adotou um discurso voltado para a valorização do trabalho em equipe, da qualidade no e do trabalho, da multifuncionalidade, da flexibilização e da qualificação dos trabalhadores. Porém, o que esse

modelo busca, de fato, é manter a exploração, a intensificação e a precarização do trabalho, inerentes à busca desenfreada pelos lucros abusivos, conforme a cartilha do neoliberalismo.

Para Johnson (1997), a alienação do trabalho promovida pelo modelo taylorista-fordista for substituída por um modelo mais complexo, isto é, o toyotismo. Nessa abordagem, há uma flexibilização do trabalho no que diz respeito à exploração da subjetividade da trabalhadora e do trabalhador.

Antunes (2011) afirma que a intenção do emprego das novas tecnologias na reorganização do processo produtivo com a acumulação flexível não é o desaparecimento do trabalho repetitivo, ultrassimples e desmotivante, mas apenas a exploração da subjetividade do trabalhador, que, nesse caso, refere-se à interatividade, aos dotes organizativos, à cooperação, enfim, toda espécie de inteligência humana que leva a máxima produção. A lógica do mercado busca intensificar a produção por meio das tecnologias com um número mínimo de trabalhadores multifuncionais.

O emprego das tecnologias pela acumulação flexível, como ferramenta do sistema produtivo, eleva a produção, acelera processos, todavia, não leva necessariamente à melhoria nas condições de trabalho, porque o trabalhador continua executando atividades repetitivas e de forma mais acelerada para atender aos objetivos do sistema. Logo, podemos dizer que a acumulação flexível é uma forma de mascarar e potencializar os modelos já existentes, uma vez que, de fato, não representa uma melhoria significativa nas condições de atuação dos trabalhadores.

Antunes (2011) destaca ainda que, nos setores produtivos com maior incremento tecnológico, dá-se uma exploração velada, intensa e sofisticada da força de trabalho, por demandar da trabalhadora e do trabalhador o uso de toda sua inteligência humana, de sua dedicação e de sua flexibilidade.

Uma política educacional que dê condições à trabalhadora e ao trabalhador de desenvolverem-se por inteiro, não respondendo apenas a objetivos limitados pelas circunstâncias de trabalho, é a desejada pelos defensores da omnilateralidade. A respeito da tensão entre trabalho alienante e educação *omnilateral* para mulheres e para homens, discutiremos, a seguir, as concepções teóricas de gênero, entendendo que as condições para a apropriação do conhecimento são diferentes para uns e outros.

1.5 Gênero

Estudar o conceito de gênero permite verificar se há diferença entre o trabalho realizado por mulheres e por homens em locais de trabalho com presença de novas tecnologias. E se houver diferença, se são de natureza física (especificidade do sexo) e/ou econômica. A igualdade das mulheres em relação aos homens parece ter limites bem concretos no âmbito da sociedade capitalista, segundo algumas estudiosas e estudiosos de gênero. Contudo, todas as desigualdades, sejam elas de cunho cultural, social ou econômico, precisam ser analisadas com base nas relações sociais de trabalho, nesse caso, considerando o gênero.

Em uma análise marxista, o conceito de gênero constitui-se nas relações sociais referentes à produção e reprodução de vida e de necessidade das pessoas e não puramente por determinações de natureza biológica e nem pode ser reduzido ao econômico/material. A relação entre homens e mulheres como relação de opressão está presente nos processos socioeconômicos, pois a opressão material é algo construído e mediado pelas relações socioeconômicas ao longo do tempo e do espaço.

A dialética das relações sociais e de gênero permite observar as diferenciações nos níveis de conflito e desigualdade entre homens e mulheres. Os conflitos e interesses vão conformando a subjetividade humana, assumindo contornos próprios, moldados pelas práticas e condições materiais. Neste sentido, gênero é relacional e social, pois só existe em relação ao outro (LOURO, 2011).

Na sistematização da historiadora Joan Scott, o termo “Gênero” apareceu primeiro entre as feministas americanas, que insistiam sobre o caráter fundamentalmente social das distinções fundadas sobre o sexo (BENOIT, 2000). A partir dessa concepção, Benoit (2000) buscou refletir sobre a contribuição e a harmonização do estudo de gênero na tese de desnaturalização, com base na teoria marxista clássica.

Nesse sentido, destaca-se, para este estudo, a polêmica na definição do termo é decorrente da fragilidade do conceito que remete a uma luta sexista (biológica-determinista) para não reduzir ao determinismo econômico de Marx. Por isso, a defesa da reconstrução de um objeto de opressão feminina a partir de uma multiplicidade de níveis e perspectivas culturais, sociais, históricas, psicológicas sem cair no erro da “causalidade única”.

Assim, Castro (2000b) critica a polarização do gênero. Para a autora, o conceito de gênero, hoje, é ironicamente reduzido a termo de posicionamento. É peça chave no investimento das agências internacionais de apoio a um sistema de organizações não

governamentais que lidariam com direitos das mulheres, sem subverter, ao contrário, a edificação de relações sociais que se realizam no capitalismo e seus motores como hierarquia, competição e apropriação privada em proveito de alguns.

Para compreendermos como a concepção de gênero interfere nas relações de trabalho buscamos na construção do debate histórico, a partir de 1970, as raízes que fundamentam a discussão desse conceito.

No final da década de 1970, apareceram várias publicações feministas que se apoiavam em categorias do materialismo histórico para explicar a situação da mulher no mercado de trabalho capitalista, discutindo limites da teoria do valor e da dicotomia entre trabalho produtivo e não produtivo. Surgiram também discussões sobre os conceitos de produção e de reprodução, sobre o valor do trabalho doméstico e a relação entre divisão sexual e social do trabalho. Estas referências a alguns discursos do feminismo materialista nos anos 1970 são ilustrativas de um período de intenso diálogo entre o feminismo e o marxismo.

A década de 1980 é de retrocesso na dinâmica da produção marxista. O termo materialismo passa a ser (res)significado por várias autoras feministas no plano de um materialismo culturalista, o que não confunde com o debate de feministas marxistas sobre cultura. Para estas, a cultura seria um dos campos de produção da vida social e um dos campos de investida feministas (CASTRO, 2000).

Mais do que considerar a fragmentação e a proliferação de identidades como sintoma de fracasso do marxismo ou como causa para otimismo político, consideramos como globalização do capitalismo, de fato, produziu tais efeitos e suas relações com a divisão sexual do trabalho, o individualismo e a precarização das condições de vida.

O emprego de gênero nesta pesquisa, tentando relacionar políticas educacionais com inserção de novas tecnologias no processo de trabalho da/do profissional bibliotecária(o), enfatiza-se uma perspectiva sobre a vida social que recusa separar demanda social da realização do capitalismo como um sistema global. Construir um conceito de gênero com base em análises das experiências de profissionais em educação, revendo criticamente as teorias marxista e feminista torna-se pertinente nesta pesquisa para situar as relações de trabalho da mulher e do homem na sociedade contemporânea.

Conforme Saffioti (2000), na sociedade há três contradições: a de gênero, a de raça/etnia e a de classe. Com efeito, ao longo de sua história, o patriarcado, fundiu-se ao racismo e, posteriormente, ao capitalismo, regime no qual desabrocharam, na sua plenitude, as classes sociais.

Supostamente, o capitalismo teria aberto as portas do mundo do trabalho às mulheres, no entanto, não foi, nem é, assim, pois o capitalismo abriu as portas sim, do emprego, mas no espaço público, pois antes disso, elas já trabalhavam. No próximo item, apresentamos as características de atividades desenvolvidas por mulheres no mundo do trabalho e a identificação desta atividade com o trabalho no espaço doméstico. Com a intenção de que esse estudo possa contribuir para compreender se, de fato, a profissão de bibliotecária(o), majoritariamente exercida por mulheres, também é identificada com o trabalho doméstico, sofrendo os mesmos efeitos de desvalorização.

1.5.1 A feminização do mundo do trabalho e o prolongamento do fazer doméstico

O estudioso em educação, Enguita (1998) e algumas pesquisadoras sobre as questões de gênero, Louro (1997), Hirata (2002) e Nogueira (2004; 2008), apontam que as mulheres no mundo do trabalho, desde sempre, ocupam espaços desfavoráveis em relação aos dos homens e com características próximas ao fazer doméstico.

Os múltiplos discursos que caracterizam a esfera doméstica vêm sendo rompidos com a saída da mulher para o espaço público, mas as atividades que executam fora do espaço privado são, em sua maioria, “de apoio”, de assessoria ou de auxílio, muitas vezes ligado à assistência, ao cuidado ou à educação” (LOURO, 2011, p. 21), considerados uma extensão da maternidade.

Em virtude de o trabalho desenvolvido nos espaços das bibliotecas escolares, no Brasil, ao longo da história ser majoritariamente realizado por mulheres, buscamos verificar se há uma aproximação do trabalho de bibliotecária e bibliotecário com a atividade doméstica. E ainda, como o trabalho doméstico é

desempenhado essencialmente pelas mulheres leva a considerá-lo como um trabalho simples que não necessita de uma preparação especial, e menos ainda formal, para sua realização, por isso tampouco é necessária a intervenção da escola e ao contrário, o fato de que não o ensine na escola isso desqualifica os saberes necessários para sua realização [...] (ENGUITA, 1998, p. 122, tradução nossa).

Neste sentido, o trabalho doméstico, percebido de maneira preconceituosa como um espaço privado que foi se tornando, historicamente, um locus “privilegiado” para mulheres, é ele próprio um espaço atravessado pelas representações de gênero. As mulheres, ao assumirem trabalhos fora do espaço doméstico, segundo Assunção (1996), exercem atividades de identificação ditas “naturais” ao sexo feminino, tendo por consequência baixa remuneração, em razão de essas profissões serem consideradas desqualificadas.

As atividades profissionais que as mulheres vêm assumindo no espaço público exigem características que estão associadas às características tidas como “tipicamente femininas”: paciência, minuciosidade, afetividade, doação, que são socialmente desvalorizadas. Estas características, por sua vez, articulam-se à flexibilização, reforçando ainda a ideia de que o trabalho feminino deve ser percebido mais como um “complemento” do que como uma profissão. Tornou-se muito conveniente constituir a imagem das mulheres trabalhadoras como “trabalhadoras dóceis, dedicadas e pouco reivindicadoras”, o que serviu para lhes dificultar a discussão de questões ligadas a salário, carreira e condições de trabalho.

De acordo com Rago (1997), as primeiras atividades realizadas por mulheres fora do espaço privado foram para complementar o orçamento doméstico. Aos poucos, a mão de obra feminina passou a ser contratada para desenvolver serviços menos especializados, e mal remunerados. Dessa maneira, a saída da mulher para o mercado de trabalho justifica-se no momento em que a indústria absorveu “atividades outrora exercidas na unidade doméstica” (RAGO, 1997, p. 591). As trabalhadoras, em decorrência recebiam uma educação voltada para a realização da capacidade individual, fundamentada nos métodos autoritários e coercitivos do mundo capitalista. Nesse sentido, o espaço de trabalho permitido às mulheres fora da esfera doméstica era prolongamento das atividades desenvolvidas na esfera privada. Essa aproximação nos permite esboçar um perfil, uma visão estereotipada e idealizada da mulher trabalhadora: aquela que reproduz seu fazer doméstico em função do capital.

Conforme Rago (1997), as profissões possíveis às mulheres, no século XX, com capital cultural, eram as de professora, de pianista, de escritora. Elas participavam do mundo do trabalho apenas como coadjuvantes, na condição de auxiliares, de assistentes, de enfermeiras, de secretárias, de apoio, ou seja, desempenhavam funções consideradas menos importantes nos campos produtivos, e eram consideradas, pelos positivistas, incapazes de assumir campos de trabalho na área da ciência, pela reduzida capacidade intelectual.

Primeiramente, os homens assumiram a docência pela sua capacidade intelectual, depois, em virtude de questões sociais e morais, a mulher ingressou nessa profissão pela necessidade de educar as meninas. Com a industrialização, os homens migraram desse universo, assumindo melhores condições de trabalho, cabendo às mulheres espaços precários, terceirizando sua mão de obra (RAGO, 1997; LOURO, 1997).

Segundo Hirata (2011a), assiste-se, desde os anos 1990, a uma participação crescente das mulheres no mundo do trabalho brasileiro como um novo incremento dos empregos no setor dos serviços. Também, ocorre a bipolarização dos empregos femininos resultante dos processos em ação na esfera educativa:

de um lado, encontram-se as mulheres executivas exercendo profissões intelectuais; do outro, estão as mulheres que mantêm nas ocupações tradicionalmente femininas. Uma das consequências desse duplo processo é a exacerbação das desigualdades sociais e do antagonismos, constatada tanto entre os homens e as mulheres quanto entre as próprias mulheres (HIRATA, 2011a, p. 15).

Nessa bipolarização dos empregos, um dos polos é constituído por uma grande maioria de mulheres em profissões tradicionais consideradas pouco qualificadas, com baixa remuneração e pouco valorizadas socialmente. Para um estudo de gênero, importa compreender o lugar e como as desigualdades nas relações são construídas, “nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação” (LOURO, 2011, p. 26).

As ocupações “escolhidas” pelas mulheres são as que se adéquam aos estereótipos das atividades profissionais que se ajustam às características femininas. Além do discurso da “flexibilização”: quem trabalha em períodos menores, obriga-se a realizar serviços precários, desvalorizados socialmente. Na verdade, segundo Assunção (1996), não é possível uma escolha profissional à mulher. A determinação ora se faz por imposição da sexualidade e ora pela classe. Assim, às mulheres são delegadas às profissões de baixo salário, com precárias condições de trabalho, pois à

concepção de espaço público pertencente ao homem, associam-se as ideias de trabalho, razão e demais características ditas masculinas. O espaço privado é associado à afetividade, à emoção, ao doméstico, enfim, ao que é “tido” como feminino (ASSUNÇÃO, 1996, p. 50).

A administração do lar efetiva-se com infraestrutura mínima, para Louro (1997) e Assunção (1996). A mulher “controla o dinheiro do mês de forma a extrair dele o maior proveito possível para a sobrevivência da família”, segundo Assunção (1996, p. 80). Para Louro (1997, p. 466), “as tarefas do lar são feitas gratuitamente, apenas por amor”. E, esta característica reforça o caráter de doação e (des)profissionalização das atividades ditas de “natureza feminina”, como é o caso das bibliotecárias.

Entretanto, o processo de feminização do mundo do trabalho é realizado pela saída do homem de alguns espaços laborais para assumir outros com maior valorização profissional, abrindo espaço para o trabalho feminino. Mas “a concepção do trabalho fora de casa [é tida] como ocupação transitória, a qual deve ser abandonada sempre que se impuser a verdadeira missão feminina de esposa e mãe” (LOURO, 1997, p. 453).

Nesta perspectiva, o trabalho feminino tem caráter provisório ou que permita dupla jornada, contribuindo para a manutenção de salários baixos. As profissões “próprias” para mulheres são as de um só turno, que permitem cumprimento das obrigações domésticas. Os trabalhos executados em turno menores, geralmente, têm salários reduzidos e, muitas vezes,

são informais. Em órgãos públicos, sobretudo na área da educação, há possibilidade de jornada de trabalho de seis horas diárias, com salários também reduzidos, próprio do sistema flexível.

Para Louro (1997, p. 478), não é possível compreender a feminização de algumas profissões

sem notar que essa foi uma história que se deu também no terreno das relações de gênero: as representações do masculino e do feminino, os lugares sociais previstos para [cada] um deles são integrantes do processo histórico. Gênero entendido como uma construção social e articulado à classe, etnia, religião, idade, determinou (e determina) algumas posições de sujeito que as mulheres [...] ocuparam (e ocupam).

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2007) garante que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações no Brasil. Portanto, eles e elas podem exercer a profissão que quiserem. Não existe, formalmente, a distinção “profissão de homem” e “profissão de mulher”. Desta maneira, existe, nas disposições da Carta Magna, uma perspectiva de direitos iguais que colocam em plenas condições laborais ambos os sexos.

Assim, o conceito de gênero, compreendido conforme as dimensões propostas por Louro (1997; 2011), é constituinte da identidade dos sujeitos. A construção social e histórica produzida acerca do caráter social envolve a dialética entre o feminino e o masculino. Este jogo implícito de forças não leva apenas em conta suas características biológicas, mas sim um agrupamento de fatores sociais e materiais que o constituem.

As diferenças surgidas nas relações sociais são evidenciadas na hierarquia do trabalho. Hirata (2002) aponta que as questões da divisão sexual do trabalho, dentre outras, estão ligadas ao trabalho profissional (qualificado) e ao trabalho doméstico (não qualificado). Para a autora, essas duas questões são determinantes do salário, do tipo de aprendizado – os homens com melhores condições de aprender do que as mulheres –, da forma diferente de inserção social do homem e da mulher (por exemplo: as exigências da dupla jornada) e das formas de controle ou submissão dos trabalhadores.

Com a reestruturação produtiva, apregoou-se um conjunto de desigualdades e injustiças determinado pelo gênero, em que há uma relação inversamente proporcional. Explica-se: as mulheres, embora estejam ocupando lugares de destaque e merecimento na sociedade por seu trabalho no espaço público, continuam ainda com jornada dupla, a receberem salários menores e a terem maiores dificuldades nas carreiras profissionais.

Paralelamente, para Nogueira (2004; 2008), não interessa ao capitalismo a existência de uma relação de igualdade entre homens e mulheres no espaço reprodutivo e produtivo,

porque o capital se opõe ao processo de igualdade substantiva de sexo, visto que ele necessita, para preservação do seu sistema de dominação, do trabalho feminino,

tanto no espaço produtivo como no reprodutivo, preservando, em ambos os casos, os mecanismos estruturais que geram a subordinação da mulher (NOGUEIRA, 2004, p. 185).

A lógica da divisão sexual do trabalho, além de questões históricas, políticas e sociais, baseia-se, também, no sistema econômico que estabelece e direciona o perfil do(a) trabalhador(a) para o desempenho da função.

Com base nas análises de Hirata (2002; 2009) e de Nogueira (2004; 2008), entendemos o que explica as mudanças e sustenta a absorção da mulher no mercado tecnológico – a organização do trabalho multifuncional, ou seja, a capacidade de a mulher gerenciar várias atividades de uma maneira concomitante.

Na atualidade, quando se contrata uma pessoa, espera-se que ela desempenhe várias funções ao mesmo tempo para cumprir as metas propostas pelo empregador, embora a polivalência e a qualificação não sejam atributos geralmente reconhecidos, pela sociedade produtiva, na mão de obra feminina (HIRATA, 2002). Justifica-se então o fato de as mulheres ocuparem postos de trabalhos “mal remunerados, desvalorizados socialmente e com possibilidades quase nulas de promoção e de carreira” (HIRATA, 2009, p. 149).

Esta situação ocorre em razão de “sobrar” às mulheres funções que nada mais são do que a repetição do fazer doméstico. Nessa perspectiva, o trabalho gerenciado pelas mulheres torna-se uma extensão do trabalho doméstico. O acesso da mulher ao mundo do trabalho aconteceu de fato, porém não contribuiu para a constituição da autonomia da trabalhadora e da sua valorização como profissional.

Por outro lado, “a construção teórica da especialização flexível baseia-se no trabalhador homem como figura universal e mostra que as novas tendências na divisão do trabalho prendem-se à figura emblemática do trabalhador muito qualificado e polivalente” (HIRATA, 2002, p. 229).

Esta visão unilateral não permite a ascendência da mão de obra feminina porque existe uma cultura determinista que preestabelece erroneamente o lugar dos homens e das mulheres no desempenho da função. Logo, o pensamento acerca do trabalho feminino é que ele não é qualificado. Questiona-se: por que o mercado de trabalho não proporciona essa dinâmica também para a mulher se os dois exercem a mesma função?

Na concepção de Hirata (2002), a divisão sexual do trabalho deve-se ao fato de a mão de obra feminina, na dinâmica pública, estar também vinculada à esfera privada, isto é, o desempenho profissional da mulher é confundido com sua vida particular, o que, aliás, é uma incoerência. Da forma como o público e como o privado estão admitidos, nesse momento,

essa forma de pensamento é o reflexo de uma sociedade patriarcal que reproduz a desigualdade.

Conforme essa lógica, o sistema de produção, ao aderir à tecnologia, padroniza atividades a serem realizadas por mulheres e por homens, favorecendo a absorção da mão de obra feminina, sendo que na biblioteconomia o que ocorre é a desfeminização da profissão. No entanto, seu objetivo é agilizar o processo e não a melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Diante da caracterização feita sobre o trabalho doméstico, inferimos que a inserção das novas tecnologias no sistema produtivo causam impacto nas relações de trabalho, em virtude da reconstituição dos processos de bases sociais, econômicas e geográficas, em razão do mercado (HARVEY, 2007). Assim, é preciso compreender em que medida ocorre a flexibilização do processo de trabalho nas relações de gênero, segundo esse paradigma.

1.5.2 Flexibilização do processo de trabalho das/dos bibliotecárias(os)-documentalistas com o uso das novas tecnologias

A acumulação flexível, como denominada por Harvey (2007), caracteriza-se pela nova maneira de fornecimento de serviços por novos mercados altamente tecnológicos e pela possibilidade de a mulher nele se inserir. No entanto, implica flexibilizar o tempo de trabalho, em uma qualificação profissional dos trabalhadores que atenda à sociedade do controle, por meio de uma educação universalizante e “enxuta”, que não prepara para a emancipação e nem para a igualdade social nas relações de gênero.

Prover uma educação que atenda à acumulação flexível consiste em preparar o homem e a mulher para condições de trabalho precárias, com funções profissionais flexíveis e, responsabilização pelos limites, pelos riscos e pelos impactos do crescimento (BERTRAND; VALOIS, 1994). Nesse sentido, a aplicação da tecnologia como estratégia para gerar lucros com redução dos custos dos bens reforça a importância de forças de trabalho flexíveis, abertas para as inovações tecnológicas e orientadas para o mercado.

Para Harvey (2007), além de propiciar uma formação que molda o trabalho, o paradigma tecnológico permitiu o retorno dos sistemas de trabalho doméstico, familiar e paternalista. A esse respeito, Marx (*apud* HARVEY, 2007) apontou a redução das pessoas à condições de exploração e de esforço desumanizante a ponto de estressar a trabalhadora e o trabalhador com as múltiplas tarefas.

No contexto da flexibilização e da polivalência profissional, propõe-se uma educação para trabalhadores. Na perspectiva de Antunes (2011), o paradigma tecnológico repercute negativamente na educação profissional à medida que a escola se movimenta para preparar a trabalhadora e o trabalhador para se adaptar às demandas do mercado e não para transgredilas, pois seguir a lógica da acumulação flexível inviabiliza a formação *omnilateral* das pessoas (MANACORDA, 2010).

Há uma contradição entre educar “para a vida” e educar “para o trabalho”, pois são campos que se negam e se complementam intrinsecamente. O primeiro busca formar o ser como trabalhador autônomo para a tomada de decisões. O segundo, educação para o trabalho na estrutura da sociedade capitalista orientada para o mercado e para o lucro, prepara o homem e a mulher para submeterem-se ao trabalho alienado.

Segundo Manacorda (2010, p. 94), “desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos, das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade” são exigências da omnilateralidade. Nesse sentido, entendemos que a tecnologia não tem por objetivo criar empregos, nem libertar os trabalhadores da fadiga, nem produzir para satisfazer necessidades coletivas, mas sim aumentar a mais-valia relativa, por meio do trabalho alienado, como assinala Frigotto (1989). Mas segundo Valter Filé (TECNOLOGIAS..., 2011), é possível utilizar a tecnologia para buscar novas relações, para emancipação e para a libertação.

O próprio Frigotto (2008) resgata que a tecnologia pode significar não um meio de ampliação da exploração do trabalho, mas constituir extensão de mão de obra para dilatar o tempo livre para o desenvolvimento humano. No entanto, isso vem acontecendo lentamente. Conforme dados do IBGE (2012), há trabalhadores com diária de trabalho superior a oito horas.

O campo de trabalho aberto às mulheres, fora do espaço privado, conforme Holzmann (2000) refere-se a tarefas, via de regra, consideradas mais leves, mais simples e mais repetitivas, que requerem mais paciência e execução mais minuciosas. Sistemáticamente, essas tarefas são consideradas não qualificadas e, conseqüentemente, de menor remuneração. Essas formas de segregação vertical atuam sobre a mão de obra feminina, fazendo que ela se concentre nos níveis mais baixos de hierarquia técnica, funcional e salarial na estrutura das organizações e nos “guetos” profissionais.

A saída da mulher para o mundo do trabalho representou a feminização de algumas ocupações, como a de bibliotecária e de bibliotecário, por exemplo. As características para exercer a profissão são identificadas como “femininas”, o cuidado, a multifuncionalidade, o

amor, a agilidade, a vigilância, qualidades inatas, “preciosas para o empregador, mas desvalorizadas socialmente” (HOLZMANN, 2000, p. 261).

A similitude do trabalho de bibliotecária e de bibliotecário, mesmo com a inserção das novas tecnologias, com as atividades da esfera privada, exercendo funções próprias da profissão leva-nos a seguinte interpretação: o exercício da atividade bibliotecária aproxima-se da forma de organização do trabalho em escritório – expressada pela divisão sexual do trabalho.

O desenvolvimento da produção flexível nas bibliotecas tem gerado novas relações de trabalho, novos processos de organização e de circulação da informação e de novos serviços. A palavra de ordem passa a ser novas tecnologias para racionalizar os serviços visando atender todas as demandas surgidas. Assim, encerramos o primeiro capítulo com os aportes teóricos que fundamentarão as análises. O percurso utilizado neste estudo foi a leitura e a apresentação das categorias materializadas nas relações sociais das bibliotecárias e dos bibliotecários nas quais as novas tecnologias estão presentes. Este estudo foi primordial para o desenvolvimento dos capítulos seguintes para se compreender como acontece o processo de inserção das novas tecnologias no trabalho das/dos bibliotecárias(os)-documentalistas no IFG em tempos da produção flexível.

CAPITULO 2 – A/O BIBLIOTECÁRIA(O)-DOCUMENTALISTA NO IFG

Neste capítulo, buscamos situar no histórico do IFG, lócus da pesquisa, a evolução da/do bibliotecária(o)-documentalista na instituição e as políticas a ela relacionadas. Lançamos mão do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2010-2014 (IFG, 2012a) e, também, dos estudos de Manfredi (2002), Oliveira (2003) e Kuenzer (2010) para discutir as políticas educacionais que interferem no trabalho da/do bibliotecária(o)-documentalista. Antes, porém, situamos a educação profissional no cenário da educação brasileira.

Depois de analisado o histórico do IFG e sua expansão, procuramos compreender na realidade das bibliotecas da instituição o trabalho da/do bibliotecária(o)-documentalista, as contradições que surgem com a inserção ou não das novas tecnologias na força de trabalho dessa e desse profissional. A intenção investigativa foi perceber se há diferenciação no uso de novas tecnologias para mulheres e para homens. Embora a data referencial para análise do objeto seja o ano de 2008, quando acontece a mudança de Cefet-GO para IFG, retornamos a década de 1970, ano de surgimentos das bibliotecas das instituições de educação profissional; e demos destaque, também, ao ano de 1990 quando realizou a primeira contratação de profissionais de biblioteconomia para gerenciamento da biblioteca do Cefet-GO, hoje IFG.

2.1 As políticas de criação e expansão da educação profissional no Brasil

Com base nas considerações de Manfredi (2002) e Kuenzer (2010), apresentamos sucintamente a trajetória dos 103 anos (1909-2012) da educação profissional pública no Brasil para entender o cenário do IFG.

A criação do ensino profissional público foi a “medida mais efetiva para transformar as escolas de aprendizes num único sistema [...] como resposta a desafios de ordem econômica e política” (MANFREDI, 2002, p. 82). A tradução dessa ideologia em políticas educacionais deve-se ao presidente Nilo Peçanha que “emitiu o Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, criando dezenove escolas, uma em cada unidade da Federação, exceto no Distrito Federal e no Rio Grande do Sul” (MANFREDI, 2002, p. 83).

Conforme critérios políticos, as escolas foram instaladas nas capitais dos estados constituindo-se “eficiente mecanismo de 'presença' e de barganha política do governo federal, nos Estados, junto às oligarquias locais” (MANFREDI, 2002, p. 82).

O PDI 2010-2014 do IFG (2012a) registra que as Escolas de Aprendizes Artífices nasceram em um período em que predominava no Brasil uma ordem privada oligárquica e agrária, de cunho liberal conservador, resistente à criação de uma organização política nacional e ao estabelecimento de um processo de modernização que não se integrasse ou se submetesse ao seu domínio político e à economia agroexportadora. Esta ordem privada ocupou e monopolizou as ações do Estado para impedi-lo de estruturar-se e de conduzir políticas públicas sociais (educação, saúde) e de desenvolvimento (indústria, infraestrutura), sobre outras bases. Assim, não ocorreu, no período chamado de “República Velha”, a criação de um sistema público de educação, nem a inclusão das camadas sociais populares em processos educativos amplos, de massa (IFG, 2012a).

O decreto de criação das Escolas de Aprendizes Artífices indica as intenções de Nilo Peçanha, em relação ao ensino industrial, o de formar jovens e adultos desvalidos, oriundos da ordem escravista “extinta” em 1888, em ofícios tradicionais (carpintaria, alfaiataria), proporcionando profissões que tinham o objetivo de conter condutas socialmente reprováveis à época (mendicância, malandragem). A escolarização oferecida restringia-se ao domínio da linguagem e de cálculos básicos (SUETH *et al*, 2009). Assim,

a política educacional do Estado Novo legitimou a separação entre o trabalho manual e o intelectual, erigindo uma arquitetura educacional que ressaltava a sintonia entre a divisão social do trabalho e a estrutura escolar, isto é, um ensino secundário destinado às elites condutoras e os ramos profissionais do ensino médio destinados às classes menos favorecidas (MANFREDI, 2002, p. 95).

Nos anos 1930 e 1940, a sobreposição de crises políticas e econômicas foi decisiva para desencadear transformações profundas no país. As ocorrências políticas e econômicas determinaram a ascensão ao poder de Estado de forças sociais e políticas vinculadas a um projeto de modernização, de industrialização e de urbanização do país, sobre bases nacionais, assumindo os empresários vinculados à indústria a liderança deste processo. Com a substituição parcial do modelo econômico agroexportador, centrado no café, em favor do modelo econômico desenvolvimentista, focado na indústria, o Estado promoveu a criação das condições para a reestruturação do país sobre outras bases. Adotaram-se no país políticas econômicas protecionistas, criando empresas estatais com um planejamento econômico centralizado. Essas políticas preservaram, de forma velada, a centralização e o autoritarismo presentes no período anterior, mas incorporando uma nova característica: o tecnocratismo. No plano da educação, criou-se o sistema público de educação, porém restrito a uma pequena parcela da população (IFG, 2012a).

Nesse contexto, ocorreu a transformação das Escolas de Aprendizes Artífices em Escolas Técnicas (da União), com função social estritamente voltada para a educação profissional. Segundo Oliveira (2003) essas escolas ofertavam cursos predominantemente na área industrial, apoiados na tecnologia eletromecânica e no método fordista de gestão de pessoal e de produção recentemente introduzidos no país, voltados para o mercado. Essas Escolas Técnicas destinavam-se a jovens das camadas mais pobres da sociedade, que conseguiam ultrapassar as barreiras do ensino fundamental, para suprir a necessidade de profissionais técnicos de nível intermediário demandada pelo setor industrial em expansão.

Conforme Manfredi (2002), a modernização tecnológica inerente aos novos setores da economia brasileira gerou novas necessidades de qualificação profissional e novas iniciativas, no campo da instrução básica e profissional popular.

Nos anos subsequentes,

período que sucedeu o Estado Novo, de 1945 a 1964, o aparato institucional legitimador do sistema corporativo de representação sindical e do aparelho burocrático estatal, edificado durante o período getulista, não foi desmontado nem alterado significativamente. [...] O Estado continua sendo o principal protagonista dos planos, projetos e programas de investimentos que alicerçaram o parque e o empresariado industrial. Os mecanismos legais e as estruturas formativas, historicamente construídas ao longo das décadas de 40 a 70, foram cristalizadas concepções e práticas escolares dualistas: de um lado, a concepção de educação escolar acadêmico-generalista [...]; de outro, a educação profissional [...]. (MANFREDI, 2002, p. 102).

A legislação educacional dos anos 1940 e 1950, segundo Kuenzer (2010), impedia, aos egressos do ensino técnico, o acesso à universidade, conservando-a como um espaço fundamentalmente ocupado pelas camadas sociais médias e superiores. Somente em 1953, com a instituição da Lei nº 1.821, de 12 de março, houve possibilidade de ingresso dos concluintes das escolas técnicas em cursos superiores relacionados aos cursos técnicos industriais que haviam concluído.

No final dos anos 1950 e nos anos 1960, o projeto de modernização, industrialização e urbanização em curso foi redefinido, reorientando a dependência e a associação ao capital internacional. O Estado passou a ser dirigido por um bloco de forças sociais e políticas vinculadas ao capital industrial e bancário nacional e ao capital internacional. Nesse contexto, ocorreram lutas sociais e políticas em defesa de reformas estruturais (agrária, educacional) no país, culminando no golpe militar de 1964 e na reposição do centralismo, autoritarismo e tecnocratismo, no exercício do poder. Essa concepção e prática de poder estenderam-se às instituições de educação (IFG, 2012a).

Em fevereiro de 1959, as Escolas Técnicas da União foram transformadas em autarquias¹⁵ federais, transformando-se nas Escolas Técnicas Federais (ETF), mas com autonomia restrita a aspectos didáticos, administrativos e financeiros (MANFREDI, 2002). Segundo Monlevade (2008), a autonomia da escola é construída de acordo com regras já assentadas. Ela tem autonomia restrita para resolver seus problemas sem dispensar a cooperação das autoridades e da comunidade.

A reforma educacional de 1971 igualou, do ponto de vista formal, as ETF à rede de ensino médio de educação geral, expandindo o número dessas escolas e promovendo uma reversão da separação entre formação técnica e formação geral. Segundo Meireles (2007), a necessidade de formação mais consistente de profissionais técnicos de nível intermediário, demandados pelo setor industrial (monopólios nacionais, multinacionais) e pelo setor de serviços (companhias de serviços urbanos, de infraestrutura) concorreu para a criação da experiência mais exitosa de educação integrada no Brasil, no interior das ETF, fazendo convergir formação profissional e formação geral no então ensino técnico integrado de segundo grau.

A Lei nº 5.692, de 8 de novembro de 1971, instituiu a “profissionalização universal e compulsória para o ensino secundário” (MANFREDI, 2002, p. 105), estabelecendo a equiparação entre o curso secundário e os cursos técnicos. Já no final dos anos 1980, no contexto de uma intensa mobilização social e política, ocorreu a superação do autoritarismo militar vigente na década de 1970, em favor de uma república democrática burguesa. Essa acompanhada de preservação da centralização e do tecnocratismo na gestão do Estado, que se estendiam dos órgãos públicos da administração direta até as empresas estatais. Houve então, uma intensa mobilização nas universidades e nas escolas técnicas federais, tendo em vista a ampliação da função social destas instituições, a democratização de suas relações e estruturas, a participação dos segmentos internos na definição dos seus rumos e da conquista da efetiva autonomia institucional (IFG, 2012a).

No período da Nova República, entrou em vigor, a Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982, que extinguiu, de vez, a profissionalização compulsória, substituindo a “qualificação para o trabalho” pela “preparação para o trabalho”. Segundo Oliveira (2003, p. 40), a expressão “preparação para o trabalho” é imprópria e imprecisa, pois embora mantivesse a imagem de ensino profissionalizante, permitia “qualquer coisa”.

¹⁵ Conforme o vernáculo, trata-se de “entidade autônoma, auxiliar e descentralizada da administração pública, sujeita à fiscalização e tutela do Estado, com patrimônio constituído de recursos próprios, e cujo fim é executar serviços de caráter estatal ou interessantes à coletividade [...]” (FERREIRA, 2004, p. 74).

Desde 1985, com a redemocratização do país e pressões das instituições patronais, as Escolas Técnicas direcionaram-se para a formação de trabalhadores polivalentes, conforme o proposto pelo Projeto de Lei nº 1.258, de 28 de novembro de 1988. Segundo Carvalho (2012), o projeto foi discutido com base na LDB e no capital financeiro internacional, como o Banco Mundial.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2007), marco no âmbito educacional, novas discussões surgem em torno da formação do ser humano. A propagação da modernização e imposição de novas formas de

sociabilidade capitalista no campo produtivo elevam a educação como centro gravitacional dos interesses do empresariado e do governo, o qual assume [...] a função de executor das exigências do capital nacional e, principalmente, do internacional (OLIVEIRA, 2003, p. 43).

Na perspectiva de valorização da educação, o Brasil passou a discutir a necessidade de formação de trabalhadores competentes, portadores de habilidades intelectuais capazes de inseri-lo no cenário da acumulação flexível.

Evidentemente, essas habilidades poderiam modificar de forma radical o eixo de formação dos trabalhadores se elas, de fato, fossem asseguradas para todos, o que, conforme Oliveira (2003), não vem ocorrendo. Constata-se que a “tese da polarização de competências”, que se traduz na oferta de uma sólida formação técnico-científica para um número cada vez mais restrito de trabalhadores incluídos, torna-se mais evidente, e assim,

cria-se, desse modo, um grupo seletivo de trabalhadores qualificados, ao lado de um contingente de outros trabalhadores, precariamente capacitados, que são responsáveis pela execução de tarefas precarizadas e rotineiras, mesmo que informatizadas (OLIVEIRA, 2003, p. 44).

Essas características de formação para o trabalho são típicas do modelo de produção taylorista/fordista, que promove a divisão do trabalho em manual e intelectualizado.

Com a edição do Decreto nº 2.208/1997, definiu-se a separação entre o ensino médio e o profissional. Esse último poderia ser realizado de forma concomitante ou após a conclusão do ensino médio. O ensino médio foi concebido como de caráter estritamente propedêutico. Os cursos técnicos subsequentes serviam como capacitação técnica para o exercício de uma determinada função no mercado de trabalho. Conforme Kuenzer (2010), o Decreto nº 2.208/1997 atendeu ao acordo realizado entre o MEC e o Banco Mundial e, a partir de então, o ensino médio e a educação profissional percorreram trajetórias separadas e não equivalentes.

No contexto sociopolítico e econômico contemporâneo, difundiu-se a ideia da necessidade de trabalhadores extremamente capacitados. No entanto, com o sucateamento da

educação profissional poucos trabalhadores dispõem de capacitação mais sofisticada porque, como foi estabelecida a educação profissional pelo Decreto nº 2.208/1997, os discentes recebem uma educação muito aligeirada. Trata-se de uma “profissionalização rasteira”, segundo Oliveira (2003, p. 44), mas a desejada pelo mercado de trabalho. Trabalhadores com formação “básica” são mais “dóceis e, sobretudo, recebem menos”. Este tipo de formação humana está ancorada em uma educação dualista: para um pequeno grupo, capacitação em tarefas sofisticadas e que requerem altos níveis de abstração; para a grande maioria, tarefas simples, que se limitam geralmente, ao acompanhamento de processos e sistemas.

Em 2000, segundo Kuenzer (2010), ocorreu a consolidação do modelo econômico exportador centrado nos bens primários, semimanufaturados e manufaturados. Processos como a generalização da tecnologia microeletrônica e do método de gestão flexível associaram-se à formação profissional, o que representou papel decisivo para a consolidação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Por meio do Decreto nº 5.154/2004, que regulamentava os artigos 36, 39 e 41 da LDB, revogou-se o Decreto nº 2.208/1997 restabelecendo a possibilidade de oferta do ensino técnico integrado. Uma nova estrutura educacional foi proposta à sociedade, a de construção e formação do ser humano mais verticalizado. Com a expansão física houve a necessidade de contratação de mais profissionais para atender a rede. Contudo, segundo Kuenzer (2010, p. 259), a integração entre educação básica e profissional não ultrapassou o plano formal, uma vez que permanece a “independência entre formação média e profissional, que podem ser ministradas como partes autônomas, embora integrantes do mesmo curso”.

Nesse contexto, marcado pela hegemonia da pós-modernidade, do neoliberalismo e das novas tecnologias, as políticas públicas em educação passaram a priorizar a capacitação, em termos da aquisição de performances, desempenhos, e competências, em plena sintonia com as necessidades e as prioridades pontuais do mercado. Atrelada ao mercado, a educação perdeu sua capacidade de interrogar o mundo, de formar cidadã e cidadão. Assim, a perspectiva emancipatória da educação, conforme Oliveira (2003) é negada, favorecendo uma dimensão economicista, fundada na tecnociência e na adequação do homem à competitividade transnacional.

As propostas de educação profissional, no período entre 1995 a 2006, no entendimento de Kuenzer (2010), não conseguiram atender às mudanças ocorridas no mundo do trabalho como a

ampliação da educação básica com qualidade, a qual integre formação profissional de natureza tecnológica, fundada no domínio intelectual da técnica como relação

entre conhecimentos e competências cognitivas complexas, o que se vem oferecendo aos que vivem do trabalho [...] (KUENZER, 2010, p. 266).

A educação básica e profissional oferecida para os que vivem do trabalho, superficial e aligeirada, reveste-se de propostas de caráter formalista e demagógico, reforçando não a exploração da força de trabalho ao longo das cadeias produtivas.

Segundo Carvalho (2012), a Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica encontra-se em fase de expansão. No final de 2010, a rede contava com 366 polos. A previsão é que até 2014 sejam totalizadas 562 unidades e uma oferta de 600 mil vagas para o ensino profissionalizante.

O longo percurso histórico e político entre a Escola de Aprendizes Artífices e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia desafia-nos a apreender o contraditório presente na sociedade e nas políticas educacionais, tendo em vista a construção de uma instituição pública assentada em princípios democráticos e autônomos, com prioridades que possibilitam desenvolver a formação de cidadãos críticos.

Em Goiás, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia está dividido em Instituto Federal de Goiás e em Instituto Federal Goiano (IF Goiano), ambos com reitoria em Goiânia. O IF Goiano tem sua origem na Escola Agrotécnica Federal de Ceres, em 1985, ofertando curso técnico agrícola em suas unidades de ensino, Ceres, Rio Verde e Urutaí (CARVALHO, 2012). Com a mudança de Escola para Instituto, em 2008, amplia sua atuação para as cidades de Morrinhos e Iporá. Sobre a transição de Cefet-GO para IFG analisamos a seguir as políticas de implantação desse sistema educacional.

2.2 Políticas de transição e expansão do IFG

Antes de enveredarmos na atualidade do IFG buscamos suas antigas denominações e natureza institucional enfatizando as políticas de avanços e permanências em observância a promoção de educação de qualidade.

No estado de Goiás, a instituição da Escola de Aprendizes e Artífices não foi diferente dos outros estados, iniciando suas atividades em 1909, na antiga capital, cidade de Vila Boa (IFG, 2012a), que, em 1918, passou a se chamar Cidade de Goiás¹⁶.

Em 23 de março de 1937, a Cidade de Goiás deixou de ser capital, com a assinatura do “decreto da Mudança da Capital”, por Pedro Ludovico Teixeira, que “rezava em seu artigo

¹⁶ Em 17 de setembro de 1818, a Secretaria de Estado de Negócios do Império, mediante portaria, elevou Vila Boa à categoria de cidade, com o nome de Cidade de Goiás (SILVA, 2001b).

1^o: 'Fica transferida da cidade de Goiás para a cidade de Goiânia, a Capital do Estado de Goiás'" (CHAUL, 1988, p. 146). Com a fundação da nova capital do estado de Goiás, a Escola de Aprendizes e Artífices foi transferida para Goiânia, em 1942, passando a ofertar cursos profissionalizantes na área industrial, mas ainda sem a equivalência com o ensino secundário regular. Na mesma ocasião, passou a denominar-se Escola Técnica de Goiânia (IFG, 2013a).

Em agosto de 1965, em Goiás, a instituição mudou sua denominação para Escola Técnica Federal de Goiás (ETFG), ainda focando prioritariamente, conforme Oliveira (2003), a oferta de cursos técnicos na área industrial.

Em 18 de abril de 1988, em resposta à Portaria n^o 67, de 6 de fevereiro de 1987, a ETFG ampliou sua presença no estado de Goiás, com a criação da Unidade de Ensino Descentralizada de Jataí, primeira expansão da instituição para o interior (IFG, 2011a). A ampliação da ETFG aconteceu em atendimento ao Decreto n^o 91.628, de 5 de setembro de 1985, "quando o Presidente da República José Sarney divulgou o seu propósito de criar novas escolas técnicas, para ampliar o número de vagas no ensino técnico no país" (IFG, 2011a, p. 1).

Surgiu então a Unidade Descentralizada de Ensino de Jataí da ETFG que

acompanhou as mudanças de nome e de lugar, antes ETFG, depois Cefet-GO e atualmente IFG. [...] Com apenas dois cursos (Agrimensura e Edificações), oitenta alunos, ocupou, no primeiro ano de existência, as instalações da Escola Municipal Leopoldo Nonato de Oliveira, depois se instalou no prédio da Escola Estadual Polivalente Dante Mosconi¹⁷ (doação do governo estadual). E a partir de 2013 estará também funcionando em prédio novo [...] (OLIVEIRA; SOUZA, 2012, p. 2).

As mudanças que ocorreram na concepção e configuração dos cursos na Unidade de Ensino de Jataí buscavam atender à nova reorientação das instituições educacionais de 1990, com LDB, aprovada em 1996, que incluiu o ensino médio como etapa final da educação básica.

Em 22 de março de 1999, a Escola Técnica Federal de Goiás transformou-se no Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (Cefet-GO), e passou a atuar no ensino superior, com destaque para os cursos de formação de tecnólogos e de licenciaturas, bem como para o desenvolvimento de pesquisas, promovendo a extensão (IFG, 2011b). O primeiro curso de licenciatura do IFG foi oferecido no Câmpus Jataí, licenciatura em Física. A transformação das Escolas Técnicas em Centros Tecnológicos de Educação foi oficializada

¹⁷ Quando a ETFG conseguiu autorização para usar o mesmo prédio da Escola Estadual Polivalente Dante Mosconi lá já existia uma biblioteca no local cujas obras integraram o acervo da ETFG (informação verbal de uma participante da pesquisa, em maio de 2013).

pela Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, com a criação do Sistema Nacional de Educação Tecnológica impulsionada pelo Projeto de Modernização Tecnológica. Segundo Carvalho (2012), a proposta do Cefet visava a abrir espaços públicos de formação profissional aos setores privados.

Em 29 de dezembro de 2008, por meio da promulgação da Lei nº 11.892, de 30 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008), o Cefet-GO foi transformado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Como os demais institutos, o IFG oferta ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia, bacharelado em engenharias, licenciaturas, além de cursos em nível de especialização e de mestrado (*stricto sensu* e *lato sensu*). A instituição também se inseriu na área da pesquisa e extensão, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas e estendendo seus benefícios à comunidade. Segundo Grabowski e Ribeiro (2010), outra característica dos institutos é a destinação de metade das vagas para cursos técnicos de nível médio, em especial, de currículo integrado. Assim, o IFG tornou-se uma estrutura *multicampi*, alterando sua organização administrativa e acadêmica.

Conforme demonstra a figura 1, ao longo do tempo, o IFG mudou de nome à medida que ampliava seu papel social.

Figura 1 - Linha do tempo: de Escola de Aprendizes e Artífices a Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás



Fonte: IFG (2011c), adaptado pela pesquisadora.

Inicialmente, como Escola de Aprendizes Artífices, depois ETFG, mais tarde, transformou-se em Cefet-GO e, a partir de 2008, a Lei nº 11.892, amplia seu papel recebendo a denominação de IFG. Esta última nomenclatura decorre de uma nova identidade institucional, com autonomia administrativa similar à das universidades federais, mas com uma atuação centrada na verticalização da formação profissional, na formação de professores, no desenvolvimento da pesquisa e de inovações tecnológicas.

De 2007 a 2012, por meio do Programa de Expansão da Rede de Educação Profissional e Tecnológica, foram implantadas mais três unidades de ensino descentralizadas (Uned), em Inhumas (2007) e Uruaçu e Itumbiara (2008). A partir de 2010 foram implantados os câmpus de Itumbiara, Anápolis, Luziânia, Formosa, Aparecida de Goiânia e Cidade de Goiás. Estão em construção os câmpus de Águas Lindas, Goiânia Oeste, Novo Gama, Senador Canedo e em Valparaíso de Goiás (IFG, 2013a).

A transformação do Cefet-GO em IFG, de acordo com a Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008), tem, dentre seus objetivos, “ministrar em nível de educação superior” (art. 5º, inciso VI, alíneas b,d, e):

- b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
- d) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e de especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
- e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

O objetivo destacado indica uma complexa ação educativa que o IFG se propõe a efetivar e que interfere no trabalho de todos os profissionais em educação que ali atuam. A definição dos objetivos, das finalidades e do caráter da Rede Federal de Educação Tecnológica, está no art. 2º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008). Em síntese,

Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas [...] (JURACY, 2010, p. 13).

A proposta dos Institutos é audaciosa tendo em vista a complexidade de níveis e modalidades de ensino que se propõe a atender. Para realizar tal intuito, a instituição precisa estar munida de múltiplos profissionais e com uma estrutura arrojada. Com a mudança de Cefet-GO para IFG houve também ampliação da produção em pesquisa com a proposição de projetos e consolidação de núcleos de pesquisa.

Em 2013, conforme tabela 1, o IFG oferece cursos de nível médio, de graduação e de pós-graduação. As mudanças ocorridas no IFG são resultado das discussões ocorridas na instituição sobre oferta e reordenação de cursos. Em decorrência disso, nos câmpus de Goiânia, Jataí e Inhumas foram extintos vários cursos técnicos integrados, implantação da modalidade técnico integrado integral, adesão a cursos de educação a distância (EAD), oferta

de novos cursos de graduação e pós-graduação. Ao aderir, em 2012, aos programas de qualificação e desenvolvimento social por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), ao Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação (Profucionário) e ao Programa Mulheres Mil a dinâmica de trabalho dos servidores do IFG são alteradas. Essas mudanças redimensionaram e intensificaram o trabalho da/do bibliotecária(o)-documentalista na instituição devido ao aumento do número de discentes, de técnico-administrativos e docentes e, também pela diversidade de cursos ofertados pelo IFG.

Tabela 1 – Cursos ofertados pelo IFG em 2013

Nível de Ensino	Modalidade	Curso
Câmpus Goiânia (40)		
Médio	Técnico integrado	Instrumento Musical Edificações Eletrônica Eletrotécnica *Informática para Internet Controle Ambiental Mineração *Trânsito
	Técnico Subsequentes	Eletrotécnica Mecânica Mineração
	Técnico Integrado na modalidade Proeja**	Cozinha Transporte Rodoviário Informática

Continuação da tabela 1...

Superior	Bacharelado	Engenharia Ambiental Engenharia Civil Engenharia de Controle e Automação Engenharia Elétrica Engenharia Mecânica Química Sistema de Informação Gestão de Turismo
	Tecnologia	Agrimensura Análise e Desenvolvimento de Sistemas Construção de Edifícios Estradas Geoprocessamento Hotelaria Logística Processos Químicos Redes de Telecomunicações Saneamento Ambiental Transporte Terrestre
	Licenciatura	História Matemática Música Física
	Pós-graduação	Especialização em Políticas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica Especialização em Matemática Mestrado Profissional em Tecnologia de Processos Sustentáveis
Câmpus Jataí (14)		
Médio	Técnico Integrado	Agrimensura Edificações (período integral) Eletrotécnica (período integral) Informática

Continuação da tabela 1...

	Técnico Integrado na modalidade Proeja	Edificações Secretariado
	Técnico Subsequente	Agrimensura
	Técnico subsequente (EaD)	Açúcar e Álcool
Superior	Bacharelado	Engenharia Elétrica Engenharia Civil
	Licenciatura	Física
	Tecnologia	Análise e Desenvolvimento de Sistemas
	Pós-graduação	Mestrado Profissional em Educação para Ciências e Matemática Especialização em Ensino de Ciências e Matemática
Câmpus Inhumas (12)		
Médio	Técnico Integrado	*Alimentos *Informática *Química
	Técnico Integrado Integral	Informática Química
	Técnico integrado na modalidade Proeja	* Manutenção e Suporte em Informática Panificação
	Técnico subsequente (EaD)	Açúcar e Álcool
Superior	Bacharelado	*Informática Sistema de Informação
	Licenciatura	Química
	Tecnólogo	Ciência e Tecnologia de Alimentos
Câmpus Anápolis (9)		
Médio	Técnico Subsequente	Edificações
	Técnico Integrado Integral	Comércio Exterior Edificações Química
	Técnico Integrado na modalidade Proeja	Transporte de Cargas Secretaria Escolar
Superior	Licenciatura	Química Ciências Sociais
	Tecnologia	Logística

Continuação da tabela 1...

Câmpus Formosa (10)		
Médio	Técnico Integrado	Biotecnologia (Integral) Controle Ambiental Edificações Informática para Internet (Integral)
	Técnico Subsequente	Edificações
	Técnico Integrado na modalidade Proeja	Manutenção e Suporte em Informática Edificações
Superior	Bacharelado	Engenharia Civil
	Licenciatura	Biologia Ciências Sociais
Câmpus Itumbiara (8)		
Médio	Técnico Integrado	Automação Industrial Eletrotécnica (período integral) Química (período integral)
	Técnico Subsequente	Automação Industrial Eletrotécnica
	Técnico subsequente (EAD)	Açúcar e Alcool
Superior	Licenciatura	Química
	Bacharelado	Engenharia Elétrica
Câmpus Luziânia (9)		
Médio	Técnico integrado integral	Informática para Internet Mecânica Química Edificações
	Técnico Subsequente	Edificações
	Técnico Integrado na modalidade Proeja	Manutenção em Suporte em Informática
Superior	Licenciatura	Química
	Tecnologia	Análise e Desenvolvimento de Sistemas
	Bacharelado	Sistema de Informação

Continuação da tabela 1...

Câmpus Uruaçu (9)		
Médio	Técnico subsequente	Edificações
	Técnico integrado integral	Edificações Informática Química
	Técnico Integrado na modalidade Proeja	Comércio Informática
	Técnico (EaD)	Cerâmica
Superior	Bacharelado	Engenharia Civil
	Licenciatura	Química
Câmpus Aparecida de Goiânia (6)		
Médio	Técnico Integrado Integral	Agroindústria Edificações Química
	Técnico Integrado na modalidade Proeja	Panificação
Superior	Bacharelado	Engenharia Civil
	Licenciatura	Dança
Câmpus Cidade de Goiás (2)		
Médio	Técnico Integrado Integral	Edificações Informática para Internet

* Cursos que deixam de ser ofertados em 2013.

**Programa nacional de integração da educação Profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos (Proeja).

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2013)

Ao todo são 119 cursos regulares em nível médio, graduação e pós-graduação, nas modalidades presencial e a distância ofertados pelo IFG distribuídos entre os dez câmpus. Os cursos são do tipo integrado, subsequente, bacharelado, licenciatura, especialização e mestrado nas diversas áreas do conhecimento.

O complexo objetivo educacional do IFG de oferta de cursos desde o ensino médio à pós-graduação reflete-se no exercício profissional da/do bibliotecária(o)-documentalista, pois cada categoria de usuária/o tem sua especificidade e interesses nem sempre comuns. Portanto, procede verificar se as políticas expansionistas de estrutura física de recursos humanos e curricular do IFG, em tempos de avanço tecnológico, têm impacto no processo de trabalho da/do bibliotecária(o)-documentalista, pois ao mudar de Cefet-GO – período que objetivava desenvolver ensino e pesquisa de iniciação científica e trabalhos de conclusão de cursos –

para IFG sua função educacional amplia, mantêm o ensino e pesquisa e acrescenta aos objetivos a oferta de cursos de extensão e produção gráfica – livros e revistas.

2.3 As bibliotecas do IFG, as funções da/do bibliotecária(o)-documentalista e as políticas de expansão institucional

Neste item, resgatamos a história política de implantação das bibliotecas do IFG bem como abordamos a inserção da/do bibliotecária(o)-documentalista nesse cenário expansionista e com inserção de novas tecnologias. Antes, porém, de tratarmos destes assuntos situamos a/o bibliotecário(a)-documentalista como profissional da educação.

2.3.1 Bibliotecária(o)-documentalista: profissional em educação

Para que uma profissão seja reconhecida nacionalmente, é necessária a promulgação de uma lei que a regulamente, o que acontece com a profissão de bibliotecária e de bibliotecário. No caso da bibliotecária e do bibliotecário, a legislação responde às coordenadas neoliberais, que flexibilizam seu exercício profissional.

Na esfera pública, o primeiro passo para o reconhecimento da/do bibliotecária(o)-documentalista como servidora pública e servidor público foi a regulamentação da profissão pelo Ministério do Trabalho, conforme destaca Valentim (2000, p. 9-10):

na década de 50, quando algumas bibliotecárias brasileiras, lideradas pela [...] figura de Laura Garcia Moreno Russo, [...] iniciaram os esforços para ver a biblioteconomia oficialmente reconhecida junto aos poderes públicos e junto à sociedade brasileira. A primeira vitória veio em 1958, com a Portaria nº 162 do MTPS – Ministério do Trabalho e Previdência Social, através da qual a profissão de bibliotecário foi regulamentada no Serviço Público Federal, tendo sido incluída no 19º Grupo das profissões liberais. Em 1962 veio a coroação de todos esses esforços, com a aprovação da Lei nº 4.084, que regula, até hoje, o exercício da profissão de bibliotecário no Brasil e estabelece as prerrogativas dos portadores de diploma em biblioteconomia no país.

A Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962 (BRASIL, 1962), cria e institucionaliza o espaço nas bibliotecas para atuação de bibliotecárias e de bibliotecários. Ela regulamenta a profissão de bacharel em biblioteconomia como política explícita, formal. Contudo, apenas a sua existência não garantiu o exercício profissional das bibliotecárias e dos bibliotecários e foram necessárias demandas e ações públicas de criação e de expansão de ambientes de estudo e de pesquisa e realização de concurso para contratação de bibliotecárias(os).

A profissão de bibliotecária e de bibliotecário completou, em 2013, 51 anos de reconhecimento no Brasil, em âmbito federal, com atribuições determinadas pela Lei nº 4.084/1962 para o exercício profissional da bibliotecária e do bibliotecário em órgão público. As atribuições da bibliotecária e do bibliotecário, expressas em editais de concurso público dos Institutos Federais, conforme art. 6º da Lei nº 4.084/1962 são as seguintes:

organização, direção e execução dos serviços técnicos de repartições públicas federais, [...] concernentes às matérias e atividades seguintes: [...] administração e direção de bibliotecas; a organização e direção dos serviços de documentação; a execução dos serviços de classificação e [de] catalogação de manuscritos de livros [...]. (BRASIL, 1962).

Em concursos realizados no ano de 2011 para provimento de vagas para o cargo de bibliotecária(o)-documentalista no IFG, constam as seguintes funções no Edital 068/2011 (IFG, 2011):

disponibilizar informação em qualquer suporte; gerenciar unidades como bibliotecas, centros de documentação, centros de informação e correlatos, além de redes e sistemas de informação. Tratar tecnicamente e desenvolver recursos informacionais; disseminar informação com o objetivo de facilitar o acesso e geração do conhecimento; **desenvolver estudos e pesquisas; realizar difusão cultural; desenvolver ações educativas. Assessorar nas atividades de ensino, [de] pesquisa e [de] extensão** (IFG, 2011d, grifos nossos).

Na descrição do cargo, há atividades que demonstram uso de tecnologia para serem desenvolvidas, o que pressupõe que a/o profissional tenha domínio das ferramentas tecnológicas para desenvolvê-las. Além das atividades técnicas e administrativas, cabe às/ aos bibliotecárias(os)-documentalistas desempenhar ações educativas, como orientar os usuários de níveis de formação diferentes acerca do uso dos recursos informacionais viabilizando o processo de ensino e de aprendizagem desses.

A Lei federal nº 4.084/1962 (BRASIL, 1962) assegura aos bacharéis de biblioteconomia o exercício profissional em qualquer biblioteca da esfera governamental. Segundo Valentim (2000), para que a bibliotecária e o bibliotecário ocupem esse espaço, é necessário o seu desenvolvimento profissional, em atendimento às mudanças sociopolíticas e culturais relativas à profissão.

No tocante às condições de trabalho da bibliotecária e do bibliotecário, por exemplo, são inevitáveis as mudanças no seu fazer profissional, ocasionadas pelos impactos das novas tecnologias que exigem constante busca de educação continuada, com a finalidade de atualização, nem sempre proporcionada a esses profissionais.

A profissão de bibliotecária e de bibliotecário é normalizada e descrita tanto pela Lei nº 4.084/1962 quanto pela CBO. No Plano de Carreira e Cargos dos Técnicos Administrativos em Educação, as profissões de bibliotecária(o) e de documentalista constituem uma única

profissão, “bibliotecário-documentalista”¹⁸, embora sejam profissões distintas no CBO, pela especificidade do trabalho a ser desempenhado. Na CBO (BRASIL, 2010d) relativa aos profissionais da informação, as categorias referentes à/ao bibliotecária(o) e à/ao documentalista, o título e a classificação são diferentes:

2612-05 Bibliotecário – Bibliógrafo; Biblioteconomista; Cientista de informação; Consultor de informação; Especialista de informação; Gerente de informação; Gestor de informação.

2612-10 Documentalista – Analista de documentação; Especialista de documentação; Gerente de documentação; Supervisor de controle de processos documentais; Supervisor de controle documental; Técnico de documentação; Técnico em suporte de documentação (BRASIL, 2010d, p. 380, grifos do autor).

Embora a descrição das duas profissões na CBO seja distinta, dois ministérios, o MEC e o MTE, fazem uma junção de atividades, diferentes na formação, nas funções e nas condições de exercício, para flexibilizar as profissões, extinguir uma em detrimento da outra.

O documento do MTE aponta as precárias condições de trabalho em que estes profissionais atuam:

Eventualmente, trabalham em posições desconfortáveis durante longos períodos e sob pressão, levando à situação de estresse. As condições de trabalho são heterogêneas, variando desde locais com pequeno acervo e sem recursos informacionais a locais que trabalham com tecnologia de ponta (BRASIL, 2010d, p. 380).

Conforme a CBO, bibliotecário e documentalista são duas profissões com as mesmas condições de ocupação, dois pesos e uma medida. Implicitamente, a CBO faz o mesmo que o PCCTAE: une duas profissões¹⁹, o que é próprio da acumulação flexível, concentração de trabalho e de produção múltipla, com uma única remuneração.

Ao tratar sobre o ambiente de trabalho, a CBO indica o que é considerado condições precárias de trabalho na área da biblioteca. Nesses ambientes geralmente faltam equipamentos tecnológicos e mobiliário adequado forçando os profissionais a trabalharem em posição desconfortáveis para atender as demandas intensas de serviço e, ainda, em ritmo acelerado para cobrir o déficit de servidores no setor. Na literatura, estudos evidenciaram as condições de trabalho como precárias, confirmadas por Martucci (1996) e por Louro (1997). E, além disso, são propícias às mulheres e, com presença de tecnologia configura-se para Hirata (2002) e Nogueira (2004) a intensificação da mão de obra feminina.

¹⁸ O MEC utiliza o termo bibliotecário-documentalista para o sexo feminino e masculino (comum de dois gêneros). Mantivemos bibliotecário-documentalista, sem flexionar o gênero, quando referenciado ao documento do MEC, em observância à recomendação de algumas agências da ONU, segundo a qual os termos não devem ser alterados (DICK, 1996).

¹⁹ Caso semelhante ocorre com a profissão de professores licenciados em inglês e em português ou em espanhol e em português. Esses profissionais assumem, muitas das vezes, duas cadeiras no setor de ensino para complementar carga horária.

É importante notar o destaque dado à “ação educativa” dos profissionais bibliotecários e documentalistas no documento do Ministério do Trabalho, que também alerta quanto às condições heterogêneas de trabalho, destacando que “trabalham em posições desconfortáveis durante longos períodos e sob pressão, levando à situação de estresse”. Podemos então afirmar que as condições de trabalho variam conforme a realidade de cada instituição cabendo destacar a necessidade de verificar como ocorre a divisão do trabalho entre homens e mulheres frente as normativas e a realidade.

Nos Institutos Federais, os cargos técnico-administrativos são ocupados por vários profissionais de ensino, dentre eles as/os bibliotecárias(os)-documentalistas. Embora a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2007) e a Lei nº 12.014/2009 (BRASIL, 2009) que modifica a LDB/1996, deem pouca ênfase ao papel educativo dos técnico-administrativos, na escola eles exercem ação educativa. Estudos de Monlevade (2008), Libâneo, Oliveira e Toschi (2011a) e Aguiar (2011) consideram a ação educativa um processo exercido por todos profissionais existentes na escola, docentes ou não.

Após situar a/o bibliotecária(o)-documentalista como servidora pública e servidor público federal e profissional em educação, passamos às políticas de inserção desses profissionais no IFG.

2.3.2 *Políticas de estruturação das bibliotecas e de inserção da/do bibliotecária(o)-documentalista no IFG*

A biblioteca do IFG foi mencionada pela primeira vez na literatura em 1970, na publicação pelo MEC da obra de autoria da bibliotecária Dóris de Queiroz Carvalho, *Bibliotecas de escolas técnicas industriais: manual de organização e funcionamento*, na qual é citado a biblioteca da então Escola Técnica de Goiás. Na obra de Carvalho (1970; 1972), consta que a ETFG, em 1968, possuía 3.446 volumes na biblioteca para atender a 2.039 discentes, uma proporção de 1.6 de livros por discente. Para a autora, a organização de bibliotecas nas Escolas Técnicas fazia parte da política educacional da época, de melhoramento e de expansão do ensino técnico e industrial por meio do acesso ao livro. Com a política educacional de educação integral, surgiu a necessidade de popularização do livro e da biblioteca para instrumentalizar e apoiar o ensino e a pesquisa.

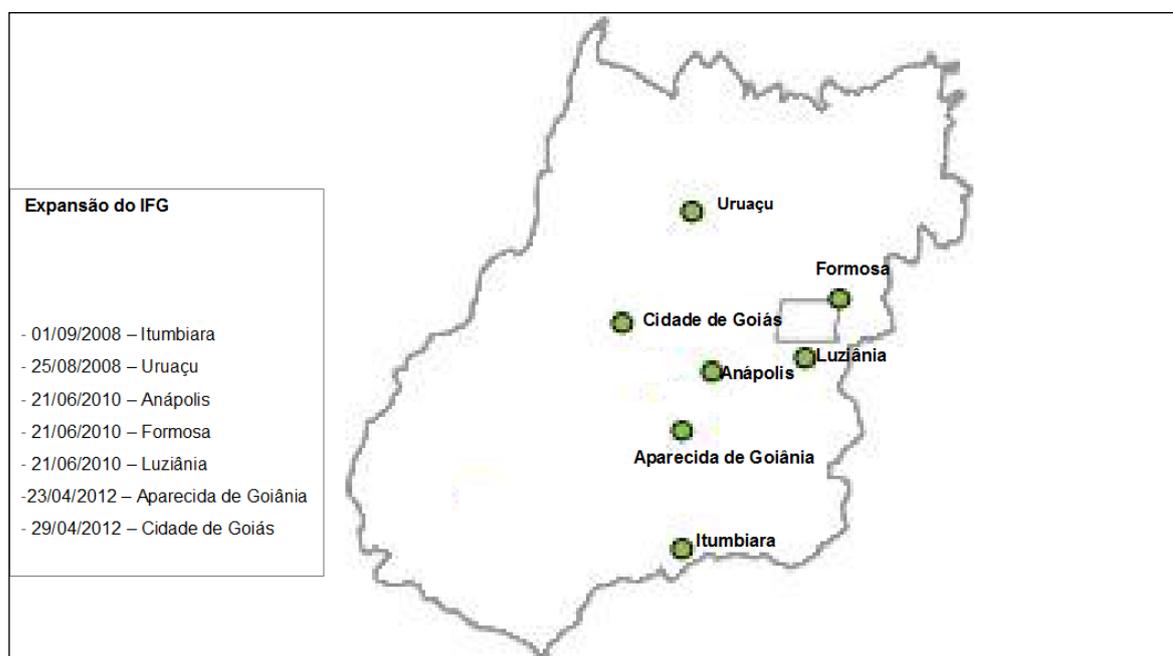
Depois da publicação de Carvalho (1972), encontramos referências às bibliotecas do IFG em quatro trabalhos de relato de experiência e em um trabalho de conclusão de

especialização. O relato de Santos (2007), publicado nos Anais do XXII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação aborda a reinauguração da biblioteca do Cefet-GO. Conforme o Secretário de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) da época, Eliezer Pacheco, era necessário que a biblioteca se adequasse à estrutura organizacional da instituição, que oferecia cursos técnicos de nível médio e superior. “A biblioteca deixa de ser unicamente escolar e passa a ser também biblioteca universitária”, afirma Fraga (2007, p. 1). Outro estudo publicado sobre a biblioteca do IFG é o trabalho de Costa (2010) que trata do poder ideológico desse espaço. Outra pesquisa realizada aborda a gestão por competência em uma das bibliotecas do IFG (SOUZA, 2010). Há também publicação sobre o trabalho educativo e interdisciplinar desenvolvido por uma das bibliotecas do IFG (SOUZA; JESUS, 2011).

A necessidade de mencionarmos essas publicações advém da dificuldade em encontrar material publicado para referenciar este estudo. Vale ressaltar que falta aos profissionais bibliotecários(os) registro da reflexão da sua prática. Assim, para desenvolvermos este item tivemos de buscar em fontes primárias informações que dessem sustentação à pesquisa.

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em Goiás é parte da estratégia do governo federal para aumentar a oferta de vagas e de cursos de educação profissional e de licenciatura no Brasil. Em Goiás, com a expansão física e estrutural da rede, novos profissionais foram contratados pela administração do IFG para efetivação das políticas demandadas pelo MEC (figura 2). O IFG expandiu-se, de 2008 a 2012, para mais sete municípios goianos, na perspectiva que cada câmpus tivesse biblioteca e bibliotecários(os).

Figura 2 – Ano de implantação dos câmpus que fizeram parte da expansão do IFG: 2008 a 2012



Fonte: IFG (2012), adaptada pela pesquisadora.

Para Jacob (2008, p. 9), o objetivo de “oferecer à comunidade intelectual um lugar de leitura e trabalho adaptado às novas exigências da pesquisa, assim como aos novos suportes e vetores da informação científica” é encoberto por questões políticas que justificam (ou não) as medidas tomadas. No IFG, não é diferente: as políticas educacionais são os principais motores que favorecem o avanço, ou o retrocesso da instituição.

A política de formação de quadro de pessoal para as bibliotecas do antigo ETFG aconteceu a partir de 1990. Conforme informação recebida do Setor de Recursos Humanos do IFG²⁰, em 1^o de fevereiro de 1990, ocorreu a primeira admissão por concurso público para contratação de bibliotecário-documentalista. Nesse concurso, foi aprovada uma bibliotecária que assumiu a gestão do patrimônio da biblioteca da então ETFG. Em 1996, contratou-se outra bibliotecária para trabalhar na Unidade Descentralizada de Jataí. O objetivo dessa contratação era fazer com que a biblioteca respondesse aos “desafios do pensamento educacional da época e do desenvolvimento econômico” e, ao mesmo tempo, “perpetuar sua missão patrimonial”²¹.

²⁰ Informação obtida por meio do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) do IFG. Os dados gerados pelo Sistema Unificado de Administração Pública (Suap) foram enviados a mim por correio eletrônico, em 23 de abril de 2013.

²¹ Informação constante no arquivo histórico da Biblioteca Prof. Jorge Félix de Souza do IFG, no tocante à Proposta de Estágio para o Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás (UFG, 2005).

Em 2003, onze anos após a aprovação da Lei nº 8.443, de 16 de junho de 1992, que dispõe sobre a criação de cargos nas novas unidades de ensino técnico e agrotécnico, incluindo o cargo de bibliotecário-documentalista para atuar nas bibliotecas da Rede (BECKER, 2010), o então Cefet-GO realizou concurso para provimento de vagas para bibliotecário-documentalista para as Unidades de Goiânia e de Jataí. Entre o processo de criação das unidades de ensino da instituição e contratação de bibliotecário-documentalista, conforme apresentado no gráfico 4 do capítulo 3, há um diferencial de tempo entre esses dois marcos causando déficit de profissionais para gerir os espaços das bibliotecas no IFG. Com a expansão da rede, à medida que foram implantados novos câmpus, concursos foram realizados para provimento do cargo de bibliotecário-documentalista.

A primeira biblioteca do IFG, denominada Professor Jorge Félix de Souza²², antes de sua (re)inauguração, em 2007, não tinha um espaço apropriado para cumprir a sua função. Segundo Santos (2007), a reinauguração da biblioteca teve o objetivo de atender às necessidades de informação de professores, de discentes dos cursos técnico, tecnológicos e de licenciatura, e de servidores técnico-administrativos da Instituição. Em geral, grande parte das bibliotecas (escolar, pública, comunitária) não funciona em espaço projetado especificamente para ela, e tem uma história marcada por deslocamentos (COSTA, 2010).

Com a criação de cursos de licenciatura, de bacharelado e de pós-graduação no Câmpus Jataí a então instituição construiu novo prédio para atender as demandas educacionais, inclusive com espaço para abrigar o acervo e demais instalações da biblioteca. No entanto, até julho de 2013 a transferência do acervo da biblioteca para o novo prédio não tinha ocorrido.

O IFG, na tentativa de cumprir a legislação estabelecida pelo MEC, expandiu as modalidades de cursos e de níveis, bem como ampliou sua estrutura organizacional, política e pedagógica, da qual fazem parte os espaços da biblioteca. Políticas próprias dos anos 1990 em que a ciência e a inovação tecnológica adquiriram maior importância no meio educacional, “assumindo o papel de força produtiva em lugar dos trabalhadores, já que seu uso, cada vez mais intenso, faria crescer a produção e diminuiria significativamente o trabalho humano” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2011a, p. 59). Nesse período as novas tecnologias nas

²² O professor Jorge Félix de Souza (1908-1983) era natural da Cidade de Goiás, formado em engenharia e arquitetura. Participou ativamente da construção de Goiânia com suas obras arquitetônicas. Em 1945, foi convidado a integrar o corpo docente da então ETEG, sendo seu diretor durante o período de 9 de agosto de 1956 a 15 de janeiro de 1958. Jorge Félix foi fundador e professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e da Escola de Belas Artes da Universidade Católica de Goiás, atual Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Dedicou-se também à pintura, à ilustração e à poesia (Informação constante na Proposta de Estágio para o Curso de Biblioteconomia da UFG, em 2005).

bibliotecas do IFG foram inseridas aos poucos no processo de trabalho das/dos bibliotecárias(os)-documentalistas, mais precisamente, em meados de 1993, conforme informação verbal de uma das bibliotecárias do IFG.

No caso do bibliotecário-documentalista, o Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006 (BRASIL, 2006)²³, deixa subentendida a sua função educativa em apenas duas atividades: “atendimento ao usuário” e “difusão cultural da biblioteca”. Essas duas atividades oportunizam o profissional a desempenhar funções nos âmbitos educativo, cultural, social e de lazer por serem atividades que dinamizam as rotinas da biblioteca e incentivam a autonomia profissional. As demais atribuições descritas no Decreto nº 5.825/2006 (BRASIL, 2006) resumem-se a rotinas, cumprimento de regulamentos, normalização, organização e preservação do acervo. Esses tipos de atividades podem ser identificadas como alienadoras, por constituírem-se um processo que leva trabalhadores à perda de autonomia e de controle.

Dentre as atribuições determinadas pelo Decreto nº 5.825/2006 (BRASIL, 2006) ao bibliotecário-documentalista, ressalta-se a produtividade exigida da escola brasileira pela intensa atividade técnico-organizativa introduzidas com a adoção do padrão capitalista de acumulação flexível, gerando contradições e tensões entre novas e velhas demandas (MANFREDI, 2002). Normalmente, as atribuições técnicas e administrativas determinadas pelas normas são aceitas na prática das/dos bibliotecárias(os) dos Institutos Federais por terem sido contratados para tal fim. No entanto, essa normatização permite exigir, na prática da/do bibliotecária(o), além do que está definido como técnico-administrativo, uma mediação educativa que faz parte de áreas específicas do conhecimento relativas à educação formal, em relação direta com os ambientes organizacionais administrativo e informativo (BRASIL, 2012), considerando que a instituição é de ensino, de extensão e de pesquisa.

No Decreto nº 5.825/2006 (BRASIL, 2006), estão prescritos atividades técnico-administrativas, como por exemplo, “controle de registro de usuários, empréstimo e devolução de material, guarda de documentos; estruturar e efetivar a normalização e padronização dos serviços técnicos biblioteconômicos”, determinadas aos bibliotecários-documentalistas. Essas atividades representam tanto demandas organizativas do sistema econômico, tais como, “administração de bibliotecas, manutenção de fichários e controle do uso das dependências da biblioteca”, bem como, funções específicas de um espaço educacional, por exemplo, “atendimento aos usuários da biblioteca e difusão cultural das bibliotecas”, atendendo à Lei nº 11.091/2005 (BRASIL, 2005). Se cumpridas todas as

²³ Estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091/2005 (BRASIL, 2005).

atribuições prescritas no Decreto nº 5.825/2006 (BRASIL, 2006), além de sobrecarga de trabalho e alienação dos trabalhadores, poucas seriam as atribuições de caráter educativo, como a propagação do uso do livro e da leitura e estabelecimento de interação com as(os) usuárias(os).

Tanto na LDB/1996 (BRASIL, 1996), quanto no PNE 2011-2020 (BRASIL, 2011), é assegurado aos discentes espaço físico de apoio ao ensino e à pesquisa. Nesses dois documentos, ressalta-se ainda, que as bibliotecas de instituições de ensino devem dispor de tecnologias para viabilizar o acesso aos recursos informacionais. As bibliotecas do IFG, visando atender à legislação, conforme seu Regimento Institucional (IFG, 2008), têm o objetivo de fornecer suporte para pesquisas bibliográficas e documentais em meio impresso e digital para os discentes do ensino médio, e subsequentes, superior, pós-graduandos, e também aos profissionais da educação.

Por mais que haja regularidades e alguns pré-requisitos profissionais, a materialização do trabalho da/do bibliotecária(o)-documentalista no IFG ocorre em atendimento ao projeto político da instituição. Nesse sentido, nem sempre os objetivos primários da formação profissional correspondem às demandas atuais da instituição no qual o profissional exerce sua profissão.

Tendo como referência a função educativa, o educador Lourenço Filho, integrante do movimento da Escola Nova²⁴, crítico e reformador do sistema educacional brasileiro, mencionou, pela primeira vez, a função educativa da biblioteca escolar no Brasil, em 1944. Segundo ele a biblioteca teria um papel a desempenhar na educação, além daquele de “depósito de livros” (CAMPELLO, 2003, p. 1). Segundo esse pensamento, cabe-nos inferir que, na década de 2010 a/o bibliotecária(o)-documentalista do IFG tem por desafio universalizar o uso do livro e da leitura, em espaços educacionais, por meio das novas tecnologias. Esse profissional tem a dupla missão de usar as novas tecnologias de maneira mediativa e organizativa. Nesse sentido, a informática seria o quarto elemento fundante das bibliotecas no processo de interação, cabendo às/aos bibliotecárias(os) garantir as mudanças necessárias. Com o surgimento desse quarto elemento, aparentemente coisificador, o processo de trabalho da/o bibliotecária(o) pode manter a rotina e estagnação, e pode também ser “um fator de luta e transformação, pois o ser humano não pode viver eternamente com a insatisfação”, conforme Silva (1997, p. 103).

²⁴ A Escola Nova foi um movimento de renovação do ensino que chegou ao Brasil em 1882, por intermédio de Rui Barbosa. O movimento ganhou impulso na década de 1930, após a divulgação do Manifesto da Escola Nova. Nesse documento, defendia-se a universalização da escola pública, laica e gratuita (DEWEY, 1979).

Com a expansão funcional e estrutural do IFG, o trabalho da/do bibliotecária(o)-documentalista não é somente de guarda e de preservação do material, uma vez que seu público também é outro. A mudança advém dos objetivos institucionais e também do avanço tecnológico, que pode facilitar o processo de trabalho na biblioteca, tornando-o mais ágil, ao mesmo tempo aumentando a expectativa das/dos usuárias(os) em relação à biblioteca e aos serviços oferecidos. São mudanças que, na década de 1980, Muller (1984) previu, tais como alterações nos ambientes das bibliotecas em razão das reformulações das atividades e da incorporação das novas tecnologias que se refletem na atuação dos profissionais da biblioteca. Assim, o exercício profissional da/do bibliotecária(o)-documentalista torna-se alvo de estudo para compreender de que maneira se materializa essa força de trabalho.

2.3.3 Políticas de inserção de novas tecnologias para o trabalho da/do bibliotecária(o)-documentalista no IFG

Conforme PDI do IFG (2012), a tecnologia é peça-chave na biblioteca da instituição. O expressivo uso de computadores no sistema de serviços das bibliotecas é típico da fase informacional iniciada no século XXI.

Segundo Edio Cardoso de Paiva, Gerente de Tecnologia de Informação do IFG, o primeiro computador da então Escola Técnica Federal de Goiás, foi “um computador marca cobra modelo 305 adquirido por volta de 1984 e o nosso primeiro acesso à internet foi por um link de dados de 28.8 kbps contratado pela Embratel em 1995²⁵”. Silva (2001a, p. 113) informa que a aplicação de novas tecnologias no antigo Cefet-GO foi no “setor administrativo e no cotidiano didático”, sendo usada como ferramenta para modernização do processo ensino-aprendizagem e do armazenamento e transmissão de dados administrativos. Na época, o Cefet-GO fazia parte da Rede Metropolitana de Alta Velocidade (Remav) que permitia a transmissão de aplicações especiais em vídeo e áudio e educação a distância. Com essa informação, podemos pressupor que a inserção da tecnologia na biblioteca da instituição tenha ocorrido nesse mesmo período.

De acordo com registros institucionais, referentes à gestão da biblioteca do então Cefet-GO, no período de 1990 a 2002, no quadro de pessoal havia apenas uma bibliotecária. Com a expansão da rede, paulatinamente, o número de bibliotecas e bibliotecárias(os) no IFG aumentou dez vezes mais. No final de 2012, o IFG contava com onze mulheres bibliotecárias

²⁵ Entrevista concedida por e-mail à pesquisadora, em 23 de abril de 2013.

e seis homens bibliotecários, distribuídos entre as dez bibliotecas. O número de bibliotecária(o) por câmpus varia entre um e dois profissionais para administrar o ambiente da biblioteca (IFG, 2013e).

Para Becker (2010, p. 109),

uma biblioteca que inicia suas atividades tendo em seu quadro de pessoal o profissional bibliotecário, tem grandes chances de ser mais desenvolvida do que aquela biblioteca onde o quadro de pessoal é composto de profissionais de outras áreas já que é aquele o profissional capacitado para atuar em bibliotecas.

Becker (2010) reforça a importância da Lei nº 8.443, de 16 julho de 1992, que assegura presença da/do profissional bibliotecária(o) nos espaços da biblioteca em instituições educacionais. Mas a simples presença da/do profissional não garante a eficiência do trabalho se a/o bibliotecária(o) não for competente e, ainda, se a instituição não oferecer condições humanas, equipamentos e um plano de carreira que atenda a todos igualmente.

O *Regimento das Bibliotecas do IFG* (2008) e o PDI 2010-2014 (IFG, 2012a) da instituição revelam a tentativa institucional de cada biblioteca ser planejada, organizada, dirigida e controlada conforme as normas biblioteconômicas, em atendimento às políticas educacionais, em nome da universalização do conhecimento.

Com as políticas de expansão do IFG, que, em cinco anos, saltou de duas unidades educacionais para dez, as bibliotecas da instituição se encontram em uma encruzilhada, buscando uma nova identidade gerencial, pedagógica e tecnológica, visando a atender às especificidades de cada câmpus e mantendo uma unidade administrativa.

Sobre a organização, estrutura e funcionamento das bibliotecas do IFG, consta no art. 171 do *Regimento geral do IFG* (2008), que cada biblioteca é coordenada por profissional de biblioteconomia, por sua vez, subordinada à Coordenação de Administração Acadêmica e Apoio ao Ensino e institucionalmente representada no Conselho de Diretores pela Pró-Reitoria de Pesquisa e de Pós-Graduação. A função de apoio da/do bibliotecária(o)-documentalista está representada na responsabilidade deste em realizar “estudos, pesquisas, sistematização e disponibilização de acervo bibliográfico e demais dispositivos multimeios para o desenvolvimento das atividades de estudos e pesquisas [...]” (IFG, 2008, art. 171).

Para formalizar a cooperação e padronização do trabalho desenvolvido nas bibliotecas do IFG, foi constituída, em 2012, uma Comissão de Bibliotecárias(os)-documentalistas do IFG para discutir e elaborar uma proposta documental do Sistema Integrado de Bibliotecas do IFG (SIB/IFG), buscando assegurar melhores condições de trabalho (humanas,

pedagógicas, tecnológicas e estruturais) aos usuários e às usuárias da biblioteca e aos profissionais que nela atuam. Em 26 de março de 2013, o Conselho Superior da instituição aprovou o Resolução nº 5, que

institui o Sistema Integrado de Bibliotecas do IFG com a finalidade de gerenciar o funcionamento integrado das bibliotecas da Instituição e otimizar a utilização dos recursos informacionais, tecnológicos e humanos, de forma a atender às demandas de ensino, pesquisa e extensão (IFG, 2013b, p.1).

A iniciativa das/dos bibliotecárias(os)-documentalistas do IFG em elaborar este documento demonstrou consciência política sobre a importância de seu trabalho na instituição e que elas e eles não podem mais ser considerados alienados do processo de expansão da rede: elas e eles sabem o que fazem e porque o fazem. O conteúdo do documento reforça a preocupação dos profissionais em manter uma unidade técnico-administrativa, tecnológica e pedagógica nas bibliotecas do IFG, e está referenciado nas discussões realizadas, desde 2007, pelo Fórum de Bibliotecários do IFG²⁶, com o aumento do número de bibliotecárias(os)-documentalistas, para tratar de capacitação, atualização e construção de documentos que atendam à realidade expansionista da instituição.

Pelo resgate das discussões políticas dos profissionais das bibliotecas do IFG, percebemos resquícios de uma sociedade que demanda agilidade e certa obediência ao sistema e a própria necessidade de os trabalhadores seguirem padrões e terem uma identidade administrativa. O ponto positivo desse movimento político é a luta das/dos bibliotecárias(os)-documentalistas para serem autores e autoras de sua história, na tentativa de assegurarem, nos documentos elaborados, os direitos e os deveres das/dos usuárias(os) e a contratação de bibliotecárias(os) para atuação nas bibliotecas e também terem consciência da importância do papel social e educativo da biblioteca em uma instituição educacional e tecnológica. A precariedade do sistema de gerenciamento de acervo enuncia a contradição nesse cenário de uma instituição tecnológica, que ora as novas tecnologias estão presentes, ora estão ausentes, nos espaços das bibliotecas.

²⁶ As conquistas desses fóruns, até o momento, foram: troca de experiência entre os profissionais, recursos para capacitação e para participação em eventos e contratação de uma bibliotecária-documentalista para a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação do IFG, para atuar na comissão de bibliotecários(as)-documentalistas, com a função de analisar, atualizar e redigir documentos, dentre eles, o que regulamenta o SIB/IFG. Uma pauta que esteve sempre presente no Fórum de discussão foi a aquisição de um *software* para gerenciamento do acervo da biblioteca. Este quesito não atendido pela Reitoria do IFG alegando que os tecnólogos da instituição consigam desenvolver seu próprio sistema (As informações foram obtidas em atas das reuniões do Fórum de Bibliotecárias(os)-documentalistas do IFG).

Cabe ressaltar que, no *Caderno geral de proposta do PDI 2010-2014* do IFG (2012a)²⁷, a menção às bibliotecas aparece somente no item 8 – *Infraestrutura física* –, que aborda seu funcionamento, as formas de ampliação e de atualização do acervo, os serviços oferecidos e suas metas.

A formação de acervo das bibliotecas do IFG visa a atendimentos apenas à comunidade acadêmica da instituição:

conter acervo bibliográfico para atender às necessidades dos alunos do ensino médio integrado, dos cursos superiores e de pós-graduação, além de atender os servidores docentes e técnico-administrativos (IFG, 2012a, p. 224).

Os usuários e as usuárias das bibliotecas do IFG, portanto, são as pessoas que possuem vínculo institucional. Deixa-se de lado a função extensionista e social da biblioteca de atender à comunidade externa. Ainda assim, seu público alvo apresenta-se bastante diversificado, como já foi dito: o curso médio necessita de uma atenção mais próxima de incentivo à leitura e à orientação de como manusear e encontrar a informação no espaço da biblioteca. Os discentes de graduação e de pós-graduação apresentam outra demanda diferenciada, a formação de um acervo mais complexo com base de dados nacionais e internacionais para sua pesquisa, orientação para construção de projetos e produção de trabalhos de conclusão de cursos. E ainda, a/o bibliotecária(o) deve observar os termos da legislação de autorização, reconhecimento e renovação de curso superior ao estabelecerem e efetivarem as políticas de montagem do acervo.

No PDI 2010-2014 (IFG, 2012a) são relacionadas treze metas a serem atingidas pelas bibliotecas do IFG. Delas, oito podem ser chamadas de tecnológicas. São metas que exigem da/do bibliotecária(o)-documentalista saber lidar com instrumentos tecnológicos como *software*, base de dados, rede de computadores e bibliotecas digitais para atender as necessidades informacionais e ampliar o número de atendimentos e, conseqüentemente, oferta de serviços. São elas:

- a) Oferecer serviço de referência que inclua comutação bibliográfica [...];
- b) Pesquisa em base de dados;
- c) Agilizar o processamento técnico de materiais [...] das bibliotecas a fim de disponibilizar com maior rapidez tais itens por meio de atualização de software atual ou compra de um novo;
- d) Atender as necessidades informacionais de cursos à distância a serem ofertados pelo IFG;
- e) Montar site das bibliotecas contendo banco de dados completo do acervo [...];
- f) Criar repositório institucional digital para abrigar a produção científica gerada pelo corpo docente, discente e administrativo;

²⁷ O PDI 2010-2014 do IFG (2012a) é um documento construído por representantes da comunidade escolar e da sociedade que estabelece diretrizes educacionais e norteia as condições de trabalho na instituição. Embora o PDI 2010-2014 do IFG esteja como proposta nos Anais do Congresso ele já é uma realidade, é o documento seguido pela instituição.

- g) Promover treinamentos, por área do conhecimento, para acesso ao portal de revistas científicas da Capes e outras fontes disponíveis na internet;
- h) Melhorar o sistema de informática das bibliotecas para que ele disponibilize informações completas sobre o uso do acervo [...] (IFG, 2012a, p. 224-225).

A lista de metas não consegue abarcar a dimensão da função educativa das/dos bibliotecárias(os)-documentalistas, por serem prescritivas e de apoio. A/O bibliotecária(o)-documentalista, na instituição, é um mero viabilizador de acesso a informação, um técnico.

As metas a serem atingidas pelas bibliotecárias e pelos bibliotecários não condizem com a responsabilidade atribuída aos servidores técnico-administrativos, de acordo com o PDI 2010-2014:

os servidores técnico-administrativos de uma instituição de ensino, assim como os docentes, têm a responsabilidade com o desenvolvimento dos processos educacionais e, conseqüentemente, com a qualidade dos serviços prestados à sociedade (IFG, 2012a, p. 179).

A contribuição do bibliotecário-documentalista ao processo educacional no IFG são atividades descritas no CBO (BRASIL, 2010): planejar e desenvolver atividades, organizar produtos informacionais na área de ciência e de tecnologia. A capacidade intelectual da/do bibliotecária(o)-documentalista na instituição deve ser empregada em ações utilizando novas tecnologias, alimentando bases de dados e disponibilizando-os aos usuários do sistema. Estas são as mesmas atribuições exigidas pelo IFG.

O horário de funcionamento das bibliotecas do IFG, prescrito no *Caderno geral de propostas* (IFG, 2012a, p. 223), é o mesmo em todos os câmpus. Elas devem “funcionar de segunda a sexta-feira das 7 horas às 22 horas e aos sábados de 8 horas às 12 horas”, com proposição de funcionamento aos sábados “no período da tarde até as 18 horas”, em cumprimento ao calendário escolar do IFG.

Um outro parâmetro a ser seguido no trabalho da/do bibliotecária(o) no IFG, por ser uma instituição de ensino superior, é o estabelecido pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Desde 2002, o MEC institucionalizou visita de comissão de avaliadores incumbidas de verificar *in loco* as condições de uma instituição educacional de nível superior, avaliando cursos e autorizando ou não a sua criação ou sua continuidade. A lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 (BRASIL, 2004) criou o Sinaes, instrumento de avaliação do ensino superior do MEC. Trata-se de uma avaliação externa, conduzida pelas comissões designadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep), que conferem padrão de qualidade às instituições no momento da avaliação.

Os principais componentes de avaliação do Sinaes são o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo

docente e as instalações. Segundo Cury (2002), a avaliação institucional relaciona-se com a diplomação possibilitada pelos estabelecimentos credenciados de ensino superior, sua classificação e as condições materiais e culturais exigidas para tal. A presença qualificada e atualizada de bibliotecas, é um dos itens submetidos à avaliação, a qual deve ser publicizada. Dessa maneira, a estrutura física, o acervo e os serviços de uma biblioteca universitária são avaliados como parte componente das instalações. Como parametrizador das condições de funcionamento de uma instituição educacional, o Sinaes tem indicado alterações nas atividades da biblioteca, de maneira a flexibilizar o trabalho da/do bibliotecária(o) com multifunções (controle de acervo e corresponsabilidade de oferecimento de serviços e equipamentos conforme os padrões do MEC).

Nas instituições, as comissões avaliadoras observam, dentre outras coisas, o espaço na biblioteca para estudos, o acervo por área do conhecimento, desde impressa à eletrônica, se o horário de funcionamento está condizente com os turnos do curso, pessoal técnico-administrativo, os equipamentos de acesso às bases de dados e às bibliotecas virtuais²⁸, a informatização do acervo e dos serviços, conforme Barcelos e Gomes (2012).

O Sinaes dispõe sobre a introdução de tecnologias nas bibliotecas, o que exige formação continuada da/do bibliotecária(o)-documentalista, uma vez que, na avaliação do MEC para credenciamento de cursos, a biblioteca precisa estar informatizada com computadores, programas e aplicativos de tecnologia atual que atendam plenamente às demandas previstas para a utilização do acervo, permitindo diversas formas de pesquisa, reserva de livros *online*, acesso via internet.

Segundo Barcelos e Gomes (2012), para instituições que oferecem cursos de educação a distância, no credenciamento de curso, o Sinaes é bastante enfático acerca da existência de acervo digital. A necessária educação continuada para a/o bibliotecária(o)-documentalista é um fator positivo pois permite à/o bibliotecária(o) desenvolver um trabalho educativo como proposto por Saviani (2011b), isto é, que os trabalhadores da educação façam sua interação com o objeto, como sujeitos do processo. No entanto, se a formação continuada existe apenas para apresentar resultados quantitativos ao MEC, essa situação torna o conhecimento informacional alienante e ilusório, conforme Duarte (2008). E ainda, exigir que a trabalhadora e o trabalhador exerçam trabalho múltiplo corresponde à mais-valia relativa.

²⁸ Uma biblioteca virtual constitui-se de conteúdo de uma coleção privada ou pública, podendo ser de caráter bibliográfico, artístico, fotográfico, científico, histórico, documental ou misto e com acesso universal via internet (BRASIL, 2012e).

No entanto, um objetivo imprescindível para uma biblioteca escolar, segundo Campello (2003), que configura sua função educativa é o estabelecimento de ação mediadora da/do bibliotecária(o), bem como a promoção de ações científicas e culturais visando à interação com os usuários e as usuárias. A ação mediadora da/do bibliotecária(o) não foi mencionada no PDI. Não houve proposta para o desenvolvimento de atividades educativas pelos profissionais da biblioteca e nem pela comunidade acadêmica que participaram do *Congresso Institucional de Educação do IFG* de construção final do PDI (IFG, 2012a), ocorrido nos dias 8, 9 e 10 de fevereiro de 2012. Pois “disseminar ou fazer circular a cultura não é simplesmente 'encontrar' o livro na prateleira e entregá-lo ao leitor, mas orientar esse leitor no sentido de **ler bem** ou **ler mais**”, conforme Silva (1997, p. 109, grifo do autor).

Outro ponto a ser levantado, acerca do objetivo da biblioteca, é a determinação na constituição do acervo para atender somente aos interesses acadêmicos, não dando liberdade à gestão da biblioteca de formar um acervo que atendam aos interesses sociais das/dos usuárias(os). A não menção de possibilidade de bibliotecárias(os) atenderem às solicitações de usuários anotadas nos cadernos, nas caixas de sugestões, prática comumente empregada em bibliotecas escolares, e ainda, nos correios eletrônicos recebidos, praticamente inviabiliza uma ação extensiva da biblioteca à comunidade e também tolhe o poder de decisão da/do bibliotecário. Há uma forte possibilidade para a alienação e a submissão da ação da/do bibliotecária(o)-documentalista, caso cumpra à risca as determinações do documento, por exemplo, a/o profissional somente poderá realizar ações que estejam prescritas e aprovadas por instâncias superiores visando cumprir metas e resultados preestabelecidos.

Conforme Ramos (2004) o controle do trabalho da/do bibliotecária(o) foi potencializado pelas novas tecnologias. Em primeiro lugar, as/os bibliotecários tiveram diminuída sua autonomia com a descentralização do trabalho de catalogação, que era de domínio exclusivo da/do bibliotecária(o) e passou a ser gerido por *software*. Além disso, o controle sobre essa atividade está mais a cargo do sistema bibliográfico do que da/do bibliotecária(o) do IFG, instalando-se, assim, o controle externo que não existia antes do processo de automatização. Em segundo lugar, a chefia de setor tem, à sua disposição, o controle de todo o trabalho dos servidores do setor, por meio do Sistema. Com esse controle, a chefia pode verificar a produtividade do trabalho, bem como dos momentos de ociosidade. Em terceiro lugar, os usuários têm mais visibilidade dos serviços da biblioteca, podendo verificar a situação de todos os materiais da biblioteca, desde à aquisição até à disponibilidade, o que implica maior pressão sobre as/os bibliotecárias(os), que passam a ter seu trabalho controlado por diversos atores: pela chefia, pelo usuário e pelo *software*.

Segundo as atribuições estabelecidas (IFG, 2011d), as/os bibliotecárias(os)-documentalistas devem atender a um público diversificado – pesquisadores de nível médio, superior, pós-graduandos e pós-graduados de diversas áreas do conhecimento –, desenvolver ações educativas e se dedicar também às questões técnico-administrativas, à constituição do acervo da biblioteca. As atribuições propostas às/aos profissionais da biblioteca, por um lado, flexibilizam o processo de trabalho por não restringir ao fazer técnico. No entanto, realizar atendimento, promover ação educativa e ser responsável pelo serviço burocrático de uma biblioteca com público diversificado leva a multifuncionalidade profissional pois o tipo de serviço e de materiais informacionais são diferentemente tratados para atender aos propósitos de cada nível de ensino.

A construção cotidiana da biblioteca, embasada no avanço tecnológico, leva em conta dois aspectos que condicionam o impacto no trabalho da/do bibliotecária(o) no IFG: a multiplicidade de ações e a flexibilidade do processo para transformações.

A evolução do trabalho em bibliotecas está intimamente ligada às tecnologias disponíveis em cada momento da história. Com a evolução das ferramentas tecnológicas de comunicação e de informação, aliados à atuação das/dos bibliotecárias(os), o processo de trabalho em bibliotecas foi se transformando, segundo Ramos (2004), até chegar à realidade atual, caracterizado pelo intenso uso da informática. A cada inovação tecnológica, a/o bibliotecária(o) é levado a criar novas formas de organizar e de conceber suas atividades, adaptando e, ao mesmo tempo, resistindo a essa nova realidade.

As políticas educacionais impulsionam o uso do aparato tecnológico à/ao bibliotecária(o)-documentalista para desenvolver suas atividades. A determinação política do uso de tecnologia nos espaços das bibliotecas pode indicar a perda de controle da/do trabalhadora/trabalhador sobre seu serviço se for empregado acriticamente, correndo-se o risco da polarização dos serviços.

Os computadores e os sistemas de gerenciamento de informação agilizam a produtividade, o que não implica simultaneamente a promoção *omnilateral* do desenvolvimento da/do bibliotecária(o)-documentalista. Para consolidar a hegemonia entre Estado e sociedade, afirma Almeida (2010b) que, determinadas políticas são construídas e, ao serem aplicadas, persistem diretamente nas práticas dos profissionais em educação.

Embora na contemporaneidade o tema educação e tecnologias sejam recorrentes na literatura, percebemos uma lacuna no estudo sobre as implicações das novas tecnologias no trabalho da/do bibliotecária(o)-documentalista em relação à proposição de um desenvolvimento *omnilateral*. Então, desenvolvemos o estudo tentando identificar como e se,

no processo de introdução das novas tecnologias ocorre o trabalho educativo da/do bibliotecária(o)-documentalista no contexto educacional e como esse fato pode interferir no desenvolvimento *omnilateral*.

A inserção da tecnologia na atuação da/do profissional bibliotecária(o)-documentalista em instituições de ensino, tem redundado em um trabalho dividido e unilateral, não concebido no todo pela trabalhadora e pelo trabalhador. O trabalho que separa a prática da teoria isola o ser humano da natureza, e o ser humano,

isolado não pode atuar sobre a Natureza sem a atuação de seus próprios músculos, sob o controle de seu próprio cérebro. Como no sistema natural, cabeça e mão estão interligados, o processo de trabalho une o trabalho intelectual com o trabalho manual (MARX, 2003, p. 137).

Na concepção de Marx (2003), se o trabalho for desenvolvido separando a atividade manual do intelectual, ele perde seu valor para o ser humano. Nesse sentido, se a tecnologia for usada no trabalho da/do bibliotecária(o) apenas como aplicação de técnicas, ela nega a natureza do trabalho educativo proposta por Saviani (2011a). E, na concepção capitalista, quanto mais tecnologia, menor a necessidade do trabalho humano qualificado em alguns postos, maior a subordinação real do trabalho ao capital e aos que se valem das tecnologias para ampliação das formas de controle do trabalho e de seus produtos, intensificando o trabalho alienado.

A partir do momento em que as novas tecnologias são inseridas no universo das bibliotecas, intensifica-se o trabalho da/do bibliotecária(o)-documentalista, tornando-o refém de um sistema que cobra agilidade no processo, como se a máquina por si só fosse capaz de solucionar os problemas de mão de obra, de qualificação e de tempo. Nesse contexto, para evitar o estigma de incompetentes, as/os bibliotecárias(os) são compelidos a carregarem em seus próprios ombros a responsabilidade pela qualificação para o desdobramento de mão de obra. As mudanças ocorridas nas bibliotecas das instituições de educação profissional em Goiás, no tocante às tecnologias, é sentida na transformação, por exemplo, de ETFG para Cefet-GO e, mais intensamente, na passagem para IFG.

Para a realização de educação pública de qualidade para todos, são inúmeros os desafios a serem enfrentados pelas/pelos profissionais da educação. Parte desses desafios encontra-se na oferta de uma biblioteca com recursos tecnológicos disponíveis aos discentes, aos profissionais em educação (docentes e técnico-administrativos) e a outros pesquisadores. Esses desafios estão apontados no PNE a partir de 2011 e, até o momento (2013), em poucas modificações estruturais que os viabilize.

Dentre as diretrizes do PNE que podem influenciar indiretamente o trabalho das/dos bibliotecários(as)-documentalistas e sua atuação no IFG, no art. 2^o, destacamos os incisos “IV melhoria da qualidade do ensino” e o “VII promoção humanística, científica e tecnológica do País” (BRASIL, 2011a, p. 318). Das estratégias do PNE ressaltamos a 3.11 e a 16.4 que interferem no trabalho das/dos bibliotecárias(os).

A estratégia 3.11 prevê:

universalizar o acesso à **rede mundial de computadores** em banda larga de alta velocidade e aumentar a relação computadores/estudantes nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação [...]. (BRASIL, 2011a, p. 324, grifos nossos).

Essa estratégia pressupõe que a instituição conte com espaços de estudo e de pesquisa com acesso à rede de computadores e, ainda, bibliotecas informatizadas em atendimento às políticas de universalização do conhecimento. Essa, porém, é uma estratégia a ser potencializada no IFG.

As estratégias 12.15, 14.9 e 16.4 referem-se à existência de bibliotecas, acervo organizado e informatizado, respectivamente. Para que isto aconteça, a instituição deve respeitar os termos da Lei n^o 4.084/1962 (BRASIL, 1962) contratando bibliotecárias(os) em condições de articular conhecimento técnico de forma a atender a chamada “modernização tecnológica”. O trabalho da/do bibliotecária(o) consiste em inserir informação padronizada adaptando-se ao mundo digital e à democratização da informação, ou seja, exercer atividade de apoio técnico e administrativo:

Estratégia 12.15: Institucionalizar programa de composição de acervo digital de referências bibliográficas para os cursos de graduação (BRASIL, 2011a, p. 337).

Estratégia 14.9: Manter e expandir o programa de acervo digital de referências bibliografias para os cursos de pós-graduação (BRASIL, 2011a, p. 339).

Estratégia 16.4: Ampliar e consolidar portal eletrônico para subsidiar o professor na preparação de aulas, disponibilizando gratuitamente roteiros didáticos e material suplementar (BRASIL, 2011a, p. 341).

A leitura do PNE (BRASIL, 2011) permite compreender que as políticas educacionais que norteiam o trabalho da/do bibliotecária(o), indicam formas de disponibilização física e virtual de informação às/aos usuárias(os). Esse mecanismo reforça o trabalho técnico-administrativo desses profissionais. Consagra-se assim o imaginário que perpassa a figura da/do bibliotecária(o), um discurso sobre a biblioteconomia e a função da/do bibliotecária(o), situando-a(o) como um ponto na cadeia da acumulação de conhecimentos e responsável pela preservação do saber (LUCAS, 2000).

Conforme Azevedo (2004), as novas tecnologias provocam profundas mudanças no mundo do trabalho e, portanto, passam a repercutir na definição das políticas educacionais. No exercício da/do bibliotecária(o), a tecnologia é uma realidade. Neste sentido, a articulação entre trabalho e tecnologia nos espaços das bibliotecas do IFG ocorre por meio de intensificação do exercício profissional para disponibilização da informação aos pesquisadores em resposta às políticas educacionais, que por sua vez, respondem a produção flexível, por seus serviços apresentarem grande variedade de suporte informacional para públicos diferentes.

Ao analisarmos o PNE 2011-2020 (BRASIL, 2011) percebemos o determinante “uso de tecnologia” no trabalho da/do bibliotecária(o)-documentalista com a inclusão digital nos ambientes escolares. As metas 7, 14 e 16 exigem que bibliotecárias(os) saibam articular seus conhecimentos técnicos de forma a atender às novas exigências da era tecnológica, criando ferramentas de busca para acesso das/dos usuárias(os) no mundo digital por meio das novas tecnologias.

Nos espaços das bibliotecas, a presença de tecnologias aparentemente representa a democratização de acesso à informação. Para tanto, são exigidos das/dos bibliotecárias(os) maior qualificação técnica e disposição para apropriarem-se das inovações tecnológicas. Assim, a/o bibliotecária(o)-documentalista precisa ser multifuncional, isto é, disponibilizar material, por meio da manipulação da tecnologia, alimentação de banco de dados, organização da informação, dentre outras funções.

Para Jacob (2008), a partir dos anos 1990, um novo conceito de biblioteca surgiu com a inserção das novas tecnologias – computadores, software, internet – mudando seu estatuto, sua função social e, conseqüentemente, a noção de bibliotecária(o) de copiador e de preservador a disseminador e a mediador da informação. No entanto, a biblioteca continua sendo definida por sua arquitetura, seu público, seus princípios de ordenação da coleção, as opções tecnológicas determinantes de acessibilidade e materialidade do texto, com estereótipo do profissional que nela trabalha. Nesses termos, entendemos que a transformação no trabalho da/do bibliotecária(o) ocorre ou não em situações que implicam nas relações de gênero.

Além disso, o trabalho em uma biblioteca perpassa por determinantes políticos, sociais e econômicos. Os determinantes políticos do trabalho a ser desenvolvido na biblioteca são as legislações educacionais (LDB, PNE, Sinaes), os determinantes sociais, as necessidades da sociedade, e os econômicos definem os recursos e o retorno do investimento tanto para o poder público quanto para o privado. Esse tripé articula-se em planos locais, regionais, nacional e global estabelecendo padrões e condições de trabalho em uma biblioteca. No

tocante à inserção de tecnologia como ferramenta de trabalho que aliena, os determinantes econômicos dela se servem para extração da mais-valia.

Portanto, e

de maneira bem simplificada, o capital se serve da organização e da tecnologia para substituir o trabalho qualificado, especializado, com uma completa subordinação deste trabalho. Assim, reduzem-se os custos da força de trabalho e reforça-se seu controle sobre ela (ENGUIITA, 2010, p. 25, tradução nossa).

Para Enguita (2010), com a simplificação de alguns tipos de trabalho e a necessária qualificação para outros, com a inserção das tecnologias, surgem outros tipos de desigualdades nas relações sociais.

À medida que as tecnologias “naturalizam” há diminuição significativa da mão de obra humana pela fetichização do processo das atividades humanas como se fossem puramente trabalho manual, excluem os trabalhadores do processo de planejamento, reduzindo suas atividades ao mero cumprimento de determinações estabelecidas.

Depois de identificado o impacto das novas tecnologias no trabalho da/do bibliotecária(o)-documentalista fomos em busca de indicadores que evidenciassem a diferenciação ou não, do exercício profissional por mulheres e por homens no espaço da biblioteca.

2.4 A/O bibliotecária(o)-documentalista como mulher e como homem

Buscamos, nos referenciais de gênero, identificar no trabalho da/do bibliotecária(o)-documentalista as interferências das tecnologias nas relações sociais de trabalho, entendendo que o conceito de gênero permite desnaturalizar uma série de fenômenos históricos e superar a abordagem limitadora da consideração estritamente biológica como fundamento das diferenças entre homens e mulheres.

Louro (2011), ao estudar gênero, o caráter social do feminino e do masculino, entende que é preciso considerar as relações de gênero em suas distintas sociedades e em distintos momentos históricos, bem como, nos diversos grupos (éticos, religiosos, raciais, de classe) que as constituem, para compreender a identidade dos sujeitos. Para a autora, o gênero é constituinte do sujeito nas relações. Então, tendo como referência esse conceito, propomo-nos identificar, no trabalho da/do bibliotecária(o), algumas contradições e desigualdades produzidas nos espaços das bibliotecas do IFG, com a inserção das tecnologias.

Afonso (2008) considera que o mundo do trabalho mudou, mas as concepções da profissão feminina associada ao trabalho do lar e às atividades que exigem pouco esforço físico e intelectual continuam, permanecendo salários mais baixos e intensificação da precariedade das condições de trabalho. Um dos princípios da dialética diz que a quantidade altera a qualidade (TRIVIÑOS, 2009). Princípio esse não desconsiderado pela produção flexível na valorização profissional, pois se o fosse, as mulheres receberiam bem mais por suportar as precárias condições de trabalho onde atuam em maior número.

As mulheres, ainda no século XX, têm maior representatividade, na biblioteconomia, segundo Martucci (1996) por apresentar a marca da precarização e requisita profissionais com características que tradicionalmente se enquadram no perfil feminino, como paciência, cuidado, obediência às ordens, flexibilidade de tempo e por requisitar pouca qualificação para o desempenho das funções. Por essas características, Martucci (1996) diz ainda, que o trabalho de bibliotecária(o) tem similaridade com a docência.

Ao historicizar a feminização da profissão bibliotecária no Brasil, em uma aproximação com a docência, Martucci (1996), destaca que, em princípio, a bibliotecária foi encarada como uma professora informal, que exercia sua função de educadora fora do espaço formalizado do ensino, com deslocamento físico da sala de aula para a biblioteca. Era preciso deslocar uma professora para as funções de reunião, de organização, de armazenamento, de preservação e de orientação de uso de materiais impressos necessários ao enriquecimento do ensino.

Segundo Martucci (1996), o local da biblioteca era encarado como depositário do saber acumulado pela humanidade, de atmosfera sagrada, de rituais rígidos, o que exigia da bibliotecária um perfil culto, missionário, maternal, dedicado, leal e submisso às regras, e o estereótipo da mulher do século XIX também se enquadrava nessa perspectiva educacional.

A identidade da bibliotecária apresentada por Martucci (1996) demanda duas interpretações importantes: a ideia de biblioteca no Brasil remonta a uma atividade burguesa de cunho elitista em que o acesso ao conhecimento é um fator dicotômico para estabelecer socialmente o lugar de ricos e pobres. A segunda é a ideia de livro ligado ao discurso do sagrado. Dessa forma, nada melhor do que a figura de professora para lidar com as bibliotecas em âmbito educacional, visto que a profissão docente ainda está arraigada a uma visão histórica missionária e sacerdotal.

A mulher do século XX que saiu de casa para o trabalho, além de cuidar da casa, dos filhos e do marido, dentre outras atividades, passou a organizar e a preservar, de um modo “amoroso”, os livros, colocando-os em prateleiras, pois, mesmo após a revolução industrial, o

trabalho feminino fora visto apenas como o prolongamento de suas atividades domésticas. Na década de 1911, com o Decreto nº 8.835, de 11 de julho, de criação do primeiro curso de Biblioteconomia no Brasil, as mulheres passaram a ter mais uma opção de formação para o trabalho, além de professora, a de bibliotecária (MARTUCCI, 1996).

Quase um século depois, estudos de Pena (2007) evidenciam a biblioteconomia como uma profissão dita feminina, constituindo 74% dos profissionais na área. A organização e o funcionamento da biblioteca espelham as incumbências relativas à organização e ao funcionamento de uma casa (limpeza, organização e disponibilidade). Ao aceitar condições restritas da carreira a bibliotecária simboliza a sua subordinação na esfera doméstica.

A vida cotidiana das bibliotecas apresenta certas características de organização baseadas no imediato, esfera de atenção concentrada em soluções para algo já desenvolvido. Assim, para leigas e leigos, essas decisões cotidianas podem ser tomadas com base no senso comum, conhecimento partilhado com os outros nas rotinas diárias. Trata-se de conhecimento não valorizado, e as bibliotecas apresentam-se como ambientes precários, com condições mínimas de funcionamento nas quais as mulheres são pessoas capazes de administrar esse espaço, sem recursos, por questões “naturais”, pois “aprendeu a fazê-lo com dinheiro destinado a manter a infraestrutura mínima”, conforme Assunção (1996, p. 81).

Assim, atividades as quais são destinadas recursos menores devem ser administradas por mulheres, fazendo ligação ao aprendizado doméstico, buscando soluções para os mais diversos problemas, tornando o seu ambiente de trabalho público extensão do privado. A capacidade de administrar da mulher parece fazer parte dos resquícios da prática doméstica, uma administração sem grandes recursos financeiros, por configurar as bibliotecas como pobres. A falta de uma perspectiva de administrar grandes valores acaba levando as mulheres a ocuparem posições de trabalho precário materialmente e intelectualizado, sem poder de decisão.

Marcado de forma indelével, o trabalho da/do bibliotecária(o) no cotidiano das bibliotecas escolares é impregnado da ideia de que para ser bibliotecária(o) basta gostar de organizar (coisa tão “natural” à mulher), e dominar algumas habilidades técnicas adquiridas nos anos de experiência (AFONSO, 2008). Assim, parece existir uma barreira intransponível que impede a passagem do doméstico para o profissional, do técnico para o científico: uma supervalorização dos aspectos naturais em detrimento da formação acadêmica, ou seja, uma formação influenciada pelas “questões naturais” e que acabam determinando que a mulher se submeta a trabalhos de baixo salário e sem visibilidade.

Segundo Castro e Ribeiro (2004), com o avanço e a adoção das tecnologias nos processos de geração, armazenamento e recuperação de informação, a biblioteconomia vem passando por várias mudanças. Para esses autores, a consolidação da biblioteconomia veio ao encontro da expansão industrial e cultural do início do século XX e, em atendimento aos ideários escolanovistas, que atribuíam à biblioteca escolar papel fundamental no processo de ensino e de aprendizagem.

Entretanto, mesmo com dessacralização das bibliotecas, a atividade da/do profissional permanecia no âmbito das estantes e das prateleiras, não como uma profissão pública. De acordo com Martucci (1996), o motivo dessa desvalorização advém do não envolvimento dos profissionais dessa área com o acontecer político, cultural e educacional, estando presos às técnicas, esquecendo-se dos aspectos sócio-histórico-culturais. Esses aspectos não são realçados com a introdução das novas tecnologias, ao contrário, a participação *omnilateral* dos trabalhadores é distanciada ainda mais do contexto social pela intensificação da exploração da força de trabalho.

Com a introdução da informática no campo da biblioteconomia, é exigido do profissional o domínio tecnológico (CASTELLS, 2008) reforçando o legado da/do bibliotecária(o) de “apoiar” a ciência. Conforme Duarte (2008, p. 14), a chamada sociedade do conhecimento ilude-nos a pensar que “vivemos numa sociedade na qual o acesso ao conhecimento foi amplamente democratizado pelos meios de comunicação, pela informática, pela internet [...]”. Esta ilusão faz a/o bibliotecária(o) acreditar que a inserção da tecnologia como ferramenta de trabalho promove avanço e pressupõe reconhecimento profissional, por requerer especialização em um dado campo, o da informática, segundo Castro e Ribeiro (2004). Neste sentido, o diferencial na profissão de bibliotecária(o) que poderia definir o interesse de pessoas do sexo masculino pela profissão seriam as ferramentas de trabalho, ou seja, a tecnologia.

Pena (2007) reforça a concepção de a tecnologia ser o determinante da escolha profissional. Pois o crescimento contínuo do número de homens que ingressam na profissão é justificado pela inserção das novas tecnologias como instrumento de trabalho, conseqüentemente, em sua visão, o uso desta ferramenta valoriza a profissão em termos do modo de fazer e não políticos.

É importante registrarmos que, na concepção de Frigotto (1989), as tecnologias, além de possibilitarem a padronização, a normalização e a unificação do processo de produção, podem reduzir as diferenças existentes quanto à complexidade de trabalhos, tendendo à homogeneização no mundo do trabalho. Neste sentido, a tecnologia elimina de certa forma o

estereótipo segundo o qual determinada função é exclusiva para homens ou para mulheres. A androgenização das profissões por meio da união entre trabalho manual e trabalho intelectual promovido pelas tecnologias talvez explique o ingresso do homem na área de biblioteconomia.

Com a emergência da chamada sociedade da informação, com ampla expansão de uso das tecnologias da comunicação e da informação, há um ingresso maior de homens na biblioteconomia por passarem a ser profissionais da informação, explica Pena (2007). A explicação para esse evento é a crença que as novas tecnologias afastariam o estereótipo feminino da profissão. Ao ingressarem na profissão os homens procuraram destacar-se das mulheres, interessando-se pelas funções gerenciais, ditas intelectuais (gerenciamento financeiro e de pessoas) relegando a segundo plano as funções técnicas como organização do acervo, processamento técnico dentre outras, acrescenta Pena (2007). Pode-se então inferir que, os homens estejam mais preparados para desenvolverem tarefas intelectuais, e as mulheres, para atividades que se assemelham às realizadas no âmbito doméstico.

Logo, em uma cultura patriarcal, o homem, ao trabalhar em uma biblioteca, exerce o serviço dito intelectualizado, tais como, gerenciamento de pessoas e manipulação de recursos tecnológicos. As mulheres ficam com o serviço afastado pelos homens, colocando-se em um patamar inferior. O advento das tecnologias nos ambientes de biblioteca e a predileção dos homens pelas máquinas implica no processo de desfeminização do trabalho de bibliotecária(o). Ao afirmar que as mulheres se tornaram incapazes de administrar uma biblioteca com a inserção das novas tecnologias, definitivamente não é verdade, pois a capacidade de manusear a máquina, no caso, o computador, não está vinculada ao gênero, mas ao dinamismo de disponibilizar a informação, o que, é claro, independe do fato de ser homem ou de ser mulher.

De acordo com Hirata (2011a; 2011b) e Nogueira (2004), a inserção das tecnologias possibilitou mais ainda o ingresso da mulher no mercado, mas em atividades desprestigiadas. Já no espaço da biblioteca, a inserção da tecnologia teve efeito contrário, pois, conforme Pena (2007), ela promoveu o ingresso de homens na profissão, pela possibilidade de tornar o trabalho nesse espaço menos manual e mais intelectualizado.

A biblioteconomia é classificada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) como uma subárea da Ciência da Informação, enfim pertencente à grande área das Ciências Sociais Aplicadas. Assim, na biblioteconomia, cabe às/aos profissionais aplicarem seus conhecimentos – técnico, científico e tecnológico – a serviço de outras áreas, o que exige da trabalhadora e do trabalhador ser extensão e apoio

subordinado a outros profissionais, logo, por não conferir *status*, a profissão de bibliotecária(o) desperta pouco interesse aos homens.

O fenômeno da precarização do trabalho da bibliotecária e do bibliotecário não pode deixar de ser analisado à luz das relações de gênero e da divisão sexual do trabalho, porque as ocupações desempenhadas por estes profissionais são considerados, por alguns, de menor *status* e, conseqüentemente, traduzido por condições inferiores de trabalho. Da mesma forma, nela se observa, em maior medida, a subordinação a outros profissionais e a outros setores. Mesmo o ingresso da/do bibliotecária(o)-documentalista no IFG sendo por meio de concursos, formando núcleo estável de mão de obra, com exigências de maior qualificação há resquícios de uma profissão de menor valor.

Assim, mesmo a profissão de bibliotecária(o) estando em um plano de ocupação socialmente desprestigiada, há presença crescente de homens no curso de biblioteconomia (34%), segundo Pena (2007). Esse percentual, justifica a investigação realizada para melhor compreender qual a relação entre introdução de novas tecnologias e a desfeminização desses setores, em tempos de flexibilização do processo de trabalho.

Realizado o estudo histórico e político do surgimento das bibliotecas no IFG e o ingresso da/do bibliotecária(o)-documentalista na instituição, que ocorreu em sincronia com a inserção das tecnologias como instrumento de trabalho, passamos a apresentar a pesquisa de campo e a análise crítica sobre o objeto. A fundamentação teórica e a análise documental como procedimento metodológico foram processos necessários nesta pesquisa, a base para prosseguimento e as considerações finais da investigação.

CAPÍTULO 3 – A REALIDADE DO TRABALHO DA/DO BIBLIOTECÁRIA(O)- DOCUMENTALISTA NO IFG

O estudo desenvolveu-se em uma perspectiva qualitativa, conforme viés dialético de compreensão da realidade. Assim, os dados coletados por meio de pesquisa documental, de questionário e de entrevistas foram analisadas mediante análise de conteúdo, tendo como referencial teórico Bardin (2004) e Franco (2008). O método utilizado no estudo foi o dialético (MARX, 2003; KOSIK, 2011; OLIVEIRA, QUINTANEIRO, 2011), por permitir investigar se há duplo sentido no trabalho desenvolvido pelos profissionais em educação: de um lado o trabalho humano e emancipador; e de outro, o trabalho que explora, avilta, aliena o ser.

3.1 Percurso teórico-metodológico da investigação

Por meio de pesquisa qualitativa, propusemos compreender como ocorre a materialização da força de trabalho das/dos bibliotecárias(os)-documentalistas do IFG segundo o modelo da acumulação flexível, pelo qual as tecnologias estão incorporadas ao processo de trabalho.

A proposta de realizar a pesquisa dialeticamente significa interpretar e analisar a realidade, percebendo essencialmente a contradição e os movimentos do objeto pesquisado. Para Chauí (2006), a contradição é uma negação interna e relacional que define uma realidade dividida e interligada por dois polos, o negativo e o positivo: “Numa relação de contradição, portanto, os termos que se negam um ao outro, só existem nessa negação” (CHAUÍ, 2006, p. 38-39).

Assim, parafraseando Chauí (2006), em uma relação entre trabalhadores e tecnologia, os trabalhadores são a não máquina, e a máquina é o não trabalhador(a) e vice-versa. Nesta, relação somente há trabalhador(a) se existe máquina, e somente há máquina se existe trabalhador(a). Portanto, a máquina existe graças à presença humana.

Para descobrir, construir e/ou reconstruir as totalidades em que a realidade está efetivamente articulada, foi preciso identificar gradualmente as contradições concretas e as mediações específicas que constituem o “tecido” e dão “vida” a cada totalidade, conforme Konder (2011b, p. 44). Assim,

na pesquisa qualitativa com raízes no materialismo dialético, o fenômeno tem sua própria realidade fora da consciência. [...] O fenômeno social é explicado num processo dialético indutivo-dedutivo. E compreendido em sua totalidade [...] (TRIVIÑOS, 2009, p. 129-130).

A pesquisa, com enfoque dialético, segundo Kosik (2011), parte da base, do real, que é analisado em sua aparência e em sua profundidade, para estabelecer a coisa em si, que a define e a justifica existencialmente na prática social. Dessa maneira, o primeiro procedimento adotado, para consecução dos objetivos, que se estendeu ao longo de toda a pesquisa, foi a construção de elementos teóricos por meio de levantamento, seleção e consulta à literatura especializada, correlacionando as categorias de análise.

A identificação do objeto foi feito por meio de levantamento de dados históricos e documentais do IFG, bem como análise do *site* oficial da instituição. Com esses dados, foi possível compor o quadro evolutivo das bibliotecas do IFG desde 1970, bem como identificar as políticas que consolidam a inserção das novas tecnologias nesse ambiente. Este processo investigativo serviu para desvelar não só a aparência do fenômeno, como também, sua essência, procurando explicar sua origem, suas relações, suas mudanças e continuidades.

Segundo Oliveira e Quintaneiro (2011, p. 31), na concepção dialética, “as relações materiais que os homens estabelecem e o modo como produzem seus meios de vida formam a base de todas as suas relações”. Esse processo ajuda a compreender como as mudanças ocorrem em uma realidade provocando alteração em outra. A análise de um fenômeno social realizada numa perspectiva dialética procura “estabelecer as leis de mudança que regem os fenômenos, esteja fundada no estudo dos fatos concretos, a fim de expor o movimento do real em seu conjunto” (OLIVEIRA; QUINTANEIRO, 2011, p. 30).

A opção pelo método dialético deu-se pela possibilidade de compreender as relações sociais de trabalho em tempos de produção flexível, pois é uma maneira de proceder do pensamento para apropriação da unidade do diverso e reproduzi-lo no concreto pensado (MARX, 2003). Com base no concreto dado, nas contribuições teóricas, passando pelo processo de abstração – reconstruindo o fenômeno em pensamento que busca reconstituir suas múltiplas determinações – foi possível entender a hierarquia nas relações de trabalho.

Assim, para realizarmos a pesquisa sobre como estavam materializadas as novas tecnologias nas relações de trabalho da/do bibliotecária(o)-documentalista no IFG, buscamos, no movimento (relações sociais e processos), apreender sua dinâmica. Segundo Ianni (1984), não se toma a realidade como ela é dada, mas sim pela reflexão crítica, além da aparência, por meio de análise crítica.

Então, para atingir os fatos, foi preciso um olhar crítico, sobre o objeto e seu movimento para desvendar a sua constituição real. Assim, estabelecemos algumas categorias de análise para perceber a totalidade do objeto por meios das relações singulares que o engendram:

- a) políticas educacionais e acumulação flexível – as determinações históricas, sociais e econômicas;
- b) educação *omnilateral*, trabalho alienado e tecnologias – implicações da tecnologia nas relações de trabalho;
- c) trabalho da/do bibliotecária(a)-documentalista e gênero – determinações de elementos que incorporam o fenômeno (condições de trabalho, desvalorização profissional e submissão a pressões).

O estudo das categorias apontadas contribuiu para a compreensão da realidade vivenciada no trabalho das/dos bibliotecárias(os)-documentalistas, com o avanço tecnológico, em tempos de produção flexível, no IFG, descortinando alguns aspectos ocultos em outras pesquisas, fundamentando as lutas em prol de condições dignas de trabalho para os profissionais da educação.

A realidade não é simples, configurando-se uma síntese de “múltiplas determinações” (MARX, 2003). Os dados provenientes da investigação forneceram subsídios para estabelecer as relações, os nexos e as mediações necessárias à produção do conhecimento e à aproximação da realidade, partindo das particularidades da inserção das tecnologias no processo de trabalho da/do bibliotecária(o)-documentalista) para a totalidade (alienação e precarização do trabalho). As relações estabelecidas na investigação situou o problema em um contexto complexo e ao mesmo tempo apontou as contradições possíveis no âmbito do real, relacionando-o sempre com o contexto social, político e econômico vinculado à realidade observada. Conforme Ianni (1984, p. 99), os fatos não se explicam em si mesmos, “há uma trama de relações sociais que cabe à pesquisa desvendar, que explica a constituição do real, a constituição das pessoas, das coisas, dos diferentes fatos, acontecimentos, seja em termos micro, seja em termos macro”. Estas são as razões da necessidade de uma pesquisa qualitativa.

Marx (2003) salienta que a realidade empírica e concreta é uma especificidade histórica imediata que conduz a pressuposições prévias e efetivas que se configuram como ponto de partida para a elaboração de determinações abstratas, levando a reprodução de concreto pensado. Em outras palavras,

concreto é concreto por ser síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade. É por isso que ele é para o pensamento um processo de síntese, um resultado, e não um ponto de partida e, portanto igualmente o ponto de partida da observação imediata e da representação (MARX, 2003, p. 248).

Logo, a formulação dos fatores, por meio da análise do objeto, é oriunda de algumas relações gerais abstratas determinantes. A análise dos fatores na sua concretude que constituem as categorias de análise que se configuram como uma síntese de múltiplas determinações do objeto pesquisado. Nesta pesquisa, além das relações de trabalho no cotidiano das bibliotecas do IFG, o processo de trabalho e o papel das políticas públicas na constituição da mediação educativa da/do bibliotecária(o)-documentalista, da mulher e do homem, constituíram dados primários obtidos no processo de investigação.

Para estabelecer os nexos e as mediações necessárias para a compreensão do objeto de estudo em questão, articulamos os dados empíricos coletados e as reflexões teórico-metodológicas. Para tanto, buscamos um diálogo com a teoria marxista²⁹, com o intuito de discutir a realidade social da/do bibliotecária(o)-documentalista.

Embora no método dialético não exista um passo a passo para investigação, alguns instrumentos são construídos para coleta e análise de dados, conforme o objeto requisiado no percurso da investigação para ser desvelado.

3.1.1 Instrumentos de coleta e análise de dados

Conforme abordagem qualitativa pela qual optamos, é permitida a utilização de diferentes tipos de instrumento de coleta de dados (MINAYO, 1998). Assim, utilizamos dois instrumentos, o questionário (Apêndice B) e a entrevista (Apêndice C). “As pesquisas qualitativas são caracteristicamente multimetodológicas, isto é, usam uma grande variedade de procedimentos e instrumentos para coleta de dados”, afirmam Alves-Mazzotti e Gewandszajder (1999, p.163).

Considerando, ainda, o eixo qualitativo desta pesquisa, a apreensão do sujeito no seu espaço de trabalho e na sua relação com as novas tecnologias da informação, aplicamos questionário para verificar a opinião das/dos bibliotecárias(os)-documentalistas sobre sua atividade em relação ao uso de ferramentas tecnológicas. Todas as bibliotecárias e os bibliotecários do IFG poderiam participar do questionário, independentemente do tempo de trabalho na instituição.

²⁹ O termo marxista “referida à tradição construída a partir de Marx pelos seus seguidores” é distinto do termo marxiana “inerente ao pensamento do próprio Marx” (MANACORDA, 2010, p. 16).

No processo de construção e aplicação do questionário, adotamos procedimentos diferentes da entrevista. O questionário foi estruturado com questões de respostas fechadas, abertas e/ou pendentes. Em duas questões, adotamos categorias de resposta utilizando a escala de Likert, variando de “concordo fortemente” a “indeciso” e “discordo fortemente”. Optamos pela escala de Likert em duas questões pela possibilidade de abstrairmos das respostas das/dos participantes a intensidade das declarações (GRAY, 2012). A denominação Escala de Likert dá-se em homenagem ao seu criador, Rensis Likert, que a propôs em 1932 (FERRAI; TARUMOTO, 2012). É um tipo de escala de resposta psicométrica usada habitualmente em questionários de pesquisas de opinião. Ao responderem a um questionário baseado nesta escala, as/os respondentes especificam seu nível de concordância com uma afirmação.

Na elaboração do questionário, também utilizamos o método de pesquisa *survey*, levantamento de dados (VIEIRA, 2009a) para caracterizar o objeto de acordo com seus traços gerais (função que exerce, formação, sexo, estado civil). A pesquisa *survey* foi adequada para esta investigação por dar condições de responder questões do tipo “o quê?”, “por quê?”, “como?” e “quanto?”, ou seja, possibilitou investigar sobre “o que está acontecendo” ou “como e por que isso está acontecendo” (FREITAS *et al*, 2000, p. 105).

O questionário³⁰ elaborado foi enviado previamente a duas bibliotecárias-documentalistas do IFG para que fossem avaliados, e suas sugestões e críticas foram levadas em conta por ocasião da elaboração da versão final do instrumento.

Antes de ser levado a campo, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da PUC Goiás. Depois da aprovação do projeto³¹, conforme a Resolução nº 196, de 10 outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 1996), entramos em contato com as/os bibliotecárias(os)-documentalistas e, em seguida, encaminhamos a eles carta-convite e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice D). Após ler o TCLE a/o participante assinou o documento, aceitando sua participação como sujeito da pesquisa (Apêndice E).

A pesquisa de campo³² foi realizada durante os meses de março a maio de 2013, evitando situações de risco às/aos participantes relativos a situações de desconforto, mal-estar

³⁰ A aplicação dos questionários ocorreu entre os dias 6 a 20 de março de 2013.

³¹ O projeto consta no sistema do CEP, podendo ser consultado pelo CAAE 08235112.1.000.0037. Para aprovação e execução da pesquisa o CEP exigiu termo de compromisso emitido pelas psicólogas e pelos psicólogos do IFG concordando em prestar assistência às/aos participantes da pesquisa, caso fosse necessário.

³² As informações obtidas na pesquisa foram utilizadas para atender aos objetivos fins da dissertação. A identidade dos participantes colaboradores desta pesquisa foi mantida em segredo, também tivemos o devido cuidado no manuseio dos instrumentos utilizados na coleta de dados, os quais ficarão seguramente arquivados e, após cinco anos, serão incinerados.

e complicação de qualquer natureza, seja de ordem legal, trabalhista, previdenciária, situação vexatória ou de constrangimento que pudessem prejudicá-los como participantes desta pesquisa. Esta pesquisa atendeu às Normas da Resolução nº 196/1996 (BRASIL, 1996), cumprindo aos quatro princípios que constituem os referenciais básicos da bioética: autonomia, beneficência, não maleficência e justiça. A resolução visa a assegurar os direitos e os deveres que dizem respeito à comunidade científica, às/aos profissionais participantes da pesquisa.

A pesquisa procurou contribuir para uma investigação científica que visou a uma reflexão, um entendimento e uma consolidação das políticas públicas que interferem no trabalho dos profissionais em educação, na perspectiva da emancipação dos trabalhadores.

Os questionários foram entregues simultaneamente, por correio eletrônico, a todas e todos bibliotecárias(os)-documentalistas lotados no IFG e tivemos retorno somente de doze bibliotecárias(os).

O aplicativo tecnológico utilizado na coleta de informação foi o *LimeSurvey* disponibilizado no Ambiente Livre Tecnologia (2013). Adotamos este aplicativo na coleta de dados em razão de sua funcionalidade e também pelas suas características, que possibilitam:

- a) publicar e coletar respostas de questionários;
- b) gerenciar quem poderia manipular o sistema;
- c) construir número ilimitado de perguntas;
- d) elaborar diferentes tipos de questões;
- e) ter opção para o participante salvar as respostas e continuar a responder ao questionário em outro momento,
- f) possuir recursos de análise estatística e gráfica,
- g) ter possibilidade de exportação de dados para outro programa.

Dentre as funcionalidades do *LimeSurvey* que auxiliam uma pesquisa científica, duas delas preponderaram para a escolha do *software*:

- a) ser um *software* livre, com código aberto para manipulação do usuário do sistema;
- b) permitir a validação das respostas para que o participante da pesquisa não siga adiante sem antes responder à questão anterior, aumentando a confiabilidade do sistema no tocante à finalização do questionário.

Depois da aplicação dos questionários, tratamos o material informativo estatística e qualitativamente, na tentativa de reconstituir o fenômeno nas suas múltiplas determinações (políticas educacionais, condições do trabalho, inserção das tecnologias).

Para melhor compreensão do objeto de pesquisa e clareamento de algum dado, utilizamos entrevistas para complementar informações obtidas pelo questionário. A utilização da entrevista na pesquisa atende aos seguintes propósitos: “obter informações singulares ou interpretações sustentadas pela pessoa entrevistada” (STAKE, 2011, p. 108) e identificar a essência do objeto.

Por meio da entrevista, tratamos de temas complexos que “dificilmente poderiam ser investigados adequadamente por meio de questionários, explorando-os em profundidade” (ALVES-MAZZOTTI; GUEWANDSZNADJDER, 1999, p. 168). Assim, a entrevista auxiliou a busca de informações sobre as interferências políticas e sociais no processo de trabalho das/dos bibliotecárias(os)-documentalistas no IFG com presença de tecnologias.

De acordo com Minayo (1998, p. 108), mediante a entrevista, podem ser obtidos dados de duas naturezas:

- a) os que se referem a fatos que o pesquisador poderia conseguir através de outras fontes como censos, estatísticas, registros civis, etc. São os dados denominados objetivos;
- b) os que se referem diretamente ao indivíduo entrevistado, isto é, suas atitudes, valores e opiniões. São informações ao nível mais profundo da realidade que os pesquisadores costumam denominar subjetivos. Só podem ser conseguidos com a contribuição dos atores sociais envolvidos.

A entrevista do tipo semiestruturada foi adotada para complementação das informações. Essa técnica combina perguntas fechadas e abertas, e entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto, sem ater a afirmações ou a condições prefixadas pela pesquisadora. Foram realizadas, ao todo, sete entrevistas distribuídas entre bibliotecárias(os) que trabalham no IFG há dois anos, no mínimo.

No entender de Marx (1988), em uma pesquisa qualitativa a teoria e a prática devem estar dialeticamente articuladas como parte da construção do conhecimento. Rey (2002, p. 63), aponta algumas críticas a esse respeito:

tem-se dado pouca atenção ao processo de construção do conhecimento no momento empírico, pois este último foi identificado como coleta de dados, enquanto a ação do pesquisador sobre os dados, que na pesquisa empírica tradicional tampouco é um trabalho teórico, se localiza na fase de interpretação de resultados.

Rey (2002) adverte aos pesquisadores para que não estabeleçam uma divisão rígida entre coleta e análise de dados. As duas fases não são estanques e, sim, articuladas, interdependentes.

A entrevista foi face a face, no estilo semiestruturado. Este tipo de entrevista tem “caráter de interação, [...] não há a imposição de uma ordem rígida de questões, o

entrevistado discorre sobre o tema proposto com base nas informações que ele detém e que no fundo são a verdadeira razão da entrevista, conforme Ludke e André (2004, p. 33-34).

A entrevista foi dividida em três blocos de dezoito perguntas. No primeiro bloco, foram abordadas as categorias trabalho da/do bibliotecária(o) e as tecnologias; no segundo, foram investigadas as condições e a flexibilização do processo de trabalho das/dos bibliotecárias(os)-documentalistas com a inserção das novas tecnologias; e no terceiro e último bloco, foram apresentadas questões acerca da participação das/dos bibliotecárias(os) no processo de trabalho por meio das novas tecnologias e os determinantes políticos no exercício profissional.

A elaboração do roteiro de entrevista, levando em consideração as categorias citadas, deu-se pela inter-relação para compreensão do objeto e, em virtude de a maioria dos estudos não tratarem da inserção de novas tecnologias no processo de trabalho da/do bibliotecária(o)-documentalista, de suas condições de trabalho, da alienação e da multifuncionalidade.

Para perceber as contradições, validar e complementar as informações obtidas pelo questionário e entrevistas, utilizamos a análise documental, caracterizada por Minayo (1998) como pesquisa documental. Os documentos escolhidos para a análise são os que normatizam o exercício da/do profissional bibliotecário(a) em educação nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com a finalidade de identificar as interferências e interfaces existentes.

A pesquisa documental, segundo Medeiros (2011, p. 35) refere-se ao

levantamento de documentos que ainda não foram utilizados como base de uma pesquisa. Os documentos podem ser encontrados em arquivos públicos, ou de empresas particulares, em arquivos de entidades educacionais e/ou científicos, em arquivos de instituições religiosas ou mesmo particulares, em cartórios, museus, videotecas, filmotecas, correspondências, diários memórias, autobiografias, ou coleções de fotografias.

Para a realização da pesquisa documental, com o intuito de atingir o concreto pensado (explicado), pertinente à problemática da pesquisa, inicialmente, identificamos documentos legais que regulamentam o mundo do trabalho da/do bibliotecária(o)-documentalista referentes ao processo histórico, político e social. Depois, abordamos o avanço tecnológico, relacionando-o com as políticas educacionais e seu impacto na vida social e profissional da/do bibliotecária(o)-documentalista que lida com as demandas informadas.

Segundo Lüdke e André (2004, p. 39), “os documentos constituem uma fonte estável e rica. Persistindo ao longo do tempo, os documentos podem ser consultados várias vezes e inclusive servir de base a diferentes estudos, o que dá mais estabilidade aos resultados

obtidos”. No entanto, muitos documentos não chegam a materializar-se e quando aprovados, em razão da morosidade no processo, apresentam defasagem em relação à realidade.

Os documentos institucionais do IFG que analisamos foram: PDI, Regulamento Institucional, Relatório de Atividades e material instrucional (vídeos e *folders*). Com a análise do material, buscamos interpretar como acontece o processo de introdução das novas tecnologias no trabalho das/dos bibliotecárias(os)-documentalistas e como elas interferem nas relações de trabalho no IFG. Em seguida, investigamos se as tecnologias são apropriadas diferentemente por mulheres e por homens.

O material colhido foi interpretado por meio de análise de conteúdo (BARDIN, 2004; MORAES, 1999) e contraposto a conhecimentos já consolidados sobre o tema. Com a análise, buscamos compreender as informações coletadas, em sua aparência e em sua essência.

Conforme Bardin (2004), a análise de conteúdo é

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando [a] obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2004, p. 42).

Na pesquisa qualitativa, a análise de conteúdo não é apenas descritiva quando se usa a inferência. Pela inferência, é possível esclarecer as causas da mensagem ou as consequências que ela pode provocar. A análise de conteúdo ocupa-se dos significados, para extrair da comunicação, sua respectiva interpretação, “procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça” (BARDIN, 2004, p. 44), ou seja, por trás do significado das palavras.

A análise de conteúdo tem por objetivo a manipulação de mensagens para confirmar os indicadores que permitam apreender outra realidade que não a da mensagem. A mensagem, verbal ou não verbal, é o ponto de partida da análise de conteúdo (FRANCO, 2008). Segundo a autora, quando analisamos “uma mensagem, procuramos indagações acerca de 'quem' e acerca do 'por que' de determinado conteúdo, estamos trabalhando com o ponto de vista do produtor” (FRANCO, 2008, p. 25). No entanto, ao inferirmos as contradições presentes nas mensagens estamos realizando a análise do ponto de vista da dialética.

Os critérios de organização de análise proposta por Bardin (2004) que adotamos são: a pré-análise, criação de categorias e tratamento dos resultados. O tratamento dos resultados compreende a codificação e a inferência.

A escolha do *corpus*³³ (documentos, entrevistas e respostas aos questionários) foi definida *a priori*, de acordo com os objetivos da investigação para obter respostas às questões. A análise do material foi desmembrada em três vertentes que permitem visualizar a inserção das novas tecnologias no processo de trabalho da/do bibliotecária(o)-documentalista:

- a) identificação do lócus de pesquisa;
- b) relações sociais das/dos participantes conforme indicadores (idade, sexo, estado civil, número de filhas(os), formação profissional, jornada de trabalho);
- c) relação entre trabalho doméstico e profissional, com recorte de gênero.

No momento da exploração do material, fizemos a identificação de registro para facilitar a associação e a interpretação dos dados em contexto. Com base nas respostas obtidas passamos a construir quadros ilustrativos de algumas questões (Apêndice F e G) para facilitar os procedimentos de agrupamentos, de classificações e de pré-análise, que são fundamentais para a criação de categorias e “a efetiva possibilidade de inferir, analisar e interpretar os dados a serem submetidos a uma análise de conteúdo” (FRANCO, 2008, p. 70).

Na análise, as falas das/dos participantes constituíram indicadores de significado e sentido quando articuladas com o referencial teórico e foram elaborados tabelas e gráficos ilustrativos que ajudaram a elucidar as categorias estudadas. Algumas categorias foram criadas *a priori*, em razão da busca de resposta para o problema, com uso do critério semântico. Outras categorias emergiram do conteúdo das respostas implicando “ida e volta do material de análise à teoria” (FRANCO, 2008, p. 61). Este processo é denominado categorização e segundo Franco (2008, p. 59) constitui “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação seguida de um reagrupamento baseado em analogias, a partir de critérios definidos”.

Outra etapa da análise foi a interpretação das informações por meio de inferências. Nesta etapa, também retornamos ao referencial teórico e ao problema, procurando embasar as análises e reconstruir o objeto com base nos múltiplos determinantes sociais, políticos e históricos. As interpretações pautadas em inferências buscam o que se esconde por trás das falas, para serem analisadas em profundidade.

A epistemologia marxista argumenta que o método científico para o conhecimento da realidade não começa, a rigor, do real em si mesmo, mas de um campo teórico definido. O ato de pesquisar deve levar o/a pesquisador(a) a questionar o percebido e estranhar a realidade. Nesta perspectiva, foi imprescindível a realização de uma pesquisa bibliográfica para

³³ “O *corpus* é um conjunto de documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos”, afirma Bardin (2004, p. 96).

conhecer o que já fora produzido a respeito dessa temática, a fim de fazer o recorte necessário e analisar o material. Assim, utilizamos como arcabouço teórico-conceitual as formulações de Marx (1983; 1988; 2003) e o referencial pautado em suas obras, como já foi apresentado no primeiro capítulo.

Com base nos conceitos marxistas de trabalho e de alienação, estabelecemos elos com outros autores, dentre os quais se destacam Frigotto (1989) e Manacorda (2010), que acrescentam importantes contribuições a respeito da especificidade do trabalho *omnilateral*; Antunes (2011) e Harvey (2007), que fundamentam a discussão da flexibilização do trabalho; e de Martucci (1996), Hirata (2002), Louro (1997; 2003; 2011) e Nogueira (2004; 2008), que contribuíram para a compreensão do papel das políticas públicas nas relações de gênero.

As informações coletadas foram sistematizadas visando à análise crítica e descobertas acerca do objeto que estão consubstanciados no item que se segue. Por fim, merece registro que o diálogo estabelecido com as/os entrevistadas(os), na maioria das vezes, extrapolou o roteiro previamente definido, resultando em informações adicionais que enriqueceram, em muito, este estudo.

3.2 Contexto da pesquisa de campo: características da população

Para dialogar com a teoria, realizamos pesquisa de campo nos dez câmpus do IFG coletando informação por meio de questionário eletrônico e entrevistas semiestruturadas. Os instrumentos foram escolhidos para “adequar à questão da pesquisa e ao estilo da investigação” (STAKE, 2011, p. 102) que o objeto demandou para sua compreensão. A análise do material buscou chegar à compreensão de como é materializado o trabalho de bibliotecária(o)-documentalista com as novas tecnologias.

As/Os participantes foram selecionadas(os) *a priori* e contatadas(os) por correio eletrônico para responder o questionário. Segundo Vieira (2009a, p. 19), o “levantamento de dados por *e-mail* ou [por] internet é procedimento recente, mas apresenta vantagens: os questionários são facilmente distribuídos, a coleta e o processamento dos dados são rápidos”. As vantagens citadas foram decisivas para definirmos o instrumento de coleta de dados utilizando recurso tecnológico. Como se trata de um questionário de autoaplicação a/o participante poderia responder às questões no momento que melhor lhe conviesse.

Ao aceitar participar da pesquisa, foi enviado às/aos bibliotecárias(os)-documentalistas um convite para seu *e-mail* pessoal com o *link* de acesso ao questionário. Ao ser aberta, preenchido e concluído o questionário, as respostas foram automaticamente encaminhadas ao

software estatístico, *LimeSurvey*. As informações colhidas foram de uso exclusivo da pesquisadora e, em hipótese alguma, houve identificação dos participantes respondentes dos questionários respeitando o sigilo.

As entrevistas foram agendadas³⁴ conforme disponibilidade dos colaboradores. As falas foram gravadas utilizando o celular como recurso eletrônico e, posteriormente, transcritas pela pesquisadora.

Para compreender o movimento do objeto, analisamos a Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008) que instituiu o IFG. Por meio dessa legislação, identificamos a dinâmica de criação de novos câmpus, que interfere no processo de trabalho das/dos bibliotecárias(os)-documentalistas.

Com a expressiva expansão do IFG, houve a necessidade de reestruturação física e de contratação de mais profissionais em educação para os câmpus já existentes e para os novos, para atender aos objetivos institucionais de ampliação do número de vagas, de fomento à pesquisa e à inovação, de oferta de cursos de pós-graduação e promover ações de extensão que visem à ampliação e ao reconhecimento institucional pela sociedade.

Assim, em atendimento à Lei 11.892/2008 e às demandas informacionais e social, manteve-se a política de ter uma biblioteca em cada câmpus, com no mínimo uma/um bibliotecária(o)-documentalista. Esses profissionais são todos concursados, contratados para atender às necessidades informacionais dos discentes e dos servidores, porém a comunidade externa não foi contemplada no regimento da instituição.

O Decreto nº 5.825/2006 (BRASIL, 2006), que estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091/2005 (BRASIL, 2005), em seu anexo II, sobre ambientes organizacionais, a/o profissional bibliotecária(o)-documentalista se enquadra no item 8, *Informação*. Neste documento são mencionadas 33 atividades técnico-administrativas, já discutidas no item 2.3.1, que podem ser desenvolvidas pelas bibliotecárias e bibliotecários.

As bibliotecas do IFG somam, em 2013, dezessete bibliotecárias(os)-documentalistas, dez trabalham na instituição há mais de dois anos. Levando em consideração aos objetivos da pesquisa definimos como grupo de entrevistadas(os), esses dez bibliotecárias(os)-

³⁴ As/Os participantes foram identificadas(os) de acordo com a ordem de entrevista. As entrevistas foram realizadas no período de março a maio de 2013, algumas no turno matutino e outras no vespertino, no próprio local de trabalho das/dos participantes, em um total de três meses. O tempo médio dedicado às entrevistas foi de vinte minutos, e algumas tiveram a duração de até trinta minutos. Em alguns casos, foi retomado o contato para esclarecer pontos mal anotados pela entrevistadora ou cujo registro, gravado no celular, não estivesse suficientemente claro.

documentalistas que tinham no mínimo dois anos de instituição. Uma vez que esses profissionais teoricamente teriam vivenciado a implementação novas tecnologias da informação nas bibliotecas do IFG, nos últimos quatro anos. Entendemos que essas bibliotecárias e esses bibliotecários têm condições de dar sua contribuição no tocante às questões abordadas nesta investigação.

A estratégia para conseguir autorização de realização da pesquisa de campo começou com uma visita à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação do IFG, na qual apresentamos o projeto de pesquisa ao Pró-Reitor. Feito isso, requisitamos autorização da instituição para realizar a pesquisa. O documento de autorização da pesquisa, bem como as declarações das/dos psicólogas(os) da instituição foram enviados ao CEP para liberação da pesquisa.

As/Os participantes³⁵ da pesquisa estão distribuídas(os) pelos dez câmpus do IFG e foram selecionadas(os) por este estudo por:

- a) serem profissionais da educação, conforme Lei nº 11.091/2005 (BRASIL, 2005);
- b) estarem atuando em um universo no qual as novas tecnologias estão presentes;
- c) ser o espaço de trabalho das bibliotecas ocupado, majoritariamente, por mulheres e por possuir o quesito de no mínimo dois anos na instituição.

Dentre os dezessete bibliotecários-documentalistas, dos doze participantes da pesquisa, três delas e um deles têm função gratificada para coordenar biblioteca, função indicada pelo diretor-geral de cada câmpus. Ser coordenador(a) de algum setor para muitos representa oportunidade de dispor de uma mesa, ter controle sobre o setor que coordena e, para outros, significa trabalhar mais.

O espaço das bibliotecas dos institutos federais estão ocupados por maior número de mulheres. Isso foi comprovado pelo documento respondido³⁶ pelo MEC, em 15 outubro de 2012: “informamos o quantitativo de bibliotecários-documentalistas lotados nos Institutos Federais: São 560 bibliotecários-documentalistas, sendo: 426 do sexo feminino e 124 do sexo masculino”. No IFG, a diferença no quantitativo de homens no cargo é um pouco menor: são sete homens e dez mulheres.

Nos documentos referenciados constata-se a presença massiva das mulheres no cargo de bibliotecário-documentalista, o que demonstra que, até 2012, tratava-se uma profissão majoritariamente feminina. Essa marcante presença feminina, em momentos anteriores, fez

³⁵ As/Os participantes da pesquisa foram registrados pelos números de 1 a 12, segundo a ordem cronológica de devolução dos questionários.

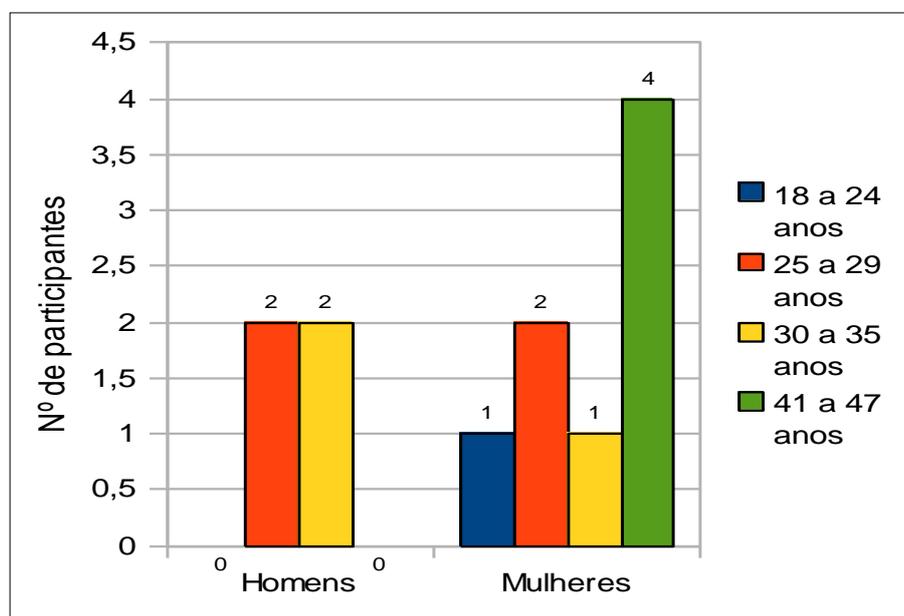
³⁶ Informação recebida do MEC por *e-mail* em 15 de outubro de 2012, em resposta à solicitação da pesquisadora cadastrada sob nº 23480017656201253.

que Martucci (1996) empreendesse uma pesquisa mostrando a proximidade do trabalho de bibliotecárias(os) com a de docente.

Para identificação geral das/dos bibliotecárias(os)-documentalistas não estabelecemos critérios de quem poderia participar do questionários. Assim, todas(os) bibliotecárias(os) do IFG foram convidados a responder ao questionário. Ao aplicarmos o questionário, do universo de dezessete bibliotecárias(os)-documentalistas, somente doze prontificaram a respondê-lo, sendo quatro bibliotecários e oito bibliotecárias lotados nos câmpus do IFG em 2013. Desses doze, selecionamos quatro bibliotecárias e os três bibliotecários para participarem da entrevista por trabalharem há mais tempo nas bibliotecas do IFG. Esse critério coincidiu com o tempo mínimo de dois anos de exercício profissional da/do bibliotecária(o) na instituição entendendo que o câmpus já possuía espaço melhor aparelhado tecnologicamente.

A maioria dos participantes da pesquisa situa-se na faixa etária entre 25 a 35 anos de idade (gráfico 1). A análise de faixa etária dos participantes por gênero evidenciou que as mulheres têm idade mais elevada e com uma maior variação de faixa etária. Embora a diferença de idade possa representar uma questão de gênero, esta não foi foco da pesquisa.

Gráfico 1 – Faixa etária das/dos bibliotecárias(os)-documentalistas



Fonte: Dados da pesquisa (2013).

A seguir apresentamos, na voz das/dos participantes, como as bibliotecárias e os bibliotecários entendem a materialização da introdução das novas tecnologias no seu processo de trabalho.

3.3 O trabalho da/do bibliotecária(o)-documentalista nas falas das/dos participantes

As falas das/dos participantes confrontadas com os documentos foram indicadoras para identificar a materialização do exercício profissional das/dos bibliotecárias(os)-documentalistas no IFG. Nos três itens seguintes apresentamos o fazer das/dos bibliotecárias(os)-documentalistas trazendo à tona a dimensão e a flexibilização do processo de trabalho com uso de novas tecnologias, fazendo referência à formação profissional.

3.3.1 A dimensão do trabalho da/do bibliotecária(o)-documentalista

As atividades desenvolvidas pelas/pelos bibliotecárias(os)-documentalistas no IFG, comparadas com a legislação da profissão, não evidenciaram desvio de função. No entanto, identificamos traços de multifuncionalidade no exercício desses profissionais. Essa interpretação foi baseada pelas atividades diversificadas no exercício profissional segundo as/os participantes, tais como: processamento técnico, coordenação da biblioteca, atendimento e serviço de referência, orientação de projetos de pesquisa.

Nas falas³⁷ das bibliotecárias e dos bibliotecários, as atividades desempenhadas são:

Trabalho no processamento técnico e no atendimento, às vezes, quando necessário (Participante 1).

Coordeno a biblioteca, auxílio no atendimento e ainda trabalho no processo de aquisição do acervo [...]. Outras coisas que faço é ver se está faltando material de consumo, monitorar o serviço de limpeza da biblioteca e verificar se o usuário está sendo bem atendido. Tudo isso eu faço (Participante 3).

Desenvolvo atividade de coordenação, parte administrativa e gestão da biblioteca. Uma parte do meu tempo de trabalho é destinado à atividade de bibliotecário (processamento técnico). Algumas vezes, também, trabalho como auxiliar de biblioteca no balcão de atendimento, recebendo livro, realizando empréstimo e no serviço de guarda-volumes (Participante 4).

As atividades desenvolvidas por mim, assim como é de todos os bibliotecários do IFG estão definidas no edital, porém em resumo são todas as atividades referentes ao processamento técnico, seleção, aquisição, estudo de usuários, referência, administração de biblioteca e gestão de pessoas (Participante 7).

A análise dos discursos das/dos bibliotecárias(os)-documentalistas evidencia a dupla função desses profissionais, a de bibliotecária(o) e de auxiliar. As/Os bibliotecárias(os), na tentativa de fazer transparecer que a biblioteca está conseguindo suprir todas suas demandas e prover a satisfação dos usuários da informação, são explorado pela instituição. Na fala das/dos

³⁷ As falas das/dos participantes foram transcritas em itálico para diferenciar das citações dos autores e das autoras.

participantes não há menção à sua função educativa que, no entanto, está relacionada qualitativamente nos relatórios de gestão das bibliotecas do IFG (2009; 2010; 2011; 2012). Mesmo em condições precárias de trabalho, em virtude do número reduzido de servidores nas bibliotecas, as/os bibliotecárias(os), segundo os relatórios citados, participam da formação de usuárias(os) por meio do incentivo à leitura.

Especificamente, no tocante ao quadro de servidores técnico-administrativos das bibliotecas do IFG, há que se mencionar que sua atuação é positiva. Além das mudanças decorrentes da expansão do IFG, na época da coleta de dados, o número de assistentes administrativos, auxiliares de bibliotecas e bibliotecárias(os)-documentalistas foi ampliado de forma significativa, porém para atender às bibliotecas dos novos câmpus. Proporcionou, assim, pela quantidade e variedade de serviços, ganhos para as/os usuárias(os) da biblioteca, no entanto, sem diminuir o volume de trabalho da/do bibliotecária(o).

Conforme *Relatório geral das bibliotecas do IFG* (IFG, 2013e), trabalhavam no setor, 52 pessoas, dentre elas, dezessete bibliotecárias(os)-documentalistas e 35 assistentes administrativos e auxiliares de biblioteca, distribuídas entre os dez câmpus, e uma, na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. O tamanho das bibliotecas – número de acervo (94.550 títulos), variedade de suportes informacionais e tecnológicos, quantitativo de público a ser atendido (primeiro semestre 9.931 e no segundo 8.096) com formação diferente e com possibilidade de acesso presencial e a distância – em proporção ao quantitativo de servidores nelas lotados, ainda é insuficiente, significa uma multifuncionalidade da força de trabalho levando a exploração.

Indicadores do Inep para avaliação das condições de ensino superior (BRASIL, 2002a, p. 66) apontam nas alíneas F e G, o quantitativo de pessoal técnico-administrativo referente ao serviço prestado pelas bibliotecas:

F - Existência de pessoal graduado em Biblioteconomia, na proporção mínima de 1 para cada 1.000 membros da comunidade institucional (somatória de alunos, professores e funcionários);

G - Existência de pessoal auxiliar na proporção adequada à manutenção do horário da biblioteca e ao perfil dos serviços, sendo mínima a relação de 3 auxiliares para cada profissional de biblioteconomia.

No entanto, em outro documento da Secretaria de Educação Superior do MEC, do mesmo ano, *Manual de verificação in loco das condições institucionais*, foi suprimido os dados quantitativos relativos ao pessoal técnico-administrativo (BRASIL, 2002b, p. 60):

F - Existência de profissionais graduados em Biblioteconomia;

G - Existência de pessoal auxiliar na proporção adequada à manutenção do horário da biblioteca e ao perfil dos serviços.

Como existem dois documentos para avaliação das condições de ensino, um quantificando e outro apenas indicando, caso a instituição ou a comissão avaliadora não atente para os dois, as condições de trabalho na biblioteca podem tornar-se ainda mais precarizadas. Uma questão importante que apresentamos, é o MEC não considerar como critério de avaliação das condições de trabalho a complexidade dos serviços gerados tendo em vista o quantitativo de cursos ofertados pela instituição, tipo de acervo e de acesso. O MEC considera apenas o número de pessoas com vínculo institucional (discentes e servidores) e horário de funcionamento da instituição, tornando o exercício profissional da/do bibliotecária(o) multifuncional e intensificado.

Considerando o número total de usuários potenciais (discentes, docentes e técnicos administrativos) das bibliotecas do IFG, em 2012, seria necessária uma proporção média de 472 usuários(as) por bibliotecária(o), quantitativo abaixo da média, segundo parâmetros do Inep, se o quantitativo de usuárias(os) por câmpus fosse o mesmo. No entanto, não é o que acontece, em virtude do tempo de funcionamento de cada câmpus, do número de cursos ofertados e, conseqüentemente, do número de discentes e de servidores. E mais, a média mínima de três auxiliares por bibliotecária(o) não foi atendida em 2012 e nem nos períodos anteriores. Proporcionalmente, os dados apontam uma média de 1.8 de auxiliares para cada bibliotecária(o), com déficit de um profissional.

Para compreender a totalidade do processo de trabalho na biblioteca e verificar se há acúmulo de função, analisamos a proporção de acervo, de usuários e de técnico-administrativos (bibliotecária(o)-documentalista e assistente administrativo). O recorte temporal considerado nesta análise refere-se aos anos de 2009 a 2012, objetivando identificar se ocorreu ou não aumento simétrico no quantitativo das categorias analisadas, com a expansão do IFG.

O acervo do IFG é constituído de materiais diversos, e além dos livros, a biblioteca possui teses, trabalhos de conclusão de curso, normas técnicas *online*, periódicos impressos e *online*, vídeo, CD-ROM e fotografias. Todo esse material é processado e faz parte do catálogo das bibliotecas, o que permite ao usuário acesso às referências, além de conhecer sua disponibilidade pela rede mundial de computadores.

No exercício 2008 ocorreu a transição de Cefet-GO para IFG caracterizado pela consolidação da proposta do Ministério da Educação e da Presidência da República da II fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Nesse período o investimento com aquisição de acervo bibliográfico, distribuído entre as diversas

área do conhecimento, era para as três bibliotecas já existentes do Cefet-GO nas unidades de ensino de Goiânia, Inhumas e Jataí.

Tabela 2 – Dimensão das bibliotecas no final de 2008 antes da transição Cefet-GO IFG

Exercício	N. de acervo	N. de campus/ bibliotecas	N. de servidores das bibliotecas			N. de usuários	
			Bibliotecária/ bibliotecário	Assistentes	Total	9.801	
2008	47.104	3	9	24	33		

Fonte: Relatório de Gestão do Cefet-GO 2008.

As bibliotecas do Cefet-GO atendiam às necessidades de informação dos docentes, técnico-administrativos e discentes do ensino médio, técnico e tecnológico. Também apoiavam as pesquisas realizadas pela comunidade externa (Cefet-GO, 2008). Alguns serviços das bibliotecas que eram informatizados, como: processamento técnico, acesso ao Portal de Periódicos da Capes, empréstimo e devolução material, catálogo eletrônico e disponibilização de computadores aos usuários para pesquisa e digitação de pesquisa. A execução das atividades da biblioteca envolvia bibliotecárias(os) e técnico-administrativos, e também bolsistas e estagiários. A composição das equipes das bibliotecas das novas unidades de Itumbiara e Uruaçu iniciou no final de 2008 (Cefet-GO, 2008).

A evolução do número do acervo das bibliotecas do IFG pode ser percebida na tabela 3, que reúne dados estatísticos dos anos 2009 a 2012.

Tabela 3 – Dimensão das bibliotecas do IFG 2009 a 2012: acervo, servidores e usuárias(os)

Exercício	N. de acervo	N. de campus/ bibliotecas	N. de servidores das bibliotecas			N. de usuários	
			Bibliotecária/ bibliotecário	Assistentes	Total	1 ^o Semestre	2 ^o Semestre
2009	57.575	5	8	18	25	5.941	4.469
2010	70.129	8	12	23	35	6.895	5.742
2011	88.519	8	13	23	36	8.660	6.588
2012	94.550	10	17	35	52	9.931	8.096

Fonte: IFG/SIC (2013).

O quadro de servidores da biblioteca, além das/dos bibliotecárias(os)-documentalistas, é composto por profissionais de nível fundamental, médio das diversas áreas do conhecimento, e estão distribuídos entre as funções de auxiliar de biblioteca, assistente administrativo, docentes, técnicos em assuntos educacionais e vigilantes). Pelos dados da

tabela 3 constatamos que o aumento de servidores na biblioteca ocorreu para atender as demandas da expansão do IFG, no entanto, não triplicou o número de bibliotecárias(os) como o e bibliotecas. O número de bibliotecárias(os)-documentalista, com função gratificada ou não, e de auxiliares de biblioteca manteve-se estável em cada unidade.

Analisando os dados da tabela 1, interpretamos que para o IFG atender ao Sistema Nacional de Avaliação de Ensino Superior e a política nacional de expansão da Rede Federal de Ensino Tecnológico no Brasil adquiriu um montante de acervo bibliográfico para as bibliotecas em implantação e as já efetivadas. O acervo cresceu 82,11% no período de 2009 a 2012, representando um total de 36.975 volumes adquiridos nesse intervalo de tempo. Esse crescimento correspondeu, em partes, ao processo de expansão da instituição, com a criação de novos câmpus, de novos cursos e, conseqüentemente, de novas bibliotecas. Entretanto a quantidade de acervo não aumentou na proporção do número de bibliotecas para atender cada câmpus.

Cada biblioteca realiza, de forma coparticipada, a aquisição do acervo. Esse processo envolve bibliotecárias(os)-documentalistas e o Setor de Planejamento da instituição. O processo de aquisição requer dos profissionais envolvidos, diversos recursos tecnológicos como: uso de computadores, internet, *software* e telefone (IFG, 2012).

Feita a aquisição do material, as/os bibliotecárias(os)-documentalistas efetuam o processamento técnico desses (catalogação, classificação e tombamento do patrimônio) para controle e disponibilização do acervo utilizando as novas tecnologias (computador, internet, *software* de controle bibliográfico). Ao processar o material as/os bibliotecárias(os) obedecem às normas nacionais e internacionais de organização da informação, preservação e disponibilização, requisitos exigidos pelo MEC no momento da avaliação da instituição. Em seguida, a referência do material é disponibilizado pela rede mundial de computadores às/aos usuárias(os) de todos os câmpus do IFG. Considerando essas informações, inferimos que o uso das novas tecnologias na biblioteca racionaliza os serviços para garantir à/ao usuária(o) uma informação sob medida. Cabe às/aos bibliotecárias(os)-documentalistas o desafio de materializarem, em seu exercício profissional, o ensino propedêutico que possibilita às/aos discentes condições de pensar, e também de abrir e fechar janelas para a execução das ações impostas pelo capital.

A vigência da especialidade profissional nos tempos da produção flexível finda-se, pois a trabalhadora e o trabalhador para o capital deve ser menos parcial, precisa saber pensar e executar. Para Saviani (2011a; 2011b) e Manacorda (2010; 2011), o caminho para vencer a dualidade entre escola para quem trabalha e para os que dispõem de tempo livre deve ser o

meio de formação do homem e da mulher nos princípios da omnilateralidade. A integração entre a omnilateralidade, proposta por Manacorda (2010; 2011), e a politécnica, sugerida por Frigotto (1989) deve estar fundamentada no âmbito do trabalho. Pressupomos então que uma formação *omnilateral* deve acontecer não por imposição do capital mas para retirar a/o trabalhador(a) da fragmentação e da condição de exploração com a possibilidade do estabelecimento do diálogo entre os vários conhecimentos.

Outra constatação é a insuficiência de servidores nas bibliotecas do IFG para dar conta do volume de trabalho, desde o processo de aquisição até disponibilização do material aos usuários. Assim, a adesão às novas tecnologias acontece também para dar condições de concretude desse volume de trabalho nas bibliotecas do IFG, pois a instituição cresceu consideravelmente nos últimos quatro anos, tanto em extensão física como no volume de acervo para atender ao disposto na Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008), que ampliou seu papel educacional. Com a criação de novos câmpus diversificaram-se os serviços e intensificou-se o uso de tecnologias em substituição ao número de servidores que atendem às bibliotecas, em resposta à sociedade da informação globalizada.

Na tabela 1, podemos visualizar a diversidade e complexidade de usuários (servidores e discentes de nível médio, graduandos e pós-graduandos) decorrente do crescimento da instituição que provoca aumento do trabalho desenvolvido nas bibliotecas do IFG. Ressaltamos que o diferencial nos dados estatísticos de um período para outro, na tabela 1, refere-se à implantação dos câmpus em anos diferentes. Nos dois períodos letivos de 2009, por exemplo, não existiam câmpus do IFG nas cidades de Luziânia, de Formosa, e de Anápolis, e somente em 2011 foram construídos os de Aparecida de Goiânia e da Cidade de Goiás. Este último faz parte das estatísticas de usuários da instituição a partir do segundo semestre de 2011.

Um outro fator que interferiu no diferencial de número de matrículas no relatório do IFG, refere-se às modalidades dos cursos, diferenciando-se em cursos regulares, que são anuais (técnicos integrados e técnicos integrados integral) e semestrais (graduação e pós-graduação, e subsequentes). Esses dois fatores, a data de criação do câmpus e as modalidades de ensino dificultaram o cálculo para equacionar a proporção de usuárias(os) por servidores na tentativa de identificar a exploração da mão de obra.

O horário de funcionamento das bibliotecas do IFG varia conforme o número de servidores de cada câmpus. A média diária de funcionamento da instituição é de treze horas ininterruptas. Assim, as horas de trabalho dos servidores de um câmpus varia de oito a seis horas. A diferença no horário de funcionamento de um câmpus para outro denota que a

instituição não dispõe de “pessoal auxiliar na proporção adequada à manutenção do horário dos departamentos”, conforme o MEC exige (BRASIL, 2002b).

A expansão da rede contribuiu para a contratação de novos técnico-administrativos para atuar nas bibliotecas, embora isso tenha ocorrido de forma lenta precarizando as relações de trabalho para quem já estava atuando no local.

A situação apresentada foi resolvida compassadamente ao longo de 2005 a 2012, conforme fala do Reitor do IFG (2013d). Na posse de dezessete auxiliares de bibliotecas³⁸ e uma bibliotecária, em 15 de março de 2013, o Reitor do IFG, Paulo César Pereira, destacou:

Quando assumi a gestão [em 2004], tínhamos quatro mil alunos e, na época, não tínhamos nenhum bibliotecário. Hoje já são dezesseis bibliotecários, além dos auxiliares que já estão em exercício e os que estão sendo empossados hoje (IFG, 2013d).

A existência de dezesseis bibliotecários-documentalistas é uma consequência da expansão, se não fosse os oito câmpus a mais hoje o IFG não teria os dezessete bibliotecárias(os), como dito anteriormente, além de que há exigências do MEC para avaliação dos cursos superiores.

Segundo parâmetros do Sinaes, além dos recursos humanos, a biblioteca precisa estar equipada com tecnologia de base microeletrônica para atender à sociedade da informação virtual. Para tanto, as bibliotecas do IFG possuíam 105 computadores, em 2012, com possibilidade de acesso à internet, disponíveis para serviços administrativos, atendimento e realização de pesquisa das/dos 8.031 usuárias(os). O número de computadores seria insuficiente caso todos esses usuários necessitassem de utilizar os terminais. Se subtrairmos do quantitativo de computadores, quarenta máquinas que são reservadas aos serviços administrativos, de uso restrito dos servidores, o restante, sessenta e cinco, dividido ao número de usuário por máquina, ocorreria uma proporção de 123,5 pessoas. Desse total, dividido pelo número de horas diárias de funcionamento das bibliotecas (13 horas), cada usuária(o) teria no máximo 9,5 minutos para utilizar o computador para pesquisa e estudo, por dia. Explica-se então, o controle dos servidores da biblioteca sobre o tempo de uso das tecnologias pelos usuários. Não havendo condições tecnológicas de atender satisfatoriamente aos usuários, a instituição constrói mecanismos que possibilite acesso a todos, mesmo que seja em tempo mínimo, semelhante ao Estado do bem-estar social.

³⁸ Em 2012, o MEC (BRASIL, 2012) cria um outro código de vagas para o cargo de auxiliar de biblioteca (Lei nº 12.677, de 23 de junho de 2012). Esse cargo tinha sido aglutinado ao de assistente em administração, em 2010. A racionalização das atividades do setor, a flexibilização na gestão e as mudanças do mundo do trabalho justificam a aglutinação dos cargos com o cargo de assistente em administração, o que na prática já acontece, pois um único englobando todas essas atribuições, exige conhecimento compatível com as novas tecnologias (FASUBRA, 2010).

O trabalho com tecnologia facilita, agiliza e dobra o trabalho do mesmo número de funcionários em virtude da dimensão do trabalho necessário. Ao analisarmos o *site* oficial do IFG, verificamos que o processo de informatização das bibliotecas está evoluindo por três caminhos diferentes, na tentativa de chegar à unicidade, ou seja, a um único sistema integrado de gerenciamento de bibliotecas. O processo de inserção das novas tecnologias no trabalho das/dos bibliotecárias(os)-documentalistas é discutido no próximo item.

3.3.2 A flexibilização do processo de trabalho da/do bibliotecária(o)-documentalista

A informatização da primeira biblioteca do IFG teve início com a automatização do sistema de cadastro de acervo, consulta e controle de empréstimo, desenvolvido e implantado por volta da década de 1990, conforme informação prestada por uma bibliotecária da instituição:

Quando comecei a trabalhar no IFG como auxiliar de biblioteca, em 1993, já tinha computadores lá, inclusive com sistema (o software) que está instalado até hoje no Câmpus Goiânia, o Sistema Bibliotecário (Participante 4).

Esse sistema foi implantado e representou um avanço das bibliotecas do IFG para o gerenciamento do serviço de circulação³⁹. No *software*, estava instalado o sistema de leitura e de impressão por códigos de barras, o que possibilitou agilidade e rapidez nas rotinas de controle da circulação dos materiais da biblioteca. O *Sistema Bibliotecário* foi disponibilizado às outras bibliotecas do IFG, mas só obteve sucesso no Câmpus Inhumas; os demais, por motivos operacionais e administrativos, tiveram que implantar outros programas, como o *Aula* e o *Gnuteca*⁴⁰. Tanto o *Sistema Bibliotecário* quanto o *Gnuteca* dão acessibilidade ao acervo da biblioteca pelo *site* do IFG. No final de 2012, estava em tramitação a tomada de decisão das coordenações de biblioteca e Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação para escolha de um *software* único para automatização das bibliotecas do IFG.

Para identificarmos o nível de flexibilização e de alienação proporcionado pelas novas tecnologias no exercício profissional da/do bibliotecária(o)-documentalista, perguntamos quais seriam as tecnologias utilizadas por elas e por eles, e em que atividades eram aplicadas. Nas falas das quatro bibliotecárias-documentalistas entrevistadas, foram mencionadas a utilização de computadores, *software*, impressora, internet e telefone para gerenciamento e

³⁹ O *Sistema Bibliotecário* desenvolvido pelo Setor de Tecnologia de Informação do IFG está disponível para busca em intranet.cefetgo.br/biblioteca/busca.php.

⁴⁰ O *software* Gnuteca pode ser acessado no endereço bibliotecas.ifg.edu.br.

controle dos serviços técnicos e administrativos da biblioteca, bem como para interação com outros colegas de trabalho.

Para as bibliotecárias-documentalistas, a implantação de um sistema de gerenciamento de acervo *online* permitiu maior acessibilidade aos serviços da biblioteca e, por consequência, maior visibilidade para a biblioteca. A virtualização do movimento de entrada e de saída de material da biblioteca também influenciou o ritmo de trabalho, pois os usuários passaram a ter acesso a mecanismos para acompanhar a situação do material na biblioteca, desde a aquisição até o empréstimo e a devolução.

A maior visibilidade, além de aumentar o número de usuários, fez crescer também o seu nível de exigência deles, o que gerou cobrança, influenciando o ritmo de trabalho da/do bibliotecária(o), como atestado na fala seguinte:

A cobrança existe e vem de todos os lados: dos alunos, dos professores, da diretoria, dos colegas de classe, cobrança própria. Todos cobram por um melhor acervo, acessível a todos (Participante 7).

Ao ter acessibilidade aos serviços da biblioteca, as/os usuárias(os) automaticamente dispensaram de maior controle sobre parte da dinâmica do setor, o que se tornou um dos determinantes do ritmo de trabalho na biblioteca.

A demanda da usuária e do usuário é sempre destacada pelas bibliotecárias e pelos bibliotecários:

Acho que a tecnologia agiliza o processo de trabalho na biblioteca, pois dá mais presteza ao atendimento. A utilização do sistema de gerenciamento do acervo otimiza o atendimento ao usuário (Participante 1).

Meus usuários são os profissionais bibliotecários de todos os câmpus do IFG. A tecnologia tem sido um mecanismo de interação com eles. Um dos exemplos é a web-conferência. Então nós podemos durante duas horas conversar a respeito de um software, [...] e abranger todo mundo [...] (Participante 2).

A tecnologia possibilitou agilidade e controle de todos os processos da biblioteca, bem como trouxe mais cobrança do usuário em relação às aquisições de material e sua disponibilização na estante (Participante 6).

Além de maior visibilidade da comunidade acadêmica, a tecnologia permite, também, um maior controle do processo de trabalho coordenadores da biblioteca. A maior transparência do trabalho da/do bibliotecária(o)-documentalista provoca, de certa forma, uma alienação do trabalho, uma vez que os usuários dispõem do controle sobre a produtividade do trabalho, o que evita a porosidade no trabalho, ou seja, o tempo em que a/o bibliotecária(o)-documentalista não produz para a instituição.

As possibilidades de uso da rede de computadores apontada por bibliotecárias(os) indicou multifuncionalidade profissional para dar resposta pontuais aos usuários. Por meio

das novas tecnologias, os servidores realizam várias atividades ao mesmo tempo na intenção de agilizar os serviços e responder as demandas. A determinação de intensidade, promovida pelo uso da tecnologia, pode ser atestada nas falas que se seguem:

Nas três funções (coordenação, bibliotecário e auxiliar de biblioteca), que ora desempenho, utilizo tecnologias. Essas ferramentas proporcionam interação maior, mais agilidade com os colegas bibliotecários e com o usuário também (Participante 4).

No meu trabalho, utilizo o computador para alimentação do banco de dados do software da biblioteca; realizo empréstimo e devolução de livros; faço consulta bibliográfica; elaboro fichas catalográficas e projetos culturais (Participante 6).

Com a tecnologia, é possível realizar vários trabalhos ao mesmo tempo e de maneira mais eficaz. Dessa forma, me sinto mais útil ao IFG e a toda comunidade que se utiliza da biblioteca. Para quase todo o trabalho desenvolvido na biblioteca, se faz o uso do computador. A internet é de suma importância, uma vez que sua ausência impossibilita quase todas as atividades (Participante 7).

A automatização eliminou ou modificou algumas atividades realizadas na biblioteca passando a/o bibliotecária(o) a depender das novas tecnologias. Quando se utiliza recurso tecnológico, porém, queda de energia ou algum outro problema podem tornar a biblioteca inoperante.

A multifuncionalidade da/do bibliotecária(o)-documentalista materializou-se com a inserção das novas tecnologias, possibilitando o aumento do volume de trabalho em resposta ao controle do processo de trabalho, porém, não houve contrapartida, pois o número de funcionários não aumentou, na mesma proporção. No entanto, as novas tecnologias da informação eliminaram algumas tarefas realizadas anteriormente, que exigiam muito tempo de trabalho para a sua realização, tais como evidenciam as falas:

Sem tecnologia o trabalho é feito tudo manualmente, muito mais complicado, moroso, mais lento. Agora com a inserção de novas tecnologias o trabalho foi agilizado. Melhorou as condições de trabalho com certeza (Participante 2).

Quando entrei no IFG, tinha um software na biblioteca funcionando. Depois adquirimos um novo sistema que achei que melhorou muito porque gerava etiquetas eliminando o serviço de datilografia de etiquetas. Agora a gente não datilografa mais, é tudo pelo sistema (Participante 3).

Atualmente, as tarefas rotineiras da biblioteca são executadas no sistema, de forma mais fácil e rápida, economizando tempo de trabalho que pode ser utilizado na realização de outras tarefas. Percebemos que as/os participantes não destacaram o aumento de trabalho com as novas tecnologias porque o processo de trabalho na biblioteca em si mesmo é intenso e moroso, e os recursos tecnológicos disponíveis podem encobrir a fadiga no trabalho.

Constatamos que a flexibilização do processo do trabalho e a alienação da/do bibliotecária(o)-documentalista na biblioteca do IFG são evidenciados com a expansão da instituição e maquiados com a inserção das novas tecnologias. A expansão foi acompanhada, por consequência por um número maior de usuários, o que implica aumento de empréstimos e consultas à biblioteca, além do número de material adquirido e processado.

A internet, uma das novas tecnologias inseridas no processo de trabalho da bibliotecária-documentalista, é utilizada para responder a *e-mail* institucional, tirar dúvidas dos usuários, para fazer cotação de preços, atualizar profissionalmente e para o gerenciamento da biblioteca. O porquê de utilizar *e-mail* na instituição é justificada fortemente para atividades administrativa e técnicas, função que tecnologias mais antigas, correios e a máquina de datilografia, atenderiam só que levaria mais tempo para ser realizada. A morosidade em qualquer processo é fator repudiado pela acumulação flexível daí a importância de aderir aos novos recursos tecnológicos.

No espaço do questionário destinado à apresentação de “outros motivos” para uso da internet, 67,5% das participantes alegaram utilizar a internet em todas as atividades da biblioteca. Uma delas acrescenta ainda utilizar a internet para “*responder a questões administrativas referente à Coordenação de Biblioteca*” (Participante 3). As tecnologias utilizadas por profissionais da biblioteca agilizam e intensificam o trabalho mas não agregam mudança de qualificação.

Um porcentual significativo (50%) de bibliotecários-documentalistas, apontou que o principal motivo do acesso à internet no trabalho seria para responder a *e-mail* institucional. Um deles explicou: “*utilizo meu e-mail para fazer as tarefas da biblioteca*” (Participante 1). Outro informou que “*o e-mail é a principal ferramenta de comunicação dentro da instituição que eu trabalho. Quase todas as demandas de trabalho e de agenda de atividades são informadas via e-mail*” (Participante 7).

Quando entrevistamos os homens sobre quais seriam as tecnologias utilizadas no seu trabalho, dois deles mencionaram:

As tecnologias utilizadas são o computador, e-mail, software da biblioteca (Participante 4).

Em termos de tecnologia, faço uso do computador, da internet e da impressora, além da rede interna do sistema de bibliotecas do IFG (Participante 7).

Uma das mulheres, além das tecnologias já mencionadas pelos homens, acrescentou:

Outra tecnologia que utilizo por meio da internet é a web conferência para demonstração de software. Uma pessoa estava no Rio Grande do Sul e nos demonstrou o software para Goiás. Nós éramos doze pessoas usando a web conferência. O mecanismo foi bem eficaz. É um mecanismo que está sendo bem

adotado pela instituição, economia de tempo, dinheiro e mão de obra também (Participante 2).

Na fala dos entrevistados as ferramentas tecnológicas utilizadas no exercício profissional são computador, *software* e internet, tanto para realização de serviços técnicos administrativos, como interação com usuários e colegas de profissão. Uma contradição percebida no emprego das tecnologias refere-se ao descarte do trabalho vivo e valorização do trabalho morto, o que constitui expressão do trabalho alienado e da reprodução do capital. O trabalho que está no computador é o trabalho morto, condensado ali e em interação com o trabalho vivo. Segundo Antunes (2011, p. 120-121), como o capital não pode eliminar por total o trabalho vivo, ele incrementa “o trabalho morto corporificado no maquinário tecnocientífico, [para] aumentar a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração do sobretabalho em tempo cada vez mais reduzido”.

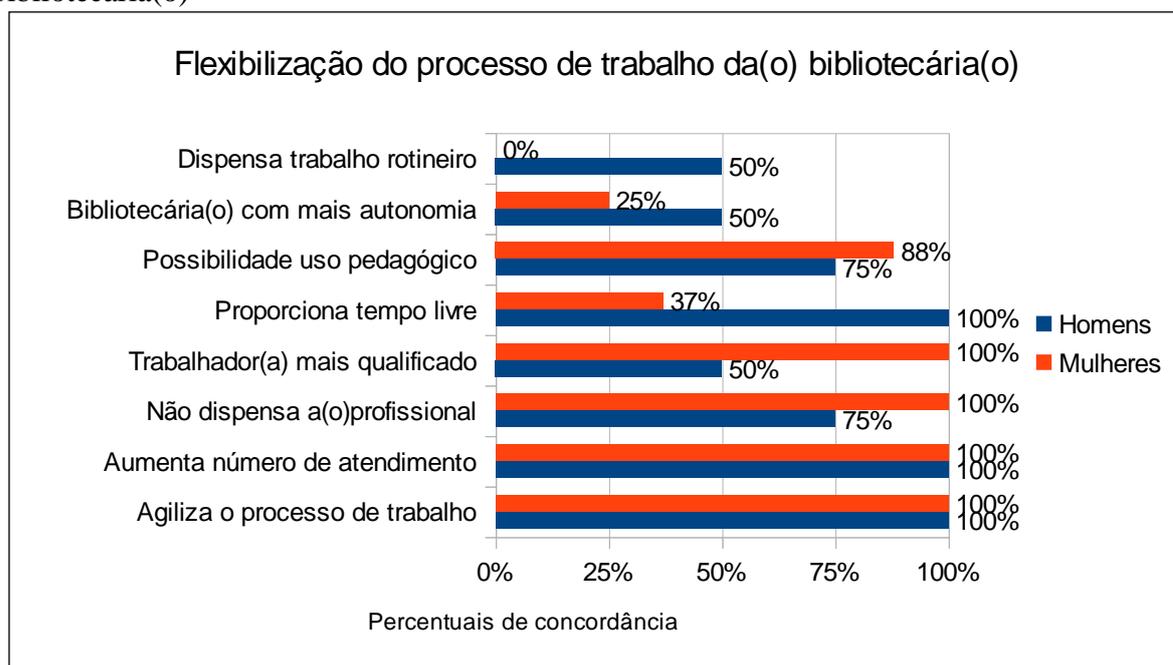
Quanto mais o Estado dispensa o trabalho vivo, mais assegura os interesses do capital.

Pela fala da participante 2, identificamos que a introdução das tecnologias na força de trabalho pelas bibliotecárias e pelos bibliotecários constitui resposta apropriada para o modelo de acumulação flexível, que regula, controla e aumenta o grau de racionalização sobre o trabalho.

Percebemos nas falas das/dos participantes uma dificuldade em reconhecer o direito e o acesso às novas tecnologias pelos trabalhadores. A utilização de novas tecnologias, computador, internet, *software* e base de dados de maneira mais intensa podem tornar as/os profissionais multifuncionais e flexíveis, se o câmpus não dispõe das novas tecnologias pode haver desigualdade de condições e de serviços.

Para medir o grau de concordância de utilização das tecnologias como instrumento de trabalho nos espaços das bibliotecas do IFG pelas bibliotecárias e pelos bibliotecários, construímos oito conceitos, com base no discurso do capital, em forma de alternativas para as/os participantes optarem entre cinco escalas que variavam de “concordo fortemente” a “indeciso” (Apêndice F). A análise das respostas indicou o posicionamento das/dos bibliotecárias(os) perante a afirmativa.

Gráfico 2 - Grau de concordância de impacto das tecnologias no exercício profissional da/do bibliotecária(o)



Fonte: Dados da pesquisa (2013).

A partir da análise dos dados e dos depoimentos constatamos que as tecnologias não proporcionam maior tempo livre às/aos bibliotecárias(os). Constatamos pela pesquisa que além de trabalharem aceleradamente e de maneira multifuncional, esses profissionais levam serviço para casa.

A escala de Likert utilizada para atribuir o conceito de possibilidades de uso de tecnologia pela bibliotecária e pelo bibliotecário permitiu identificar a sua concordância, em nível decrescente, acerca das seguintes afirmações:

- a) na biblioteca, a tecnologia é um instrumento que agiliza os processos de trabalho;
- b) a tecnologia possibilita à bibliotecária e ao bibliotecário atender a um número maior de usuários;
- c) a tecnologia é indispensável na biblioteca, mesmo com a sua intensificação de uso;
- d) é preciso qualificação para utilizar as tecnologias, o que pode levar a bibliotecária e o bibliotecário à multifuncionalidade.

Podemos afirmar que o grau de flexibilização no processo de trabalho da/do bibliotecária(o)-documentalista confirma a interferência da produção flexível na gestão do trabalho. Foram evidenciados, pelos conceitos analisados, que a dinâmica da inserção das

tecnologias no trabalho da/do bibliotecária(o)-documentalista atende ao processo de produção flexível por ser aplicada de maneira unilateral, ou seja, o trabalho é empregado somente na dimensão ontológica (prática). E essas práticas são de cunho instrumentalista.

Contraditoriamente, as tecnologias nem sempre provocam melhoria nas condições de trabalho, pois:

- a) não proporcionam maior tempo livre aos trabalhadores;
- b) não potencializam a função pedagógica das/dos bibliotecárias(os)-documentalistas;
- c) não dispensam a/o bibliotecária(o)-documentalista de trabalhos rotineiros e mecânicos.

De acordo com Marx (1988), a mecanização do processo de trabalho torna dispensável a força muscular dos trabalhadores, possibilitando a incorporação das pessoas sem força muscular ou com desenvolvimento corporal imaturo; no entanto, precariza sua realização.

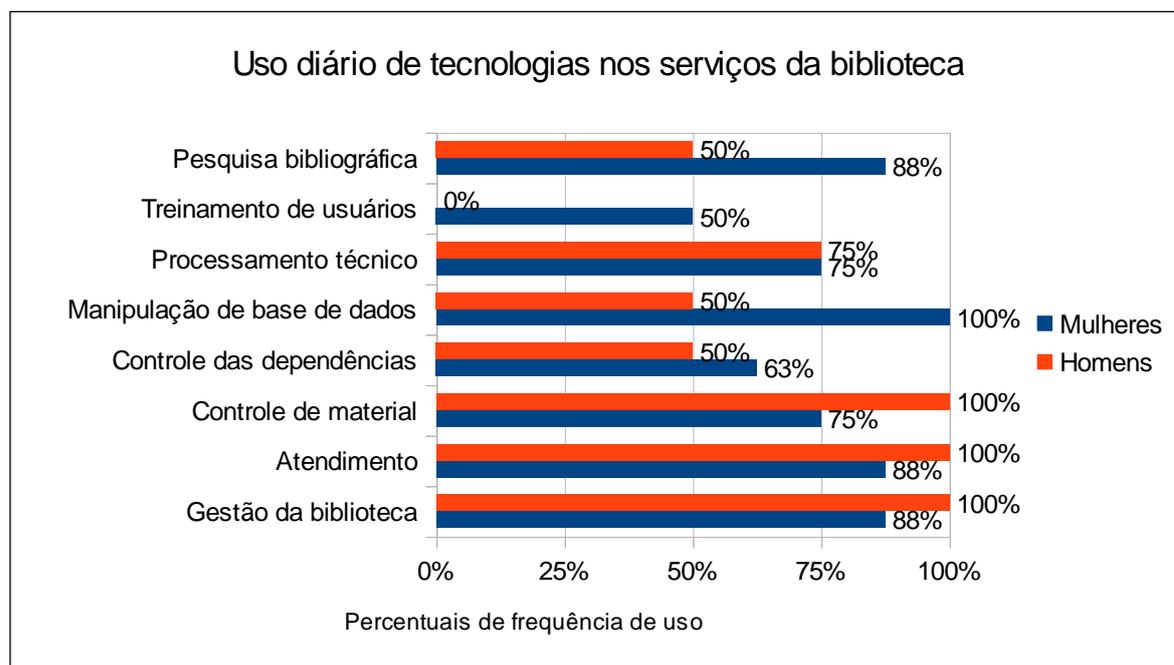
Segundo Leite (2011), o processo de modernização tecnológica caracterizado pela assimilação de novas estratégias organizacionais estão comprometidas com a flexibilização da produção e do trabalho, e não com a melhoria das condições de trabalho.

Destacamos que a/o bibliotecária(o)-documentalista cumpre bem o objetivo proposto na descrição do cargo, que é o de facilitar o acesso à informação com uso de novas tecnologias (internet, computadores, base de dados).

Para identificarmos em que serviços as tecnologias são utilizadas no trabalho da/do bibliotecária(o)-documentalista propusemos questões com uso da escala Likert, cujas respostas variam de diariamente (4), semanalmente (3), quinzenalmente (2), mensalmente (1), não utiliza (0), com o objetivo de perceber particularmente a intensificação de uso dessas ferramentas por esses profissionais (Apêndice G). O uso diário e intenso de tecnologia está presente nos serviços da administração da biblioteca, no controle de empréstimo e devolução de material e no processamento técnico. A diferenciação na disponibilidade de recursos tecnológicos de um câmpus para outro causa variação de uso por bibliotecárias(os) e até um certo desconforto nas condições de trabalho.

A intensificação do uso das tecnologias pelas bibliotecárias e pelos bibliotecários é relativamente diferente pela utilidade diária e seu emprego em funções também diferenciadas, como podemos perceber no gráfico 3.

Gráfico 3 – Em que serviços são utilizadas tecnologias por bibliotecárias e por bibliotecários



Fonte: Dados da pesquisa (2013).

A respeito do emprego das tecnologias no serviço de atendimento, as mulheres, 12% delas declararam não utilizar e 100% dos homens utilizam. Acerca do controle das dependências da biblioteca, 37% das mulheres utilizam recurso tecnológico contra 50% dos homens. Podemos inferir, com base nesses dados, que as mulheres realizam atividades bibliotecárias diferentemente dos homens, com menor intensidade de recurso tecnológico. Percebemos também que as bibliotecas do IFG ainda carecem de tecnologias para controle dos serviços de entrada e de saída de material e de pessoas. Esses serviços, possivelmente, são realizados manualmente. Trata-se das contradições de um espaço de trabalho que se propõe a ser tecnológico, no entanto, não o concretiza na totalidade. Outro dado que chama a atenção no momento da análise dos dados é a possibilidade que as bibliotecárias perceberam em utilizar tecnologia para treinamento de usuário. Esse procedimento libera os servidores da biblioteca para outras funções e oportuniza aos usuários conhecerem os serviços oferecidos pelo setor no momento que lhe convier. É a máquina assumindo cada vez mais o papel de mediador eliminando trabalho vivo. Por outro lado, a totalidade dos bibliotecários afirmou utilizar intensamente as tecnologias em serviços como controle de material, atendimento e gestão de biblioteca, o que não acontece com as bibliotecárias.

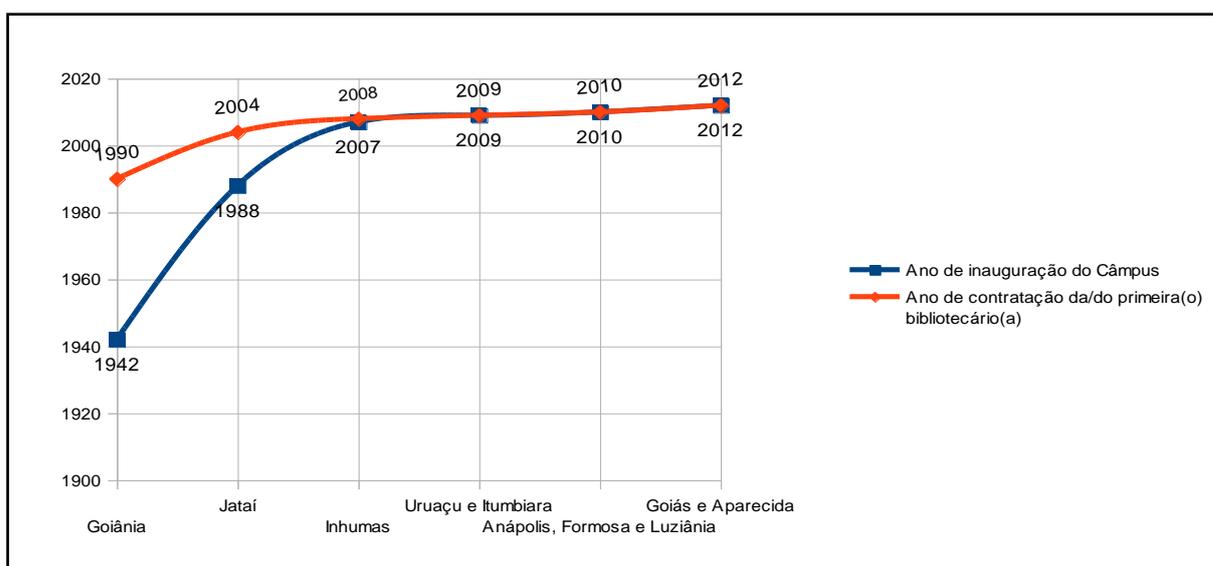
Ao analisarmos o gráfico 3 e o apêndice G, identificamos também frequência de usos diferenciados, tanto pelas mulheres quanto pelos homens, de tecnologias nos serviços de treinamento de usuários e pesquisa bibliográfica. Esse tipo de aplicação ocorre semanal,

quinzenal, mensalmente ou não utiliza, conforme demandas que surgem (aquisição de material, ingressos de novos discentes, solicitação de pesquisa pelos usuários) ou por falta de recursos tecnológicos. Portanto, as/os bibliotecárias(os)-documentalistas não têm controle sobre a demanda e o processo de trabalho.

A flexibilidade de uso das novas tecnologias e a mobilidade de uma função a outra, tanto pelas bibliotecárias quanto pelos bibliotecários, são características da organização do trabalho em tempos de produção flexível, o que implica, segundo Hirata (2011b), em um funcionamento fundado sobre a polivalência e a rotação de tarefas. Esse tipo de flexibilidade no processo de trabalho desenvolve no trabalhador polivalência e multifuncionalidade, com visão completa do processo produtivo em que se insere, sem polarizar qualificações.

A utilização das tecnologias pelas bibliotecárias e pelos bibliotecários está presente com maior intensidade nos serviços técnico-administrativos de fornecimento e manutenção de informação. Uma possível hipótese de baixa utilização de tecnologia por algumas e alguns participantes na função educativa seria o câmpus estar em fase de implantação, conforme gráfico 4 que ilustra o início de funcionamento das bibliotecas com a contratação de bibliotecário-documentalista para cada unidade de ensino.

Gráfico 4 – Ano de inauguração das unidades de ensino e início das atividades na biblioteca com a presença de bibliotecária(o)



Fonte: IFG (2012)

O distanciamento entre implantação da unidade de ensino e a contratação dos primeiros profissionais para atuarem nas bibliotecas do IFG são percalços e provas de que o desenvolvimento do ensino-aprendizagem por meio da leitura e da pesquisa não são

prioridades nas políticas educacionais. Embora o IFG seja uma instituição centenária, suas bibliotecas têm 1/3 de sua idade.

As análises evidenciam a impossibilidade de trabalho sem uso da internet, e as entrevistadas e os entrevistados afirmaram a dificuldade de trabalhar em uma biblioteca de instituição centenária e tecnológica sem uso desses recursos tecnológicos.

As bibliotecas do IFG estão subordinadas, hierarquicamente, à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e, em cada câmpus, à Coordenação de Apoio ao Ensino, por sua vez a Direção-Geral do câmpus, ou seja, três instâncias de poder deliberando as ações aos servidores da biblioteca. Segundo *Regimento do IFG* (2008), as bibliotecas compõem-se dos seguintes setores na sua organização interna de trabalho: Coordenação de Biblioteca, Setor de Seleção e de Aquisição, Setor de Processamento Técnico, Setor de Periódicos e Setor de Referência. No entanto, devido número de bibliotecários-documentalistas a coordenação de biblioteca assume todos os setores.

A Coordenação de biblioteca também é a responsável pela gestão financeira, planejamento orçamentário, visando não só a parte bibliográfica, mas também os bens e os materiais de consumo (móveis, utensílios); o controle de toda a parte de automação da biblioteca, incluindo o gerenciamento do *software*, bem como o controle dos serviços técnicos, como catalogação, organização e circulação do acervo.

Conforme *Relatório de gestão das bibliotecas do IFG* (IFG, 2013e), para agilização dos processos de disponibilização do acervo e controle de entrada e de saída de material das bibliotecas do IFG são utilizados três *softwares* de gerenciamento do acervo na Instituição. Além do sistema para gerenciamento de acervo, as/os bibliotecárias(os)-documentalistas utilizam programas para construção de planilha de orçamento de livros, controle de assinatura de periódicos, editores de texto.

Um dos participantes afirmou que

quase todos os trabalhos desenvolvidos na biblioteca, se faz o uso do computador. A internet é de suma importância, uma vez que sua ausência impossibilita quase que todas as atividades. Então, em termos de tecnologia, utilizo o computador, internet e impressora, além da rede interna do sistema de bibliotecas do IFG (Participante 7).

Nesse discurso, percebemos dependências das/dos bibliotecárias(os)-documentalistas às novas tecnologias, cujo uso por esses profissionais é incondicional. Na fala de outro participante, as tecnologias de base microeletrônica são mais utilizadas em serviços técnicos, como

alimentação do banco de dados do software de biblioteca, empréstimo e devolução de livros, consulta bibliográfica, elaboração de ficha catalográfica, serviço de

referência bibliográfica, elaboração de projetos culturais, administração e desenvolvimento de coleções informacionais (Participante 6).

Segundo Castells (2008), se a quantidade da demanda torna-se imprevisível, os serviços são diversificados e, portanto, difíceis de ser controlados, surge a necessidade de uso de uma tecnologia flexível, sem objetivo único e, conseqüentemente, os trabalhadores devem ser flexíveis, o que justificaria a inserção de TIC cada vez mais intensa nos espaços das bibliotecas do IFG.

Ao serem indagados sobre a necessidade de uso das novas tecnologias no processo de trabalho, quatro participantes disseram que

sem a tecnologia o trabalho é feito tudo manualmente, muito mais complicado, moroso, mais lento (Participante 1).

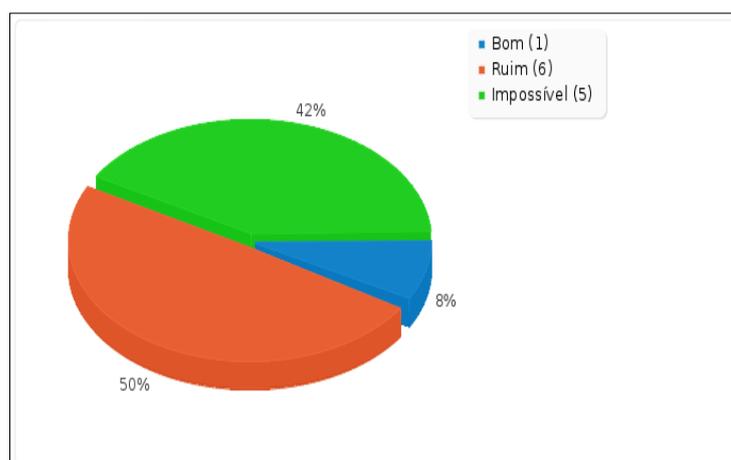
Com as tecnologias posso interagir com outros profissionais, outras instituições e o trabalho sai mais rápido (Participante 5).

[A tecnologia] agiliza o processo de disponibilização do acervo à comunidade acadêmica. E também aumenta o controle sobre os serviços prestados. Desde que não ocorra falhas técnicas no sistema de computação e não falte energia elétrica (Participante 6).

Com a tecnologia, é possível realizar vários trabalhos ao mesmo tempo e de maneira mais eficaz. Dessa maneira me sinto mais útil ao IFG e a toda comunidade que se utiliza da biblioteca (Participante 7).

O conteúdo desse discurso está representado no gráfico 5 sobre a possibilidade de trabalhar na biblioteca sem uso de tecnologia.

Gráfico 5 - Trabalho na biblioteca sem uso de tecnologias



Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Apesar de um dos participantes ter dito que o trabalho na biblioteca sem uso das tecnologias constitui um fator positivo, 45% acham impossível e 50% consideram ruim. As falas reforçam o discurso do sistema de produção flexível de obter maior controle sobre sua produção e não sobre o processo, em ajustar o tempo às demandas institucionais. As

possibilidades de envolvimento das/dos bibliotecárias(os)-documentalistas no trabalho por meio das tecnologias referem-se à oferta de mais serviços, atendimento a mais pessoas e, com maior agilidade. A flexibilização do trabalho da/do bibliotecária(o)-documentalista com uso de tecnologias indica a sua multifuncionalidade.

A utilização de *software* para gerenciamento do acervo da biblioteca da instituição, a partir de 1993, permitiu maior autonomia aos usuários que passaram a realizar suas próprias pesquisas no catálogo da biblioteca, diminuindo a intervenção das/dos bibliotecárias(os) no atendimento dessa demanda. Todos os setores da biblioteca sofreram importantes transformações em seus serviços e, por consequência, no processo de trabalho das/dos bibliotecárias(os). O processo de automatização e de expansão da instituição IFG implicaram maior visibilidade dos serviços oferecidos pela biblioteca, aumentando, consideravelmente, o número de usuários, de acervo, de empréstimos e de consultas e, como consequência, um maior volume de trabalho das/dos bibliotecárias(os), segundo Ramos (2004).

As transformações sofridas pelas bibliotecas do IFG, nos últimos quatro anos, provocaram mudanças nos serviços oferecidos aos usuários, garantiram maior acessibilidade ao acervo da biblioteca, maior rapidez de resposta às necessidades dos usuários, maior independência ao usuário e melhor controle sobre os serviços. Essas transformações, também provocaram mudanças importantes no trabalho das/dos bibliotecárias(os)-documentalistas, que, muitas vezes, viram-se em dificuldades em virtude de sua formação.

3.3.3 A formação profissional da/do bibliotecária(o)-documentalista do IFG

O sentido de formação que se aplica aqui é a de bibliotecária(o), graduada(o) e com competências que correspondam à sua habilitação profissional. Analisamos a formação da/do profissional bibliotecária(o)-documentalista do IFG entendendo que, cada vez que a educação preserva a norma que valoriza a contínua mudança tecnológica, reitera os discursos que supervalorizam a atual “era tecnológica”. E, assim o fazendo, fortalece a lógica pragmática e utilitarista e a suposta neutralidade da tecnologia. Identificamos na fala de uma participante a exigência de

conhecimento de informática por ser uma área mais dinâmica que temos e está sempre exigindo aprendizagem e constantemente buscamos aprender. Atualmente estou me capacitando, mas não especificamente devido às tecnologias (Participante 1).

A formação principal das/dos participantes da pesquisa é graduação em biblioteconomia ou Ciência da Informação, algumas e alguns com qualificação de especialista

e, outras, de mestrado. Dez desses profissionais fizeram cursos de especialização (Literatura Brasileira, Gestão Educacional, Gestão Empresarial, Metodologia de Ensino Superior, História, Biblioteconomia), e duas, de mestrado. Tornar-se profissional especialista multifuncional é uma característica central da acumulação flexível, pois à medida que a trabalhadora e o trabalhador acumulam conhecimento passam a contribuir para o aumento de produtividade (CASTELLS, 2008).

Indagadas quanto às exigências e à necessidade de atualização profissional, as entrevistadas e os entrevistados apontaram vários motivos que levam a/o profissional a participar de programas de formação continuada e se qualificarem. Em síntese, os motivos centrais de atualização são:

- a) conseguir utilizar as novas tecnologias;
- b) ter controle sobre as pessoas;
- c) dar respostas às demandas.

Conforme fala das/dos participantes, a exigência de atualização é necessária para o domínio de novas tecnologias e de novas formas de gerenciamento. Pelo discurso das mulheres, elas não recebem cobrança de seus superiores para se atualizarem, mas elas têm consciência de que precisam qualificar-se:

A cobrança de fazer curso não tenho. Eu é que vou atrás mesmo. Recebo cobrança do chefe porque sou responsável pelos auxiliares. A cobrança é de horário de entrada e de saída, se está atendendo bem o usuário. Conforme previsto no Regimento do Instituto, o atendimento ao usuário é diferenciado. O tratamento diferenciado deve-se à necessidade de conhecimento dos usuários que são de níveis de ensino diferente. Uns são do nível médio, outros do superior, temos também os dos cursos de especialização e do mestrado, cada um com sua especificidade. A gente não tinha isso antes, agora temos, e o tratamento é outro. Então sou cobrada bastante nisso e na questão do funcionário. [...] Só tenho cobrança das novas tecnologias relativo às novas normas das bibliotecas e ao que está acontecendo de novo (Participante 3).

A atualização hoje é fundamental para qualquer profissional, não só para bibliotecário. Estou fazendo um curso [...] uma das ferramentas é a tecnologia por ser um curso na modalidade de educação a distância (Participante 2).

As bibliotecárias têm consciência que precisam se qualificar para ter maior controle gerencial, para serem capazes de atender as várias categorias de usuários e de maneira diferenciada, para atualização profissional e informacional. Com essa interpretação vê-se a complexidade de demanda nas bibliotecas do IFG tornam o trabalho da/do bibliotecária(o)-documentalista multifuncional. A exigência de qualificação refere-se à execução do trabalho e não à melhoria de condições nas relações sociais.

Já na fala dos homens, registra-se a cobrança relativa à sua qualificação:

Existem sim, cobranças de ordem administrativas, técnicas e pessoais (Participante 6).

A cobrança existe, porém de maneira implícita nas atividades. Por ser um cargo técnico, a formação é extremamente importante para se ter um desempenho satisfatório (Participante 7).

As exigências de novas habilidades para lidar com as novas tecnologias não são apresentadas explicitamente. Entretanto, para desempenhar sua função de técnico-administrativo na instituição, é preciso que a/o profissional atualize em atendimento ao cargo que exerce. No que se refere ao incentivo para capacitação profissional para uso das novas tecnologias no trabalho, sete bibliotecárias(os)-documentalistas declararam utilizar recursos próprios para capacitarem-se, e cinco afirmaram receber ajuda de custo para tal. Na fala das/dos bibliotecárias(os)-documentalistas a não capacitação para uso das tecnologias impede o desenvolvimento de um trabalho educativo, a não ser que a trabalhadora e o trabalhador receba orientação de colegas com maior conhecimento tecnológico, ou estude os manuais dos equipamentos:

Quando tenho dificuldade peço ajuda aos colegas de trabalho ou solicito suporte tecnológico da instituição (Participante 2).

A instituição incentiva o uso de software livre para realização das atividades. O computador já vem configurado com o sistema permitido na instituição. Como somos direcionados a utilizar determinada ferramenta tecnológica, o servidor que ainda não a conhece não sabe utilizá-la. Assim, necessita de capacitação (Participante 4).

Quase não tenho treinamento para usar as novas tecnologias. Meu trabalho é corrido e sobra pouco tempo para pesquisar sobre o assunto. Se tivesse mais cursos na nossa área, até mesmo promovidos pelo IFG, para que pudéssemos nos capacitar no horário de trabalho, ajudaria muito. Sinto muita falta desse respaldo, dentro do IFG (Participante 5).

A falta de treinamento em algumas ferramentas tecnológicas dificulta o exercício profissional (Participante 7).

Constatamos no discurso das bibliotecárias 2 e 5 o mesmo apontado por Ramos (2004): o aprendizado da/do profissional da biblioteca para uso das novas tecnologias acontece na lida com o computador, com o *software*, ou seja, pela prática o saber é construído. As/Os bibliotecárias(os) evidenciaram que há incentivo de uso de tecnologias pela instituição, os programas de capacitação para adaptação ao novo sistema de trabalho são incipientes.

As falas das/dos participantes permitiu-nos analisar as políticas de capacitação do IFG no período 2009-2012. A instituição possui programas de capacitação para os servidores que são editados anualmente. A Pró-Reitoria de Administração do IFG designa valores iguais para os diversos câmpus, ficando a critério da Direção Geral de cada um definir as políticas de capacitação de seus servidores (IFG, 2013f). Subentende-se, então, que os critérios

estabelecidos não atendem a todas as demandas de qualificação profissional, o que gera aos olhos dos servidores, a percepção de que a instituição não apoia a formação profissional, gerando insatisfação com o trabalho desempenhado, a qual favorece a alienação. Os depoimentos que se seguem reforçam essa afirmação:

Meu trabalho é muito importante, mas quem valoriza é quem precisa dele diretamente, alunos e professores. [...] A instituição [o gestor] não valoriza o suficiente não, aliás valoriza muito pouco. O usuário, valoriza com elogios e sugestões (Participante 5).

A instituição valoriza o profissional financeiramente apenas (Participante 6).

A comunidade acadêmica sabe da importância da biblioteca em seu processo de formação, porém os dirigentes do IFG ainda são temerosos em investir pesado nas bibliotecas (Participante 7).

Bibliotecárias e bibliotecários queixam-se do não reconhecimento do valor do seu trabalho pelos dirigentes, as pessoas que utilizam o serviço é que valorizam. Mesmo sendo bem remunerado o/a servidor(o) não dispensa um elogio. Conforme depoimento das/dos participantes, a não valorização profissional da/do bibliotecária(o)-documentalista pode estar diretamente ligada a não priorização das políticas institucionais de investimento em condições melhores de trabalho nas bibliotecas e recursos informacionais. As instituições públicas federais de ensino contratam a/o profissional de biblioteca atendendo mais ao sistema de implantação e de avaliação de cursos do que a universalização do conhecimento por meio da bibliotecas.

Não há exigência explícita de atualização profissional em atendimento ao avanço tecnológico. No entanto, implicitamente está presente em todas as falas a autocobrança de dominar as novas ferramentas de trabalho, demonstrando absorção da demanda apresentada pela política hegemônica:

Não tenho cobrança especificamente de alguém mais acho que tem que ter qualificação contínua, fazendo curso. Precisamos conhecer outros programas e aplicativos que vão chegar no mercado, ter conhecimento desse produto [...] (Participante 4).

A cobrança aumenta, até da minha parte mesmo. mas o que acontece é que a instituição às vezes fornece o recurso e você mesma é que tem que se virar pra aprender a usá-lo. Sinto a cobrança, mas não sinto tanto apoio para a qualificação. Os cursos em nossa área são caros e os recursos que a instituição disponibiliza são insuficientes [...] (Participante 5).

A fala da participante 5 remete à existência de uma educação diferenciada para os trabalhadores, discutida por Saviani (2011a), cabendo à trabalhadora e ao trabalhador a formação profissional. Ela e ele aprendem “lidando com a realidade, aprende agindo sobre a matéria, transformando-a” (SAVIANI, 2011a, p. 153). Eles não recebem a educação escolar

única que articula educação geral e formação profissional. A/O profissional acaba sentindo-se o responsável pela sua qualificação, bem como pelas mazelas políticas administrativas e financeiras da instituição:

Recebo cobrança da chefia imediata em relação às questões de prazos, mas dependemos de outros setores para realizá-lo (Participante 2).

Cobrança da coordenação tenho poucas. Tudo que é delegado a mim faço. Por isso, não tenho cobrança. Agora do usuário tenho muita. Cobrança em relação aos serviços oferecidos pela biblioteca, por representá-la. Pois nesse espaço não tem internet para o usuário e laboratório de informática. Eles também reclamam muito por não ter ar condicionado e estrutura física na quantidade de alunos. Todas esses problemas a direção-geral do câmpus pretende resolver com a construção da nova sede do câmpus (Participante 3).

Com tanta exigência, a/o bibliotecária(o)-documentalista sente-se pressionada(o) e culpada(o) pela estrutura física e tecnológicas da biblioteca quando não atendem às condições exigidas pelo MEC para o desenvolvimento do processo ensino/aprendizagem por meio da pesquisa. As cobranças das usuárias e dos usuários trazem a noção de falta (de computadores, de estrutura, de laboratórios, e também de servidores). Segundo Silva (1997, p. 102, grifos do autor), “no campo da circulação da cultura letrada *temos pouco e falta muito*”, o que pode levar a/o bibliotecária(o) a agir para sua realização profissional como ser humano, ou desanima e aceita a situação, em atitude de espera. Quando a/o profissional opta pela espera, aceitando a rotina, a mecanização, a padronização sem questionar, acontece o fenômeno da alienação, permeando as atividades da/do bibliotecária(o)-documentalista.

Conforme Ramos (2004), a automatização da biblioteca trouxe implicações importantes, em termos da qualificação das/dos bibliotecárias(os). Desde o início da automatização, as/os bibliotecárias(os) aprenderam a lidar com novas tecnologias, com novos recursos disponibilizados por essas tecnologias. A inserção dessas ferramentas tornou o trabalho na biblioteca mais visível, tanto para a/o usuária(o) quanto para a chefia.

As implicações dessas mudanças no processo de trabalho das/dos bibliotecárias(os) serão analisadas no tópico seguinte, observando o recorte de gênero.

3.4 Entre o trabalho e o descanso

Buscando entender se há uma aproximação entre o trabalho profissional e o doméstico apresentamos, a seguir, as relações sociais no trabalho da/do bibliotecária(o)-documentalista. Ao investigarmos se há diferenciação no exercício profissional de bibliotecária(o) para homens e mulheres, como participantes da pesquisa disseram não haver diferenciação entre o

homem e a mulher para exercer a função de bibliotecário-documentalista. Uma delas afirmou: “*O que vale é a competência*” (Participante 2).

No entanto, a participante 1 disse perceber

uma discriminação velada em relação ao trabalho do/da bibliotecário(a)-documentalista que é visto por muitos como uma profissão menor, sem necessidade, inclusive, de curso superior[...] (Participante 1).

Para a participante 5, também há diferença no exercício da função de bibliotecária(o)-documentalista por mulheres e por homens. Para ela,

as peculiaridades de cada sexo podem influenciar na forma como o trabalho é exercido e na forma como é encarado pelas outras pessoas, isso talvez justifique a biblioteconomia ser uma profissão muito procurada pelas mulheres. Algumas características como o detalhismo feminino podem contribuir para que seja encarada como uma profissão muito técnica. Com o ingresso do homem na biblioteconomia talvez esse fator traga praticidade à profissão. A inserção de novas ferramentas tecnológicas também pode tornar algumas atividades, às vezes um pouco massantes e repetitivas, em mais rápidas e fáceis de serem feitas. Mas não acredito que isso seja uma regra (Participante 5).

Das falas das bibliotecárias-documentalistas 1 e 5 percebemos que a discriminação no exercício da profissão de bibliotecária(o) ocorre em virtude de a sociedade não reconhecer que, para a execução das funções na área da biblioteconomia e da ciência da informação, é necessária formação em nível superior, o que leva à não valorização do profissional que se materializa na remuneração e nas relações sociais. Essa desvalorização talvez direcione as relações sociais em espaços considerados socialmente de menor status.

Outro fator evidenciado nas falas é a concepção de que as atividades nas bibliotecas são simples e rotineiras, o que pode definir o sexo da/do profissional responsável por elas. E, segundo a participante 5, as mulheres, por serem detalhistas, realizam melhor essas funções do que os homens, que são mais práticos. Essa participante aponta a possibilidade de as novas tecnologias eliminarem atividades desqualificadas da profissão.

Indagamos “o que seria gênero” para a/o profissional bibliotecária(o)-documentalista e identificamos conceitos semelhantes para as mulheres e para os homens. As mulheres conceituaram gênero como sendo

uma distinção de sexo e de diferenças sociais. Gênero é um item usado também por diversas áreas do conhecimento, como a biologia e a língua portuguesa, para classificar os seres e as coisas (Participante 2).

Gênero, para mim, tem vários significados. Ele pode significar diferença entre os homens e as mulheres. Pode ser usado para indicar sexo das pessoas e também nas diferenças sociais (Participante 3).

é uma identidade que se dá às pessoas de acordo com suas características físicas, masculino e feminino (Participante 5).

Já para os homens, gênero é

identidade sexual de uma pessoa (Participante 4).

palavra usada para reunir e separar por diferenças (Participante 6).

termo que procura agrupar indivíduos de uma mesma categoria ou características em um determinado grupo (Participante 7).

Em todas as falas estão presentes as concepções de que gênero pressupõe poder de reunir, agrupar, separar, diferenciar, classificar e identificar o ser humano por suas distinções, seja de sexo, de raça, de faixa etária que se materializam nas condições econômicas, sociais e culturais. Esse entendimento confirma as afirmações de Louro (2003) de que gênero constitui a identidade dos sujeitos, de conformidade com a construção social e histórica. A autora admite também que as diferentes instituições e práticas sociais são constituídas e constituintes dos gêneros. Assim, a concepção de gênero ajudou-nos a compreender, pelos indicadores de sexo, de idade e de estado civil das/dos participantes, sua interferência na vida profissional.

A maioria das bibliotecárias-documentalistas é idealista quanto à escolha da profissão e uma delas afirma: “*Não é uma coisa que faço só para ganhar dinheiro*” (Participante 1).

Uma participante também assinala que ser bibliotecária não era a primeira opção profissional:

Não foi minha primeira opção não [risos]. Foi na verdade, na época, falta de opção. Precisava fazer um curso que eu conseguisse me manter e trabalhar. A biblioteconomia era o que mais se encaixava no meu perfil (Participante 5).

Estudar biblioteconomia para algumas das mulheres não foi opção primeira, a escolha foi movida por circunstâncias econômicas. O curso de biblioteconomia possibilitava estudar e trabalhar ao mesmo tempo. Já os homens alegaram identificar-se com a profissão com a inserção das novas tecnologias, pois com elas a informação se desvincula do espaço físico, da materialização do livro, da limpeza e do manuseio do material. Para um entrevistado, com a inserção das novas tecnologias,

não fica tão ligada a questão da limpeza, organização. A biblioteconomia deixa de ser estereotipada, se mulher, igual aos personagens de filmes (óculos, sisuda, cabelo preso...). As tecnologias transcendem, se virtualizam, não fica só no ambiente físico. O diferencial em trabalhar em biblioteca com tecnologia é a forma de tratar a informação (Participante 4).

A escolha dos homens em ser bibliotecário indica também que eles vêm na profissão uma valorização social, o que influenciou na opção, como aponta um deles: “*Sempre vivi em bibliotecas, então admirava os bibliotecários que conheci enquanto criança, pessoas cultas, de boa índole, sempre dispostas a ajudar*” (Participante 7).

A respeito do estado civil, dois bibliotecários eram casados e dois solteiros, e seis bibliotecárias casadas e duas solteiras, indicador que serviu para comparar o trabalho doméstico com o profissional.

Participantes do sexo masculino informam que a tecnologia está presente em seu cotidiano profissional desde o seu primeiro dia de exercício na instituição.

Não sei exatamente quando as novas tecnologias entrou no meu trabalho. Mas deve ser por volta da década de 1990. No IFG, desde a minha posse utilizo novas tecnologias (Participante 4).

Desde quando entrei no IFG a tecnologia sempre esteve presente, mas não consigo vislumbrar a minha rotina de trabalho sem o uso de tecnologia (Participante 7).

As mulheres declararam trabalhar com as novas tecnologias a partir da década de 2000:

Trabalho com tecnologias desde 1996, antes mesmo de começar a trabalhar no IFG, em 2010 (Participante 2).

As novas tecnologias foram introduzidas no meu trabalho em mais ou menos 2001 (Participante 3).

A tecnologia faz parte do meu cotidiano profissional, desde meu primeiro dia de trabalho na biblioteca do IFG, em 2010 (Participante 1).

As novas tecnologias estão na vida profissional de algumas bibliotecárias e de alguns bibliotecários, antes mesmo de ingressarem no IFG. No entanto, na instituição, o uso de tecnologias no trabalho da/do bibliotecária(o)-documentalista não sofreu inovação, conforme fala de um participante: “*Desde o início de minha carreira no IFG não houve mudanças nas tecnologias no meu trabalho*” (Participante 6).

Analisamos a introdução das novas tecnologias no trabalho da/do bibliotecária(o)-documentalista como uma construção social delineada pelas políticas institucionais e os trabalhadores não têm como fugir dessa realidade. Nem as bibliotecárias e nem os bibliotecários demonstraram ter consciência de que as novas tecnologias são instrumentos de pura racionalidade para o trabalho. Pelo contrário, para eles as novas tecnologias resolveu grande parte dos conflitos nas formas de fazer da/do bibliotecária(o), beneficiando as relações sociais no trabalho.

De acordo com Hirata (2002; 2011a) e Holzmann (2000), as inovações tecnológicas nos postos de trabalho ocupados por mulheres prestam-se muito mais à precarização do que nos espaços ocupados pelos homens. As mulheres precisam lutar não só contra a construção ideológica do trabalho feminino, que o associa à maternagem e à vocação, mas também contra às fortes tendências de empobrecimento da autonomia e do controle de sua força de trabalho com o uso desordenado de tecnologia.

Ao indagarmos a uma das entrevistadas, sobre o ingresso do homem na profissão de bibliotecária(o) observamos em sua resposta a valorização do trabalho masculino em detrimento da atividade profissional da mulher:

Sei que eles [os homens] fazem muita falta na área, o olhar prático dos homens faz falta. A forma de resolver as coisas, assim masculina, é diferente da feminina. Acho que se entrarem mais homens, talvez consigamos ter um avanço tecnológico maior na área devido a essa visão prática que eles têm de querer tudo “mais simples” e “rápido”. Talvez eles estejam entrando na biblioteconomia porque acham que a gente “demora demais” para resolver as coisas que eles pedem para nós. [...] A gente é mais detalhista e se exige demais. Queremos excelência a todo custo e nos sobrecarregamos, fazendo mil coisas ao mesmo tempo. O homem foca em uma coisa só e faz. A mulher não, faz um monte ao mesmo tempo e sofre com isso porque depende das outras pessoas para executar “seu serviço” e as outras pessoas nem sempre estão tão preocupadas como nós em desenvolver um trabalho tão bem feito assim (Participante 5).

Na concepção da participante 5, as mulheres são mais minuciosas que os homens na realização das atividades. A peculiaridade das mulheres em fazer as coisas minuciosamente nem sempre atende o sistema capitalista por tornar o processo moroso. No entanto, elas conseguem executar várias ações ao mesmo tempo e dependem de outros para executá-las. Os homens são focados e práticos. Percebemos pela fala de uma das participantes que o fazer da mulher na realização dos serviços na biblioteca é diferente do modo de fazer dos homens. Elas são detalhistas e eles práticos.

O tempo gasto no processo é um elemento fundamental para a análise da dinâmica tecnologia *versus* alienação das/dos bibliotecárias(os)-documentalistas. Nesta perspectiva, não há dicotomia entre uso de tecnologias por homens e por mulheres, pois ambos fazem parte da totalidade do trabalho realizado com repercussões nas relações sociais. Marx (2003) faz uma análise sobre a necessidade crescente do capital em aproveitar-se do tempo de trabalho dos seres humanos:

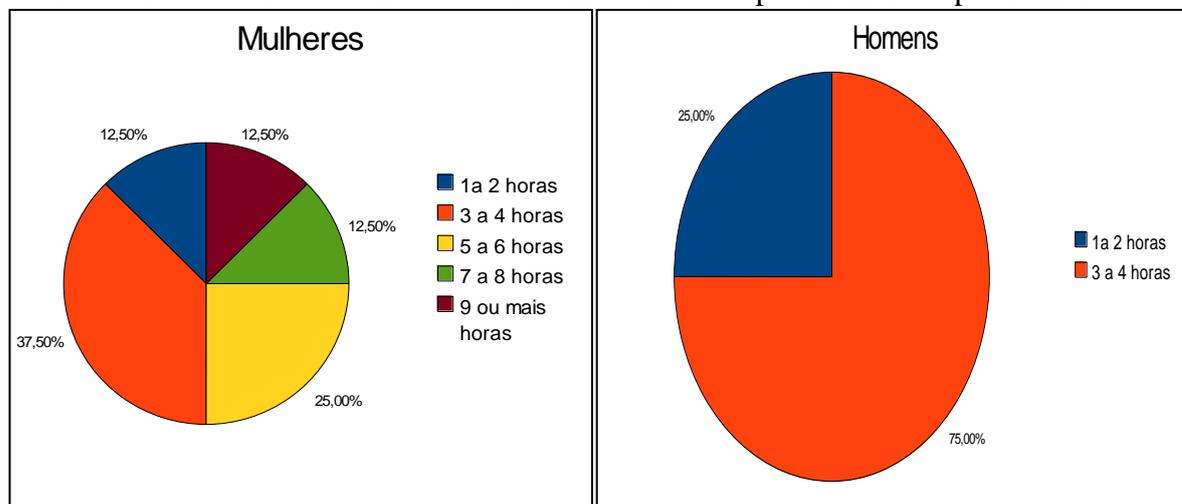
Em seu impulso cego, desmedido, em sua voracidade por trabalho excedente, viola o capital os limites extremos, físicos e morais, da jornada de trabalho. Usurpa o tempo que deve pertencer ao crescimento, ao desenvolvimento e a saúde do corpo. [...] O capital não se preocupa com a duração da vida da força de trabalho. Interessa-lhe exclusivamente o máximo de força de trabalho que pode ser posta em atividade (MARX, 2003, p. 306-307).

Destacamos que o tempo de trabalho influencia as decisões pessoais dos trabalhadores. O respondente 1 alegou não ter filhos ou filhas porque “o trabalho não lhe permite”. A trabalhadora e o trabalhador precisam dedicar-se mais ao trabalho para conseguir melhores condições de vida, no entanto, é privado da realização de certos desejos.

Conforme ilustra gráfico 6, cinquenta por cento das/dos participantes disseram dedicar de três a quatro horas diárias ao trabalho doméstico (cuidar da casa, do marido ou da esposa, dos filhos e das filhas, de si mesmo, dentre outros), e as mulheres dedicam duas vezes mais

tempo ao trabalho doméstico do que os homens. Em suma, as mulheres ficam mais tempo envolvidas com atividades profissionais e com toda responsabilidade doméstica.

Gráfico 6 - Horas diárias destinadas ao trabalho doméstico por mulheres e por homens



Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Observamos uma inversão de tempo gasto com trabalho doméstico por mulheres e por homens, pois quanto maior o tempo, menor é a participação dos homens na vida doméstica. À medida que aumenta o tempo dedicado ao trabalho doméstico, a tarefa é executada por mulheres.

Considerando que 37,5% das mulheres e 75% dos homens gastam em média quatro horas diárias (na ausência de função gratificada) ao trabalho doméstico, somando-se às seis horas de jornada tradicional na instituição, são dez horas de trabalho, efetivo. Arriscamos a dizer que, restariam quatorze horas diárias a serem distribuídas entre tempo livre, qualificação, horas de sono, alimentação, cuidados com a saúde e deslocamento para o trabalho. Como 50% das mulheres dedicam no mínimo cinco ou mais horas diariamente ao trabalho doméstico fica difícil pensar em tempo livre a elas nas condições propostas por Antunes (2011). Pois seria necessário reduzir tanto o tempo de trabalho morto quanto o vivo desempenhado por essas mulheres. Para Antunes (2011), reduzindo a jornada de trabalho implicaria no estabelecimento de condições para uma vida emancipada.

A jornada intensa de trabalho é a principal queixa tanto dos bibliotecários quanto das bibliotecárias. No caso das mulheres, a situação é ainda mais exacerbada em razão da dupla jornada de trabalho. Apesar das grandes conquistas das mulheres na sociedade capitalista, as tarefas domésticas continuam sendo realizadas ou administradas em sua maioria por elas. Esse ritmo intenso de trabalho provoca diversas repercussões na vida, como alega uma entrevistada:

Tenho muito conflito [profissional e doméstico] porque tenho criança menos de dez anos. São três crianças. Como agora, enquanto coordenadora tenho que fazer oito horas [de trabalho] complicou muito minha vida doméstica. Pois tenho que: fazer tarefa escolar com as crianças. Os outros afazeres domésticos até que não, eu faço à noite. Tudo bem, só que a questão familiar complicou porque tenho menos tempo para eles agora (Participante 3).

Quando a mulher tem filhas(os), conciliar trabalho profissional e doméstico significa abdicar de tempo para si mesma. A dialética da flexibilidade entre trabalho doméstico e profissional é uma coexistência de contrários. Ela convida as mulheres para acompanharem a vida familiar, mas também possibilita o acobertamento da precariedade das relações sociais.

As mulheres com excessiva atividade (profissional e doméstica) em razão da dupla jornada de trabalho têm dificuldade em assumir função gratificada ou de se qualificarem e, por conseguinte, de aumentarem seus rendimentos. A diferença salarial⁴¹ dos servidores públicos depende da função gratificada, da qualificação, da progressão por tempo de serviço na instituição e pelo adicional de gestão educacional.

Ter condições para qualificar-se é importante para o aumento salarial. Já a função gratificada é conquistada por indicação, por isso, há diferença salarial entre as/os entrevistadas(os), plano de carreira, benefícios e funções gratificadas. Cinquenta por cento das/dos participantes da pesquisa afirmaram receber acima de sete salários mínimos⁴². Somente os homens receberam menos de cinco salários mínimos, reflexo da qualificação, do tempo de trabalho na instituição e dispor ou não de função gratificada.

Outro dado significativo que emerge das respostas do questionário se relaciona com a jornada de trabalho. Quatro participantes declararam perfazer uma jornada de quarenta horas semanais, e os demais, trinta horas. A diferença no total de horas na jornada de trabalho tem duas possíveis justificativas. Para quem exerce função gratificada, a jornada de trabalho é de quarenta horas. A Portaria nº 540, de 9 de maio de 2012 (IFG, 2012), assinada pelo Reitor do IFG, no art. 8º assim determina:

A jornada de trabalho dos servidores técnico-administrativos ocupantes de função gratificada (FG) ou de cargo de direção (CD) será de 8 (oito) horas diárias, perfazendo o total de 40 (quarenta) horas semanais, respeitando-se o intervalo de 2 (duas) horas diárias para descanso e alimentação, entre os dois turnos diários de 4(quatro) horas de trabalho.

⁴¹ Os rendimentos das/dos bibliotecárias(os)-documentalistas, servidores públicos federais, estatutários, técnico-administrativos em educação de classe E (nível superior), garantido pela Lei nº 11.091/2005, conquista de lutas trabalhistas, são constituídos por vencimento básico e benefícios (auxílio alimentação, incentivo qualificação, saúde suplementar). As pessoas que exercem função gratificada recebem adicional de gestão educacional. A soma desses três itens formam o valor bruto dos rendimentos, conforme tabela divulgada pelo Sindicato dos Trabalhadores dos Institutos Federais do Estado de Goiás, em 2012.

⁴² O valor do salário mínimo brasileiro em fevereiro de 2013 era de seiscentos e setenta e oito reais.

Conforme depoimento de uma participante, a jornada de quarenta horas no IFG para coordenadores já foi efetivada: *“Enquanto coordenadora tenho que trabalhar oito horas diárias [...]”* (Participante 3).

A outra justificativa é que a instituição não possuía número considerável de servidores para manter alguns departamentos funcionando ininterruptamente por, pelos menos, doze horas. Desde o momento em que a biblioteca completou seu quadro de servidores, para manter um atendimento de no mínimo doze horas, a jornada dos servidores foi reduzida para trinta horas. O Decreto presidencial nº 1.590, de 10 de agosto de 1995 (BRASIL, 1995) e a Portaria nº 1.497/2008 (BRASIL, 2008), estabelecem jornada de trinta horas para quem trabalha em serviços de atendimento ao público que funcionam mais de 12 horas seguidas. Com a redução, a servidora e o servidor sentem-se mais felizes, no entanto, o quantitativo de trabalho desenvolvido na jornada anterior foi mantido no tempo reduzido, conforme diz uma bibliotecária: *“Tudo que fazia em oito horas diárias estou direcionando para fazer em seis horas”* (Participante 2). A redução da jornada de trabalho dos técnicos-administrativos do IFG para trinta horas não representou redução real do tempo de trabalho despendido, conforme alerta-nos Antunes (2011) pois esses trabalhadores intensificam sua força de trabalho para dar conta da meta proposta pela instituição.

Diante desse cenário, constatamos que as relações de gênero observadas na sociedade segregada são reproduzidas no interior da biblioteca. A reprodução está presente nas bibliotecas do IFG com representatividade de mulheres há mais tempo na profissão, com carga de trabalho 50% maior que a dos homens, quando casadas, com filhas(os) e com maior dedicação às atividades domésticas.

De acordo com Hirata (2002), a problemática da divisão do trabalho não pode ser analisada sem levar em consideração as relações de gênero surgidas simultaneamente ao capitalismo, de forma que o próprio trabalho assalariado não poderia se desenvolver sem a existência do trabalho doméstico. As conformações, tanto da realização do trabalho doméstico como do trabalho assalariado, seguem a evolução das relações de produção. E mesmo quando a situação social dos homens e das mulheres é aparentemente igual, não há simetria entre ambos, segundo Borges (2011), o que foi constatado nas falas de uma bibliotecária e de um bibliotecário. Em geral, os bibliotecários não têm dificuldades de conciliar trabalho profissional com o trabalho doméstico. Quanto às bibliotecárias, quando questionadas sobre a realização de tarefas domésticas, a maioria das mulheres com filhos(as) se queixa da dificuldade de conciliar o exercício profissional com o doméstico. Uma delas afirma:

Isso [conciliar casa e trabalho] é um milagre, não é! Todos os dias, uma fada me ajuda nisso, mas eu faço o possível. Mas é claro que quando se faz muitas coisas, algumas não saem tão bem feitas. Tento estabelecer prioridades, mas no geral o lazer e a vida social são sacrificados. Fico só com papel de bibliotecária, mãe, esposa e filha. O [meu eu] fica para quando der (Participante 5).

Já os homens, apesar de afirmarem que participam da execução das atividades domésticas, referem-se a elas como atividades não obrigatórias. Segundo eles,

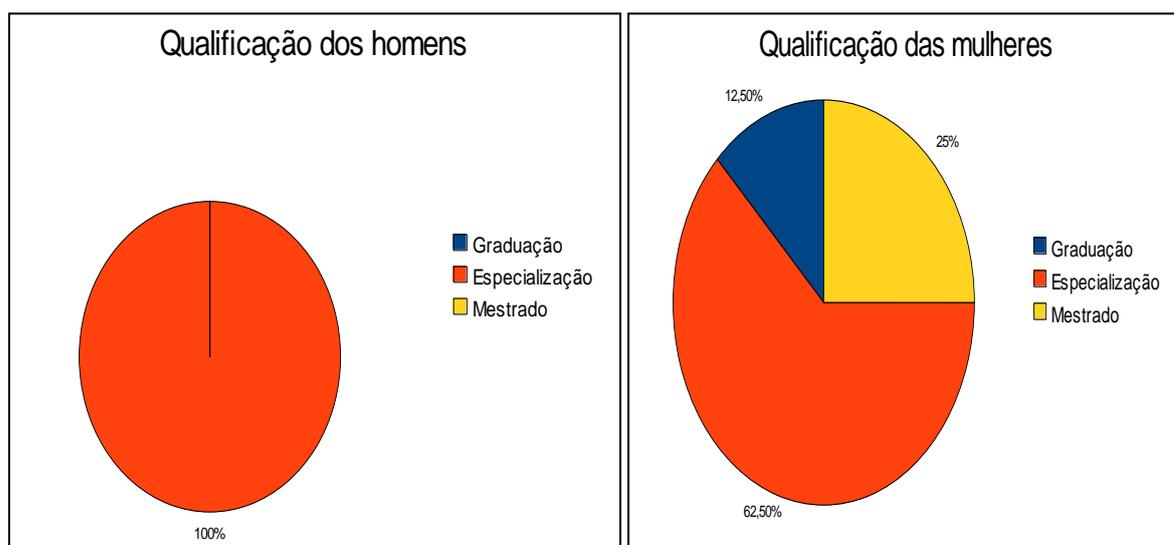
relativamente tranquilo (Participante 7).

Sim, ajudo em casa, quando necessário (Participante 4).

Normalmente, a carga horária de trabalho não prejudica atividades domésticas (Participante 6).

Diante do exposto, podemos afirmar que o trabalho desenvolvido pela mulher e pelo homem no campo profissional confirmam a influência do trabalho doméstico, sobretudo quando se é mulher. No entanto, apesar do tempo mínimo para estudo, as mulheres têm conseguido qualificar-se.

Gráfico 7 – Estão as mulheres mais preparadas para exercer a atividade de bibliotecária?



Fonte: Dados da pesquisa (2013).

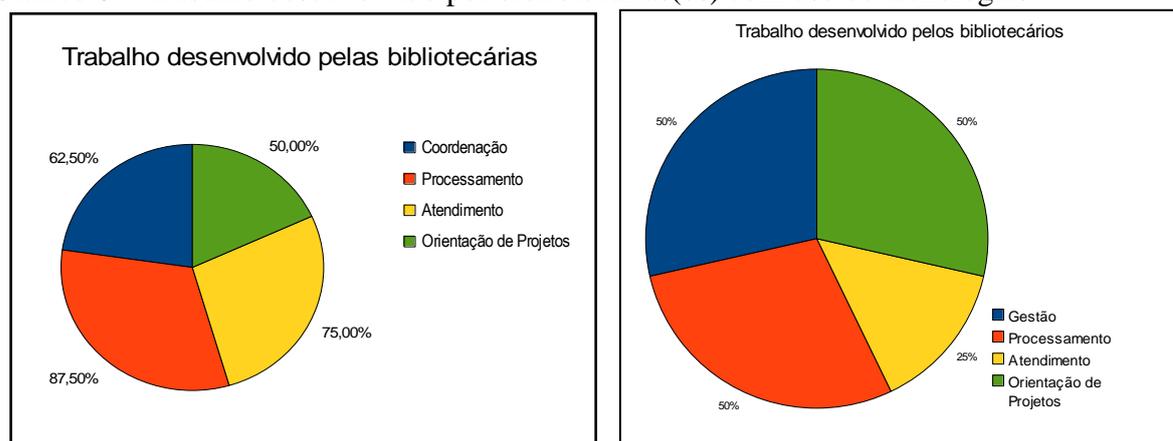
Embora as bibliotecárias tenham nível de formação mais elevada, 25% com mestrado e 75% com especialização, e um quarto delas com mais de uma especialização, elas desempenham as mesmas atividades que os bibliotecários. Considerando o nível de qualificação, elas estariam mais preparadas para o exercício da profissão do que os homens. No entanto, estudar mais não significou para elas isentarem-se das “obrigações domésticas”. O diferencial no trabalho das bibliotecárias está na maneira de perceber e gerenciar as demandas institucionais.

No exercício profissional das/dos bibliotecárias(os)-documentalistas no IFG, as novas tecnologias estão presentes. Seu uso pelas mulheres e pelos homens pode demandar qualificação, segundo o viés da acumulação flexível pois, as tecnologias de base microeletrônica inseridas ao processo de trabalho, em tempos de acumulação flexível, demandam formação mais sofisticada e completa. Trata-se de é uma dimensão contraditória do capitalismo que, de certo modo, necessita de mais-valia relativa. Conforme assinala a educadora Machado (2011), se a introdução das novas tecnologias no trabalho não conduz linearmente à autonomia e à dignidade do trabalho, por outro lado, abre possibilidades para a generalização de um conhecimento mais exato sobre as leis que regem a vida natural e social em contextos determinados.

Nessa mesma direção, Saviani (2011a) defende que as transformações na produção instauram as condições objetivas para a superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual. No entender desses autores, a possibilidade concreta de generalização das novas formas de produção oferece condições objetivas para uma sólida educação geral única, integrada, flexível e crítica.

A função⁴³ desenvolvida pelas bibliotecárias e pelos bibliotecários foi indicadora da diferenciação de tarefas por elas e eles, ao serem inseridas as tecnologias no cotidiano de seu trabalho. Com essa identificação, tentamos perceber se há possibilidade de consolidação de uma educação *omnilateral*.

Gráfico 8 – Trabalho desenvolvido por bibliotecárias(os) com uso de tecnologias



Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Verificamos que as bibliotecárias estão mais concentradas nos trabalhos técnicos e administrativos, serviços que demandam uso mais intenso de tecnologias, mas não deixam de ter mediação com as/os usuárias(os) por meio do atendimento, com emprego de tecnologia.

⁴³ As/Os bibliotecárias(os) podiam assinalar mais de uma função desempenhada no exercício da profissão, portanto, o percentual alcançou mais de 100%.

Prevalece, no entanto, a habilidade técnica. No trabalho desenvolvido pelos homens, há um balanceamento entre conhecimento técnico e humanístico. O serviço de atendimento, setor mais penoso e desgastante da biblioteca, é assumido por 75% das mulheres e somente 25% por homens. Os dados, não indicam maior habilidade das mulheres no exercício da função educativa, embora as possibilidades de efetivação da prática *omnilateral* da/do bibliotecária(o) aplicando ou não tecnologias esteja mais presente nessa função.

Pelo quantitativo de funções desenvolvidas por bibliotecária(o) representadas no gráfico 8, percebe-se uma multifuncionalidade no trabalho desses profissionais. No item seguinte, investigamos em que implica o uso das novas tecnologias pela/pelo bibliotecária(o)-documentalista na precarização e multifuncionalidade do processo de trabalho.

3.5 As tecnologias no trabalho da/do bibliotecária(o)-documentalista: possibilidades de uso e desafios

Tradicionalmente, o trabalho em bibliotecas, sobretudo no setor de processamento técnico, é realizado com obediência a códigos, a padrões e a regras. Qualquer que seja a tecnologia utilizada, busca-se um padrão na representação da informação, com o intuito de evitar a dispersão de assuntos pelo catálogo e dos materiais bibliográficos nas estantes. Dessa forma, a adoção de sistemas de controle dos serviços é uma prática comum na área de biblioteconomia, mesmo antes da utilização dos computadores. Com uso de computadores e da internet, cresceu a possibilidade de interligação em redes com outras bibliotecas e instituições, aumentando a oportunidade de maximizar o trabalho cooperativo e de utilizar padrões comuns, tornando-se, uma prática recorrente a necessidade de controle de acordo com o padrão adotado por essas redes.

As possibilidades de uso da rede de computadores pelas bibliotecárias e pelos bibliotecários, no processo de trabalho, ocorre no gerenciamento da biblioteca, na interação institucional por *e-mail*, no contato com usuárias e usuários para saneamento de dúvidas, na cotação de preços de materiais e na atualização profissional.

Assim, as bibliotecárias utilizam as ferramentas tecnológicas no IFG, conforme os depoimentos que se seguem.

A tecnologia que utilizo é o sistema de controle bibliográfico de entrada e saída de material (Participante 1).

Uso computador e internet, que, para nós, são ferramentas imprescindíveis no nosso trabalho (Participante 2).

Todo meu serviço faço no computador (Participante 3).

Os bibliotecários também enfatizam o uso de ferramentas tecnológicas:

Uso o computador, o e-mail, o software da biblioteca (Participante 4).

As tecnologias que utilizo são: computador, software e base de dados (Participante 6).

Utilizo o computador, a internet e impressora, além da rede interna do sistema de bibliotecas do IFG (Participante 7).

A mediação das/dos bibliotecárias(os) realizada mediante o uso de tecnologias é positiva, desde que não seja o único caminho para o desenvolvimento de um trabalho integral, como forma de suprir a falta de tempo para uma aproximação corpo a corpo e menos alienante.

Hirata (2002) argumenta que, na produção fabril, a divisão social e técnica do trabalho é acompanhada de uma hierarquia clara do ponto de vista das relações sexuadas de poder. A autora destaca ainda como essas assimetrias são marcadas pelas permanências (HIRATA, 2002, p. 20):

Na realidade, embora mudanças e continuidades coexistam, o deslocamento hoje das fronteiras do masculino e do feminino deixa intacta a hierarquia social que confere superioridade ao masculino sobre o feminino, hierarquia sobre a qual [...] se assenta a divisão sexual do trabalho. Enquanto a “conciliação” entre vida profissional e vida familiar, trabalho assalariado e trabalho doméstico for pertinente exclusivamente para as mulheres, as bases em que se sustenta essa divisão sexual não aparecem ameaçadas nos seus fundamentos.

No trabalho da/do bibliotecária(o) no IFG, podemos observar a conciliação de vida profissional com a doméstica da parte das mulheres. Já as condições tecnológicas de trabalho são as mesmas para mulheres e para homens.

As condições de trabalho são boas mas tem a falta de pessoal que afeta toda as atividades porque você acaba tendo que cobrir a falta do outro (Participante 1).

As condições são boas, tenho tudo que preciso, só o ar condicionado que não funciona (Participante 2).

Tenho que sair da minha sala para trabalhar em outra porque a minha não proporciona condições climáticas (Participante 3).

O software que utilizo no gerenciamento do acervo poderia ser melhor (Participante 4).

As condições são regulares, como o câmpus é novo, falta muita coisa ainda: recursos humanos, acesso à internet, acesso a informações, tecnologias (Participante 5).

As falas das bibliotecárias e dos bibliotecários evidenciam que os espaços das bibliotecas do IFG não dispõem de recursos tecnológicos, físicos e número de pessoal suficiente o que caracteriza o trabalho na biblioteca executado em condições precárias. A

expansão dos Institutos Federais teve seu lado bom: ofertar vagas à comunidade carente e campo de trabalho para profissionais em educação. No entanto, a expansão, iniciada sem a existência de uma estrutura adequada tem gerado desgaste aos antigos servidores. Embora, sob duras penas, esses iniciantes tenham a oportunidade de ajudar a construir as primeiras páginas da história do IFG.

Uma bibliotecária aponta a invisibilidade de seus esforços: *“Acho que no interior da biblioteca sou valorizada. Agora externamente acho que a biblioteca não é valorizada como deveria”* (Participante 1).

A/O bibliotecária(o)-documentalista, sendo um profissional em educação, tem valor equivalente ao de outros profissionais. Desde a década de 1970, Carvalho (1972, p. 85) já destacava que a/o bibliotecária(o) *“tem uma função complexa. Exerce atividades de ensino, atividades técnicas e atividades administrativas”*. Nesse sentido, seu trabalho deve ser valorizado pois a potencialidade da biblioteca está a cargo desses profissionais.

Conforme Silva (2010), a integração e a aproximação dos profissionais da educação (docentes e não docentes) deveria acontecer mais intensamente por ocasião da elaboração do Projeto Político Pedagógico da instituição. Para o autor, nesse momento, o trabalho pedagógico estende-se para fora das paredes da sala de aula e penetra naqueles espaços nos quais a busca por informação, as pesquisas de fontes diversas, as seleções de textos para o cumprimento de diferentes finalidades de leitura, são contempladas como possibilidades concretas. Dessa maneira, a biblioteca deixa de ser um apêndice ou um órgão apenas agregado ao ambiente escolar, transformando-se em um componente ativo de dinâmica de aprendizagem.

No que se refere às condições de trabalho, com utilização das tecnologias nas atividades da biblioteca, segundo 92% das/dos participantes do questionário, houve melhoras:

Facilitou o trabalho e o atendimento aos alunos (Resposta⁴⁴ 1).

O uso das tecnologias incorpora agilidade e confiabilidade aos processos documentais (Resposta 4).

O uso das tecnologias da informação, proporciona-me mais segurança, rapidez e interação com os usuários e meus pares. Uma decisão tomada na biblioteca em que atuo poderá ser avaliada e compartilhada em tempo real por outros profissionais (Resposta 5).

A tecnologia é uma ferramenta que facilita o trabalho do bibliotecário (Resposta 6).

⁴⁴Para diferenciar as falas das entrevistas com as do questionário utilizamos o termo “participante” para entrevista e “resposta” para questionário, sem identificação da/do bibliotecária/o.

A tecnologia dinamizou, agilizou a rotina de trabalho, a execução das atividades na biblioteca (Resposta 8).

As tecnologias possibilitam uma otimização de praticamente todos os serviços realizados na biblioteca assim como também com relação aos produtos oferecidos ao usuário (Resposta 9).

Proporcionar rapidez nas realizações das atividades e dinamização dos serviços disponibilizados (Resposta 10).

Sem dúvida as tecnologias representam um apoio no trabalho do bibliotecário (Resposta 11).

Dois bibliotecários ressaltaram que os recursos disponíveis na instituição para uso da biblioteca não atendem à necessidade atual:

Sim, as tecnologias melhoram as condições de trabalho. No entanto, as tecnologias disponíveis estão muito abaixo das demandas institucionais (Resposta 12).

Nem sempre tecnologia melhora as condições de trabalho, pois com as tecnologias há uma demanda maior de resultados (Resposta 2).

Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que tecnologia associa-se a melhores condições de trabalho, ela é vinculada a mais trabalho e a menos tempo livre. O uso de tecnologia, portanto, dificulta e dinamiza o trabalho da/do bibliotecária(o)-documentalista no IFG. Há uma coincidência com o disposto na literatura quando uma das bibliotecárias diz, de maneira conceitual: “*A tecnologia aprimorou os métodos, facilitou o acesso e o intercâmbio da informação*” (Resposta 3).

Em outra fala, fica subentendido que a inserção das tecnologias provoca uma dependência da máquina: “*Sim, na minha visão sem utilização da tecnologia seria impossível o trabalho na biblioteca*” (Participante 1).

De modo sutil, a participante 1 e a resposta 3 deixam transparecer o contentamento com a inserção das tecnologias no processo de trabalho da/do bibliotecária(o)-documentalista. Essas servidoras parecem afirmar que as tecnologias têm sido determinantes na execução de suas atividades técnicas e administrativas. Por outro lado, sua inserção não é analisada de forma crítica pelas(os) bibliotecárias(os). A tecnologia não tem sido utilizada pelas(os) bibliotecárias(os) no trabalho de maneira educativa, conforme demonstram as falas:

A tecnologia gerencia todo meu trabalho (Participante 3).

As tecnologias dão possibilidade de ofertarmos mais serviços (Participante 6).

Antes o trabalho demorava muito mais para ser feito, hoje é mais rápido e sinto mais segurança [...] (Participante 4).

A combinação da inovação tecnológica com práticas conservadoras de gestão de mão de obra dificulta a adoção de formas de organização do trabalho baseadas em uma

participação mais efetiva dos trabalhadores nas decisões relativas ao processo produtivo, afirma Leite (2011).

Nas falas, identificamos uma concepção alienante de totalidade do trabalho pelas/pelos bibliotecárias(os) segundo a qual o trabalho humano está sob o controle da máquina. A falta de compreensão da/do bibliotecária(o) do sentido mais profundo das tecnologias parece ter fundamento, uma vez que alguns deles sugerem o entendimento de que a tecnologia serve apenas, ou pelo menos sobretudo, para realizar serviços burocráticos. Conforme essa concepção, a tecnologia é utilizada no atendimento para garantir controle e agilidade:

Acho que a tecnologia agiliza o trabalho, dá mais presteza ao atendimento, a utilização do sistema otimiza o atendimento ao usuário (Participante 1).

Agora temos a impressora que faz os recibos do material emprestado que antes era manual (Participante 2).

Verificamos nas falas das participantes 1 e 2 o emprego da tecnologia para suprir a mão de obra e o trabalho manual, fatores característicos da acumulação flexível. Identificamos também que há uma fetiche no uso das tecnologias pelas/pelos bibliotecárias(os)-documentalistas, pois a coisa (a tecnologia) torna-se pessoa, e as pessoas, coisas.

As novas tecnologias flexibilizaram o processo de trabalho na biblioteca. Isso permitiu uma multifuncionalidade de função às/aos bibliotecárias(os)-documentalistas, realizando um volume maior de trabalho, exercendo atividades diversas e suprimindo “*falta de pessoal*”, como afirma a participante 1.

Diante do exposto, como seria trabalhar na biblioteca do IFG sem uso das tecnologias? Para 42% das/dos participantes, é “impossível”. Deduzimos desse percentual que a impossibilidade de trabalhar nas bibliotecas do IFG sem tecnologia advém do volume atual de serviços, do quadro de profissionais insuficiente e, sobretudo, das determinações políticas educacionais, em atendimento à sociedade da informação (CASTELLS, 2008).

Com a inserção das novas tecnologias o trabalho da/do bibliotecária(o)-documentalista tornou-se complexo e dependente da máquina. Nessas condições, “o trabalho especificamente humano passa a ser o trabalho intelectual consubstanciado no controle e supervisão das máquinas e de seus eventuais sucedâneos” (SAVIANI, 2011, p. 163). Segundo o autor, a qualificação instrumentalista tende a desaparecer com a introdução das novas tecnologias, pois antes ocorria a transferência de funções manuais para as máquinas, e atualmente acontece a transferência das próprias operações intelectuais para as máquinas, provocando em

contrapartida, a elevação do patamar de qualificação geral e também a substituição total de força de trabalho humano. Se assim for,

a universalização de uma escola unitária que desenvolva ao máximo as potencialidades dos indivíduos (formação *omnilateral*) conduzindo-os ao desabrochar pleno de suas faculdades espirituais-intelectuais, estaria deixando o terreno da utopia e da mera aspiração ideológica, moral ou romântica para se converter numa exigência posta pelo próprio desenvolvimento do processo produtivo (SAVIANI, 2011, p. 164).

Para alcance da meta citada há obstáculos a serem transpostos, segundo Saviani (2011), em virtude das relações sociais vigentes que dificultam a incorporação total de tecnologias no processo de trabalho e, também, a universalização da escola unitária. O processo de trabalho mesmo automatizado, por certo, “continuará sendo uma prerrogativa humana, conservando-se a sua definição geral como atividade através da qual o homem, guiado por determinada finalidade, transforma um objeto por meio de determinados instrumentos” (MARX, 1968 *apud* SAVIANI, 2011, p. 165).

Para finalizarmos as discussões dos dados empíricos apresentamos, a seguir, algumas considerações e razões pelas quais as/os bibliotecárias(os)-documentalistas “escolheram” sua profissão, e se a “escolha” tem a ver com gênero.

3.6 Considerações da/do bibliotecária(o)-documentalista sobre ser profissional em educação

Com o movimento social dos trabalhadores em educação, em 2004, os técnico-administrativos conquistam por meio do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação, firmado na Lei nº 11.091/2005, a identidade de profissionais em educação como “agentes do processo de formação do cidadão e da construção do conhecimento” (FASUBRA SINDICAL, 2010, p. 3). Nessa condição, encontram-se as/os bibliotecárias(os)-documentalistas que atuam nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Segundo Carvalho (1972, p. 85), o que mais identifica a/o bibliotecário com o ato de ensinar, de educador é “o encargo de ministrar treinamentos sobre o uso da biblioteca e dos livros”, que deve ser realizado regularmente, no início do curso, para todas as turmas. Então, para verificar se essa teoria lançada a quarenta anos atrás permanece, perguntamos às/aos bibliotecárias(os) por que se consideram profissional da educação. Por unanimidade, todos se consideram que o são por ser o trabalho da biblioteca uma extensão da sala de aula e

possibilitar aos discentes o acesso à leitura com o uso do acervo. A esse respeito, assim se expressam as participantes:

Acho que sim, sou educadora, não diretamente com a sala de aula. Faço um serviço que é essencial ao ensino-aprendizagem, que é um serviço fim (Participante 1).

Considero-me profissional da educação porque nós somos intermediários entre a sala de aula e o processo ensino-aprendizagem (Participante 2).

Eu me vejo como educadora sim, só de corrigir um usuário da biblioteca, incentivá-lo à leitura e dar orientação na elaboração de referências você acaba ensinando (Participante 3).

Sim, porque sem meu trabalho de incentivo à leitura, de disponibilização de recursos informacionais (livros, periódicos, bases de dados, multimeios) para alunos e professores, o trabalho da escola seria incompleto. Uma escola sem biblioteca é incompleta, falta uma parte que é a leitura. E essa parte é indispensável a formação do cidadão e muito difícil sem profissionais para ajudar (Participante 5).

Em algumas falas, são identificadas características de função de educar como mera ação de transmissão de conhecimentos, com traços de autoritarismo, de acumulação de informação. No entanto, identificamos também profissionais em educação capazes de agirem com competência nas tarefas de promover a aprendizagem dos discentes e sua formação como sujeito pensante e cidadão. Na orientação do pedagogo marxista italiano Manacorda (2011), o profissional em educação consegue educar criticamente a partir do momento em que tiver uma formação sólida alinhando concepção geral de mundo à competência técnica.

Encontramos, também, nas falas das mulheres, uma dimensão pedagógica no trabalho da/do bibliotecária(o) por meio do ato de leitura, defendida por Silva (2010). Ao enfatizar o papel da biblioteca para a sociedade destacou que ações de incentivo a leitura por parte das/dos bibliotecárias(os) promovem a mediação pedagógica e o desenvolvimento da aprendizagem.

A fala dos homens evidenciou que eles fazem ligação do cargo com o espaço laboral e o exercício profissional. Eles também equiparam valor do seu trabalho com o trabalho docente. Há uma autovalorização profissional por parte dos bibliotecários:

Sim, considero um profissional da educação, principalmente por estar em uma instituição de educação que lida com aluno, com a formação (Participante 4).

Sim. Porque auxílio na formação dos alunos e professores. Ajudo os usuários a adquirirem competência informacional e insumos informacionais para execução de suas atividades diárias (Participante 6).

Creio que meu trabalho é fundamental no processo de formação dos alunos, sendo tão importante quanto o de um professor, logo me considero profissional em educação (Participante 7).

Ao analisar as falas da participante 5 e do participante 6, percebemos que, para eles, o exercício profissional das/dos bibliotecárias(os)-documentalistas consiste em proporcionar informação organizada às/aos usuárias(os) por meio da introdução das novas tecnologias, mantendo-as ajustadas às suas necessidades e desenvolvendo-as à medida que forem se manifestando.

Tanto nas falas das bibliotecárias quanto na dos bibliotecários está o “pressuposto de toda e qualquer relação educativa que o [profissional da educação] está a serviço dos interesses do educando. Nenhuma prática pode se instaurar sem este suposto” (SAVIANI, 2007, p. 82). A profissionalidade da/do bibliotecária(o)-documentalista expressa o seu compromisso com a educação e, também, com o projeto de sociedade.

Uma bibliotecária do IFG aponta o isolamento da biblioteca em relação aos demais setores da instituição por falta de valorização e de interação entre os profissionais da educação:

Se formos olhar para o lado da administração, todo discurso é que a biblioteca é muito importante, mas esse discurso fica somente no papel. A administração do câmpus não promove o envolvimento da biblioteca com outros setores e nem com o ensino (Participante 5).

O participante 5 reclama da ausência de ação do gestor na promoção de interação entre os setores da instituição. Ressalta, ainda, que envolvimento de um setor com outro também deve partir da administração do Câmpus. Mas, Carvalho (1972), enfatiza que a/o bibliotecária(o) deve trabalhar em estreita colaboração com os demais setores da instituição, participando das reuniões do corpo docente e da programação das atividades de ensino que envolvem atividades na biblioteca. Assim, a/o bibliotecária(o) não deve esperar que a iniciativa de um trabalho pedagógico em conjunto com os demais setores da escola parta do Diretor-geral.

Depois da promulgação da Lei nº 11.091/2005 (BRASIL, 2005), seguida a Lei nº 12.014/2009 (BRASIL, 2009), intensificou-se o reconhecimento dos profissionais de educação não docentes. Mas a legislação, por si só, não é suficiente para que as pessoas se conscientize de que as diversas atuações educativas presentes na escola são importantes. A legislação também não eliminou as divergências que permeiam os segmentos no espaço de trabalho escolar. As/Os profissionais da educação não docentes ainda sentem dificuldade em participar nas decisões escolares, em contribuir para a construção do Projeto Pedagógico da instituição, nela atuando politicamente como sujeitos ativos.

Evidenciamos com esse discurso, o desafio das/dos profissionais da educação em buscarem uma integração de seu trabalho com as demais dinâmicas da escola,

independentemente de seus gestores, visando ao objetivo maior da educação, a formação *omnilateral* das pessoas.

Conforme Vieira (2009b), a valorização dos profissionais em educação não docentes busca contextualizar o papel de cada servidor(a) “em uma escola cujo significado educativo transcendesse as salas de aula e perpassasse os laboratórios, as cantinas, os pátios, sem se limitar ao seu espaço e ao seu entorno” (VIEIRA, 2009b, p. 325).

No IFG, percebemos que a/o bibliotecária(o)-documentalista realiza serviços de apoio intrínseco ao processo educativo. No entanto, elas e eles não são percebidos desta maneira, embora, segundo Noronha (2009), o trabalho de um técnico-administrativo em educação é de fundamental importância para que o processo de aprendizagem se realize.

A/O bibliotecária(o)-documentalista, quando pensa no tipo de material para adquirir e sua forma de organizar para a comunidade acadêmica ter acesso, combina um conjunto de técnicas e de conhecimentos que contribuem para o desenvolvimento do ensino. Esses profissionais não podem escolher aleatoriamente o material informacional que será adquirido para a biblioteca da instituição – decidindo, por exemplo, os títulos, o quantitativo e seus formatos. Sua atividade, no contexto institucional, deve estar articulada com a intencionalidade do processo político pedagógico e à qualidade do processo ensino-aprendizagem.

Haverá, portanto, no processo de trabalho da/do bibliotecária(o)-documentalista, implicações de algo que é próprio do processo educativo, sua concepção mais ampla: o pensar coletivo, a articulação e a integração entre as diversas atividades que se desenvolvem no interior da instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a pesquisa realizada no IFG, investigamos como se materializam as novas tecnologias da informação no processo do trabalho das/dos bibliotecárias(os)-documentalistas e suas implicações nas relações de trabalho.

Ao longo da história das bibliotecas, o processo de trabalho de seus profissionais transformou-se, caracterizando-se pela utilização das novas tecnologias da informação, uma vez que o desenvolvimento do processo de trabalho é a combinação e resistência da força de trabalho com seus meios.

A evolução histórica das bibliotecas do IFG, com origem no tempo das antigas Escolas Técnicas, na década de 1970, tem um pouco mais de um terço da idade da Educação Profissional no Brasil, ou seja, 43 anos de existência. O seu *boom* aconteceu em atendimento à expansão da Rede de Educação Tecnológica e Profissional com a criação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia. Com a institucionalização e efetivação da expansão do IFG, houve um aumento em 70% no número de bibliotecas na instituição e, por conseguinte, com impacto na formação do quadro de profissionais que trabalham nesses espaços.

As/Os bibliotecárias(os)-documentalistas ingressaram no IFG em um período em que as novas tecnologias, de base microeletrônica já deveriam fazer parte do universo das bibliotecas dessa instituição. No entanto, o IFG, na transição de um formato educacional para outro muito mais complexo, ainda está em processo de estruturação de sua rede tecnológica, com interferência no processo de trabalho das/dos profissionais bibliotecárias(os)-documentalistas.

Constatamos que o exercício profissional da/do bibliotecária(o)-documentalista, profissional em educação no IFG está estritamente condicionado por determinantes sociais e econômicas que orientam as políticas educacionais. Nesse sentido, toda ação que se movimenta em favor ou não do sistema educacional causa impacto no processo de trabalho desses profissionais. Ao realizar esta pesquisa comprovamos estatisticamente, por exemplo, que as mudanças que ocorreram quando da política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em Goiás é o aumento no número de campus passando de três para dez. Com a expansão do IFG, novas bibliotecas foram implantadas, gerando contratações de novos bibliotecários-documentalistas para administrar esses espaços. Com a análise documental e dos dados empíricos evidenciamos que a implantação dessas bibliotecas não está sendo feita de forma equacionada. Por trás das aparências, percebemos o não

atendimento da instituição aos critérios do MEC relativos às condições tecnológicas que uma biblioteca deve oferecer ao seu público e aos recursos necessários para o desenvolvimento do trabalho técnico-administrativo e educativo pelas bibliotecárias e pelos bibliotecários. As polêmicas surgidas do crescimento da instituição em relação ao trabalho da/do bibliotecária(o)-documentalista são as muitas responsabilidades, atribuições e número insuficiente de servidores para compartilhar e dividir demandas. Diante de tal situação, não é possível à/ao bibliotecária(o) realizar trabalho técnico-administrativo e educativo ao mesmo tempo.

Sendo o IFG uma instituição que oferece ensino médio (técnico integrado, técnico integrado integral e subsequente), cursos superiores (licenciatura e bacharelado) e, mais recentemente, pós-graduação (especialização e mestrado), no mínimo três documentos nacionais são basilares para o desenvolvimento do trabalho nas bibliotecas, a LDB/1996, o PNE 2011-2020 e o Sinaes. Outros documentos de cunho educacional e institucional são também referenciais para o exercício profissional da/do bibliotecária(o)-documentalista no instituto: o PDI e o Regimento. Na análise desses documentos verticalizamos para a inserção das novas tecnologias no trabalho da/do bibliotecária(o)-documentalista, ficando evidente o uso incondicional de ferramentas tecnológicas por esses profissionais em atendimento à sociedade da informação e ao modelo de acumulação flexível.

Identificamos a inserção das novas tecnologias no trabalho da/do bibliotecária(o)-documentalista como resposta ao aceleração da geração de informação. Como uma das consequências desse aceleração, a/o bibliotecária(o)-documentalista opera sua força de trabalho como meio de produção que lhe é alheio e multifuncional, diante do número insuficiente de servidores para atender às demandas diversificadas e complexas da instituição.

As transformações decorrentes da inserção das tecnologias de informação e de comunicação nos espaços das bibliotecas do IFG tem favorecido o alinhamento do conhecimento propedêutico com o técnico no processo de trabalho da/do profissional bibliotecária(o)-documentalista, no entanto, têm exigido desse profissional um perfil que atenda às necessidades advindas da acumulação flexível de aplicação de conhecimentos com rapidez e flexibilidade.

Na sociedade da informação, as bibliotecas de instituições de ensino público, assim como as/os bibliotecárias(os)-documentalistas em sua função educativa, devem atuar como agentes democratizantes de uso de tecnologias, potencializando e multiplicando o acesso a informação a um número maior de pessoas. No entanto, perguntamos como seria possível concretizar esse acesso tecnológico aos usuários se os minutos que lhes cabem na instituição

para usarem a rede de computadores são insignificantes devido número de máquinas ser em menor proporção à comunidade acadêmica a ser atendida. Os dados analisados dizem que a instituição tem investido na melhoria dos recursos tecnológicos, mas ainda é totalmente insuficiente para a era tecnológica, ante aos objetivos de uma escola de educação científica e tecnológica.

A respeito da apropriação das novas tecnologias pela bibliotecária e pelo bibliotecário no IFG no exercício de sua profissão e sua interferência nas relações de trabalho, verificamos que não é o local de trabalho, no caso, a biblioteca, que determina a segregação profissional. Ela se deve à hierarquia técnica e funcional configurada no trabalho controlado e dependente das novas tecnologias, aparentemente simples e repetitivo. Tais características são inatas e associadas a padrões comportamentais excludentes das categorias de trabalhadores qualificados. No entanto, o local de trabalho, as bibliotecas, revelou um nível elevado de a formação maior das bibliotecárias, o que lhes permite perceber uma remuneração maior, concedida pelo plano de carreira da instituição.

Dos depoimentos interpretamos a introdução das tecnologias em relação ao trabalho masculino, reforçando como o trabalho técnico que carrega a especificidade das tecnologias, mantendo as mulheres nas funções similares ao doméstico. Assim, a organização do trabalho se dá reafirmando a discriminação. O uso que se faz das tecnologias não trazem automaticamente avanços nas relações de gênero. Atender usuários deveria ser o centro do trabalho na biblioteca, no entanto, não é feito pelos homens. Os depoimentos deles deixam isto claro.

As mulheres estudam mais, entretanto, embora algumas bibliotecárias tenham um nível mais elevado de formação (mestras) que os bibliotecários (todos especialistas), ele serviu também para manutenção profissional e extração da mais-valia relativa. A segregação de gênero nos espaços das bibliotecas do IFG ocorre pelo quantitativo de mulheres em proporção maior que ao número de homens, com a inserção das tecnologias no processo de trabalho. A posição da/do bibliotecária(o) na hierarquia organizacional, porém, ainda continua em último nível. A alteração ocorreu na maneira de realizar as atividades e na tendência de tornar os trabalhadores multifuncionais com uso de novas tecnologias. Essa tendência de não segregação pela categoria gênero, ao nosso olhar, é positiva, pois há possibilidade da união entre profissionais em busca de uma formação *omnilateral*.

As mulheres não fizeram curso para lidarem com as novas tecnologias. Elas foram aprendendo perguntando e praticando em decorrência da falta de disponibilidade de tempo, pois trabalham mais, e também pela falta de oportunidade para participar de cursos de

capacitação nessa área. Outro agravante identificado, que leva à aprendizagem do manuseio das novas tecnologias pela prática, é o custo de uma formação continuada.

O uso das tecnologias interfere diferentemente no trabalho de mulheres e de homens? Essa foi uma das perguntas que nos propusemos a responder, com o objetivo de investigar a possível aproximação do trabalho de bibliotecária(o) com as atividades domésticas e se as tecnologias são apropriadas diferentemente por mulheres e por homens. Verificamos que as mulheres bibliotecárias se encontram em posição desfavorável aos homens bibliotecários por terem maior responsabilidade na gestão familiar, dedicando maior tempo às questões domésticas. Essa situação remete aos referenciais de gênero sobre a invisibilidade do trabalho da mulher na educação, a inserção da mulher em campos profissionais que lhe permitam conciliar trabalho e vida familiar e a feminização do mundo do trabalho em condições precárias e não emancipatórias, permitidas a elas. Nesse sentido, na era tecnológica, as mulheres ainda carecem de igualdade no tempo de trabalho e tempo livre em relação aos homens.

Além da dupla jornada das mulheres para manutenção da família, outro diferenciador de gênero identificado na atividade desempenhada por bibliotecárias e bibliotecários com a presença de tecnologias é a forma de operacionalização/utilização das ferramentas. No quesito situação de introdução de novas tecnologias pelas bibliotecárias, elas responderam que as empregam com maior intensidade em serviços técnicos, como: pesquisa bibliográfica, manipulação de bases de dados e controle das dependências. Já os bibliotecários usam tecnologias no serviço de atendimento aos usuários, como no controle de empréstimo e devolução de material e na gestão da biblioteca. Nesse processo de diferenciação de uso das tecnologias perpassa a desfeminização da profissão de bibliotecária(o).

Tanto as mulheres quanto os homens apresentaram uma concepção fetichizada de tecnologia. Cinquenta por cento das mulheres concordaram que a introdução de tecnologia no trabalho executado na biblioteca possibilitam uso pedagógico, maior qualificação profissional e não dispensa o trabalho do ser humano. Para os homens (75%), a introdução das tecnologias no desenvolvimento de atividades dispensa trabalho rotineiro, confere maior autonomia à/ao profissional e proporciona tempo livre. Essas concepções são contraditórias com a prática das/dos bibliotecárias(os)-documentalistas, pois, em diversos momentos das entrevistas, foi evidenciada a multifuncionalidade no trabalho desses profissionais e qualificação com objetivos distintos de uma formação *omnilateral* do ser humano. A inserção das tecnologias no trabalho da/do bibliotecária(o)-documentalista nesta pesquisa apresentou condições concretas de aceleração do trabalho associado à hierarquia de funções e tarefas pré-

determinadas. Nas bibliotecas do IFG, as novas tecnologias têm despertado a necessidade de “requalificado” mais nas mulheres do que nos homens, mas os conhecimentos adquiridos na capacitação não têm, de modo relevante, aberto caminhos para o desenvolvimento da consciência política, de um trabalho educativo e de formação *omnilateral*, pois as mulheres têm se deixado explorar mais que os homens.

A inserção das novas tecnologias tem alargado as funções das bibliotecas do IFG, por meio da força de trabalho das/dos bibliotecárias(os)-documentalistas, com o objetivo de expansão do tempo e do espaço. O alargamento da função técnica da/do bibliotecária(o)-documentalista impossibilita o desenvolvimento da função educativa desses profissionais em virtude de não disporem de tempo para tal ação. A efetivação do Decreto presidencial nº 1.590/1995 com a emissão da Portaria nº 1.497/2008, estabelecendo jornada de trabalho de trinta horas para trabalhadores em serviços de atendimento ao público contribuiu também, contraditoriamente, para o aceleração do trabalho. Pois os trabalhadores ficam responsáveis por dar conta do trabalho que seria realizado em quarenta horas passa a ser feito em trinta horas. A portaria Pareceu-nos que a/o bibliotecária(o)-documentalista realizam todas as tarefas técnicas, mas não exercem sua função educativa. O alargamento das funções é uma característica da acumulação flexível. Assim, fica a questão das demandas para o mundo sindical e a identificação deste sindicato de como ele trata as demandas destes trabalhadores. Por exemplo, o questionamento do decreto que autoriza a diminuição de carga horária de trabalho de determinados setores pelo quantitativo de servidores enquanto outros perfazem uma jornada maior por falta de servidor.

Identificamos uso desmedido das novas tecnologias, que parece privilegiar o aspecto estritamente técnico em detrimento do comunicacional, do social, do político e do histórico. Trata-se de desequilíbrio tecnológico, que distancia os aspectos técnicos dos aspectos sociais de uma determinada profissão, quase sempre resultando em alienação, e falta de criatividade e distanciamento da criticidade.

Ao investigarmos se a introdução das novas tecnologias, em tempos de produção flexível implica alienação da/do bibliotecária(o)-documentalista, chegamos a algumas conclusões. A primeira delas é que o uso das tecnologias no trabalho das/dos bibliotecárias(os)-documentalistas, ao mesmo tempo que propiciou a realização de um ser humano como sujeito social e histórico, há sua negação, pois o ser humano só cria e se realiza como tal quando trabalha, quando age transformando o seu meio natural e social. No entanto, esse mesmo trabalho pode roubar sua liberdade e sua vontade própria.

Em alguns processos de trabalho na biblioteca com a introdução das novas tecnologias, por exemplo, na catalogação e classificação, a/o bibliotecária(o)-documentalista segue normas pré-estabelecidas preenchendo formulários eletrônicos que não lhe possibilita qualquer tomada de decisão. Confinado ao local da produção, seja presencial ou virtual, a/o bibliotecária(o)-documentalista não define seu exercício, seu ritmo de trabalho, pois é controlado pela máquina que apresenta a todo instante as demandas a serem cumpridas.

A produção da/do bibliotecária(o)-documentalista tem mais importância do que ele próprio. Importa, na biblioteca, não a/o profissional, mas o valor produzido – a informação organizada e acessível. O valor da informação define à/o bibliotecária(o) as suas condições de vida e de trabalho, determina, enfim, seu valor.

As novas tecnologias inseridas nas bibliotecas do IFG possibilitaram a multifuncionalidade, a realização de novas atividades e a eliminação de tarefas mais relacionadas às tecnologias anteriores, tipo impressão de etiquetas. No entanto, as/os profissionais da biblioteca estão fazendo tudo sozinhas(os), sobrecarregadas(os) de trabalho sem comparecimento da instituição para formação e utilização das tecnologias.

A aplicação de novos recursos tecnológicos exigiu das/dos bibliotecárias(os)-documentalistas qualificação para continuar fazendo o mesmo trabalho que realizava antes, visando a acelerar o processo. No que diz respeito à qualificação das/dos bibliotecárias(os)-documentalistas do IFG, as novas tecnologias no processo de trabalho na biblioteca apresentaram novas exigências de qualificação, por exemplo, saber utilizar o computador, acessar a internet e utilizar *softwares* desenvolvidos para gerenciar os serviços da biblioteca. Aos poucos, bibliotecárias(os)-documentalistas foram familiarizando-se com as ferramentas tecnológicas no dia a dia de trabalho se adaptando às novas formas de executar suas atividades.

A maior dificuldade das bibliotecárias e dos bibliotecários, no que se refere ao uso de novas tecnologias, é que a instituição não dispõe de tecnologias de ponta, e o trabalho desenvolvido na biblioteca necessita de ferramentas tecnológicas atualizadas, conforme a fala dos participantes. Um fator que talvez tenha gerado o não acesso às tecnologias é que o IFG, é uma instituição em processo de construção, e suas propostas e documentos (PDI, regimento, regulamento, recursos tecnológicos), ainda não foram totalmente implementadas.

As exigências atuais de qualificação de servidores estão mais relacionadas à operação dos recursos tecnológicos. Não observamos na pesquisa a necessidade de qualificação para a execução de atividades mais complexas do que as realizadas anteriormente. Ao contrário, constatamos com a pesquisa, que os novos recursos tecnológicos vieram apenas simplificar a

execução de algumas tarefas que já eram realizadas, tornando-as mais ágeis e mais fáceis de serem efetuadas. A complexidade do trabalho está em tornar a biblioteca um organismo vivo com princípios técnicos, tecnológicos e educativos tendo por principal alvo as/os usuárias/os (discentes, docentes, técnico-administrativos e comunidade externa).

O controle sobre o trabalho da/do bibliotecária(o)-documentalista pode ser percebido de diversas formas. Primeiro, o gerenciamento das atividades da biblioteca passou a ser feito com uso de computadores, desde a seleção e a aquisição dos materiais, até o empréstimo do material. As novas tecnologias também permitiram maior controle da/do usuária(o) sobre o trabalho das/dos profissionais da biblioteca, uma vez que a acessibilidade e a visibilidade dos serviços da biblioteca pela internet foi possibilitada.

Verificamos que o controle do trabalho pelas usuárias e pelos usuários não foi destacado como problema pelas/pelos bibliotecárias(os)-documentalistas, sendo entendido como decorrente de um processo normal de informatização. A não constatação do controle sobre o trabalho das/dos profissionais da biblioteca pode ser entendida como um problema a ser investigado futuramente, uma vez que pode ser sinal de um processo de alienação.

Além da perda de controle sobre o trabalho na biblioteca, com a inserção das novas tecnologias, ocorre, também, a multifuncionalidade da/do bibliotecária(o) devido o crescimento da instituição, as exigências dos usuários e o ritmo imposto pelas tecnologias. O ingresso das/dos bibliotecárias(os)-documentalistas em uma instituição em expansão e com objetivos complexos provoca o aumento do volume de trabalho e, por consequência, a flexibilização do processo de trabalho, pois o número de servidores aumentou não na mesma proporção em que a instituição se expandiu. No entanto, houve vantagens, pois os servidores usam a tecnologia como um instrumento que permite a agilidade no processo, dispensando o exaustivo trabalho manual. Além disso, as novas tecnologias tem proporcionado troca de experiência das/dos bibliotecárias(os) com as/os colegas de profissão.

Não podemos, portanto, deixar de destacar o valor do trabalho na biblioteca com princípios educativos com uso das tecnologias, uma vez que, as/os bibliotecárias(os)-documentalista podem utilizar o recurso tecnológico para além da informatização, da visibilidade e da acessibilidade. Bibliotecárias e bibliotecários podem dinamizar a biblioteca interagindo com usuárias e usuários para identificar suas necessidades oferecendo serviços de orientação à leitura e à pesquisa, e também podem utilizar a rede de computadores para se qualificarem.

O enlace de novas tecnologias com expansão institucional, mais trabalho e exigências oriundas das políticas educacionais e das/dos usuárias(os) das bibliotecas do IFG exercem

influência sobre a força de trabalho da/do bibliotecária(o)-documentalista. A economia de tempo e a agilidade no processo de trabalho proporcionada pelas novas tecnologias é revertida em execução de maior número de atividades, efeito do sistema da acumulação flexível.

Tecendo algumas considerações sobre o trabalho da bibliotecária e do bibliotecário no IFG é importante destacar que: a natureza do trabalho bibliotecário modificou conforme evoluiu historicamente: a organização do conhecimento antes e pós introdução de novas tecnologias são formas de trabalho completamente distintas, apesar de o produto ser o mesmo. Tomemos, como exemplo, o caso da/do bibliotecária(o): antes os usuários tinham acesso ao trabalho da/do bibliotecária(o) indo a biblioteca, era a única possibilidade. Com a introdução das novas tecnologias a apropriação do trabalho da/do bibliotecária(o) o alcance é virtual. Em termos de bibliotecas virtuais é possível que a introdução de tecnologias exclua a figura da/do bibliotecária(o) fisicamente presente, por meio de andróides, *software*, instruções programadas; quando isso não ocorre (principalmente pela dificuldade de material) há outras estratégias bastante comuns que, se não excluem a/o bibliotecária(o), reduzem a sua atuação a um trabalho desqualificado, através da fragmentação do trabalho e da multifuncionalidade.

Por fim, o controle sobre o trabalho da/do bibliotecária(o), a perda de autonomia administrativa, a fragmentação do trabalho, não são fatores que se desenvolvem tranquilamente, pois a bibliotecária e o bibliotecário lutam para não perder a autonomia, para não serem controladas/os e buscam formas para superar a fragmentação do trabalho.

No limiar da década de 1962 as/os bibliotecárias(os) conseguem seu reconhecimento público como profissionais de nível superior. Em 2005, para os que atuam nos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, passam a ser considerados profissionais em educação, assim como os demais trabalhadores em educação. Com a introdução das novas tecnologias no processo de trabalho são convocados a qualificarem-se mais e a trabalharem com pouco controle sobre o seu trabalho. As/Os bibliotecárias(os)-documentalistas também são trabalhadores proletarizados pois vendem sua força de trabalho, não possuem o controle sobre os meios de produção, sobre o objeto e o processo de seu trabalho. Não possuem autonomia, constituindo-se em trabalhadores coletivos. Seu saber, ao longo do desenvolvimento do processo de trabalho, é apropriado pelo capital e incorporado ao processo de produção. O trabalho morto da/do bibliotecária(o) possibilitado pelo computador e apropriado pelo capital seria também uma apontamento para um estudo mais aprofundado.

As condições de trabalho nas bibliotecas têm imposto à/ao bibliotecária(o) uma situação extremamente precária que as/os distancia, em termos de renda e de prestígio, do profissionalismo. Contraditoriamente, essa mesma situação os conduz a uma busca incessante

de regulamentação da profissão: conquistas salariais, planos de carreira, garantias no emprego e qualificação para o exercício da profissão. Estas conquistas, quando ocorrem, se dão através de lutas sindicais – fator a ser investigado em pesquisas futuras.

As/Os bibliotecárias(os)-documentalistas trabalham em bibliotecas que se apresentam bastante fragmentadas. A divisão do trabalho, a introdução da multifuncionalidade, a separação entre os atos de conceber e executar, a diminuição do controle sobre o processo decisório, a influência cada vez menor sobre o processo de produção e organização da informação, enfim, a forma como o trabalho está organizado na biblioteca de uma instituição de ensino, evidenciam o cotidiano que a/o bibliotecária(o) enfrenta.

O que analisamos e interpretamos no estudo seria prejudicado se não fosse acrescentado o elemento gênero para o entendimento do trabalho da/do bibliotecária(o) e da sua constituição enquanto um coletivo. A conformação da/do bibliotecária(o) em assalariado(a), em trabalhador(a), coincide com a feminização da profissão. Hoje 2/3 dos bibliotecários-documentalistas são constituídos por mulheres. A análise de classe é insuficiente para interpretar o trabalho na biblioteca com a introdução de tecnologias.

Numa sociedade patriarcal o trabalho feminino é sempre considerado de menor prestígio, menos profissional. A educação sempre foi uma das áreas em que o trabalho, segundo a lógica da ideologia patriarcal, era adequado para as mulheres por ser uma extensão do trabalho doméstico. No entanto, a expansão da rede de educação profissional tecnológica absorveu tanto a mão-de-obra feminina quanto a masculina para atuarem nos espaços das bibliotecas, sendo as mulheres maioria.

Embora o IFG seja uma instituição representativa em Goiás, com suas dez bibliotecas, uma em cada câmpus, sua realidade pode não ser a mesma das bibliotecas dos demais Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia espalhados pelo Brasil e de outras de instituições públicas. Para certificar se são realidades próximas seria necessário novos estudos, de maneira comparativa em busca de especificidades e contradições, na perspectiva de mapear as influências das novas tecnologias da informação nas relações de trabalho das/dos bibliotecárias(os)-documentalistas. Outro estudo seria analisar a representação da função educativa das bibliotecas expressa nos livros de metodologia.

Há que se considerar, ainda, que na complexidade e na ausência de ferramentas tecnológicas apreendida nas contradições presentes no exercício profissional da bibliotecária e do bibliotecário em ambientes educacionais ocorre poucas possibilidades de um trabalho educativo com princípios da omnilateralidade. As bibliotecas do IFG não estão absolutamente dominadas, mas apresentam-se enquanto um espaço contraditório de lutas, resistências,

acomodações, submissões, conflitos. O/A trabalhador(a) da biblioteca está, por vários aspectos, numa situação de ambivalência, apresentando características de proletarização e de profissionalismo. Isso revela um coletivo em formação, em luta pra se constituir parte da classe trabalhadora, mas que vive uma situação de identidade social contraditória.

Bibliotecas do IFG, que espaço é esse? Um espaço educativo com maior número de mulheres bibliotecárias que tentam manter um equilíbrio entre trabalho profissional e doméstico. Um espaço que ainda priva por melhores recursos tecnológicos mesmo não garantindo a extinção de atividades de pura execução e de uma estrutura tradicional preconceituosa quanto ao trabalho masculino e feminino, separando quem cuida de quem manda.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Lúcia Helena Rincón. *Relações sociais de gênero: um saber necessário à educação*. Goiânia: Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2008. Mimeografado.

AGUIAR, Márcia Ângela da S. A formação dos profissionais da educação no contexto atual e o PNE 2011-2020: avaliação e perspectivas. In: DOURADO, Luiz Fernandes (org.). *Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas*. Goiânia: Editora UFG; Autêntica, 2011. P. 263-283.

ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. Apresentação. In: _____. (org.). *Políticas educacionais e práticas pedagógicas: para além da mercadorização do conhecimento*. 2. ed. São Paulo: Alínea, 2010a. p. 13-20.

_____. Liberalismo, educação e trabalho. In: ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de (org.). *Políticas educacionais e práticas pedagógicas: para além da mercadorização do conhecimento*. 2. ed. São Paulo: Alínea, 2010b. p. 36-45.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. *O método nas ciências naturais e sociais*. Pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Thomson, 1999. P. 163-169.

AMBIENTE LIVRE TECNOLOGIA. *LimeSurvey*. Disponível em: <www.ambientelivre.com.br/pesquisas-online-limesurvey.html>. Acesso em: 16 fev. 2013.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ASSUNÇÃO, Maria Madalena Silva de. *Magistério primário e cotidiano escolar*. São Paulo: Autores Associados, 1996. (Coleção Polêmicas de nosso tempo, v. 53).

AZEVEDO, Janete M. Lins de. *A educação como política pública*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

AZEVEDO, Sérgio de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implantação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos et al. *Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais*. Rio de Janeiro: Fase, 2003. Disponível em: <http://www.rebrip.org.br/noar/anexos/acervo/10_Sergio%20Azevedo_06.doc>. Acesso em: 10 jul. 2011.

BABBIE, Earl. *Métodos de pesquisas de Survey*. Belo Horizonte. Editora: UFMG, 2001.

BARCELOS, Maria Elisa Americano do Sul; GOMES, Maria Lúcia Barcelos Martins. *Preparando sua biblioteca para avaliação do MEC*. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.cfb.org.br/bitstream/123456789/495/1/PREPARANDO%20SUA%20BIBLIOTECA%20PARA%20AVALIA%C3%87%C3%83O%20DO%20MEC.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2013.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2004.

BECKER, Caroline da Rosa Ferreira. *Gestão de bibliotecas escolares com foco nas quatro funções gerenciais: estudo de caso nas bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense*. Florianópolis, SC, 2010. Dissertação (mestrado) - Universidade de Santa Catarina, Centro de Ciência da Educação. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

BENOIT, L. O. Feminismo, gênero e revolução. *Revista Crítica Marxista*, São Paulo, n. 11, p. 76-88, out. 2000.

BERTRAND, Yves; VALOIS, Paul. *Paradigmas educacionais*. Lisboa: Horizontes Pedagógicos, 1994, p. 83-121.

BORGES, Kamylla Pereira. *Trabalho e saúde dos trabalhadores docentes*. Goiânia, 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, Goiânia.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 8.035, de 2010. In: DOURADO, Luiz Fernandes (org.). *Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas*. Goiânia: Editora UFG; Belo Horizonte: Autêntica, 2011a.

_____. Congresso Nacional. Comissão Especial. *Relatório final do Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado na Câmara dos Deputados*. Brasília, 2012.

_____. _____. *Lei nº 4.084 de 30 de junho de 1962*. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. Alterada pela Lei nº 7.504/1986. Disponível em: <http://www.trt02.gov.br/geral/tribunal2/Legis/CLT/Profis_regula/L4084_62.html>. Acesso em 10 jan. 2012d.

_____. _____. *Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 12 dez. 2011.

_____. _____. *Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990*: que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112cons.htm>. Acesso em: 16 dez. 2011b.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 11.091 de 12 de janeiro de 2005*. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11091.htm>. Acesso em: 20 jul. 2010a.

_____. _____. *Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008*: institui a Rede Federal de Educação profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 30 dez. 2008. Disponível em: <<http://www.in.gov.br>> Acesso em: 15 jan. 2012.

_____. _____. *Lei nº 12.014, 06 de agosto de 2009*. Altera o art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Ato.2007-2010/1009/Lei/L12014.html>>. Acesso em 15 de maio 2012b.

_____. Conselho Nacional de Saúde. *Resolução nº 196 de 10 de outubro de 1996*. Disponível em: <http://www.pucgoias.edu.br/ucg/prope/cep/adm/secao.asp?id_secao=334>. Acesso em: 2 abr. 2012a.

_____. Constituição [1988]. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988 . Brasília: Senado Federal, 2007.

_____. Ministério da Educação. Comissão Organizadora do Conae. *Documento final*. Brasília: MEC, 2010b. Disponível em: <conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final_sl.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2012.

_____. _____. Secretaria de Educação Superior. *Manual de verificação in loco das condições institucionais*. Brasília, set. 2002a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/Manual1.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2013.

_____. _____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Diretoria de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior. *Manual geral de avaliação das condições de ensino*. Brasília, Inep, fev. 2002b. Disponível em: <www.abecin.org.br/siteantigo/portal/.../ManualdeAvaliacaoDAES.doc>. Acesso em: 15 maio 2013.

_____. _____. *Manual de uso da marca*. Disponível em: <www.valenca.ifba.edu.br/attachments/015_014_marca-if_final.pdf>. Acesso em 12 jan. 2013a.

BRASIL. Ministério da. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. *Indicadores do Instrumento nos graus de tecnólogo, de licenciatura e de bacharelado para as modalidades presencial e a distância do Sinaes*. Brasília, 2012e. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2012/instrumento_com_alteracoes_maio_12.pdf . Acesso em: 23 abr. 2013.

_____. Ministério do Trabalho. Secretaria de Políticas de Emprego e Salário. *Classificação Brasileira de Ocupações: CBO*. 3. ed. Brasília: MTE, SPPE, 2010d.

_____. Presidência da República. *Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006*: estabelece diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do PCCTAE. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5824.htm>. Acesso em: 20 jan. 2012c.

CAMPELLO, Bernadete. A função educativa da biblioteca escolar no Brasil: perspectivas para o seu aperfeiçoamento. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA*

DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: ECI, UFMG, 2003. CD-ROM.

CANEZIN, Maria Teresa; NEPOMUCENO, Maria de Araújo. Apontamentos sobre a noção de conhecimento e o processo de investigação nas ciências humanas. *Educativa*, Goiânia, v. 12, n. 1, p. 85-107, jan./jun. 2009.

CARVALHO, Dóris de Queiroz. *Bibliotecas escolares: manual de organização e funcionamento*. Brasília: MEC, 1972.

_____. *Bibliotecas de escolas técnicas industriais: manual de organização e funcionamento*. Brasília: MEC, 1970.

CARVALHO, Marco Antônio de. *Técnico agrícola: peão melhorado?* 2012. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC Goiás, Goiânia.

CASTELLS, Manuel. A transformação do trabalho e do mercado de trabalho: trabalhadores ativos na rede, desempregados e trabalhadores com jornada flexível. In: _____. *A sociedade em rede*. Trad. Roneide Venâncio Majer. 11. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. (A era da informação: economia, sociedade de cultura, v. 1).

CASTRO, César Augusto. *História da Biblioteconomia brasileira: perspectiva histórica*. Brasília: Thesaurus, 2000a.

_____; RIBEIRO, Maria Solange Pereira. As contradições da sociedade da informação e a formação do bibliotecário. *Revista Digital de biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v. 1, n. 2, p. 41-52, jan./jun. 2004.

CASTRO, Mary G. Marxismo, feminismos e feminismo marxista: mas que um gênero em tempos neoliberais. *Revista Crítica Marxista*, São Paulo, n. 11, out. 2000b.

CATTANÉO, Nathalie; HIRATA, Helena. Flexibilidade. In: HIRATA, Helena (org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009. P. 106-111.

CHAGAS, Flomar Ambrosina Oliveira. *A idade do livro e o silêncio da biblioteca*. Goiânia, 2010. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2010.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção primeiros passos, n. 13).

CHAUL, Nasr N. Fayad. *Construção de Goiânia e a transferência da capital*. Goiânia: Cegraf UFG, 1988. (Coleção documentos goianos, n. 17).

COSTA, Keila Matilda de Melo. Biblioteca: espaço de saber e de poder. In: CICLO DE ESTUDOS DO DISCURSO: repensando conceitos e objetos na obra de Michel Foucault, 1., dez. 2010. *Cadernos de programação e resumos*, Goiânia, v. 1, n. 1, dez. 2010. Disponível em: <http://portais.ufg.br/uploads/26/original_cadernoprimeirociclo.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2013.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Apresentação: Lei de Diretrizes e Bases e perspectivas da educação nacional. In: BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei 9.394/96*. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

DEWEY, J. *Democracia e educação*. São Paulo: Cia; Editora Nacional, 1979.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Introdução à edição brasileira. In: REDAÇÃO sem discriminação: pequeno guia vocabular com dicas para evitar as armadilhas do sexismo na linguagem corrente. Trad. De Maria Ângela Casellato, Rachel Holzacker, Juan Manuel Fernandez. São Paulo: Textonovo, 1996. P.13-16.

DOCUMENTAÇÃO: Plano de Educação Nacional. *REBP*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 36, p. 210-320, maio 1949.

DUARTE, Newton. *Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?* Quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção polêmicas do nosso tempo, 86).

ENGUIITA, Mário Fernández. *A face oculta da escola*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ENGUIITA, Mário Fernández. El marxismo y la educación: un balance. In: ALMEIDA, Malu (Org.). *Políticas educacionais e práticas pedagógicas: para além da mercadorização do conhecimento*. 2. ed. São Paulo: Alínea, 2010. P. 21-34.

_____. *La escuela a examem: un análisis sociológico para educadores y otras personas interesadas*. Madrid: Ediciones Pirámide, 1998.

FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS (Fasubra Sindical). *Lei nº 11.091*: publicada em janeiro de 2005. Goiânia: Sint-IFESgo, 2010.

FERRAI, Natália; TARUMOTO, Mário Hissamitsu. *Aplicação de técnicas de análise estatística quantitativa e qualitativa a dados de pesquisa de mercado*. Disponível em: <http://prope.unesp.br/xxi_cic/27_35290681876.pdf>. Acesso em 16 fev. 2012.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio: o dicionário de língua portuguesa*. 6. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FRAGA, Marco Aurélio. *Novas instalações da biblioteca do CEFET Goiás*. Brasília, 2007. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7823&catid=209&Itemid=86>. Acesso em: 03 set. 2012.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. *Análise de conteúdo*. Brasília: Liber Livro, 2008.

FREITAS, Henrique et al. O método de pesquisa survey. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 105-112, jul./set. 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Tecnologia. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Julio Cesar França (orgs.). *Dicionário da educação profissional em saúde*. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. P. 377-382.

_____. Trabalho, educação e tecnologia: treinamento polivalente ou formação politécnica? *Ande: Revista da Associação Nacional de Educação*, v. 8, n. 14, p. 33-45, 1989.

FROMM, E. *Conceito marxista do homem*. 8. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo : Atlas, 2008.

GRABOWSKI, Gabriel; RIBEIRO, Jorge Alberto Rosa. Reforma, legislação e financiamento da educação profissional no Brasil. In: MOLL, Jaqueline (org.). *Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades*. Porto Alegre: Artmed, 2010. P.271-284.

GRAY, David E. Coletando dados primários: questionários. In: _____. *Pesquisa no mundo real*. Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Penso, 2012. P. 274-298.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 16. Ed. São Paulo: Loyola, 2007.

HIRATA, Helena. Da polarização das qualificações ao modelo da competência. In: FERRETTI, Celso João (org.). *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. São Paulo: Vozes, 2011b. p. 128-142.

_____. Globalização e divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparada. In: GUIMARÃES, Nadja Araújo; HIRATA, Helena; SUGITA, Kurumi (orgs.). *Trabalho flexível, empregos precários? Uma comparação Brasil, França, Japão*. São Paulo: Edusp, 2009. P. 145-167.

_____. *Nova divisão sexual do trabalho: um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. *Caderno CRH*, Salvador, v. 24, n. especial 1, p. 13-20, 2011a.

HOLZMANN, Lorena. Notas sobre as condições da mão de obra feminina frente à inovações tecnológicas. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 4, dez. 2000.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HYPÓLITO, Álvaro Moreira. Processo de trabalho na escola: Algumas categorias para análise. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, v. 4, p. 3-21, 1991.

IANNI, Octávio. Dialética e ciências sociais. In: FAVARETTO, Celso Fernando; BOGUS, Lúcia Maria Machado; VÉRAS, Maura Pardini Bicudo (orgs.). *Epistemologia das ciências sociais*. São Paulo: EDUC, 1984. P. 93-105. (Série cadernos PUC São Paulo; 19).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa mensal de emprego*. 8 mar. 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp_2012.pdf>. Acesso em: 24 maio 2013.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS (IFG). *Edital 068, de 14 de dezembro de 2011*: Concurso público para provimento de cargos da carreira técnico-administrativo. IFG, 2011d.

_____. *Expansão da Rede Federal Educação Profissional, Científica e Tecnológica* [Folder institucional]. Brasília: PDE, 2011.

_____. Caderno geral de propostas. In: CONGRESSO INSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO DO IFG, 8 a 10 fev. 2012a. Goiânia: IFG, 2012.

_____. *Histórico do IFG*. Goiânia Disponível em: <<http://www.ifgoias.edu.br/index.php/historico>>. Acesso em: 21 jun. 2010b.

_____. *Histórico do IFG*. Goiânia. Disponível em: <<http://www.jatai.ifg.edu.br/index.php/historico>>. Acesso em: 15 abr. 2013a.

_____. *Conselho Superior aprova criação e regimento do Sistema Integrado de Bibliotecas do IFG*. Goiânia, 2013b. Disponível em: <http://ifg.edu.br/imagens/arquivos/2013/resolucao_5.pdf>. Acesso em 15 abr. 2013.

_____. *Perguntas mais frequentes*. Disponível em: <www.ifg.edu.br/sic/index.php/perguntas_mais_frequentes#oquee>. Acesso em: 20 jan. 2013.

_____. *PIBIB/IFG e os desafios da formação de professores no Brasil contemporâneo*. Goiânia: IFG, 2011a. (Projeto Pibid financiado pela Capes coordenado por Flomar Ambrosina Oliveira Chagas).

_____. *Prestação de contas ordinária anual: relatório de gestão do exercício de 2009*. Goiânia, 2010. Disponível em: <http://www.ifg.edu.br/dap/imagens/downloads/relatorio/2009/prestao_de_contas_14.06.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2013.

_____. *Prestação de contas ordinária anual: relatório de gestão do exercício de 2010*. Goiânia, 2011b. Disponível em: <http://www.ifg.edu.br/dap/imagens/downloads/relatorio/2010/relatorio_de_gestao_2010_tcu.pdf>. Acesso: em 20 abr. 2013.

_____. *Prestação de contas ordinária anual: relatório de gestão do exercício de 2011*. Goiânia, 2012b. Disponível em: <http://www.ifg.edu.br/dap/imagens/downloads/relatorio/2011/relatorio_gestao_2011.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2013.

_____. *Programa de capacitação*. Goiânia, 2013f. Disponível em: <<http://www.ifg.edu.br>>. Acesso em: 10 maio 2013.

_____. *Regimento geral*. Goiânia, 2008. Disponível em: <<http://www.ifg.edu.br>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

_____. *Reitor do IFG empossa novos servidores para quadro de pessoal efetivo*. Disponível em <<http://ifg.edu.br/index.php/component/content/article/1-news/88452-pessoal>>. Acesso em: 16 abr. 2013d.

_____. *Relatório geral: bibliotecas IFG 2012*. Goiânia, 2013e. (Arquivo recebido por e-mail em 25 jan. 2013).

_____. *Relatório de gestão do exercício de 2009*. Goiânia, 2010.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL DE MINAS GERAIS (IFMinasSul). *Nova grafia*. 7 nov. 2012. Disponível em: <www.mch.ifsuldeminas.edu.br/noticias/88-noticias-2012/788-novagrafia>. Acesso em: 12 jan. 2013.

JACOB, Christian. Prefácio. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (dir.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. P. 9-17.

JOHNSON, Allan G. Tecnologia. In: _____. *Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. P. 230.

JURACY, Caetana. *Institutos Federais: Lei 11.892, de 29 dezembro de 2008: comentários e reflexões*. Natal: IFRN, 2010.

KAFKA, Franz. *A metamorfose*. Trad. J. A. Teixeira Aguilar. Buenos Aires: Editorial Lord Cochrane, 1988.

KARL Marx: o filósofo da revolução. *Nova Escola, edição especial*, v. 2, n. 10, p. 43-45, 2006.

KONDER, Leandro. *Marx: vida e obra*. São Paulo: Paz e Terra, 2011a.

_____. *O que é dialética*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 2011b. (Coleção primeiros passos, n. 23).

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

KUENZER, Acácia Zeneida. As políticas de educação profissional: uma reflexão necessária. In: MOLL, Jaqueline (org.). *Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades*. Porto Alegre: Artmed, 2010. P. 253-270.

LEITE, Márcia de Paula. Modernização tecnológica e relações de trabalho. In: FERRETTI, Celso João (org.). *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. São Paulo: Vozes, 2011. p. 36-53.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. As transformações técnico-científicas, econômicas e políticas. In: _____. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011a. 1ª parte, Cap. I, p. 57-106. (Coleção docência em formação).

_____. Reformas educacionais e os planos de educação. In: _____. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011b. 2ª parte, Cap. II, p. 151-160. (Coleção docência em formação).

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e magistério: identidade, história, representação. In: CATINI, Denise Barbara et al (orgs.). *Docência, memória e gênero: estudos sobre formação*. 4. ed. São Paulo: Escrituras, 2003. P. 75-84.

LOURO, Guacira. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. P. 443-481.

LUCAS, Clarinda Rodrigues. *Leitura e interpretação em biblioteconomia*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2000.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. 8. reimp. São Paulo: EPU, 2004.

MACEDO, Neusa Dias de. Fórum de debates sobre a biblioteca escolar brasileira, com base no Manifesto Unesco/Ifla: missão da biblioteca escolar. In: _____ (org.). *Biblioteca escolar brasileira em debate: da memória profissional a um fórum virtual*. São Paulo: Senac, 2005. P.167-183.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. A educação e os desafios das novas tecnologias. In: FERRETTI, Celso João (org.). *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. São Paulo: Vozes, 2011. P. 169-203.

MANACORDA, Mario Alighiero. Marx e a formação do homem. Trad. Newton Ramos-de-Oliveira e Paolo Nosella. *Revista Histedbr Online*, Campinas, n. especial, p. 6-15, abr. 2011. Disponível em: <<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/41e/index.html>>. Acesso em: 27 fev. 2012.

_____. *Marx e a pedagogia moderna*. 2. ed. rev. Campinas, SP: Alínea, 2010. (Educação em debate).

MANFREDI, Silvia Maria. *Educação profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

MANIFESTO Unesco/Ifla para biblioteca escolar. In: MACEDO, Neusa Dias de (org.). *Biblioteca escolar brasileira em debate: da memória profissional a um fórum virtual*. São Paulo: Senac: Conselho Regional de Biblioteconomia 8ª Região, 2005. P. 425-428.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARKUN, Paulo. *Entrevista de Domênico de Masi no Roda Viva*. TV Cultura, 4 jan. 1999. Disponível em: <http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/5/entrevistados/domenico_de_masi_1998.htm>. Acesso em: 10 nov. 2010.

MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. São Paulo: Ática, 1998.

MARTUCCI, Elisabeth Marcia. A feminização e a profissionalização do magistério e da biblioteconomia: uma aproximação. *Perspec. Ci. Inf.*, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 225-244, jul./dez. 1996.

MARX, Karl. Introdução à crítica da economia política. In: _____. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. P. 223-263.

_____. Manuscritos econômico-filosóficos. In: FROMM, E. *Conceito marxista do homem*. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. P. 85-170.

_____. O processo de produção do capital. In: _____. *O Capital: crítica da economia política*. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1988. V. 1. (Coleção os economistas).

_____; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1987.

MEDEIROS, João Bosco. *Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MEIRELES, Céres Mari da Silva. *Das artes e ofícios à educação tecnológica: 90 anos de história*. Pelotas: UFPEL, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: _____. (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 8. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.

MODESTO, Fernando. Fórum de debates sobre a biblioteca escolar brasileira, com base no Manifesto Unesco/Ifla: uma introdução às tecnologias emergentes de informação e comunicação. In: MACEDO, Neusa Dias de (org.). *Biblioteca escolar brasileira em debate: da memória profissional a um fórum virtual*. São Paulo: Senac: Conselho Regional de Biblioteconomia 8ª Região, 2005. P.287-298.

MONLEVADE, João Antônio Cabral de. *Funcionários de escolas: cidadãos, educadores, profissionais e gestores*. Brasília: UnB, 2008. (Curso técnico de formação para os funcionários da educação. Profuncionário, 1).

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MULLER, Suzana P. Machado. Biblioteca e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. *R. Esc. biblioteconomia*. UFMG, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 7-54, mar. 1984.

NEVES, Magda de Almeida. As novas configurações do trabalho: diversidade, precarização e dominação. In: PORTO, M. S.; DWYER, T. (orgs.). *Sociologia em transformação: pesquisa social no séc. XXI*. Porto Alegre: Tomo, 2006. P. 1-32.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. *A feminização do mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização*. Campinas (SP): Autores Associados, 2004.

_____. Notas sobre a mulher e sua luta pela Igualdade Substancial. In: LUCENA, Carlos (Org.). *Trabalho, precarização e formação humana*. São Paulo: Alínea, 2008. P. 185-193.

NORONHA, Maria Izabel Azevedo. Diretrizes da carreira e área 21: história e perspectivas. *Retratos da Escola*, Brasília, v. 3, n. 5, p. 361-372, 2009. Disponível em: <www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/29>. Acesso em: 15 maio 2013.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação. *Ecos: Revista Científica*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 351-368, jul./dez. 2005.

OLIVEIRA, Laila Lopes; SOUZA, Victoria Ferreira. *IFG, Cefet, ETFG/Jataí: do jubileu de papel ao jubileu de prata*. Jataí: IFG, 2012. (Projeto Pibic-EM IFG orientado por Flomar Ambrosina Oliveira Chagas).

OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de; QUINTANEIRO, Tania. Karl Marx. In: QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de. *Um toque de clássicos: Marx, Durkheim, Weber*. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2011. P. 27-66.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. *Políticas públicas para o ensino profissional: o processo de desmantelamento dos Cefets*. Campinas, SP: Papirus, 2003.

PENA, André de Souza. *A evolução do mercado de trabalho do profissional da informação no Brasil: um estudo a partir da RAIS/TEM, 1992-2005*. Belo Horizonte: UFMG, 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.ufmg.br>>. Acesso em: 2 maio 2011.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. P. 578-606.

RAMOS, José Alimateia de Aquino. *As inovações tecnológicas e suas implicações sobre o processo de trabalho dos bibliotecários: estudo de caso no Sistema de Bibliotecas da PUC Minas*. UFMG, 2004. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/VALA-692NKW/mestrado__jos__alimat_ia_de_aquino_ramos.pdf?sequence=1>. Acesso em: 12 dez. 2012.

REY, González. *Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Pioneira Thonson Learning, 2002.

RUIZ, João Álvaro. *Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos*. 2. ed. São Paulo Atlas, 1991.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? *Revista Crítica Marxista*, São Paulo, n. 11, p. 71-75, out. 2000.

SANTOS, Andréa Pereira dos. Biblioteca Professor Jorge Félix de Souza: Cefet-GO e sua nova estruturação física e organizacional: relato de experiência. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., jul. Brasília, 2007. *Anais...* Brasília: CBBB, 2007 (CD-Rom).

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. 39 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

_____. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, Celso João (orgs.). *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. São Paulo: Vozes, 2011a. P. 151-168.

_____. Sobre a natureza e especificidade da educação. In: _____. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011b. (Coleção educação contemporânea).

SILVA, Antônio Moreira da. Cefet. In: _____. *Dossiê de Goiás: empresarial*. Goiânia: Master Publicidade, 2001a. P. 111-113.

_____. *Dossiê de Goiás: enciclopédia*. Goiânia: Master Publicidade, 2001b.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. *Bibliotecário e a mediação*. Disponível em: <http://www.blogdogaleno.com.br/baixar_texto.php?texto_id=7112&area=25>. Acesso em: 14 jan. 2010.

_____. Teoria e prática da leitura: eis o que falta ao nosso bibliotecário. In: _____. *Leitura e realidade brasileira*. 5. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

SILVA, Robson Santos Camara. *Ensino médio integrado no Distrito Federal: um diálogo entre a teoria e a prática*. Brasília: UnB, 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília.

SOUSA JUNIOR, Justino de Sousa Junior. Omnilateralidade. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Julio Cesar França (orgs.). *Dicionário da educação profissional em saúde*. 2. Ed. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. P. 284-291.

SOUZA, Maria Aparecida Rodrigues de. *Gestão por competências no Câmpus Inhumas do Instituto Federal de Goiás e suas implicações na condução dos processos de negociação coletiva*. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2010. TCC (Trabalho de conclusão de Curso) - Especialização em Negociação Coletiva na modalidade a distância, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SOUZA, Maria Aparecida Rodrigues de; JESUS, Riquelma de Sousa de. Circuito do livro: uma prática educativa na biblioteca. In: ENCONTRO ESTADUAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, 4., maio 2011. *Anais...* Goiânia: UEG, 2011. Disponível em: <<http://www.ceped.ueg.br/anais/ivedipe/pdfs/didatica/poster/149-303-2-SP.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2012.

SUETH, José Candido Rifan *et al.* *A trajetória de 100 anos dos eternos titãs: da Escola de Aprendizes e Artífices ao Instituto Federal*. Vitória (ES): Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, 2009.

STAKE, Robert E. Métodos: coletando dados. *In: _____*. *Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam*. Trad. Karla Reis. Porto Alegre: Penso, 2011.

TECNOLOGIA. *Revista Poli: Saúde, Educação e Trabalho*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 19, p. 23-24, set./out. 2011.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 2009.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim (org.). *Profissionais da Informação: formação, perfil e atuação profissional*. São Paulo: Polis, 2000.

VIEIRA, Juçara M. Dutra. Funcionário da educação: o caso do Brasil é singular? *Retratos da Escola*, Brasília, v. 3, n. 5, p. 325-338, 2009b. Disponível em: <www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/26/186>. Acesso em: 15 maio 2013.

VIEIRA, Sonia. *Como elaborar questionários*. São Paulo: Atlas, 2009a.

APÊNDICE A – Levantamento bibliográfico

Fonte: Portal de Periódicos da Capes, repositórios de teses e dissertações, sites institucionais, catálogos de livros

Palavras-chave: Educação, Trabalho, Gênero, bibliotecária(o), Tecnologias

Período coberto: 2005 a 2011

Tabela 4 – Levantamento bibliográfico sobre o tema

Item	Referência	Tipo de material	Palavras-chave	Utilizado: SIM/NÃO
1	ALMEIDA, Malu. Políticas educacionais e práticas pedagógicas: para além de mercadorização do conhecimento. Campinas/SP: Editora Alínea, 2005.	Livro	Políticas educacionais Trabalho	SIM
2	BAPTISTA, Sofia Galvão; CAMPOS, Grazielle Noronha. Características dos bibliotecários das bibliotecas de instituições de ensino superior privadas do distrito federal, criadas após o decreto do MEC em 1996, e as expectativas dos empregadores. Anais Ancib , 28 out. 2007.	Artigo	Biblioteca Universitária bibliotecária (o)	NÃO
3	BAPTISTA, Sofia Galvão. Empregabilidade na sociedade de informação: o arquiteto da informação. Anais Ancib , 28 nov. 2005.	Artigo	Sociedade da Informação, Mercado de trabalho	NÃO
4	Becker, Caroline da Rosa Ferreira. Gestão de bibliotecas escolares com foco nas quatro funções gerenciais: estudo de caso nas bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense Florianópolis, SC, 2010.	Dissertação	Bibliotecas escolares, IFs	SIM
5	Borges, Kamylla Pereira. Trabalho e saúde dos trabalhadores docentes. Goiânia, 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação.	Dissertação	Saúde dos trabalhadores, Docente	SIM
6	BOTELHO, Adriano. Produção flexível: a produção do espaço num contexto de mudança das estratégias de acumulação do capital. USP, 2010.	Dissertação	Produção flexível	NÃO
7	CAMARGO, Kátia Pereira Coelho. Relações sociais de gênero na Regional de Palmeiras de Goiás e sua repercussão no mundo do trabalho. Goiânia, 2007. Dissertação (Mestrado) em Educação, UCG.	Dissertação	Gênero, Educação, trabalho	SIM
8	CATTANI, A. D. (Org.) ; HOLZMANN, Lorena (Org.). Dicionário de Trabalho e Tecnologia. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. v. 1. 358 p .	livro	Trabalho, tecnologia	SIM
9	CEOLIN, George Francisco Ceolin. Transformações no mundo do trabalho e suas implicações na profissão do serviço social no período histórico de transição dos séculos XX e XXI. UCG, 2010. Disponível em: < http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=781 >	Dissertação	Trabalho, Serviço Social	NÃO
10	CUNHA, Miriam Vieira da; SILVA, Romario Antunes da. Os profissionais da informação: espaços de trabalho na internet: segunda parte – 2005-2007. Anais Ancib , 28 out. 2007.	Artigo	Profissional da Informação, Tecnologia	NÃO

Item	Referência	Tipo de material	Palavras-chave	Utilizado: SIM/NÃO
11	DESUÓ, Naê Prada Rodrigues. Novas tecnologias em tempos de capitalismo global : da atualidade da crítica de T. W. Adorno à técnica. 2006. 136 f. il. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2006.	Dissertação	Tecnologias, trabalho, Capitalismo	NÃO
12	DUTRA, Tatiana N. Augusto; CARVALHO, Andréa Vasconcelos. O profissional da informação e as habilidades exigidas pelo mercado de trabalho emergente. Encontros Bibli : Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, n. 22, 2º sem. 2006. Disponível em: < http://www.encontros-bibli.ufsc.br/Edicao_22/dutra.pdf >. Acesso em: 8/04/2007.	Artigo	Trabalho, Profissional da Informação	NÃO
13	FRIGOTTO, Gaudêncio. A produção da escola improdutiva . 8.ed. São Paulo: Cortez, 2006.	Livro	Educação, Trabalho, Capitalismo	NÃO
14	GENTLE, Ivanilda Matias; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; GUIMARÃES, Valéria Maria Gomes. Gênero, diversidade sexual e educação : conceituação e práticas de direito e políticas públicas. JP: CEFET-PB, 2008.	Livro	Educação, Gênero	NÃO
15	GOMES, Carlos Antonio. Produção flexível e degradação da força de trabalho no Brasil . Campinas (SP), 2006. Universidade Estadual de Campinas . Faculdade de Educação UNICAMP: Programa de Pós-Graduação em Educação.	Dissertação	Qualificação profissional, Produção flexível	NÃO
16	González, Roberto Henrique S. Flexibilidade e permanência : a duração dos empregos no Brasil: 1992-2006. Brasília, 2009.	Dissertação	Mercado de Trabalho, Flexibilização	NÃO
17	INNOCENTINI, Maria Cristina Piombato; HAYASHI, Rodrigo de Castro; CABRERO, Maria da Piedade Resende da; COSTA, Carlos Roberto Massao. Indicadores da participação feminina em Ciência e Tecnologia. TransInformação , Campinas, v. 19, n. 2, p.169-187, maio/ago., 2007.	Artigo	Mulher, Tecnologia, Trabalho	NÃO
18	JOB, Ivone; OLIVEIRA, Dalgiza Andrade. Marcos históricos e legais do desenvolvimento da profissão de bibliotecário no Brasil. Revista ACB : Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v.11, n. 2, p. 259-272, ago./dez., 2006.	Artigo	Formação profissional, Bibliotecária(o)	NÃO
19	Korgut, Alexander. Processo de trabalho e novas tecnologias : estudo sobre a alienação e retificação do trabalho em call center. Universidade Estadual de Londrina. 2008. Dissertação.	Dissertação	Trabalho alienado, Tecnologia, Gênero	NÃO
20	KUENZER, Acácia Zeneida; ABREU, Claudia Barcelos de Moura; GOMES, Cristiano Mauro Assis. A articulação entre conhecimento tácito e inovação tecnológica: a função mediadora da educação. Rev. Bras. Educ. , Rio de Janeiro, v. 12, n. 36, dez. 2007. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782007000300006&lng=pt&nrm=iso >.	Artigo - Anped	Tecnologia, Educação profissional	SIM

Item	Referência	Tipo de material	Palavras-chave	Utilizado: SIM/NÃO
21	LOUREIRO, M. de F. L.; JANNUZZI, P. de M. Profissional da informação: análise da inserção no mercado de trabalho.... Anais Ancib , 28 nov. 2005.	Artigo	Trabalho, bibliotecário	NÃO
22	LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). História das mulheres no Brasil . São Paulo: Editora Contexto, 2009. P. 443-481.	Capítulo	Magistério, Trabalho feminino	SIM
23	MANACORDA, Mario Alighiero. Marx e a formação do homem . Tradução: Newton Ramos-de-Oliveira e Paolo Nosella. Disponível em: < http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/41e/index.html >. acesso em: 15 abril 2012.	Artigo	Educação, Omnilateralidade	SIM
24	MARX, K. Manuscritos econômicos-filosóficos . Primeiro Manuscrito: Trabalho alienado. Disponível em: < www.culturabrasil.pro.br/marx >. Acesso: 05/06/05.	Livro	Trabalho alienado	SIM
25	NEGRINI, Elaine Aparecida. Sentidos do trabalho na indústria e na escola: um estudo de formação de professores de educação profissional . 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba.	Dissertação	Trabalho, Educação Formação de Docente	NÃO
26	NEVES, Magda de Almeida. As novas configurações do trabalho: diversidade, precarização e dominação. In: PORTO, M.S.; DWYER, T. (org). Sociologia em transformação: pesquisa social no sec. XXI . Porto Alegre: Tomo Ed., 2006.	Livro	Trabalho, Precarização, Gênero	SIM
27	NOSELLA, Paolo. Trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores: para além da formação politécnica. Rev. Bras. Educ. , Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, abr. 2007. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782007000100011&lng=pt&nrm=iso >. acessos em 02 out. 2011.	Artigo Anped	Formação profissional, Formação politécnica	SIM
28	NUNES, Jordão Horta; FREITAS, Revalino Antonio (Orgs.). Trabalho e gênero: entre a solidariedade e a desigualdade . Goiânia: PUC Goiás, 2011.	Livro	Trabalho, Gênero	SIM
29	PENA, André de Souza. A evolução do mercado de trabalho formal do profissional da informação no Brasil: um estudo a partir da RAIS/MTE, de 1985 a 2005 . Dissertação (mestrado) Universidade de Brasília. Disponível em: < http://www.ufmg.br >.	Dissertação	Trabalho, Bibliotecário(a)	SIM
30	RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). História das mulheres no Brasil . São Paulo: Editora Contexto, 2009. P. 578-606.	Capítulo	Trabalho feminino	SIM
31	ROCHA, Ana. Trabalhadoras da FAET: condições de trabalho e sobrecarga doméstica . São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2012.	Livro	Trabalho doméstico, Gênero	SIM

Item	Referência	Tipo de material	Palavras-chave	Utilizado: SIM/NÃO
32	SANTOS, Elza Ferreira. Diferentes profissões, diferentes posicionamentos: uma reflexão acerca da presença feminina no IFS. Laranjeiras/SE, set. 2010. IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade	Artigo	Profissão, Mulher Educação	NÃO
33	SCHOLZE, LIA. Narrativas de si: o olhar feminino nas histórias de trabalho. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.	Tese	Educação, Trabalho, Gênero	NÃO
34	SILVA, Ezequiel Theodoro da. Bibliotecário e a mediação. Disponível em: < http://www.blogdogaleno.com.br/baixar_texto.php?texto_id=7112&area=25 >. Acesso em: 14 jan. 2010.	Artigo	Função educativa, Bibliotecária(o)	SIM
35	SILVA, Magali Lippert da; MORIGI, Valdir José. Representações das práticas e da identidade profissional dos bibliotecários no mundo contemporâneo. Anais Ancib , 28 set. 2008.	Artigo	Bibliotecária(o) Representação social	NÃO
36	SILVA, Patrícia Maria. Sistemas de informação em bibliotecas: o comportamento dos usuários e bibliotecários frente às novas tecnologias de informação. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação , Campinas, v.5, n. 2, p. 1-24, jan/jun. 2008.	Artigo	Tecnologia, Usuários da informação	NÃO
37	SOUTO, Sônia Miranda de Oliveira. O profissional da informação frente as tecnologias do novo milênio e as exigências do mundo do trabalho. Anais Ci. Informação , 2006. Disponível em: < http://www.cinform.ufba.br/iv_anais/artigos/TEXT016.HTM >.	artigo	Tecnologia, Bibliotecária(o) Trabalho	NÃO
38	VIANNA, Jaqueline Abreu Vianna; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. Questões sobre a identidade e a socialidade no trabalho informacional mediado pelas tecnologias da informação e da comunicação. Anais Ancib , 25 out. 2009.	Artigo	TICs, Profissional da Informação	NÃO
39	Walter, Maria Tereza Machado Teles. Bibliotecários no Brasil: Representações da profissão. Brasília, 2008. Tese (Doutorado em Ci. Inf.) UnB, 2008. Disponível em: < http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.phpcodArquivo=4037 >	Tese	bibliotecária(o) Representação social	NÃO

APÊNDICE B – Questionário

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Pesquisa de campo

“Políticas educacionais: o/a profissional de biblioteconomia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e o trabalho alienado na era tecnológica: mais um espaço para mulheres”

Prezado(a) bibliotecário(a)-documentalista,

Sou Maria Aparecida Rodrigues de Souza, mestranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, na Linha de Pesquisa: Estado, Políticas e Instituições Educacionais, sob orientação da profa. Dra. Lúcia Helena Rincón Afonso. Peço sua contribuição para minha pesquisa de campo, respondendo ao questionário abaixo. Tenha certeza que estará contribuindo imensamente com meu trabalho. O objetivo do questionário é conhecer o perfil socioeconômico, ocupacional e doméstico da/do bibliotecária(o)-documentalista do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás considerando as particularidades referentes ao trabalhador homem e à trabalhadora mulher na era tecnológica. Para participar da pesquisa clique no *link* no final do convite e preencha o formulário. Após responder ao questionário clique em concluído para que as respostas sejam automaticamente encaminhadas ao *software* estatístico. Os dados colhidos serão de uso exclusivo da pesquisadora e sua confidencialidade fica assegurada pelo fato de não ser solicitada a sua identificação pessoal. Conto com sua colaboração.

Desde já, muito obrigada!

Maria Aparecida Rodrigues de Souza

Bibliotecária-documentalista do Câmpus Inhumas do IFG

E-mail: mcidarsouza@gmail.com

Fone: (62)8452-7389

PARTE A: O uso de tecnologias pela/pelo bibliotecária(o)-documentalista

1. Assinale seu grau de concordância em cada item abaixo sobre a utilização de tecnologia como instrumento de trabalho da/do profissional bibliotecária(o): Concorda fortemente (4); Concorda (3); Discorda (2); Discorda fortemente (1); Indeciso(a) (0)

Declaração	CF	C	D	DF	I
1. Na biblioteca a tecnologia é um instrumento que agiliza os processos de trabalho.					
2. A tecnologia possibilita à/ao bibliotecária(o)-documentalista atender mais usuárias(os).					
3. A tecnologia proporciona maior tempo livre para descanso à/ao bibliotecária(o)-documentalista.					
4. Preciso de maior qualificação profissional para utilizar a tecnologia no meu trabalho.					
5. Sei que meu trabalho é indispensável na biblioteca mesmo com a intensificação do uso de tecnologia.					
6. Como bibliotecária(o)-documentalista utilizo pedagogicamente as tecnologias disponíveis na instituição para interagir com os usuários.					
7. Com as tecnologias estou livre de realizar as atividades rotineiras da biblioteca.					
8. Com as tecnologias tenho mais autonomia no trabalho.					

2. Nas atividades executadas pela/pelo bibliotecária(o)-documentalista, determinadas pelo ambiente organizacional, informação, as tecnologias são utilizadas com que frequência?

ATIVIDADES	FREQUÊNCIA				
	diariamente	semanalmente	quinzenalmente	mensalmente	Não utiliza
1. Administração de biblioteca.					
2. Atendimento aos usuários da biblioteca.					
3. Controle de registro de usuários, empréstimo e devolução de material.					
4. Controle do uso das dependências da biblioteca.					
5. Implementação de base de dados.					
6. Seleção, catalogação, classificação de itens documentais e de informação.					
7. Elaboração, orientação e participação em programas de treinamento e cursos.					
8. Estruturar e executar a busca de dados à pesquisa documental por meio da análise direta das fontes de informação.					

3. Como seria trabalhar em uma biblioteca de instituição de ensino tecnológico sem o uso das tecnologias?

- () muito bom
 () bom
 () ruim
 () impossível

4. A utilização de tecnologias nas atividades da biblioteca melhorou as condições de trabalho como bibliotecária(o)-documentalista? Comente sua resposta.

- () Sim.
 () Não.
 () às vezes

Comente sua resposta: _____

5. No último ano o número de servidores existentes, por categoria, no seu setor sofreu algum tipo de alteração?

	Aumento	Igual	Redução
Coordenador/a			
Bibliotecária(o)-documentalista			
Assistente administrativo			
Bolsistas			
Auxiliar de biblioteca			

6. Para desenvolver sua capacidade de lidar com as tecnologias no seu trabalho você passou(a) por cursos de capacitação?

- () Sim
 () Não

7. Na maioria das vezes, quem financia sua qualificação profissional?

- Recurso próprio Instituição onde trabalha Familiares

8. Que função(ões) você ocupa no IFG? (Marque quantos itens achar necessário).

- coordenação da biblioteca
 processamento técnico
 atendimento/referência
 Orientação de projetos de pesquisa

9. Você acessa a internet no trabalho para (assinale o principal motivo):

1. Para responder e-mail institucional.
2. Para responder dúvidas dos/das usuários/as.
3. Para fazer cotação de preços.
4. Para gerenciamento da biblioteca.
5. Outro motivo – Qual? _____

PARTE B: Perfil socioeconômico, ocupacional e doméstico**10. Sexo:**

- Masculino
 Feminino

11. Qual a sua faixa etária?

1. 18 a 24 anos
2. 25 a 29 anos
3. 30 a 35 anos
4. 36 a 40 anos
5. 41 a 47 anos
6. mais de 47 anos

12. Estado civil:

1. Solteiro(a)
2. Divorciado(a) / desquitado(a) / separado(a)
3. Casado(a) / vive junto
4. Viúvo(a)

13. Nível de formação:

1. Graduação
2. Especialização
3. Mestrado
4. Doutorado

14. É especialista?

- sim. Quantas especializações possui? _____
 não

15. Você tem filhos?

1. Sim Quantos? _____
2. Não

16. Renda

- até 4 salários mínimos
 de 5 a 6 salários mínimos
 acima de 7 salários mínimos

17. Jornada de trabalho no IFG:

- 40 horas semanais
- 30 horas semanais
- 20 horas semanais
- Outras.

18. Horas diárias destinadas a trabalhos domésticos (cuidar da casa, marido ou esposa, filhos etc.):

- até 2 horas
- de 3 a 4 horas
- de 5 a 6 horas
- de 7 a 8 horas
- 9 horas ou mais

19. Horas diárias destinadas ao descanso e ao lazer:

- até 2 horas
- de 3 a 4 horas
- de 5 a 6 horas
- 7 horas ou mais
- Não tempo período destinado ao descanso.

**Espaço destinado a informações consideradas relevantes e não contempladas no formulário.
OBRIGADA!**

APÊNDICE C – Roteiro da entrevista

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

“Políticas educacionais: o/a profissional de biblioteconomia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e o trabalho alienado na era tecnológica: mais um espaço para mulheres”

Local e data:

Duração:

Sexo:

Introdução da entrevista: identificação da pesquisadora, informações sobre o tema geral do estudo, suas partes e forma de condução dela. Assinatura do TCLE.

Questões orientadoras

1º Bloco: Trabalho bibliotecário e as tecnologias

1. Quais atividades são desenvolvidas por você no IFG?
2. Quais as tecnologias você utiliza em seu trabalho? Em quais atividades você utiliza tecnologia?
3. As tecnologias lhe proporcionaram um maior envolvimento com seu trabalho no IFG? De que maneira?
4. Existe alteração na relação com os usuários com a utilização das tecnologias?
5. Quando as novas tecnologias foram inserida no seu trabalho?

2º bloco: Condições de trabalho

1. Quais os benefícios as tecnologias trouxeram ao seu trabalho? Você percebeu alguma mudança na realizar das atividades? Quais?
2. No seu ambiente de trabalho têm cobranças referentes a sua formação? De que maneira?
3. Você participa de programas de formação continuada? Com que frequência?
4. Como você analisa as condições de trabalho na biblioteca em que trabalha?

3º Bloco: Participação no processo de trabalho

1. Seu trabalho é valorizado pela Instituição? De que maneira?
2. Quais as maiores dificuldades para o exercício de suas atividades tecnológicas na biblioteca?
3. Existe algum tipo de cobrança na realização de seu trabalho? Quais? Por quem?
4. Como concilia as atividades domésticas com o trabalho profissional?
5. Você se considera um(a) trabalhador(a) em educação? Por quê?
6. Por que escolheu ser bibliotecário(a)?
7. O que é gênero para você?
8. Existe diferença para exercer a função de bibliotecária(o) por ser mulher ou homem?
9. Já presenciou alguma discriminação de gênero em sua profissão?

APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) – via do participante

A/O senhora/senhor está sendo convidada(o) para participar, como voluntária(o), de uma pesquisa que tem como objetivo compreender como acontece a materialização da força produtiva da/do bibliotecária(o) no contexto da era tecnológica no Instituto Federal de Goiás considerando as particularidades referentes ao trabalhador homem e à trabalhadora mulher no sistema da produção flexível. Este TCLE é parte integrante da dissertação de Mestrado em Educação/PUC Goiás. Após ser esclarecida(o) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine a via da pesquisadora. Em caso de desistência, por qualquer motivo que seja, a/o senhora/senhor não será penalizado sob hipótese alguma. Em caso de dúvida a/o senhor/senhora pode procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Goiás pelo telefone (62) 3946 -1071. Para uma maior compreensão desse processo prestamos os seguintes esclarecimentos:

Informações sobre a pesquisa

Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás).

Curso: Mestrado em Educação.

Pesquisa: Políticas educacionais: a/o profissional de biblioteconomia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – trabalho alienado na era tecnológica, mais um espaço para mulheres.

Orientadora: Profa. Dra. Lúcia Helena Rincón Afonso. Fone: (62) 84362292, ou ainda pelo e-mail: luciarincon@gmail.com

Instituição onde acontecerá a pesquisa: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG).

Pesquisadora responsável: Maria Aparecida Rodrigues de Souza, aluna regular no curso de mestrado em educação pela PUC Goiás, matrícula n. 2011.1.056.002.0021. Fone: (62) 84527389, ou ainda pelo email: mcidarsouza@gmail.com

Dos objetivos

Geral: Compreender como ocorre a materialização da força de trabalho das/dos bibliotecárias(os)-documentalistas do IFG no contexto da produção flexível, para os quais as tecnologias estão incorporadas ao processo de trabalho.

Específicos:

- α) identificar as políticas institucionais que determinam a inserção das tecnologias no exercício profissional das/dos bibliotecárias(os)-documentalistas no IFG e sua relação com o sistema de produção flexível;
- β) verificar como acontece o processo de introdução das novas tecnologias no trabalho das/dos bibliotecárias(os)-documentalistas e como interfere nas relações de trabalho;
- γ) investigar a possível existência da relação do trabalho da/do bibliotecária(o) com o trabalho doméstico;
- δ) investigar se a introdução das novas tecnologias, em tempos de produção flexível, implica em alienação da/do bibliotecária(o)-documentalista;
- ε) investigar se as tecnologias são apropriadas diferentemente por mulheres e por homens.

Envolvimento na pesquisa

Ao participar deste estudo a/o senhor/senhora permitirá que a pesquisadora Maria Aparecida Rodrigues de Souza, utilize as informações com ética e com respeito. A/O senhora/senhor tem liberdade de se recusar a participar e ainda prosseguir participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para a/o senhora/senhor. Sempre que julgar necessário deve solicitar mais informações sobre a pesquisa por meio do telefone (62) 3261-6720 e/ou do Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Goiás e/ou do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC Goiás.

Duração da Pesquisa

A realização dessa pesquisa foi prevista para os meses de março a maio de 2013.

Sobre a aplicação dos questionários e realização das entrevistas

Como unidade empírica da pesquisa, privilegiou-se os dez câmpus que compõem o IFG para aplicação dos questionários. Como critério para as entrevistas priorizou-se o fato das/dos bibliotecárias(os) possuírem dois anos de existência pressupondo acúmulo de experiência e em sua trajetória histórica no que se refere ao uso de tecnologias.

Riscos e desconforto

Este projeto de pesquisa foi elaborado tendo em vista evitar situações de risco aos sujeitos colaboradores relativos a situações de desconforto e mal-estar, de forma que sua participação nesta pesquisa não lhe traga complicação de qualquer natureza, seja de ordem legal, trabalhista, previdenciária, situação vexatória ou de constrangimento que possam prejudicá-lo como sujeito colaborador da pesquisa.

Esta pesquisa atende as Normas da Resolução nº 196/96, do Ministério da Saúde, buscando cumprir os quatro princípios que constituem os referenciais básicos da bioética (autonomia, beneficência, não maleficência e justiça) e visa a assegurar os direitos e os deveres que dizem respeito à comunidade científica, aos profissionais participantes da pesquisa.

Confidencialidade

As informações obtidas serão utilizadas para atender aos objetivos fins da pesquisa. Sua identidade como sujeito colaborador desta pesquisa será mantida em sigilo, evitando possíveis riscos como constrangimentos e condições vexatórias, relativas a questões pessoais e profissionais que possam gerar mal estar entre os profissionais do IFG que são colaboradores desta pesquisa. Esse processo envolve também o devido cuidado no manuseio dos instrumentos utilizados na coleta de dados, os quais ficarão seguramente arquivados e após cinco anos serão incinerados.

Benefícios

Um dos benefícios está em contribuir e compartilhar com uma investigação científica que visa a corroborar com o entendimento das políticas públicas de exercício profissional no âmbito da instituição na perspectiva da emancipação da/do trabalhadora/trabalhador. Presume-se que serão beneficiadas(os) posteriormente com o avanço dessa política no sentido de melhoria das condições de trabalho das/dos profissionais em educação nos campus do IFG.

Pagamento

A/O senhora/senhor não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa e não receberá nenhuma remuneração por sua participação. Caso ocorra alguma despesa pessoal adicional (transporte, alimentação e outros do gênero) em decorrência de sua participação, a/o senhora/senhor será ressarcido pela pesquisadora.

Destinação dos Resultados

Os resultados ficarão disponíveis no Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC Goiás, na Biblioteca Central da instituição e no Câmpus Inhumas do IFG. Após cinco anos arquivados, os questionários utilizados na coleta de dados serão incinerados. Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar como colaboradora/colaborador desta pesquisa. Assim sendo, preencha, por favor, os itens da via da pesquisadora

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido: considerando os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da referida pesquisa.

Goiânia, _____ de _____ de 2013.

APÊNDICE E – Consentimento de participação da pesquisa

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
 PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
 MESTRADO EM EDUCAÇÃO

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO – Via da pesquisadora

Eu, _____ RG _____
 CPF _____, abaixo assinado, concordo em participar como
 sujeito da pesquisa realizada junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de
 Goiás por meio do Programa de Mestrado em Educação da Pontifícia Universidade Católica
 de Goiás com o título “Políticas educacionais: a/o profissional de biblioteconomia do Instituto
 Federal de Goiás e o trabalho alienado na era tecnológica: mais um espaço para mulheres”.
 Fui devidamente informada(o) e esclarecida(o) pela entrevistadora Maria Aparecida
 Rodrigues de Souza, sobre os procedimentos envolvidos, assim como os possíveis riscos e
 benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu
 consentimento a qualquer momento, sem que essa decisão leve à qualquer penalidade.

Local e data _____

Nome da(o) participante: _____

Assinatura da(o) participante: _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do sujeito em participar.

Nome: _____

Assinatura: _____

Observações complementares:

APÊNDICE F – Tabela 5 - Grau de concordância de uso das tecnologias pelas/pelos bibliotecárias(os)

Conceitos	número de votos	Somatória dos escores*	Grau de concordância
1. Na biblioteca a tecnologia é um instrumento que agiliza os processos de trabalho.	Concorda fortemente (11)	44	47
	Concorda (1)	3	
2. A tecnologia possibilita ao bibliotecária(o) atender mais usuários.	Concorda fortemente (10)	40	46
	Concorda (2)	6	
3. A tecnologia proporcionar maior tempo livre aos bibliotecárias(os).	Concordo fortemente (1)	4	29
	concordo (6)	18	
	discordo (2)	4	
	discordo fortemente (3)	3	
4. Para usar a tecnologia é preciso mais qualificação.	Concordo fortemente (5)	20	37
	concorda (5)	15	
	Discorda fortemente (2)	2	
5. A/O bibliotecário(a) é indispensável na biblioteca mesmo com a intensificação do uso das tecnologias.	Concorda fortemente (11)	44	45
	Discorda fortemente (1)	1	
6. Possibilidade de uso pedagógico das tecnologias pelas/pelos bibliotecárias(os).	Concordo fortemente (5)	20	22
	Discordo (5)	10	
	Discordo fortemente (2)	2	
7. As tecnologias dispensou a/o bibliotecária(o) dos trabalhos rotineiros da biblioteca.	Concordo (2)	6	20
	Discordo (4)	8	
	Discordo fortemente (6)	6	
8. As tecnologias dá mais autonomia à/ao bibliotecária(o).	Concordo (1)	3	20
	Discordo (6)	12	
	Discordo fortemente (5)	5	

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2013).

- Valor dos escores: Concordo fortemente (4); Concordo (3); Discordo (2); Discordo fortemente (1); Indeciso (0).

APÊNDICE G – Tabela 6 – Frequência de uso das tecnologias no trabalho da/do bibliotecária(o)

Usa a tecnologia para	Frequência de uso (somatória dos escores)	Porcentagem de utilização
1. Administração da biblioteca	Diariamente 44 Mensalmente 1 Grau: 45	88% dos participantes afirmam utilizar tecnologia diariamente
		12% mensalmente
2. Atendimento aos usuários	Diariamente 44 Não utiliza 0 Grau: 44	88% dos participantes utilizam tecnologia nesse serviço
		12% não utiliza
3. Controle de serviço de empréstimo de material	Diariamente 44 Mensalmente 1 Não utiliza 0 Grau: 45	76% utiliza tecnologia diariamente
		12% mensalmente
		12% não utiliza
4. Controle das dependências da biblioteca	Diariamente 28 Mensalmente 1 Não utiliza 0 Grau: 29	60% controla espaço da biblioteca com tecnologias;
		28% não utiliza
		12% utiliza mensalmente
5. Manutenção de base de dados	Diariamente 36 Quinzenalmente 3 Mensalmente 1 Nunca utilizou 0 Grau: 40	64% utiliza diariamente
		12% quinzenalmente
		12% mensalmente
		12% nunca utilizou
6. Processamento técnico	Diariamente 40 Semanalmente 3 Mensalmente 1 Grau: 44	76% utilizam diariamente
		12% semanalmente
		12% mensalmente
7. Treinamento de usuários	Diariamente 16 Semanalmente 3 Quinzenalmente 4 Mensalmente 4 Não utiliza 0 Grau: 27	33% utiliza diariamente
		8,5% semanalmente
		17% quinzenalmente
		33% mensalmente
		8,5% não utiliza
8. Busca em base de dados	Diariamente 36 Semanalmente 9 Grau: 45	65% utiliza diariamente
		35% semanalmente

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2013).